

# TCMPA NAS ESCOLAS

POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

## RELATÓRIO 2018

TRABALHO REALIZADO EM 10 ESCOLAS DE BRAGANÇA



---

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCM/PA**

**NÚCLEO DE AUDITORIA OPERACIONAL – N AOP**

**RELATÓRIO DO PROGRAMA TCM-PA NAS ESCOLAS, REALIZADO NO  
MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - PARÁ**

**EQUIPE DE AUDITORIA:**

**LUÍS OTÁVIO GADELHA BARBOSA**  
*Analista de Controle Externo*  
*Coordenador da Equipe de Auditoria*

**ANSELMO SOVENEI MORAES**  
*Assessor Especial II*

**ELISA DO SOCORRO MELO RESQUE**  
*Analista de Controle Externo*

**ELEN PANTOJA DE MORAES**  
*Analista de Controle Externo*

**ROSEMARY BALDUINA DE SOUZA LOPES**  
*Assessor de Gabinete*

---

**RELATÓRIO DO PROGRAMA TCM-PA NAS ESCOLAS, REALIZADO NO MUNICÍPIO DE  
BRAGANÇA-PARÁ**

**Processo nº: 201809065-00**

**Conselheiro Relator:** Antônio José Guimaraes

**Unidade:** Secretaria Municipal de Educação de Bragança (SEMED)

**Ato originário:** Portaria nº 0189/2018-TCM/PA

**Designação da equipe:** Portaria nº 0189/2018-TCM/PA, de 19 de março de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, nº 287, em 27 de março de 2018

**Objetivo do Programa:** Acompanhar de forma direta e constante as escolas do ensino público fundamental do Estado do Pará, propiciando aos gestores envolvidos ações imediatas, solucionando com rapidez as impropriedades constatadas pelo Tribunal e mantendo a Secretaria Municipal de Educação (SME) ciente das impropriedades em suas unidades escolares, com o fim de proporcionar ao estudante melhor estrutura e qualidade de ensino.

**Período de realização da auditoria:** abril/2018.

**Equipe de auditoria:** Luis Otávio Gadelha Barbosa (Coordenador da equipe de auditoria), Anselmo Sovenei Moraes, Elisa do Socorro Melo Resque, Ellen Pantoja de Moraes e Rosemary Balduina de Souza Lopes.

BELÉM-PA  
Outubro 2018

## **AGRADECIMENTOS**

À participação direta dos atores envolvidos e à parceria existente entre a equipe de auditoria e os dirigentes, técnicos e demais servidores do órgão, ação e/ou entidade auditada, bem como beneficiários e especialistas no tema, colaboradores na consecução deste Programa.

Neste norte, queremos aqui registrar agradecimentos ao Exmº Prefeito Municipal de Bragança Sr. Raimundo Nonato de oliveira e ao Ilmo. Sr. Luíz Augusto Santa Brígida Soares, Secretário Municipal de Educação, gestores à época da realização da auditoria, pela receptividade, cordialidade e substancial colaboração dispensada à Equipe de Auditoria, bem como pelo apoio, presteza e cooperação dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Escolas auditadas, no atendimento a um grande número de solicitações necessárias ao desenvolvimento das técnicas de diagnóstico, tornando possível a troca de experiências e a incorporação de suas expectativas e dificuldades no trabalho ora em apreço.

Na oportunidade, agradecemos antecipadamente ao atual Secretário Municipal de Educação de Bragança Ilmo. Sr. Alex Brito de Sales, atual gestor, pela continuidade desse atendimento, bem como pelo cumprimento das determinações e recomendações contidas no presente relatório, em virtude dos princípios da impessoalidade e continuidade que regem a administração pública.

Cabe agradecer o imprescindível apoio recebido dos Conselheiros Presidente desta Corte de Contas, Exmo. Sr. Luis Daniel Lavareda Reis Júnior, responsável pela implantação deste Programa e Relator Exmo. Sr. Antônio José Guimaraes responsável pela relatoria do Município de Bragança no exercício de 2018, bem como, aos demais Conselheiros desta Egrégia Corte.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>4. CONCEITO ALCANÇADO PELAS ESCOLAS AUDITADAS PELO TCM.....</b>	<b>11</b>
<b>5. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DAS UNIDADES ESCOLARES: .....</b>	<b>13</b>
5.1 Sistema Elétrico das Unidades Escolares Auditadas.....	14
5.2 Ambientes Avaliados .....	15
5.2.1 Salas de Aula.....	15
5.2.2 Laboratório/Sala de Informática.....	27
a) Existência do Laboratório/Sala de informática .....	28
b) Equipamentos existentes e disponíveis nos Laboratórios/Salas de informática .....	28
c) Manutenção dos equipamentos dos Laboratórios/Salas de informática.....	28
5.2.3 Biblioteca .....	29
5.2.4 Banheiros.....	32
5.2.5 Refeitório.....	37
5.2.6 Cozinha .....	40
5.2.7 Despensa / Depósito de alimentos.....	46
5.2.8 Quadra de Esportes.....	50
5.2.9 Área Administrativa .....	54
5.2.10 Áreas Externas / Circulação .....	57
5.2.11 Estruturas de Fechamento Externo.....	62
5.2.12 Sistema de Combate a Incêndio .....	64
5.3 Algumas Considerações acerca das condições estruturais das unidades escolares auditadas. ....	65
5.4 Determinações e Recomendações .....	66
<b>6. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>69</b>
6.1 Recursos Financeiros.....	69
6.2 Alimentação Servida nas Unidades Escolares.....	70
6.2.1 Elaboração dos Cardápios da Alimentação Escolar .....	70
6.2.2 Forma e distribuição de Gêneros Alimentícios às Escolas Públicas Municipais .....	71
6.2.3 Fornecimento Irregular de Alimentação Escolar aos Alunos nas Escolas Públicas Municipais. ..	73
6.2.4 Cumprimento dos Cardápios da Alimentação Escolar .....	86
6.2.5 Tipos de Alimentação Escolar servidos nas Unidades Escolares.....	87
6.2.6 Frequência do Consumo de Alimentação Escolar nas Unidades Escolares .....	90
6.2.7 Divulgação dos Cardápios nas Unidades Escolares .....	94
6.2.8 Quantidade de Alimentação Servida nas Escolas.....	94
6.2.9 Registro de Informações referentes a alimentação escolar servida nas Escolas.....	95
6.2.10 Qualidade da alimentação servida nas escolas .....	97

---

6.3 Recebimento e Controle de Estoque dos Gêneros Alimentícios .....	98
6.3.1 Recebimento dos Gêneros Alimentícios na Unidade Escolar .....	99
6.3.2 Controle de Estoque dos Gêneros Alimentícios na Unidade Escolar.....	99
6.4 - Equipamentos e Utensílios necessários ao serviço de Alimentação Escolar .....	100
6.4.1 Inexistência de Equipamentos e Utensílios .....	100
6.4.2 Manutenção e Substituição de Equipamentos e Utensílios .....	101
6.4.3 Higiene e Conservação dos Equipamentos e Utensílios .....	104
6.5 Manipuladores de Alimentos .....	104
6.5.1 Quantidade de Manipuladores de Alimentos .....	104
6.5.2 Capacitação do Manipulador de Alimentos .....	105
6.5.3 Saúde do Manipulador de Alimentos .....	106
6.5.4 Uniformes e EPI´s .....	106
6.6 Controle Integrado de Vetores e Pragas .....	108
6.7 Higienização do Reservatório de Água .....	110
6.8 Boas Práticas para Serviços de Alimentação .....	111
6.9 Determinações e Recomendações .....	113
<b>7. SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.....</b>	<b>116</b>
7.1 Avaliação individualizada dos ambientes escolares.....	117
7.1.1 Salas de aula.....	117
7.1.2 Laboratório / Sala de Informática.....	120
7.1.3 Biblioteca / Sala de leitura .....	121
7.1.4 Banheiros.....	123
7.1.5 Refeitório.....	129
7.1.6 Cozinha .....	131
7.1.7 Depósito de Gêneros Alimentícios.....	134
7.1.8 Quadra de Esportes.....	136
7.1.9 Área interna.....	137
7.1.10 Área Externa.....	139
7.2 Limpeza e higienização das escolas sob a ótica dos executores dos serviços .....	141
7.2.1 Uniformes e EPI´s .....	142
7.2.2 Capacitações para os Agentes de Serviços Gerais – ASG´s.....	142
7.2.3 Quanto a suficiência e adequação dos produtos utilizados na limpeza .....	143
7.2.4 Quanto a frequência e o tipo de limpeza realizada internamente nas escolas: .....	145
7.2.5 Quanto a frequência e o tipo de limpeza realizada nos banheiros escolares: .....	146
7.2.6 Quanto ao responsável pela limpeza realizada nas cozinhas e despensas de alimentos.....	148
7.2.7 Quanto a frequência da limpeza realizada na área externa das escolas.....	149
7.3 Limpeza e higienização das escolas sob a ótica da direção.....	150
7.3.1 Cronograma, execução e fiscalização dos serviços de limpeza e higienização das escolas.....	150

---

7.3.2 Controle e Orientação dos Serviços de Limpeza e Higienização.....	150
7.4 Determinações e Recomendações: .....	152
<b>8. RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELAS UNIDADES ESCOLARES:.....</b>	<b>154</b>
8.1 Recursos Federais.....	155
8.2 Determinações e Recomendações: .....	158
<b>9. CARÊNCIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES .....</b>	<b>159</b>
9.1 Carência de Professores .....	159
9.2 Condições de Trabalho Sob a Ótica dos Docentes.....	160
9.3 Possibilidades de melhoria nas condições de Trabalho dos Docentes .....	160
9.4 Relação de professor-aluno .....	161
9.5 Utilização de projetor de mídia em sala de aula.....	162
9.6 Razões que levam a não utilização de projetor de mídia em sala de aula .....	163
9.7 Determinações e Recomendações: .....	163
<b>10. SEGURANÇA E POSSÍVEIS ATOS DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>164</b>
10.1 Forma de atendimento da unidade escolar quanto a segurança.....	164
10.2 Sentimento de segurança no âmbito do ambiente escolar .....	165
10.3 Violência no âmbito das Unidades Escolares.....	167
10.4 Determinações e Recomendações: .....	169
<b>11. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO .....</b>	<b>170</b>
<b>12. ANEXOS .....</b>	<b>177</b>
12. 1 Escola Municipal Casa dos Anjos.....	177
12. 2 Escola Municipal Domingos de Souza Melo .....	177
12. 3 Escola Municipal Dr. Edgar de Souza Cordeiro .....	177
12. 4 Escola Municipal Francisco Alves dos Reis .....	177
12. 5 Escola Municipal José Maria Machado Cardoso .....	177
12. 6 Escola Municipal Pe. Paulo Corolli .....	177
12. 7 Escola Municipal Jesuína do Rosário Melo .....	177
12. 8 Escola Municipal Raimundo Martins Filho .....	177
12. 9 Escola Municipal Júlia Quadros Peinado.....	177
12. 10 Escola Municipal Regina Gonçalves Ferreira .....	177

## 1. INTRODUÇÃO

Versa o presente relatório sobre os resultados obtidos com a implantação do Programa de Auditoria Operacional “**TCM-PA nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental Público do Estado do Pará**”, realizado no Município de Bragança-Pará.

Primeiramente, vale registrar que o Município de Bragança possui 27 (vinte e sete) escolas que oferecem o ensino fundamental do 6º ano 9º ano, foco desse Programa, todas localizadas na zona rural, conforme se verifica às fls. 03 a 135 do Processo nº 201802478-00, entretanto, considerando os critérios técnicos pré-estabelecidos foram auditadas 10 (dez) escolas municipais, que serão apresentadas no corpo deste relatório.

A equipe de auditoria designada para a realização dos trabalhos, conforme se constata na Portaria nº 0189/2018-TCM, é composta por servidores do Núcleo de Auditoria Operacional - NAOP, Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas – NUFOP e da 4ª Controladoria, responsável pela análise das contas e relatoria do Município de Bragança relativo ao exercício financeiro de 2018, devidamente identificados no início e final deste relatório.

O objetivo deste Programa envolve a coleta de dados e informações relacionadas às condições estruturais da escola, alimentação escolar, limpeza e higienização dos ambientes, recursos recebidos, nível de segurança, corpo docente e discente, entre outros itens, que possam contribuir com a efetividade das políticas públicas de educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em seu artigo 22: “A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

## 2. APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, tem como missão orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.

A implantação do Programa **TCM-PA nas Escolas**, materializa a missão desta Corte de Contas, uma vez que propicia uma ação direta e contínua junto às secretarias municipais de educação e suas respectivas unidades escolares, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal, de forma preventiva e corretiva, por meio de orientações, recomendações e determinações, possibilitando aos dirigentes municipais um maior controle dos gastos públicos e conseqüente redução do desperdício dos recursos e fortalecimento da gestão municipal nos seus diversos níveis de atuação, tem sido o grande desafio do TCM-PA.

A execução desse Programa, consiste na análise, avaliação e acompanhamento contínuo das Unidades Escolares da rede pública municipal, com o objetivo de manter a Secretaria Municipal de Educação (SME) ciente das impertinências constatadas pela de equipe de auditoria e impropriedades ocorridas nas unidades escolares, propiciando aos seus gestores ações imediatas, visando solucionar com rapidez as impropriedades constatadas pelo Tribunal, com o fim de proporcionar ao estudante melhor qualidade de ensino.

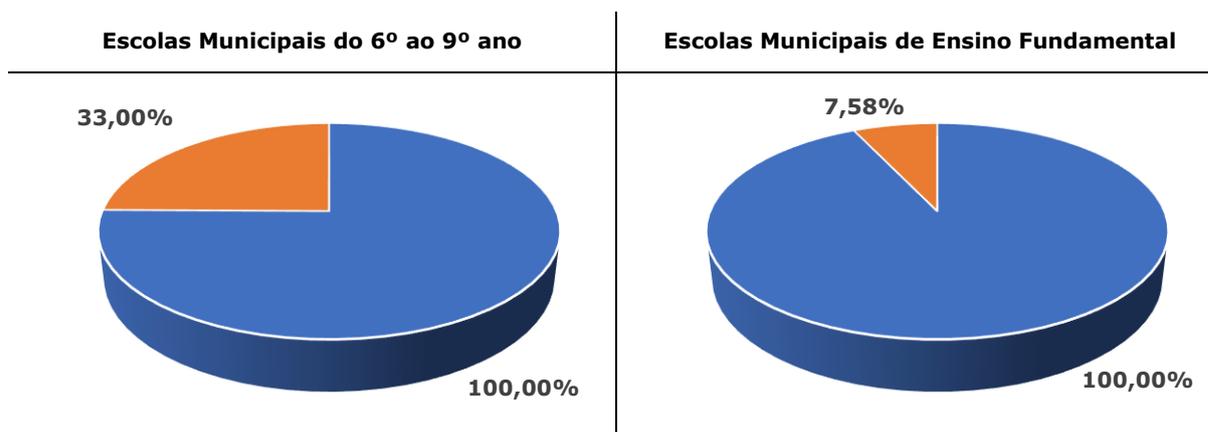
O programa prevê a continuidade de suas ações ao longo dos anos e da gestão, sendo esse um de seus fundamentos. As escolas são auditadas durante o exercício, e nos anos subsequentes as unidades escolares listadas para monitoramento são novamente auditadas, enquanto outras escolas são selecionadas para nova auditoria. Nos exercícios seguintes, todo o procedimento se repete, possibilitando uma avaliação abrangente das gestões quadrienais de governo na área de educação.

Ressalte-se que durante a execução do programa, são utilizadas várias técnicas de auditoria operacional (aplicação de questionários, entrevistas, grupo focal, etc) e de auditoria de conformidade (execução contratual, prestações de contas, etc).

Por esse programa avalia-se as instalações físicas das escolas, alimentação escolar, limpeza, segurança, equipamentos, mobiliário, por meio de aplicação de entrevistas e questionários aplicados junto aos alunos, diretores, professores, coordenadores e gestores da SME, fortalecendo a aproximação entre o usuário e a gestão, possibilitando a identificação de demandas e sugestões acerca dos aspectos abordados.

A Equipe de Auditoria ao executar o Programa TCM-PA nas escolas, no Município de Bragança, auditou 10 (dez) escolas municipais do ensino fundamental, sendo 9 (nove) dos anos finais (6º ao 9º ano), que corresponde 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento) de um universo de 27 (vinte e sete) que oferecem o ensino fundamental anos finais e 1(uma) dos anos iniciais (1º ao 5º ano), de um universo de 105 (cento e cinco) que oferecem o ensino fundamental anos iniciais, conforme se verifica às fls. 03 a 135 do Processo nº 201802478-00.

### Percentual de escolas municipais do Ensino Fundamental Público auditadas no Município de Bragança



Registre-se que foi escolhida aleatoriamente uma escola que oferece ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), fora do foco da auditoria, pela necessidade de se conhecer uma escola da área urbana, haja vista que todas as escolas municipais que oferecem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) localizavam-se na zona rural.

Eis a relação das escolas auditadas pelo TCM-PA:

## RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS AUDITADAS EM BRAGANÇA

CÓD. INEP	NOME DA ESCOLA	Zona	NÍVEL DE ENSINO/ALUNOS		SISTEMA DE ENSINO (6º ao 9º ano)	DISTRITOS / BAIRROS	Nº DE ENTREVISTADOS	
			1º ao 5º	6º ao 9º			ALUNOS	PROFESORES
15584658	Casa dos Anjos	Urbana	78	81	Modular e Regular	Vila do Cariambá / Meio rural	20	4
15559033	Domingos de Souza Melo	Urbana	183	122	Modular e Regular	Vila Bonifácio	20	2
15559327	Dr. Edgar de Souza Cordeiro	Urbana	-	41	Regular e Integral	Km 7 Montenegro	30	3
15099407	Francisco Alves dos Reis	Urbana	63	77	Modular, Regular e Multisseriado	Km 8 Montenegro	23	1
15535770	José Maria Machado Cardoso	Urbana	168	155	Modular, Regular e Multisseriado	Vila dos Lucas	21	3
15058301	Pe. Paulo Corolli	Urbana	171	249	Modular e Regular	Engenho	15	4
15058360	Jesuína do Rosário Melo	Urbana	99	89	Modular e Regular	Vila do Maçarico	23	2
15120139	Raimundo Martins Filho	Urbana	342	160	Regular	Vila Bacuriteua	27	3
15058093	Júlia Quadros Peinado	Rural	490	-	Regular	Rodovia Bragança Capanema /Vila Celpa	16	1
15058107	Regina Gonçalves Ferreira	Urbana	42	107	Modular e Regular	Benjamin Constant	31	4
<b>TOTAL</b>							<b>226</b>	<b>27</b>

Do demonstrativo acima depreende-se:

- Todas as 27 (vinte e sete) unidades escolares que oferecem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), foco desta auditoria, localizavam-se na zona rural, inclusive as 9 (nove) auditadas. Daí decorre a necessidade de se conhecer uma escola da zona urbana, mesmo que esta atenda, exclusivamente, alunos dos anos iniciais, 1º ao 5º ano, como é o caso da unidade escolar Júlia Quadros Peinado, também auditada pelo programa TCM-PA nas escolas.
- O Município de Bragança oferece ensino por meio de várias formas de organização, quais sejam: regular, modular, multisseriado e integral, onde:
  - ✓ **Ensino Regular** que corresponde ao ensino fundamental presencial que tem a sua grade escolar ministrada progressivamente ano após ano, sem aceleração.
  - ✓ **Ensino modular** corresponde a uma forma de organização de ensino onde a grade curricular é oferecida por circuito de forma presencial, nominados de módulos, divididos, no caso de Bragança, em disciplinas organizadas de forma individual e sequencial tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular.
  - ✓ **Ensino em Tempo Integral** pode ser entendido como um ensino com carga horária estendida que possibilita a formação do aluno não somente como estudante, mas também enquanto ser humano, vez que concilia os conteúdos didáticos com outros aspectos da vida, por meio da ampliação da jornada escolar com atividades que persigam a formação e o desenvolvimento humano mais amplo e múltiplo possível, sem esquecer a base curricular.
  - ✓ **Ensino Multisseriado** que corresponde a uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com mais de um ano do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender, ao mesmo tempo e na mesma turma, alunos com idades, níveis de conhecimento e escolaridade diferentes.
- As unidades escolares Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Francisco Alves dos Reis, José Maria Machado Cardoso, Pe. Paulo Corolli, Jesuína do Rosário Melo e Regina

- Gonçalves Ferreira oferecem ensino regular e modular para os alunos do 6º ao 9º ano.
4. A unidade escolar Dr. Edgar de Souza Cordeiro oferece ensino regular em tempo integral com horário de 7:30h as 16:30h.
  5. As unidades escolares Francisco Alves dos Reis e José Maria Machado Cardoso oferecem ensino regular, modular e multisseriado. Vale ressaltar que a escola Regina Gonçalves oferece ensino multisseriado aos alunos do 1º ao 5º ano e ensino regular aos do 6º ao 9º ano.
  6. As unidades escolares Raimundo Martins Filho e Júlia Quadros Peinado oferecem ensino regular. Registre que a escola Júlia Quadros Peinado oferece ensino somente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Vale ressaltar que o ensino modular foi muito reclamado pelos alunos e pelos professores entrevistados e ao se questionar a gestão sobre o oferecimento dessa modalidade de ensino a mesma se pronunciou alegando que o mesmo originou-se em virtude da incapacidade de autofinanciamento, da delicada situação econômico-financeira enfrentada pelo município, bem como pela carência de profissionais para atender as 132 escolas municipais existentes em Bragança, sendo 105 que atendem educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e as 27 que atendem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). E, que a consequência positiva desse ensino é proporcionar a permanência dos alunos em suas comunidades, principalmente daqueles que residem em localidades de difícil acesso ou com dificuldades estruturais por conta de sua localização distante dos centros urbanos.

### **3. METODOLOGIA**

Na avaliação das condições gerais das escolas e execução do programa foram utilizadas várias técnicas de auditoria operacional e de conformidade, principalmente, a técnica de observação direta, que associadas permitiram a avaliação da gestão das 10 unidades escolares auditadas, no que se refere a infraestrutura física, hidráulica e elétrica, carência de professores, aos serviços de alimentação, limpeza e higienização e segurança e contribuíram para a obtenção de evidências relevantes que serão apresentadas neste relatório e posteriormente acompanhadas por esta Corte de Contas.

Durante a execução do programa e de acordo com os critérios preestabelecidos para a avaliação, optou-se por uma abordagem metodológica que mesclou aspectos quantitativos e qualitativos, envolvendo além das técnicas de auditoria, a realização de palestras e a utilização de formulários do google e planilhas eletrônicas (Word-Excel) criadas especificamente para armazenar e gerar dados estatísticos.

Nessas planilhas são inseridas todas as informações levantadas por meio de entrevistas (direção, coordenação pedagógica, merendeira, apoio operacional/agente de serviços gerais e porteiro), aplicação de questionários estruturados ao corpo docente e discente e *checklist's* de verificação da estrutura e limpeza, corroborados por registros fotográficos das imperfeições detectadas nas unidades auditadas de modo a dar origem a uma pontuação para cada tipo de problema, visando à criação de indicadores de avaliação, de maneira que quanto mais ocorrências, mais impropriedades encontradas, mais pontos a unidade acumula.

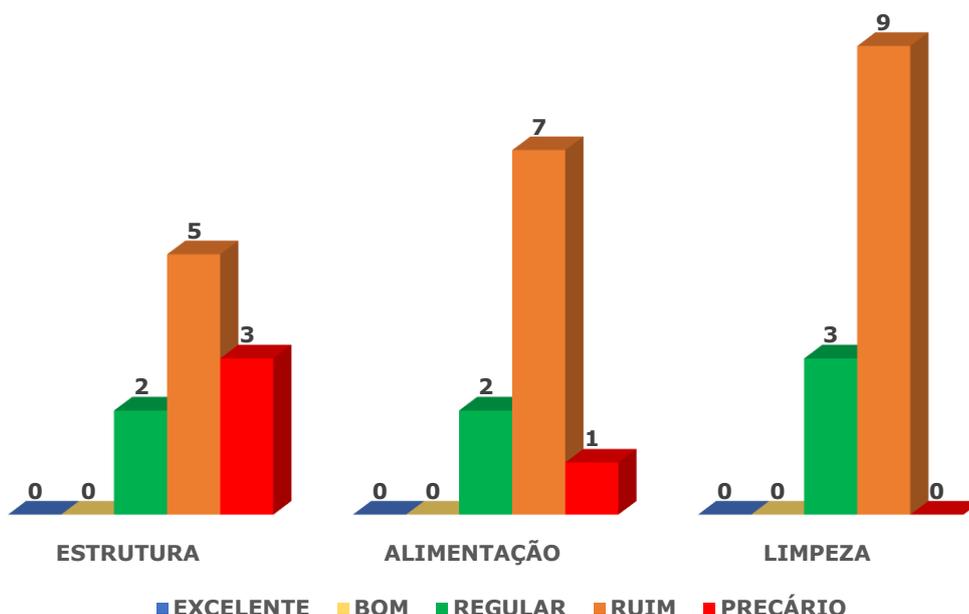
E de acordo com a pontuação alcançada e os intervalos de pontuação preestabelecidos, pela equipe executora do trabalho, as escolas são conceituadas, pela própria

planilha, com o conceito: excelente, bom, regular, ruim e precário, conforme se verifica materializado no presente Relatório de auditoria.

#### 4. CONCEITO ALCANÇADO PELAS ESCOLAS AUDITADAS PELO TCM

O conceito alcançado pelas 10 (dez) Unidades Escolares auditadas dentro dos parâmetros estabelecidos para a execução do Programa “TCM-PA nas Escolas” quanto à estrutura, alimentação e limpeza, assim se apresenta:

**Conceito alcançado pelas 10 Escolas Auditadas pelo TCM, de 9 a 13 de abril de 2018**



A seguir a relação das escolas auditadas e seus conceitos:

UNIDADES ESCOLARES	ESTRUTURA	ALIMENTAÇÃO	LIMPEZA
<b>EMEF Casa Dos Anjos</b>	REGULAR	REGULAR	REGULAR
<b>EMEF Domingos de Souza Melo</b>	RUIM	RUIM	RUIM
<b>EMEF Raimundo Martins Filho</b>	RUIM	RUIM	RUIM
<b>EMEF Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo</b>	RUIM	RUIM	RUIM
<b>EMEF Regina Gonçalves Ferreira</b>	PRECÁRIO	RUIM	RUIM
<b>EMEF José Maria Machado</b>	PRECÁRIO	PRECÁRIO	RUIM
<b>EMEF Francisco Alves Dos Reis</b>	PRECÁRIO	RUIM	RUIM
<b>EMEF Dr. Edgar Cordeiro</b>	RUIM	RUIM	RUIM
<b>EMEF Pe. Paulo Corolli</b>	RUIM	RUIM	RUIM
<b>EMEF Julia Quadros</b>	REGULAR	REGULAR	RUIM

---

Importante se faz ressaltar:

A indicação da existência de escolas que foram conceituadas como ruins não significa que aquelas unidades não possam funcionar, mas sim que funcionam de maneira não satisfatória, diante dos aspectos avaliados, indicando a necessidade da adoção de medidas mais urgentes por parte da Secretaria Municipal de Educação.

Nos capítulos seguintes apresentam-se as evidências e análises realizadas pela equipe de Auditoria acerca dos aspectos avaliados.

## **5. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DAS UNIDADES ESCOLARES:**

Registre-se inicialmente, que para efeito do Programa “TCM-PA nas Escolas” a estrutura se restringirá aos prédios, instalações físicas, como bibliotecas, laboratórios, sala de aula, quadra, banheiro, cozinha, salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc.

Uma escola com uma estrutura física inadequada pode criar no aluno um quadro mental de insatisfação e de abandono ou de que a educação é desvalorizada pelo Município e essa insatisfação pode estar relacionada, inclusive, com a ausência do aluno na escola, e pode acarretar, conseqüentemente, o abandono, a evasão escolar e a reprovação.

Impropriedades na estrutura das unidades escolares de acordo com Satyro e Soares (2007, p.07) afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente o processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente o desempenho dos alunos.

Mesmo que as unidades escolares contem com bons diretores e professores e com a força de vontade dos alunos, estudos mostram que a estrutura física das unidades escolares pode ter papel essencial na formação dessas crianças e adolescentes, além de garantir conforto e bem-estar não apenas aos alunos, mas também para os professores e a toda comunidade escolar.

Investir na estrutura escolar, portanto, é garantir que você vai oferecer ao aluno amplas possibilidades de ter um ensino de qualidade durante seu período escolar e que estes tenham a possibilidade de desenvolver suas atividades socioeducativas e seu pensamento crítico.

Nesse sentido, o objetivo da avaliação deste item é averiguar as condições estruturais em que se encontram as escolas municipais e contribuir para a melhoria da estrutura oferecida aos alunos e a comunidade escolar.

Vale ressaltar, que os resultados relativos a este item foram coletados, registrados, analisados e apresentados pelos engenheiros do Núcleo de Fiscalização de Obras Públicas – NUFOP, que demonstraram, de forma sintética por ambiente, as condições estruturais das 6 unidades escolares auditadas. Importante se faz registrar, que este relatório conterà anexos que individualizarão cada uma das escolas auditadas.

O checklist da Condição Estrutural da Unidade Escolar é composto por 25 (vinte e cinco) pontos de observação, quanto às instalações elétricas, climatização, revestimentos, pisos, pintura, forro, cobertura, esquadrias, rachaduras, infiltrações, vazamentos, drenagem, iluminação, ventilação, mobiliário, ar refrigerado, restrição de acesso para PcD, equipamentos sanitários, exaustor, equipamentos esportivos, capinação, estrutura de fechamento externo, e sistema de combate a incêndio, das seguintes áreas: salas de aula, biblioteca, banheiros, refeitório, cozinha, depósito de gêneros alimentícios, quadra esportiva, área administrativa (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros), área externa/circulações (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas) e segurança.

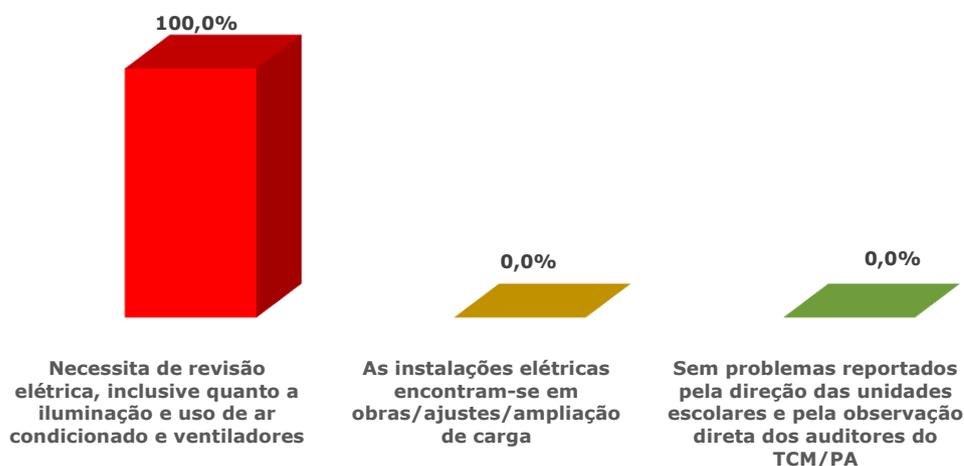
## 5.1 Sistema Elétrico das Unidades Escolares Auditadas

A NBR-5410, com validade a partir de 31/03/2003, é a norma que estipula as condições adequadas para o funcionamento usual e seguro das instalações elétricas de edificações qualquer que seja seu uso (residencial, comercial, público, industrial, de serviços, agropecuário, hortigranjeiro, etc.), incluindo as pré-fabricadas. No geral, esta norma estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e conservação dos bens. Ter uma instalação baseada nas normas é assegurar o bom funcionamento, a conservação dos bens e principalmente a segurança.

Características que devem ser determinadas na concepção de uma instalação elétrica: utilização prevista e demanda; esquema de distribuição; alimentações disponíveis; necessidade de serviços de segurança e fontes apropriadas; exigências quanto à divisão da instalação (alimentação e terminais), entre outros; influências externas às quais a instalação for submetida; riscos de incompatibilidade e interferências; requisitos de manutenção.

A avaliação das instalações elétricas das unidades escolares baseou-se nas informações repassadas pelos gestores, funcionários e alunos (interrupção e oscilação de energia, queima de equipamentos e lâmpadas, etc.) e pela observação direta (verificação visual e de funcionamento) realizada pelos auditores do TCM/PA das condições das instalações elétricas encontradas nas escolas, tais como: fiações expostas, alta frequência de lâmpadas queimadas, equipamentos com defeito, etc.

### Condições do Sistema Elétrico das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Constatou-se que 100% das unidades escolares auditadas, necessitam de revisão nas instalações elétricas, bem como ampliação da carga, devido aos problemas detectados de oscilações na energia elétrica, indicando a existência de subdimensionamentos ou sobrecarga de circuitos e conseqüentemente a necessidade de realizar um balanceamento de carga.

Alerta-se que tal situação pode acarretar prejuízos financeiros, materiais e humanos, como: aumento do consumo e do valor da conta de energia elétrica, curtos-circuitos, incêndios, acidentes com choque elétrico, maior esforço visual dos alunos e professores, entre outros, ocasionando, conseqüentemente, problemas de saúde, além de influenciar diretamente no desempenho dos alunos e atuação dos professores.

Neste norte, destaca-se o Ofícios 08/2018, encaminhado pela gestão da EMEIF Padre Paulo Corolli à SEMED solicitando entre outras coisas a troca das instalações elétricas para o padrão trifásico, a fim de atender as necessidades momentâneas.

## **5.2 Ambientes Avaliados**

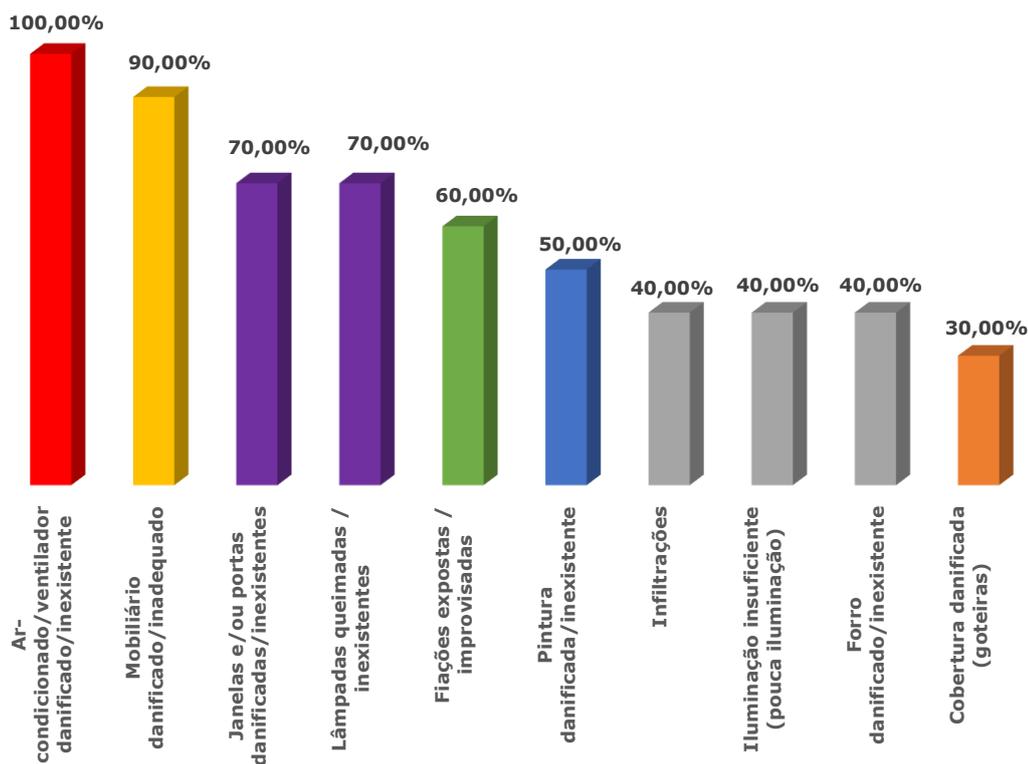
### **5.2.1 Salas de Aula**

Ambiente no qual se dá início ao processo de ensino-aprendizagem, daí ser considerado o principal ambiente de uma escola e por essa razão é necessário que seja um ambiente agradável, climatizado e com boa iluminação, dispondo de cadeiras que atendam os padrões ergonômicos, compatíveis com a idade e o desenvolvimento dos educandos, devendo dispor de equipamentos audiovisuais e de informática que permitam ao professor utilizar recursos e materiais inovadores, atendendo as condições mínimas necessárias ao processo de construção do conhecimento.

Neste contexto, a equipe de auditoria do TCM/Pa ao avaliar as condições estruturais das salas de aula nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 19 (dezenove) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/ inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/ inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, outras ocorrências e obras em execução, a fim de que pudesse ser evidenciado as ocorrências mais significativas percentualmente.

As maiores e mais significativas impropriedades estruturais encontradas nas salas de aula podem ser graficamente visualizadas como segue:

### **Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas nas Salas de Aulas das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018**



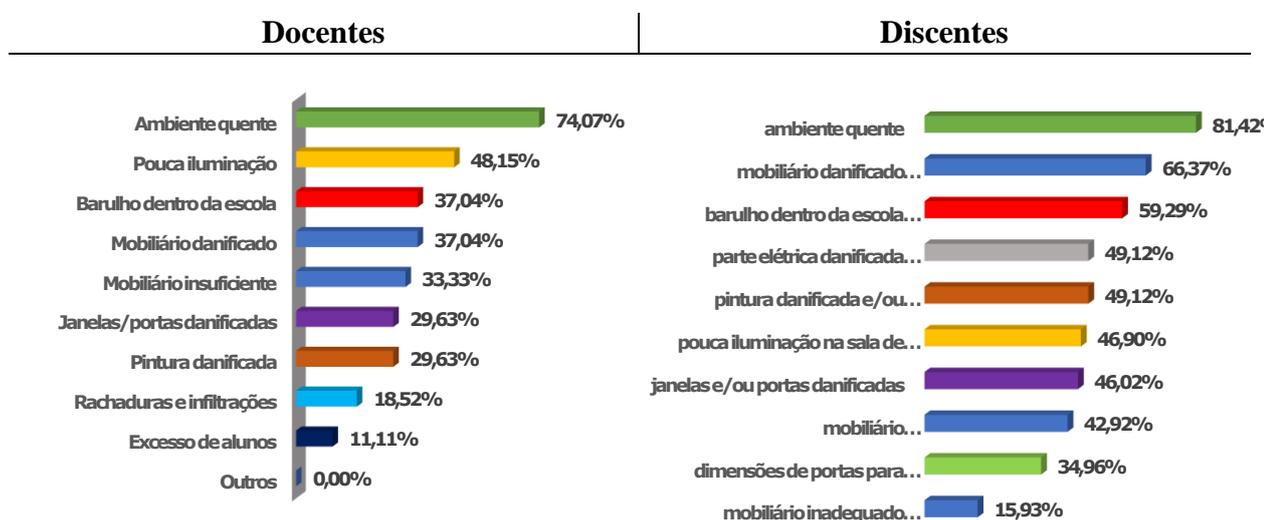
Com vistas a dar mais transparência as informações apresentaremos a seguir as impropriedades individualizando-as por unidade escolar:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Ar-condicionado/ventilador danificado/inexistente	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Mobiliário danificado/inadequado	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Janelas e / ou portas danificadas/inexistentes	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
Lâmpadas queimadas / inexistentes	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, Dr. Edgar Cordeiro, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Fiações expostas / improvisadas	Raimundo Martins Filho, Prof.ª Jesuína Melo, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
Pintura danificada/inexistente	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Infiltrações	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo e Pe. Paulo Corolli
Iluminação insuficiente (pouca iluminação)	Casa dos Anjos, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves e Francisco Alves dos Reis
Forro danificado/inexistente	Regina Gonçalves, José Maria Machado, Pe. Paulo Corilli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Cobertura danificada (goteira)	Domingos de Sousa Melo, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corilli

A percepção dos docentes e discentes em relação as salas de aula foram levantadas nos questionários aplicados, onde foram apresentadas 12 (doze) impropriedades de múltipla escolha: excesso de alunos em sala de aula, ambiente quente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, pintura danificada e/ou inexistentes, pouca iluminação na sala de aula (lâmpadas queimadas ou insuficientes), muito barulho dentro da escola (alunos fora da sala de aula, acústica entre as salas, etc), dimensões de portas inadequadas para PcD (pessoas com deficiência), parte elétrica danificada (fiação exposta), mobiliário danificado (mesas e cadeiras,

etc.), mobiliário insuficiente (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras e infiltrações e outros, a fim de que estes pudessem evidenciar quais seriam as ocorrências mais significativas. Abaixo demonstra-se percentualmente os resultados:

**Maiores impropriedades encontradas na sala de aula na percepção dos docentes e discentes das 10 escolas pelo TCM, de 9 a 13/04/2018**



Registre-se que nesta questão, os respondentes poderiam destacar várias impropriedades por ordem de prioridade, justificando-se a superação de 100% na soma dos percentuais revelados.

Um dos itens importantes a ser considerado na sala de aula é a climatização<sup>1</sup>. Estudar em salas de aulas com altas temperaturas é desconfortável, pois o calor constante causa irritabilidade, impaciência, sonolência, cansaço e até mesmo falta de ar, as altas temperaturas afetam não só o aprendizado dos alunos como a saúde dos mesmos e dos profissionais da educação.

O principal fator de insatisfação de docentes e discentes, conforme demonstrado no gráfico acima é ambiente quente, vez que 74,07% (setenta e quatro inteiros e sete centésimos por cento) dos 27 professores entrevistados, informaram que as salas de aula em que lecionam são muito quentes, e, 81,42% (oitenta e um inteiros e quarenta e dois por cento) dos 226 alunos que responderam ao questionário, reafirmaram o excesso de calor nas salas de aula. Registre-se que a alta temperatura nas salas de aulas prejudica a permanência, a atenção e a aprendizagem e interfere diretamente no bem-estar e desempenho dos alunos e professores.

Eis as maiores impropriedades detectadas individualizadas por escola:

**Maiores impropriedades na percepção dos discentes e docentes individualizados por Escola:**

Maiores Impropriedades em sala de aula	Docentes	Discentes
Ambiente quente	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado

<sup>1</sup> Climatização é o processo de fazer com que um meio ambiente qualquer permaneça numa faixa de temperatura simpática aos organismos biológicos que se quer preservar.

Mobiliário danificado (mesas, cadeiras, etc.)	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves e Francisco Alves dos Reis	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Barulho dentro da escola (alunos fora da sala de aula, acústica entre as salas, etc.)	Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
parte elétrica danificada (fiação exposta)	-	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
pintura danificada e/ou ausente	Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves e Pe. Paulo Corolli	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
pouca iluminação na sala de aula (lâmpadas queimadas ou insuficientes)	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
janelas e/ou portas danificadas	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves e José Maria Machado	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro e Pe. Paulo Corolli
mobiliário insuficiente (mesas, cadeiras, etc.)	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
dimensões de portas para PPD (pessoas portadoras de deficiência) inadequadas	-	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
mobiliário inadequado (mesas, cadeiras, etc.)	-	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado

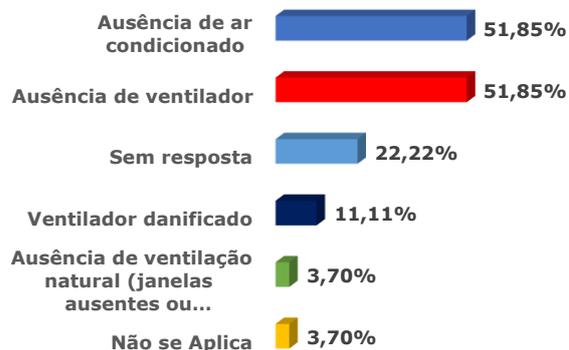
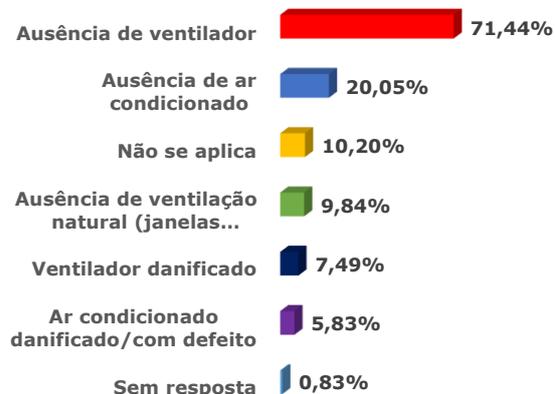
Verificou-se que as salas de aula de todas as escolas auditadas pelo TCM foram diagnosticadas com problemas de climatização. As escolas EMEF Casa Dos Anjos, EMEF Francisco Alves Dos Reis, EMEF José Maria Machado, EMEF Pe. Paulo Corolli, EMEF Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros e EMEF Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo estavam com os ventiladores danificados, as EMEF Domingos de Sousa Melo, EMEF Dr. Edgar Cordeiro e EMEF Raimundo Martins Filho estavam com os aparelhos de ar-condicionado danificados, enquanto a EMEF Regina Gonçalves não possuía ventiladores e nem ar condicionado.

Pelos percentuais significativos apresentados acima, em que alunos e professores apontam ambiente quente como a principal impropriedade detectada nas salas de aula das unidades escolares auditadas a equipe de auditores levantou as causas e constatou:

**Percentual dos Discentes e Docentes entrevistados, quanto as causas do ambiente quente, apontada como a principal impropriedade detectada nas salas de aula das escolas auditadas pelo TCM, no período de 09 a 13/04/2018**

**Discentes**

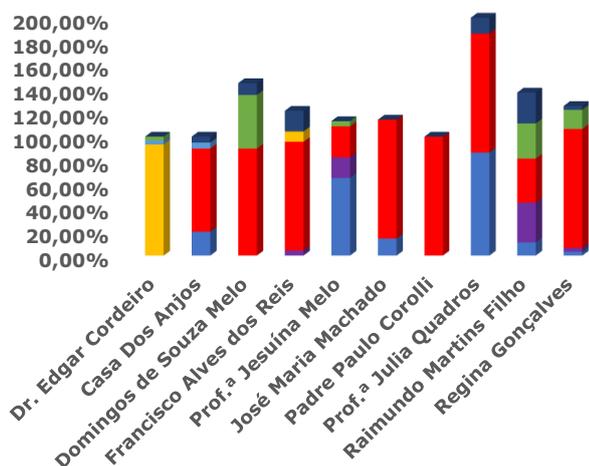
**Docentes**



Os gráficos acima evidenciam que tanto na percepção do docente, quanto do discente, ventilador danificado e/ou ausente, bem como a ausência de ar condicionado foram apontadas como principais causas do ambiente quente nas salas de aulas, embora em percentuais diferenciados.

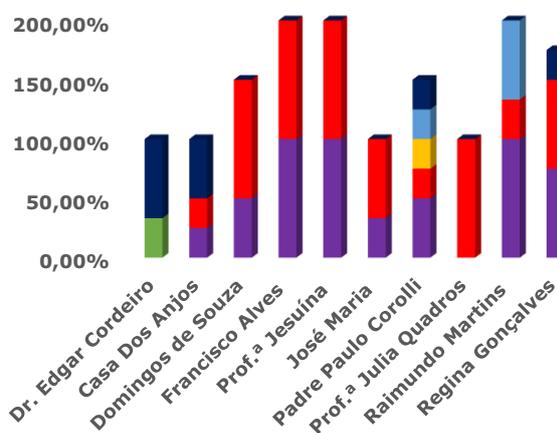
**Percentual dos Discentes e Docentes entrevistados, quanto as causas do ambiente quente, individualizadas por escola auditadas pelo TCM, no período de 09 a 13/04/2018 e apresentadas por categoria e por impropriedades constatadas.**

**Discentes**



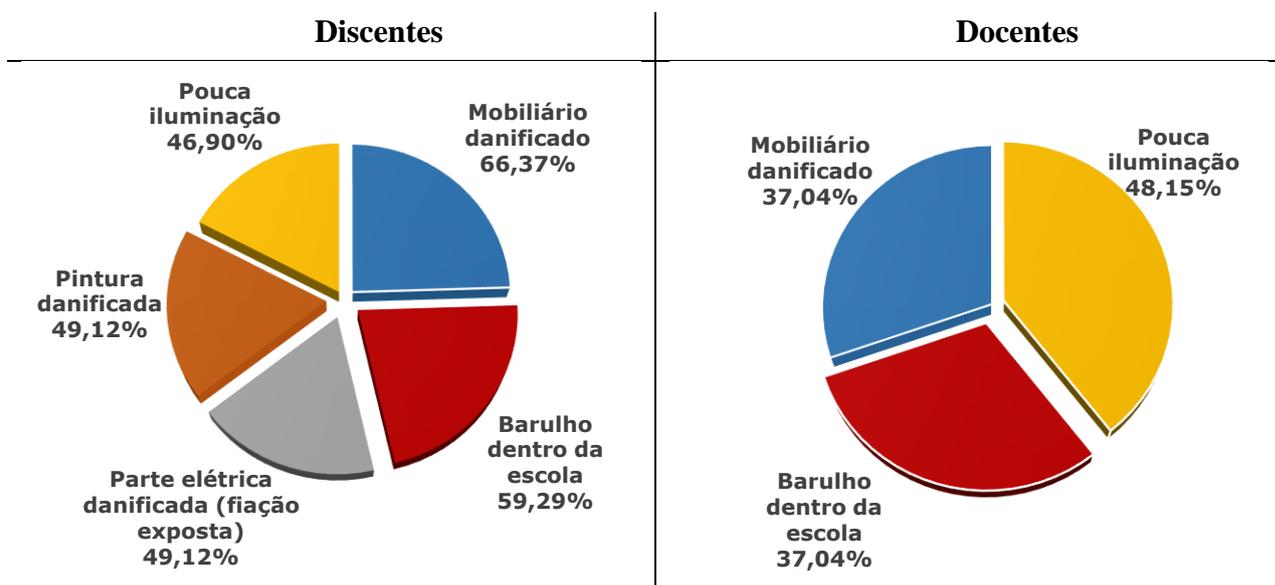
- Ventilador danificado
- Ausência de ventilação natural
- Sem resposta
- Não se aplica
- Ausência de ventilador
- Ar condicionado danificado/com defeito
- Ausência de ar condicionado

**Docentes**



- Ausência de ventilação natural
- Sem resposta
- Não se aplica
- Ausência de ventilador
- Ausência de ar condicionado

**A percepção dos docentes e discentes entrevistados, quanto as demais impropriedades detectadas nas salas de aulas das escolas auditadas pelo TCM, no período de 09 a 13/04/2018**



Dos gráficos apresentados depreende-se que, embora em percentuais diferenciados, o mobiliário danificado, a pouca iluminação e o barulho dentro da escola foram as impropriedades que coincidiram na percepção dos docentes e discentes, sendo que estes últimos apontaram ainda, a pintura danificada e parte elétrica com percentuais significativos de 49,12%.

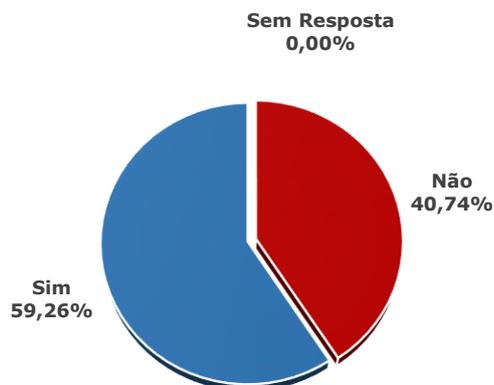
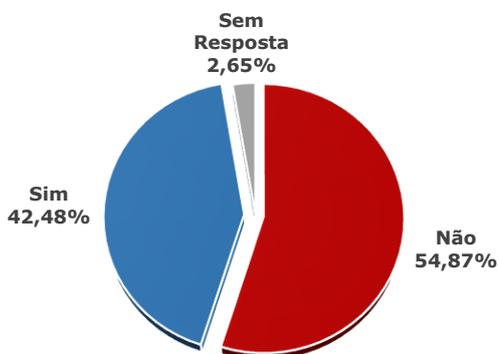
Insta mencionar que o barulho dentro da escola é proveniente, segundo relato dos docentes, da acústica entre as salas de aula e dos alunos fora da sala em horário de aula, o que prejudica o andamento das aulas, o rendimento dos alunos e a saúde dos professores.

Merece destaque também a questão dos mobiliários, onde 66,37% dos discentes e 37,04% dos docentes apontaram como um dos principais problemas encontrados na sala de aula. E, considerando sua importância no contexto ensino aprendizagem buscou-se verificar a suficiência de mobiliário (mesas e cadeiras/carteiras), avaliando-se a quantidade existente, bem como a existência de mobiliários danificados.

E ao serem questionados, os docentes e discentes, se manifestaram expressamente conforme segue:

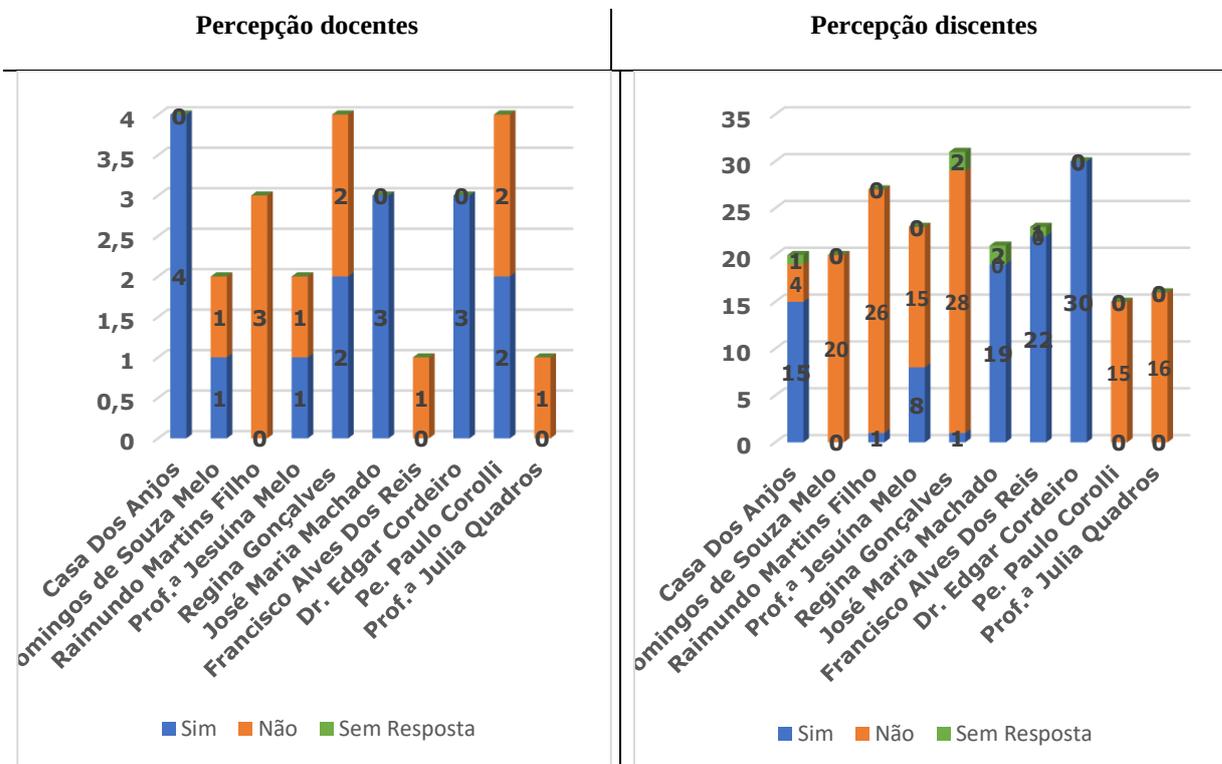
**Suficiência de mobiliário na percepção dos docentes e discentes entrevistados nas das 10 escolas auditadas pelo TCM, de 9 a 13/04/2018**

Discentes	Docentes
-----------	----------



Para dar mais transparência a essa impropriedade apresenta-se a seguir sua individualização por escola.

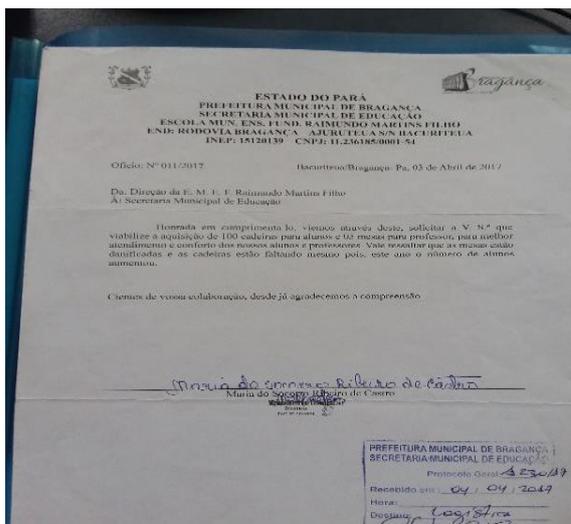
**Suficiência de mobiliário na percepção dos docentes e discentes entrevistados das 10 escolas auditadas pelo TCM, de 9 a 13/04/2018**



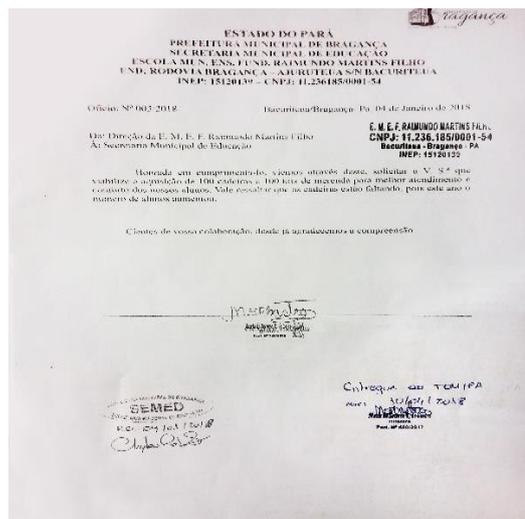
Faz-se imprescindível destacar que a EMEIF Padre Paulo Corolli possui um número insuficiente de carteiras escolares, merece destaque também, o Ofício nº 04/2018,

ratificado pelo 08/2018, ambos encaminhados pela gestão à SEMED solicitando entre outras coisas 100 carteiras escolares para suprir as necessidades momentâneas.

Merece destaque também, o insuficiente número de carteiras escolares para os alunos e mesas com cadeiras para os professores da EMEF Raimundo Martins Filho, a qual por meio do Ofício nº 011/2017, ratificado pelo Ofício nº 003/2018, apresentados abaixo, solicita a SEMED a aquisição de 100 carteiras para os alunos e 05 mesas com cadeiras para os professores. Registre-se que nessa escola encontrou-se, inclusive, alunos escrevendo sobre as pernas devido à ausência do braço de apoio em parte das carteiras escolares existentes, conforme abaixo:



Data:03/04/2017 Nº do ofício 011/2017



Data:04/01/2018 Nº do ofício 003/2018



Mobiliário danificado, inadequado e excesso de alunos



Raimundo Martins Filho

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nas salas de aula nas dez escolas auditadas:

### 1) Ar-condicionado/ Ventilador danificado



Dr. Edgar Cordeiro



Francisco Alves Dos Reis



Casa dos Anjos



Domingos de Sousa Melo

## 2) Mobiliário danificado



Pe. Paulo Corolli



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros



Prof.<sup>a</sup> Jesuina Melo

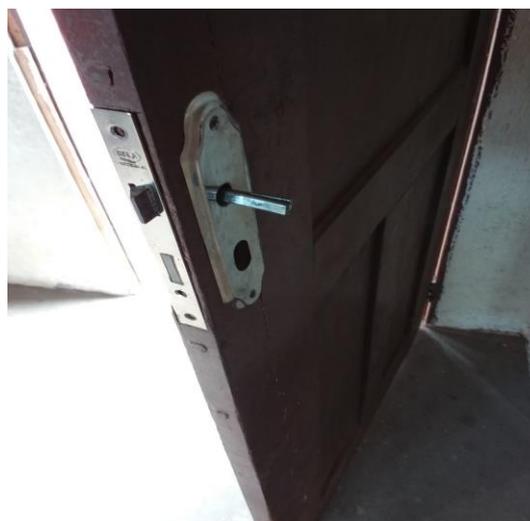


Raimundo Martins Filho

### 3) Portas e janelas danificadas



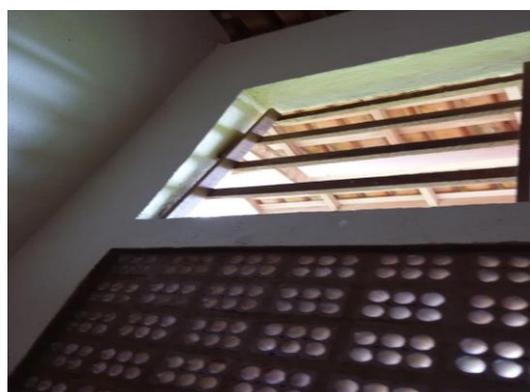
Raimundo Martins Filho



Regina Gonçalves



Pe. Paulo Corolli



Domingos de Sousa Melo

### 4) Lâmpadas queimadas e ausentes



Pe. Paulo Corolli



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

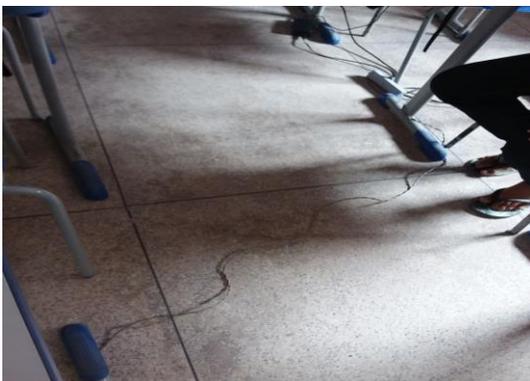


Raimundo Martins Filho



Regina Gonçalves

### 5) Fiações expostas



Dr. Edgar Cordeiro



Francisco Alves Dos Reis



José Maria Machado



Pe. Paulo Corolli

### 6) Pintura danificada



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros



Raimundo Martins Filho



Regina Gonçalves



Domingos de Sousa

### 7) Infiltrações



Pe. Paulo Corolli



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo

### 8) Forro ausente



Domingos de Sousa Melo



Regina Gonçalves

## 9) Cobertura danificada



Francisco Alves Dos Reis



Pe. Paulo Corolli

Merece destaque o relato dos docentes e discentes da escola Padre Paulo Corolli que alegaram que as aulas precisam ser paralisadas, durante o período chuvoso, em virtude da quantidade de goteiras existentes nas salas de aulas, conforme foto a seguir:



Sala de aula da escola Pe. Paulo Corolli



Sala de aula da escola Pe. Paulo Corolli

Faz-se imprescindível destacar que a gestão da EMEIF Padre Paulo Corolli oficializou, Ofício nº 04/2018, ratificado pelo 08/2018, à SEMED solicitando, entre outras coisas, em caráter de urgência a reforma do telhado, haja vista os problemas de goteiras existentes nas salas de aulas.

### 5.2.2 Laboratório/Sala de Informática

O laboratório/sala de informática é uma extensão da sala de aula, possui natureza pedagógica e destina-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades escolares, como forma de democratizar e universalizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, incorporando a cultura do uso consciente, interdisciplinar e responsável desses recursos, bem como tornam possível ao professor dinamizar o processo de ensino-aprendizagem com aulas mais criativas e motivadoras.

Para isso é imprescindível que os computadores possuam acesso à internet, com uma boa velocidade, capaz de propiciar conforto e agilidade. Esse ambiente necessita de professor regente, o qual deve estar à disposição para auxiliar os alunos e resolver problemas que venham a ocorrer durante a utilização do computador.

Registre-se que todos os alunos devem ter direito de utilizar o laboratório/sala de informática e, por ser um ambiente de uso coletivo deve possuir regras de utilização estipuladas em conjunto com a equipe pedagógica e administrativa.

Nesse norte, com a implementação do Programa TCM-PA nas escolas, a equipe de auditoria, avaliou as condições de infraestrutura e apresenta abaixo os dados referentes à existência, estado e disponibilidade de equipamentos, bem como a utilização dos laboratórios de informática.

#### **a) Existência do Laboratório/Sala de informática**

No Município de Bragança, das 10 (dez) Escolas auditadas, verificou-se que 50%, que equivale a 5 (cinco) escolas, não possuem efetivamente laboratório de informática por não possuírem sequer espaço físico (Prof.<sup>a</sup> Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, Francisco Alves dos Reis, José Maria Machado Cardoso e Pe. Paulo Corolli), 01 (uma) apesar de possuir o espaço utiliza-o como depósito (Domingos de Souza Melo) e 01 (uma) os equipamentos antigos estavam com defeitos (Dr. Edgar de Souza Melo) e Apenas 3 (três) possuem efetivamente laboratórios de informática (Prof.<sup>a</sup> Júlia Quadros Peinado, Casa dos Anjos e Raimundo Martins Filho).

#### **b) Equipamentos existentes e disponíveis nos Laboratórios/Salas de informática**

Os auditores do TCM verificaram os equipamentos existentes no laboratório/sala de informática das 04 (quatro) escolas auditadas que possuem o ambiente e quantificou os equipamentos existentes e constatou:

##### **Quantidade de equipamentos de informática existentes no laboratório/sala de informática por unidade escolar, de 9 a 13/04/2018**

<b>Equipamentos existentes / Escolas</b>	<b>Prof.<sup>a</sup> Júlia Peinado</b>	<b>Casa dos Anjos</b>	<b>Raimundo M. Filho</b>	<b>Dr. Edgar de Souza Melo (c/defeitos)</b>
CPU (estação de trabalho)	10	10	12	15
Monitor (terminal de trabalho)	14	14	20	14
Teclado	15	12	20	13
Mouse	14	08	20	12
Estabilizador	06	09	-	08

A Escola Edgar de Souza Melo apesar de possuir o espaço destinado ao laboratório/sala de informática o mesmo não está sendo utilizadas pelos alunos e professores em virtude da inadequação dos equipamentos de informática que apresentam defeitos, deixando-o sem utilidade/funcionamento pela falta de manutenção e reposição desses equipamentos.

#### **c) Manutenção dos equipamentos dos Laboratórios/Salas de informática**

Ao serem questionados sobre a realização de manutenções, 30% dos gestores das escolas auditadas, Profa. Júlia Quadros Peinado, Casa dos Anjos e Raimundo Martins Filho informaram a inexistência de manutenções preventivas periódicas nos equipamentos de

informática, existindo, tão somente, o reparo, quando solicitado, no momento em que os equipamentos apresentam defeitos.

Importante frisar que a conservação e manutenção eficiente dos equipamentos dos laboratórios de informática são fundamentais para alcançar plena condição do uso pedagógico por parte da comunidade escolar.

### 5.2.3 Biblioteca

A biblioteca escolar é um ambiente de estudo, considerado uma extensão da sala de aula, e sua função é favorecer o desenvolvimento curricular; estimular a criatividade, o espírito crítico e a construção do conhecimento, contribuindo para a formação integral do indivíduo, capacitando-o a viver em um mundo em constante evolução.

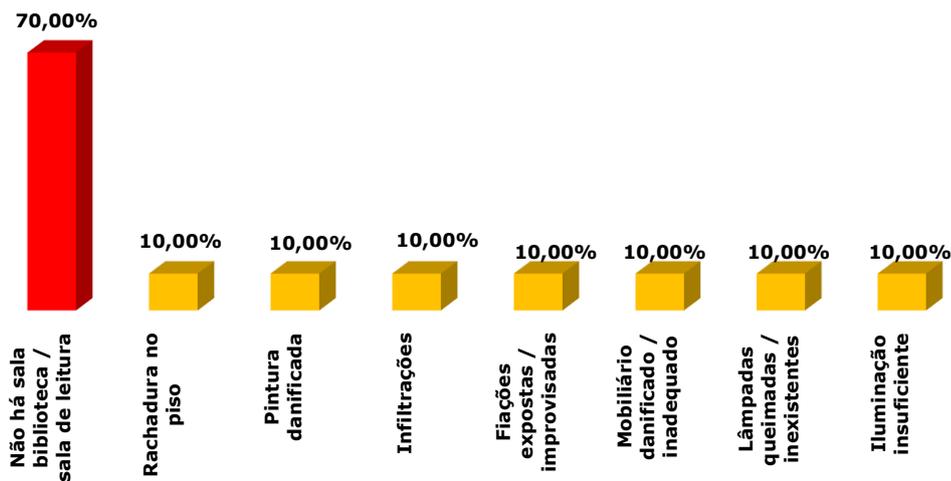
Para assegurar um ambiente agradável e propício à leitura e aprendizagem dos alunos, a biblioteca escolar deve ser um espaço acessível e amplo, bem distribuído, com fácil circulação, com mobiliário adequado, com boa iluminação (artificial e natural), ventilação adequada (artificial e natural), com recursos tecnológicos e informacionais adequados (bibliográficos e multimeios) e não deve sofrer com interferências externas, como barulhos vindos da escola ou da rua.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da biblioteca nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 19 (dezenove) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, outras ocorrências e obras em execução.

Cabe ressaltar que 7 (sete) das 10 (dez) escolas auditadas não possuem bibliotecas e/ou salas de leituras. São elas: Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, Pe. Paulo Corolli, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis, Regina Gonçalves Ferreira e Prof.<sup>a</sup> Jesuína do Rosário Melo.

As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nas bibliotecas / salas de leitura das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

#### **Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas nas bibliotecas/salas de leitura das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, no período de 9 a 13/04/2018**



Individualizando as impropriedades por escola teríamos:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Não há biblioteca / sala de leitura	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
Rachadura no piso	Prof.ª Julia Quadros Reinado
Pintura danificada	Prof.ª Julia Quadros Reinado
Infiltrações	Casa dos Anjos
Fiações expostas / improvisadas	Dr. Edgar Cordeiro
Mobiliário danificado / inadequado	Dr. Edgar Cordeiro
Lâmpadas queimadas / inexistentes	Dr. Edgar Cordeiro
Iluminação insuficiente	Casa dos Anjos

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nas bibliotecas / sala de leitura das três escolas auditadas que possuem esse ambiente:

### 1) Rachadura no piso



Prof.ª Julia Quadros

### 2) Pintura danificada



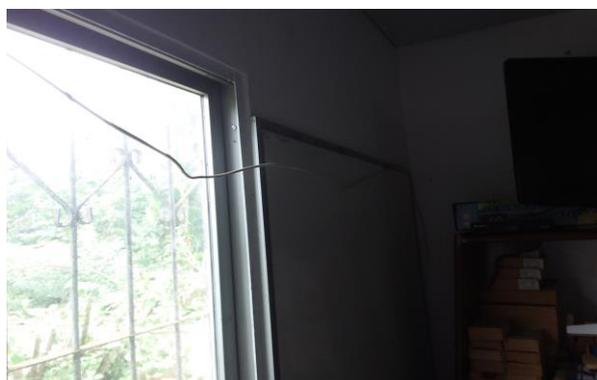
Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 3) Infiltração e iluminação insuficiente



Casa dos Anjos

### 4) Fiações expostas / improvisadas



Dr. Edgar Cordeiro

### 5) Mobiliário danificado



Dr. Edgar Cordeiro

## 6) Lâmpadas queimadas



Dr. Edgar Cordeiro

### 5.2.4 Banheiros

O ambiente destina-se à higiene dos alunos, professores e funcionários da escola, durante o período das aulas, e da comunidade escolar, durante as reuniões e atividades festivas e assim como todos os outros espaços da escola, ele também deve ser um ambiente de aprendizagem.

As instalações hidráulicas e sanitárias das Unidades Escolares devem ter a capacidade de garantir a distribuição da água e o esgotamento dos dejetos. Portanto, torna-se imprescindível a manutenção dessas instalações para o bom funcionamento dos equipamentos hidráulicos e sanitários como vaso sanitário, descarga, torneira e lixeira.

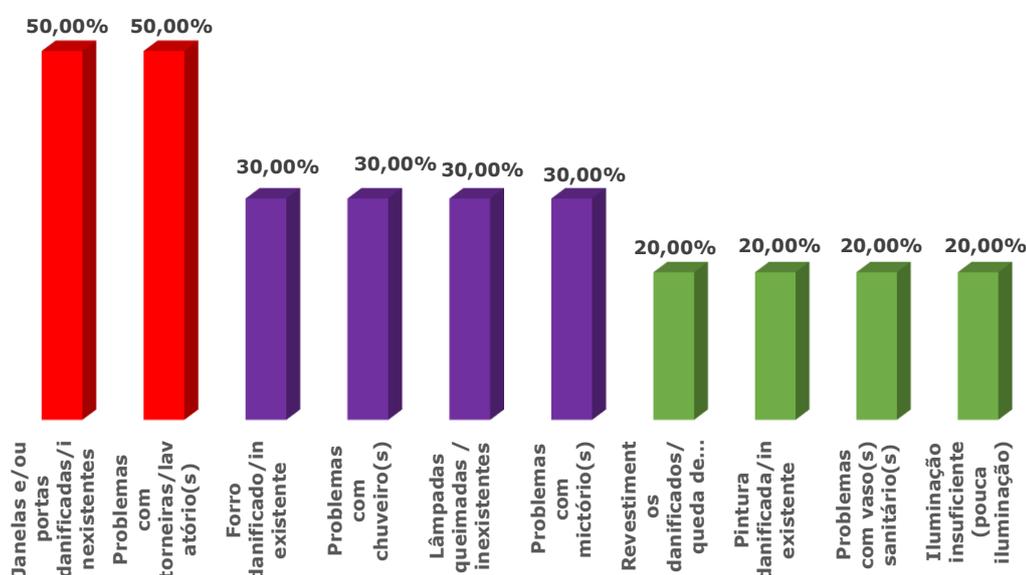
As portas e paredes rabiscadas e descascadas, os trincos quebrados, os vazamentos e mau cheiro, indicam a falta de cronograma de manutenção predial e dos equipamentos, associado a deficiente limpeza realizada nos banheiros.

Para assegurar boas condições de utilização do ambiente pela comunidade escolar, cabe à equipe gestora planejar um bom cronograma de manutenção predial e de equipamentos.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais dos banheiros nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 24 (vinte e quatro) impropriedades de

múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, vazamentos, drenagem, problemas com vasos sanitários, mictórios, chuveiros, torneiras e lavatórios, equipamentos sanitários insuficientes, outras ocorrências e obras em execução. As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nos banheiros das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

**Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas nos Banheiros das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018**



Abaixo apresenta-se as impropriedades encontradas na em cada Unidade Escolar auditada pelo TCM:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Portas danificadas/inexistentes	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves e Francisco Alves dos Reis
Problemas com torneiras/lavatórios	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves e Pe. Corolli
Forro danificada/inexistente	Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, José Maria Machado e Francisco Alves dos Reis
Problemas com chuveiros	Raimundo Martins Filho, Francisco Alves dos Reis e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros
Lâmpadas queimadas/inexistente	Casa dos Anjos, José Maria Machado e Pe. Paulo Corolli
Problemas com mictórios	Domingos de Sousa Melo, Dr. Edgar Cordeiro e Regina Gonçalves
Revestimentos danificados/queda de reboco	Dr. Edgar Cordeiro e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros
Pintura danificada/ inexistente	Domingos de Sousa Melo e Regina Gonçalves
Problemas com vasos sanitários	Regina Gonçalves e Pe. Paulo Corolli
Iluminação insuficiente (pouca iluminação)	Regina Gonçalves e Pe. Paulo Corolli

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nos banheiros das dez escolas auditadas:

**1) Portas danificadas**



Raimundo Martins Filho



Domingos de Sousa Melo

## 2) Impropriedades com torneiras/lavatórios



Raimundos Martins Filho



Domingos de Sousa Melo

## 3) Forros danificados



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo



José Maria Machado

## 4) Impropriedades com chuveiros



Francisco Alves Dos Reis



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 5) Lâmpadas queimadas e ausentes



Casa Dos Anjos



Pe. Paulo Corolli

### 6) Impropropriedades nos mictórios



Domingos de Sousa Melo

### 7) Revestimentos danificados



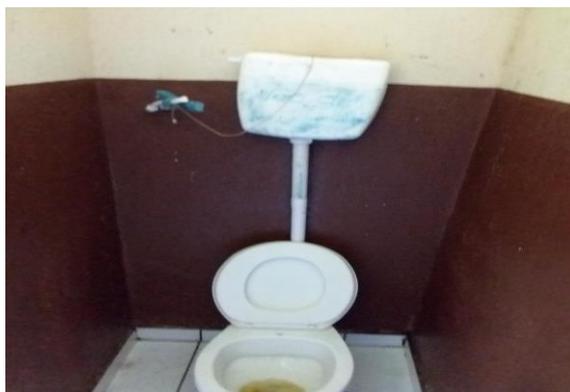
Dr. Edgar Cordeiro

### 8) Pinturas danificadas



Domingos de Sousa Melo

### 9) Impropriedades nos vasos sanitários e descargas



Regina Gonçalves

Vale registrar que a unidade escolar Dr. Edgar de Souza Cordeiro possui apenas 02 (dois) banheiros, sendo 01 (um) único banheiro para atender alunos e alunas e 01 (um) outro destinado aos servidores em geral, enquanto que na escola Regina Gonçalves Ferreira os banheiros dos alunos são compartilhados com os servidores.

A escola Domingos de Sousa Melo apresentou principalmente irregularidades quanto: as portas desse ambiente e mictórios. Já a escola Regina Gonçalves foi quanto ao sistema de descarga dos vasos sanitários.

Ante as constatações efetuadas a equipe de auditoria ressalta que a falta de manutenção nas instalações hidros sanitárias causam transtornos e desconforto, além de riscos à saúde dos usuários, principalmente dos alunos, originadas pelas ocorrências de: vazamentos, tubulações entupidas, mau cheiro e baixa vazão d'água nos vasos sanitários e mictórios, impropriedades observadas nas escolas municipais de Bragança. Daí decorre a necessidade de desobstrução do sistema de descarga dos vasos sanitários e do bom funcionamento dos mictórios, torneiras e lavatórios de modo a evitar o desperdício de água originadas de vazamentos, que contribuem sobremaneira para o uso racional da água e ajudam na manutenção do espaço limpo, seguro e sem contaminação.

### **5.2.5 Refeitório**

É o ambiente onde alunos, ou melhor, a comunidade escolar realiza seus lanches e refeições e por isso deve ser um ambiente acolhedor, agradável e limpo e deve funcionar como um espaço de socialização e convívio, podendo ser um importante instrumento no processo de aprendizado dos alunos.

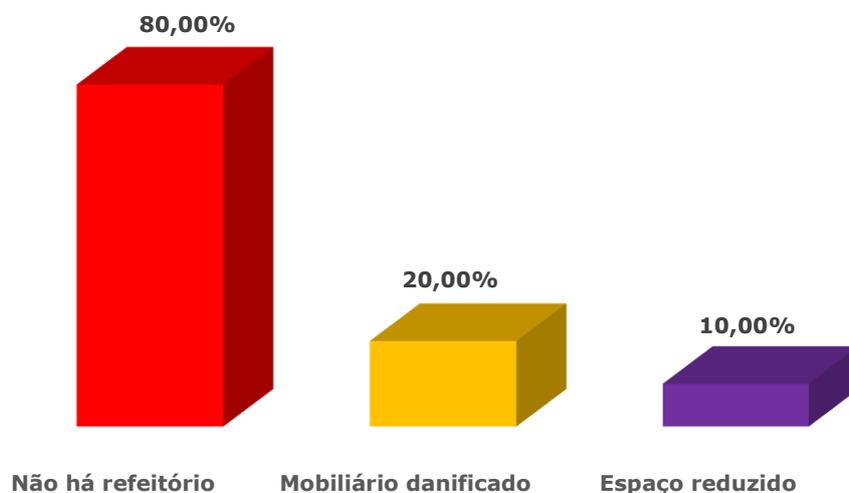
O refeitório deve ser instalado em local apropriado com comunicação direta com a cozinha e deve ser afastado das instalações sanitárias e de locais insalubres ou perigosos.

A área do refeitório deve ser adequada ao número de turmas/alunos existentes na escola, dimensionado de forma que as mesas e cadeiras (ou bancos) tenham o espaçamento correto entre si, evitando encontros e quedas e as peças do mobiliário deverão ter alturas pensadas em função de cada faixa etária valorizando a autonomia dos alunos e evitando posturas incorretas ou inadequadas que possam gerar danos à saúde, as mesas devem ser de tampo liso, material impermeável e lavável. Deve possuir pias individuais ou coletivas instaladas nas proximidades do refeitório ou nele próprio, o revestimento de piso deve ser seguro (evitando quedas), de fácil manutenção e de cores adequadas às atividades desenvolvidas neste espaço de forma que valorizem a calma e a tranquilidade.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais do refeitório nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 21 (vinte e uma) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, vazamentos, espaço reduzido, instalações sanitárias e/ou vestiários em comunicação com o refeitório, outras ocorrências e obras em execução.

Após as avaliações realizadas “in loco” as maiores e mais significativas ocorrências encontradas nos refeitórios das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas no Refeitório das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Abaixo apresenta-se as impropriedades encontradas em cada Unidade Escolar auditada pelo TCM:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Não há refeitório	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
Mobiliário danificado	Casa Dos Anjos e Prof.ª Julia Quadros
Espaço reduzido	Casa Dos Anjos

O refeitório nas escolas deve ter capacidade de atender os alunos que consomem a merenda escolar, no tempo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o cronograma estabelecido pela escola.

Para auferir a capacidade de atendimento do refeitório das escolas auditadas, foi primeiramente, verificado o número de lugares existentes no refeitório das escolas. A equipe de auditoria solicitou que os alunos sentassem em uma mesa fez a contagem do número de alunos, e posteriormente, multiplicou pelo número de mesas existentes no refeitório, para obter o total de lugares.

Registre-se que o tempo fixado pela SEMED para consumo da merenda escolar nas escolas públicas municipais é de 15 minutos.

Das 10 (dez) escolas auditadas, 08 (oito) não possuíam espaço ou estrutura adequada para um refeitório, portanto somente as escolas municipais Casa Dos Anjos e Prof.ª Julia Quadros tem estrutura de refeitório.

Abaixo demonstra-se, com base no critério acima especificado, o número de lugares existentes no refeitório das 2 (duas) escolas auditadas que possuem este ambiente.

### Número de lugares nos refeitórios nas 2 (duas) Escolas Municipais auditadas, de 9 a 13/04/2018

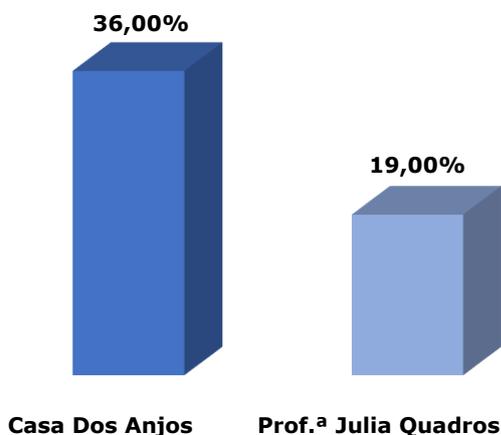
ESCOLAS	Nº lugares Refeitório
Casa Dos Anjos	40
Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros	48

Em seguida foi medido o percentual máximo de atendimento no refeitório das 02 escolas auditadas, utilizando-se o seguinte critério:

**Percentual máximo de atendimento = nº de lugares no refeitório/média do número de alunos presentes no turno de maior frequência X 100)**

Considerando-se a média do número de alunos presentes no turno de maior frequência informado pela direção e o tempo de 15 minutos fixado pela SEMED para consumo da merenda escolar, as escolas não têm capacidade para atender todos os alunos no turno de maior frequência, conforme verifica-se no gráfico abaixo:

**Percentual máximo de atendimento do refeitório nas 2 (duas) Escolas Municipais auditadas no período de 09 a 13/04/2018 que possuem esse ambiente.**



A Equipe de Auditoria do TCM, verificou nas escolas auditadas que parte dos alunos consumiam a merenda no refeitório, todavia, pela insuficiência de lugares outra parte ficava em pé próximo as mesas existentes ou em grupo encostados nas paredes ou ainda, se deslocavam a quadra esportiva e pátio das escolas.

As causas verificadas para a baixa capacidade de atendimento dos refeitórios são a insuficiência de mobiliário e o espaço reduzido.

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nos refeitórios das dez escolas auditadas:

### 1) Refeitórios inexistentes



Domingos de Sousa Melo



Raimundo Martins Filho

## 2) Mobiliário danificado e inadequado



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros- mobiliário inadequado



Casa Dos Anjos- mobiliário danificado e espaço reduzido

### 5.2.6 Cozinha

A Resolução nº 216/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA descreve que a estrutura física da cozinha deve ser projetada de forma a possibilitar um fluxo ordenado e sem cruzamentos em todas as etapas da preparação de alimentos e a facilitar as operações de manutenção, limpeza e, quando for o caso, desinfecção. O acesso a cozinha deve ser controlado e independente, não comum a outros usos.

As instalações físicas como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável e lavável. Devem ser mantidos íntegros, conservados, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, dentre outros e não devem transmitir contaminantes aos alimentos. Entre paredes e teto não devem existir aberturas que propiciem a entrada de pragas.

As portas e as janelas devem ser mantidas ajustadas aos batentes. As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático. As aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação de alimentos,

inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. As telas devem ser removíveis para facilitar a limpeza periódica.

As instalações devem ser abastecidas de água corrente e dispor de conexões com rede de esgoto ou fossa séptica. Quando presentes, os ralos devem ser sifonados e as grelhas devem possuir dispositivo que permitam seu fechamento.

As caixas de gordura e de esgoto devem possuir dimensão compatível ao volume de resíduos, devendo estar localizadas fora da área de preparação e armazenamento de alimentos e apresentar adequado estado de conservação e funcionamento.

A iluminação da área de preparação deve proporcionar a visualização de forma que as atividades sejam realizadas sem comprometer a higiene e as características sensoriais dos alimentos. As luminárias localizadas sobre a área de preparação dos alimentos devem ser apropriadas e estar protegidas contra explosão e quedas acidentais.

As instalações elétricas devem estar embutidas ou protegidas em tubulações externas e íntegras de tal forma a permitir a higienização dos ambientes.

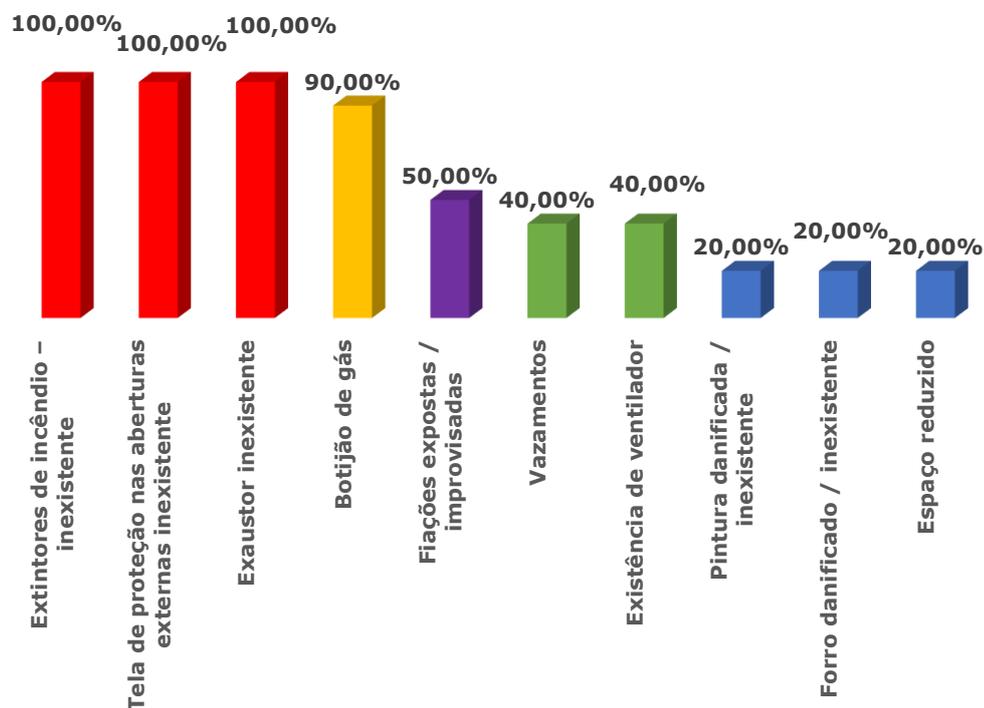
A ventilação deve garantir a renovação do ar e a manutenção do ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pós, partículas em suspensão, condensação de vapores dentre outros que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento. O fluxo de ar não deve incidir diretamente sobre os alimentos.

Os equipamentos e os filtros para climatização devem estar conservados. A limpeza dos componentes do sistema de climatização, a troca de filtros e a manutenção programada e periódica destes equipamentos devem ser registradas e realizadas conforme legislação específica.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da cozinha nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 26 (vinte e seis) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, vazamentos, espaço reduzido, exaustor danificado/inexistente, caixa de gordura no ambiente interno, tela de proteção nas aberturas externas inadequada/danificada/inexistente, botijão de gás no ambiente interno, extintores de incêndio inexistente/vencido, instalações sanitárias e/ou vestiários em comunicação com a cozinha, outras ocorrências e obras em execução.

As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nas cozinhas das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas na Cozinha das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Individualizando-se as impropriedades por escola tem-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Extintores de incêndio- inexistente	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Tela de proteção nas aberturas externas inexistente	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Exaustor inexistente	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Botijão de gás	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Fiações expostas / improvisadas	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, José Maria Machado e Pe. Paulo Corolli
Vazamentos	Domingos de Sousa Melo, Dr. Edgar Cordeiro, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Existência de ventilador	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Dr. Edgar Cordeiro e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Pintura danificada / inexistente	Domingos de Sousa Melo e Pe. Paulo Corolli
Forro danificado / inexistente	José Maria Machado e Francisco Alves dos Reis
Espaço reduzido	Regina Gonçalves e Francisco Alves dos reis

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nas cozinhas das seis escolas auditadas:

### 1) Tela de proteção nas aberturas externas inexistente



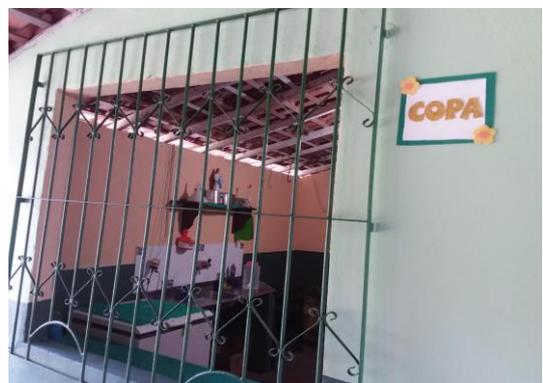
Casa Dos Anjos



Domingos de Sousa Melo



Dr. Edgar Cordeiro



José Maria Machado

### 2) Botijão de gás no ambiente interno



Pe. Paulo Corolli



Prof.ª Julia Quadros



Prof.ª Jesuína Melo



Raimundo Martins Filho

### 3) Fiações expostas/ improvisadas



José Maria Machado



Domingos de Sousa Melo



Pe. Paulo Corolli



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo

### 4) Vazamentos



Dr. Edgar Cordeiro



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 5) Existência de ventiladores



Raimundo Martins Filho



Domingos de Sousa Melo

### 6) Pintura danificada



Pe. Paulo Corolli

### 7) Forro ausente



Francisco Alves Dos Reis

### 8) Espaço reduzido



Regina Gonçalves

Avaliando-se especificamente os itens precedentes, observou-se que as condições de edificações/instalações, o espaço físico utilizado, o estado das paredes, o material dos pisos, ralos e canaletas, caixas de gordura, janelas, tetos e as instalações elétricas e hidráulicas oferecem riscos possíveis de contaminação cruzada.

### 5.2.7 Despensa / Depósito de alimentos

As mesmas regras estabelecidas pela Resolução nº 216/2004 da ANVISA para a estrutura física das cozinhas devem ser consideradas para as despensas de alimentos das Unidades Escolares.

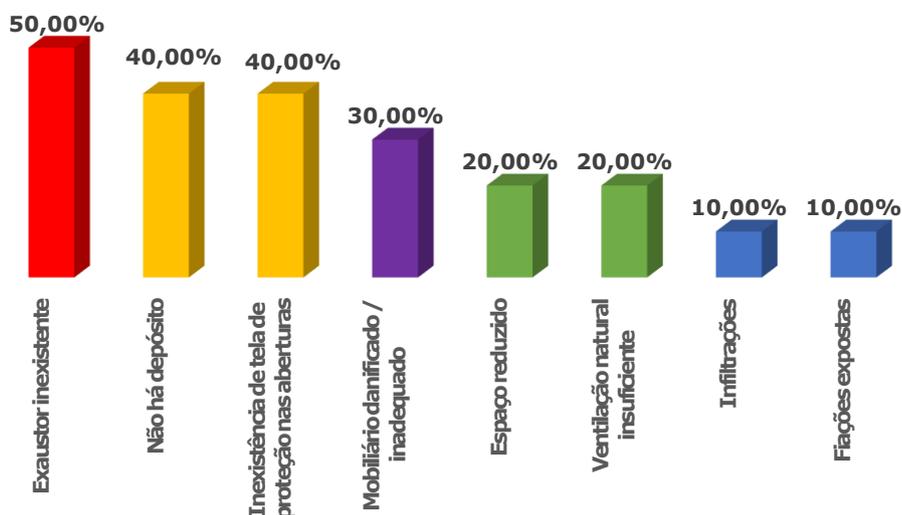
Registre-se que no caso da despensa o mais importante é garantir as melhores condições para a conservação dos alimentos. Nesse sentido, um item fundamental é a ventilação. Ela é garantida pela presença de janelas protegidas por telas milimetradas, exaustores, prateleiras abertas e estrados, usados para guardar grandes sacos com grãos ou farinhas, que não fiquem encostados no chão.

Frise-se, ainda, que as condições de edificações/instalações, o espaço físico utilizado para o armazenamento da merenda, o estado das paredes, o material dos pisos, janelas, teto e as instalações elétricas e hidráulicas podem oferecer riscos de contaminação e perda de alimentos, por isso a necessidade de manter este ambiente em bom estado de conservação.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da despensa de alimentos nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 24 (vinte e quatro) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/ inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/ inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, vazamentos, espaço reduzido, exaustor danificado/inexistente, caixa de gordura no ambiente interno, tela de proteção nas aberturas externas inadequada/danificada/inexistente, instalações sanitárias e/ou vestiários em comunicação com a despensa, outras ocorrências e obras em execução.

As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nas despensas/depósitos de alimentos das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

#### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas na Despensa/Depósito de Alimentos das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Individualizando-se as impropriedades por escola tem-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Não há despensa / depósito der alimentos	Francisco Alves dos Reis, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves e José Maria Machado
Exaustor danificado / inexistente	Casa dos Anjos, Domingos de Sousa Melo, Dr. Edgar Cordeiro, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Inexistência de tela de proteção nas aberturas	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Dr. Edgar Cordeiro e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros Reinado
Mobiliário danificado	Casa dos Anjos, Domingos de Sousa Melo e Pe. Paulo Corolli
Especo reduzido	Dr. Edgar Cordeiro e Pe. Paulo Corolli
Ventilação natural insuficiente	Casa dos Anjos e Pe. Paulo Corolli
Infiltrações	Casa dos Anjos
Fiações expostas/ improvisadas	Dr. Edgar Cordeiro

As unidades escolares Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Maria Machado Cardoso e Francisco Alves dos Reis, que representam 40% das escolas auditadas, não possuem a ambiente despensa / depósitos de alimento, dispondo, tão somente, de armários dentro das próprias cozinhas, conforme se verifica no item 6.2.3 que trata especificamente do assunto.

Frise-se que a falta de condições de armazenamento verificada nas despensas/ depósitos de alimentos das escolas auditadas, quer pela falta ventilação adequada, inexistência de exaustor e mobiliário danificado e inadequado, podem causar contaminação dos alimentos, e conseqüentemente a perda desses alimentos.

As fotos ilustrativas abaixo evidenciam as condições inadequadas de armazenamento de alimentos observada nas escolas auditadas no Município de Bragança:



Regina Gonçalves



Casa Dos Anjos



Domingos de Sousa Melo



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo

Na avaliação específica dos itens observou-se que as condições de edificações/instalações, o espaço físico utilizado para a armazenagem da merenda, o estado das paredes, o material dos pisos, as janelas, os tetos e as instalações elétricas e hidráulicas oferecem riscos possíveis de contaminação cruzada.

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nos depósitos de alimentos das seis escolas auditadas que possuem esse ambiente:

### 1) Tela de proteção de aberturas externas ausentes e ventilação insuficiente



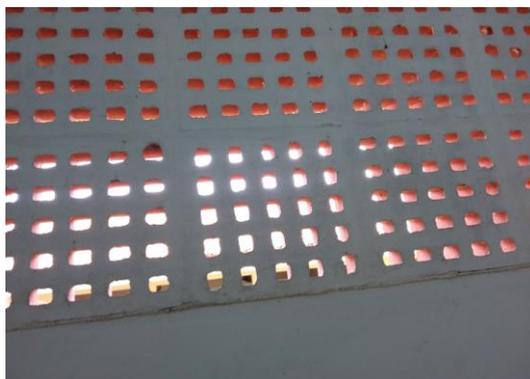
Casa Dos Anjos



Raimundo Martins Filho



Dr. Edgar Cordeiro



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 2) Mobiliário danificado



Casa Dos Anjos



Domingos de Sousa de Melo



Pe. Paulo Cordeiro

### 3) Espaço reduzido



Dr. Edgar Cordeiro

### 4) Infiltrações



Casa Dos Anjos

### 5) Fiações expostas



Dr. Edgar Cordeiro

### 5.2.8 Quadra de Esportes

A escola é um ótimo espaço para desenvolver o gosto das crianças e jovens pelas práticas esportivas e com isso garantir aos futuros adultos uma qualidade de vida melhor e pode servir, ainda, para reduzir a violência, combater o consumo de drogas, tirar as crianças das ruas e prevenir doenças degenerativas.

A quadra esportiva é o espaço físico onde são desenvolvidas as atividades físicas nas escolas. A cobertura, o revestimento e o nivelamento do piso, a iluminação, as instalações elétricas e os equipamentos esportivos devem estar sempre em bom estado de conservação.

Quanto ao nivelamento das quadras esportivas, devem ser evitados locais onde possa ocorrer acúmulo de água, o nivelamento correto do piso impede o acúmulo de água, o que garante a segurança dos usuários, já que o problema pode levar a quedas e lesões. Nesse sentido, o acabamento do piso - pintado ou revestido - deve ser objeto de cuidado especial. Deve ser prevista ainda, a drenagem adequada da quadra de forma a evitar alagamentos, tanto nela, como nas áreas ao seu redor.

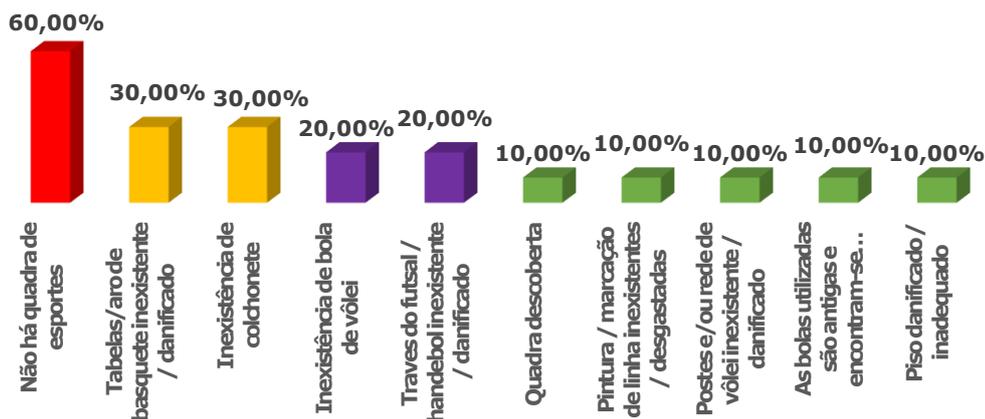
A instalação elétrica deve obedecer às normas da ABNT. A fiação deverá ser de cobre, com revestimento antichama, sendo a distribuição aparente através de eletrodutos de aço galvanizado. As luminárias deverão possuir proteção para as lâmpadas. A fixação dos eletrodutos e luminárias deverão garantir segurança e alinhamento. A iluminação de uma quadra deve ter níveis adequados de iluminamento, com o mínimo consumo de energia.

Os equipamentos esportivos para a prática de esportes como basquete, voleibol, futebol de salão, handebol, entre outros, devem estar dentro dos padrões técnicos estabelecidos para garantir a segurança e adequação das atividades a serem desenvolvidas.

No que concerne ao material esportivo, é necessário haver o fornecimento regular, garantindo aos professores de educação física, bem como aos alunos a utilização de bolas e equipamentos com qualidade e quantidade suficiente para as práticas esportivas.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da quadra de esportes nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 20 (vinte) impropriedades de múltipla escolha, a saber: iluminação insuficiente/inadequada, drenagem, fiações expostas/improvisadas, acesso a Quadra sem cobertura, lâmpadas queimadas, postes de vôlei inexistente, cobertura danificada, tabelas/aro de basquete inexistente/danificado, quadra descoberta, pintura/marcação de linha desgastadas, traves do futsal/handebol inexistente/danificado, piso danificado/inadequado, inexistência de bola de vôlei, as bolas utilizadas são antigas e encontram-se danificadas, inexistência de colchonete, inexistência de cones, inexistência de bola de futsal, utilização de apenas 1 bola na prática de esportes, outras ocorrências e obras em execução. As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nas quadras esportivas das escolas auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

### **Principais impropriedades constatadas nas condições estruturais das Quadras Esportivas das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018**



Individualizando-se as impropriedades por escola têm-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Não há quadra de esportes	Domingos de Sousa Melo, Prof. <sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro e Francisco Alves dos Reis
Tabelas/aro de basquete inexistente/ danificado	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho e Pe. Paulo Corolli
Inexistência de colchonete	Casa dos Anjos, Pe. Paulo Corolli e Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros
Inexistência de bola de vôlei	Casa dos Anjos e Pe. Paulo Corolli
Traves do futsal/ handebol inexistente/ danificado	Raimundo Martins Filho e Pe. Paulo Corolli
Quadra descoberta	Pe. Paulo Corolli
Pintura/ marcação de linhas inexistentes/ danificadas	Pe. Paulo Corolli
Postes e/ou rede de vôlei inexistente/ danificado	Pe. Paulo Corolli
As bolas são antigas e encontram-se danificadas	Pe. Paulo Corolli
Piso danificado/ inadequado	Pe. Paulo Corolli

Registre-se que 60% das unidades escolares: Domingos de Sousa Melo, Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro e Francisco Alves dos Reis não possuem quadra de esportes.

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nas quadras de esporte das seis escolas auditadas que possuem esse ambiente:

### 1) Tabelas/aro de basquete in-existent



Casa Dos Anjos



Raimundo Martins Filho



Casa Dos Anjos



Raimundo Martins Filho

## 2) Traves do futsal/ handebol danificados e inexistentes



Raimundo Martins Filho



Pe. Paulo Corolli

## 3) Quadra descoberta, pintura de marcação de linhas inexistente e piso danificado

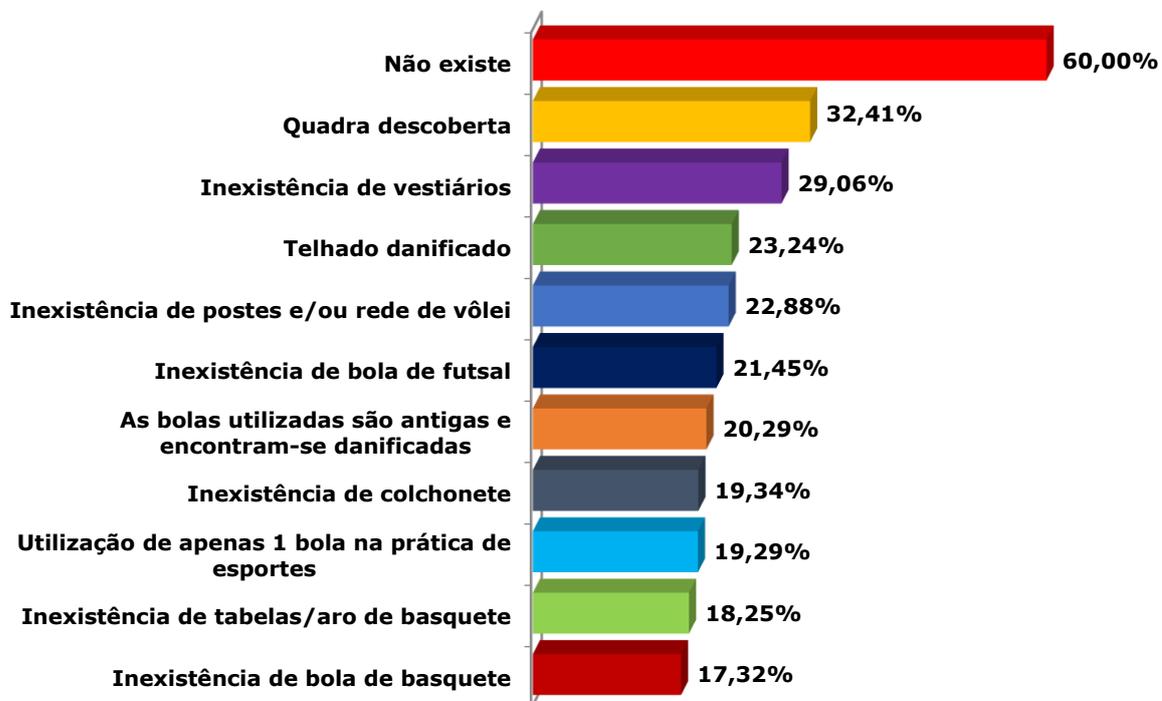


Pe. Paulo Corolli

Foi levantada a percepção dos discentes quanto à estrutura das quadras de esportes, por meio da apresentação de 18 (dezoito) impropriedades de múltipla escolha: quadra descoberta, piso danificado e/ou inadequado, marcação de linhas danificadas/inexistentes, telhado danificado, inexistência de vestiários, vestiários desativados e/ou utilizados em outra finalidade, inexistência de aros (bambolês), inexistência de cones, inexistência de bola de futsal, inexistência de traves do futsal/handebol, inexistência de bola de basquete, inexistência de tabelas/aro de basquete, inexistência de bola de vôlei inexistência de postes e/ou rede de vôlei, inexistência de colchonete, utilização de apenas 1 bola na prática de esportes, as bolas utilizadas são antigas e encontram-se danificadas e outras ocorrências.

A seguir demonstra-se as impropriedades mais significativas apontadas pelos alunos:

**Principais impropriedades constatadas, pela percepção dos alunos, nas quadras de esporte das 10 escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018**



Individualizando-se as impropriedades por escola têm-se:

Impropriedades	Casa Dos Anjos	Raimundo Martins Filho	Pe. Paulo Corolli	Prof. <sup>a</sup> Julia Quadros
Quadra descoberta	0,00%	0,00%	93,33%	0,00%
Inexistência de vestiários	35,00%	81,48%	0,00%	0,00%
Telhado danificado	30,00%	92,59%	0,00%	0,00%
Inexistência de postes e/ou rede de vôlei	0,00%	11,11%	0,00%	18,75%
Inexistência de bola de futsal	5,00%	11,11%	0,00%	0,00%
As bolas utilizadas são antigas e encontram-se danificadas	0,00%	85,19%	0,00%	0,00%
Inexistência de colchonete	0,00%	62,96%	0,00%	0,00%
Utilização de apenas 1 bola na prática de esportes	5,00%	40,74%	0,00%	0,00%
Inexistência de tabelas/aro de basquete	5,00%	14,81%	0,00%	0,00%
Inexistência de bola de basquete	25,00%	18,52%	0,00%	0,00%

Registre-se que embora se tenha oferecido a possibilidade aos alunos da escola Pe. Paulo Corolli marcarem várias alternativas quanto as impropriedades existentes na quadra de esportes 93,33% deles optaram por marcar tão somente a irregularidade quanto a quadra descoberta.

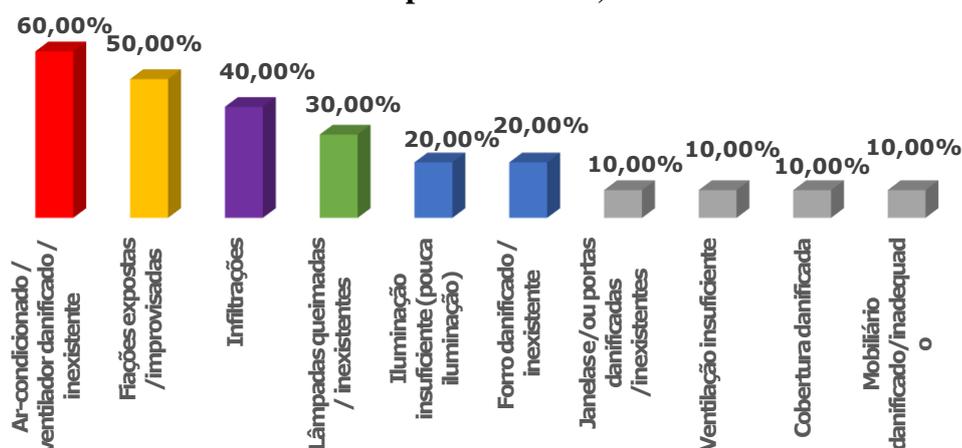
## 5.2.9 Área Administrativa

Para efeito de aplicação do Programa “TCM-PA nas Escolas” foi considerado como área administrativa: salas da direção, dos professores, da secretaria, da coordenação pedagógica, entre outras.

A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da biblioteca nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 19 (dezenove) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/inexistente, janelas e/ou portas danificadas/inexistentes, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, mobiliário danificado/inadequado (mesas e cadeiras, etc.), rachaduras, infiltrações, ar condicionado/ventilador danificado/inexistente, ventilação insuficiente, iluminação insuficiente, outras ocorrências e obras em execução.

As maiores e mais significativas ocorrências encontradas na área administrativa das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas na Área Administrativa das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Individualizando-se as impropriedades por escola tem-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Ar-condicionado/ventilador danificado/inexistente	Casa dos Anjos, Prof.ª Jesuína Melo, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros
Fiações expostas/ improvisadas	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro e Pe. Paulo Corolli
Infiltrações	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves e Pe. Paulo Corolli
Lâmpadas queimadas/ inexistente	Casa dos Anjos, Domingos de Sousa Melo e Pe. Paulo Corolli
Iluminação insuficiente (pouca iluminação)	Casa dos Anjos e José Maria Machado
Forro danificado/ inexistente	José Maria Machado e Pe. Paulo Corolli
Janelas e/ou portas danificadas/ inexistente	Pe. Paulo Corolli
Ventilação insuficiente	Regina Gonçalves
Cobertura danificada	Pe. Paulo Corolli
Mobiliário danificado/ inadequado	Prof.ª Jesuína Melo

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas nas áreas administrativas das dez escolas auditadas:

### 1) Ar-condicionado e ventilador danificado/ inexistente



Casa Dos Anjos



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo



Dr. Edgar Cordeiro

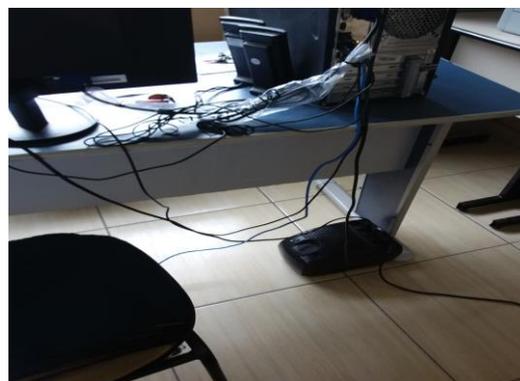


Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 2) Fiações expostas/ improvisada



Pe. Paulo Corolli



Raimundo Martins Filho

### 3) Infiltrações



Regina Gonçalves



Raimundo Martins Filho

#### 4) Lâmpadas queimadas/ inexistentes



Casa Dos Anjos



Domingos de Sousa Melo

#### 5) Forro danificado e inexistente

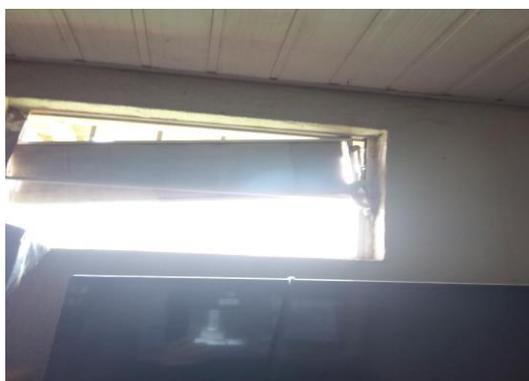


José Maria Machado



Pe. Paulo Corolli

#### 6) Janelas danificadas



Pe. Paulo Corolli

#### 7) Cobertura danificada



Pe. Paulo Corolli

### 8) Mobiliário danificado



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo

### 5.2.10 Áreas Externas / Circulação

Para efeito de aplicação do Programa “TCM-PA nas Escolas” foi considerado como área externa / circulação: calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas, entre outras.

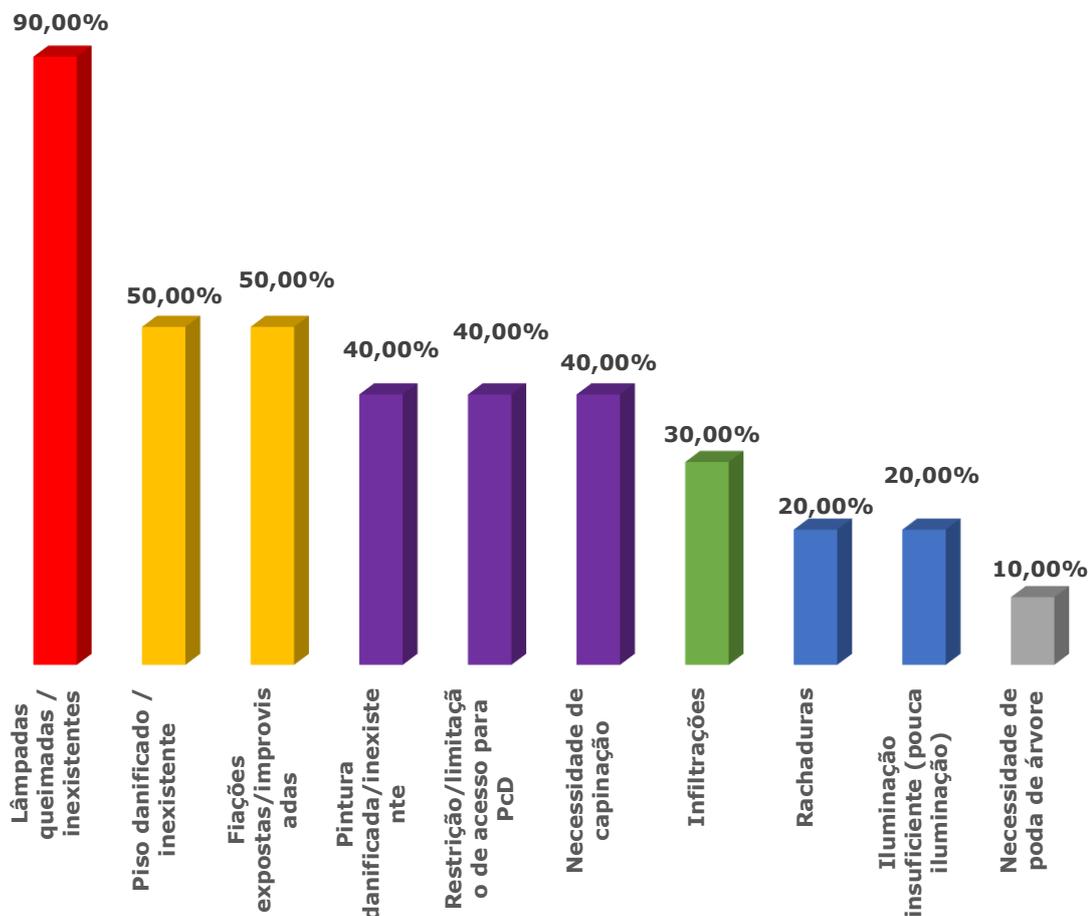
A equipe de auditoria para avaliar as condições estruturais da área externa/ circulação nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 16 (dezesseis) impropriedades de múltipla escolha, a saber: revestimento danificados/queda de reboco, queda de reboco com ferragem exposta, piso desgastado/danificado/ausente, pintura desgastada/danificada/ inexistente, forro danificado/inexistente, cobertura danificada (goteiras), lâmpadas queimadas/inexistentes, restrição/limitação de acesso para o PcD (pessoas com deficiência), fiação exposta/improvisada, necessidade de poda de árvore e capinação, outras ocorrências e obras em execução.

Há que se ressaltar que a EMEF José Maria Machado possuía uma obra que se encontrava paralisada há 5 anos por falta de recursos, e segundo informações da gestão escolar a mesma serviria como sala multifuncional, conforme ilustração a seguir:



As maiores e mais significativas ocorrências encontradas na área externa/ circulação das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas na Área Externa / Circulação das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Individualizando-se as impropriedades por escola tem-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Lâmpadas queimadas/ inexistentes	Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Piso danificado/ inexistente	Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Fiações expostas/ improvisadas	Raimundo Martins Filho, José Maria Machado, Dr. Edgar Cordeiro, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Pintura danificada/ inexistente	Domingos de Sousa Melo, Regina Gonçalves, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Restrição/ limitação de acesso para PcD	Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves, José Maria Machado e Francisco Alves dos Reis
Necessidade de capinação	Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves, José Maria Machado e Francisco Alves dos Reis
Infiltrações	José Maria Machado, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros Reinado
Rachaduras	José Maria Machado e Julia Quadros Reinado
Iluminação insuficiente (pouca iluminação)	Francisco Alves dos Reis e Pe. Paulo Corolli
Necessidade de poda de árvore	Raimundo Martins Filho

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das principais impropriedades detectadas na área externa / circulação nas seis escolas auditadas:

## 1) Lâmpadas queimadas e inexistentes



Casa Dos Anjos



Regina Gonçalves



Prof.ª Julia Quadros



José Maria Machado

## 2) Piso danificado



Raimundo Martins Filho



Dr. Edgar Cordeiro



Regina Gonçalves



Prof.ª Julia Quadros

### 3) Fiações expostas



Pe. Paulo Corolli



Raimundo Martins Filho



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros



Dr. Edgar Cordeiro

### 4) Pintura danificada



Domingos de Sousa Melo



Regina Gonçalves

### 5) Restrição/ limitação de acesso para PcD



Prof.<sup>a</sup> Jesuína Melo



José Maria Machado

### 6) Necessidade de capinação



Raimundo Martins Filho



Francisco Alves Dos Reis

### 7) Infiltrações



Pe. Paulo Corolli



José Maria Machado

### 8) Rachaduras



Prof.<sup>a</sup> Julia Quadros

### 9) Necessidade de poda de árvore



Raimundo Martins Filho

### 5.2.11 Estruturas de Fechamento Externo

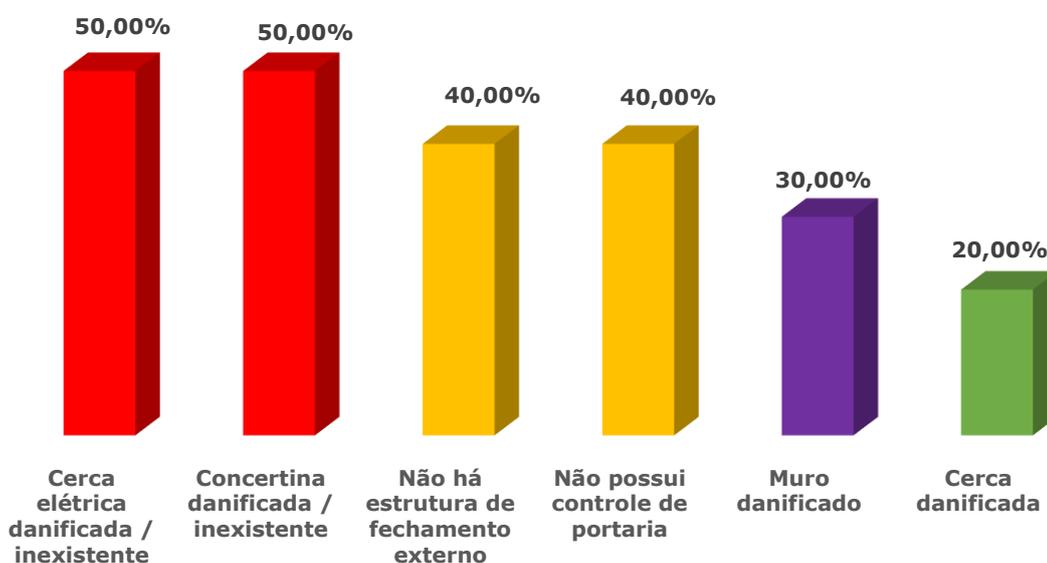
Furtos e assaltos nas escolas têm sido cada vez mais recorrentes, os danos ao patrimônio escolar são irreparáveis e incontáveis. Além disso, estes atos podem acarretar em transtornos físicos e morais aos alunos e colaboradores das instituições de ensino. Neste sentido, é importante que a escola tome medidas de segurança que possam garantir o bem-estar de todos, e para isto devem dispor do maior número possível de estruturas de fechamento externo e de equipamentos de segurança.

A instalação de cercas elétricas e concertinas, a existência de muros com altura apropriada e de controle de portaria nas escolas pode ajudar na segurança patrimonial e pessoal, inibindo a ação de desocupados, diminuindo a incidência de invasões indesejadas e a entrada de pessoas desconhecidas no ambiente escolar.

Registre-se que a instalação de cercas elétricas deve seguir os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, principalmente quanto a altura mínima do fio mais baixo, para evitar acidentes com moradores e pedestres, e a intensidade da corrente elétrica da cerca. Registre-se, ainda, que é importante que a utilização de cercas elétricas e concertina nas escolas sejam autorizadas por legislação municipal.

A equipe de auditoria para avaliar as condições das estruturas de fechamento externo nas diferentes unidades escolares utilizou um checklist com 16 (dezesseis) impropriedades de múltipla escolha, a saber: cerca elétrica danificada/inexistente, concertina danificada/inexistente, muro danificado/baixo/inexistente, grade danificada/inexistente, inexistência de controle de portaria, outras ocorrências, obras em execução. As maiores e mais significativas ocorrências encontradas nas estruturas de fechamento externo das unidades escolares auditadas podem ser graficamente visualizadas como segue:

#### Impropriedades nas Condições Estruturais Observadas na Estrutura de Fechamento Externo das 10 Escolas auditadas pelo TCM/PA, de 9 a 13/04/2018



Individualizando-se as impropriedades por escola tem-se:

IMPROPRIEDADES OBSERVADAS	UNIDADES ESCOLARES
Cerca elétrica danificada/ inexistente	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, José Maria Machado, Francisco Alves Dos Reis e Prof.ª Julia Quadros
Concertina danificada/ inexistente	Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo, José Maria Machado, Francisco Alves Dos Reis e Prof.ª Julia Quadros
Não há estrutura de fechamento externo	Domingos de Sousa Melo, Prof.ª Jesuína Melo, Regina Gonçalves e Dr. Edgar Cordeiro
Não possui controle de portaria	Casa Dos Anjos, Domingos de Sousa Melo, José Maria Machado e Francisco Alves Dos Reis
Muro danificado	Francisco Alves Dos Reis, Pe. Paulo Corolli e Prof.ª Julia Quadros
Cerca danificada	Domingos de Sousa Melo e Francisco Alves Dos Reis

Para fins ilustrativos apresenta-se a seguir algumas fotos das impropriedades detectadas na estrutura de fechamento interno nas seis escolas auditadas:

### 1) Inexistência de cerca elétrica e concertina



Domingos de Sousa Melo



Prof.ª Julia Quadros



José Maria Machado

### 2) Não há estrutura de fechamento externo



Domingos de Sousa Melo



Regina Gonçalves

### 3) Não possui controle de portaria



Francisco Alves dos Reis



Casa dos Anjos

### 4) Muro danificado



Francisco Alves dos Reis



Pe. Paulo Corolli

### 5) Cerca danificada



Domingos de Sousa Melo

## 5.2.12 Sistema de Combate a Incêndio

No que se refere a combate a incêndio no âmbito das Unidades Escolares, o quesito segurança não pode ser desconsiderado. É necessário um ambiente salubre, adequado e seguro, que não coloque em risco a segurança física dos alunos, dos seus servidores ou mesmo de público eventual.

Neste contexto, é de extrema importância dotar as escolas de equipamentos de combate a incêndios e sinalização de emergência, bem como propiciar condições de que cada escola tenha seu plano de abandono/evacuação e equipe de brigadistas.

Frise-se que a instalação dos equipamentos de combate a incêndio, sinalização de emergência e formação de brigadistas seguem normas técnicas que devem ser observadas e devem ser efetuadas com acompanhamento técnico e com posterior vistoria do Corpo de Bombeiros. No Estado do Pará o Decreto nº 357/2007 institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico das edificações e áreas de risco para os fins da Lei nº 5.731/1992.

Frise-se, ainda, que é essencial a garantia de recursos orçamentários para a implantação das medidas de segurança e prevenção de riscos nas unidades escolares, para que não haja alegação de falta de recursos para a implantação do sistema.

Em 100% das unidades escolares auditadas, constatou-se a inexistência de sistema de combate a incêndio. Constatou-se ainda, de um modo geral, que todas as escolas auditadas não possuem os itens mínimos de segurança, como por exemplo: ausência de extintores de incêndio, hidrantes, mangueiras, sinalização de rotas de fugas que atendam as normas técnicas, bem como não contam com formação e treinamento de equipe de brigadistas, apta ao manuseio dos equipamentos de combate a incêndio e atendimento de primeiros socorros.

Registre-se que em 100% das escolas auditadas não foi apresentado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

### **5. 3 Algumas Considerações acerca das condições estruturais das unidades escolares auditadas.**

Nas visitas as 09 (nove) unidades escolares do 6º ao 9º ano e 01(uma) do 1º ao 5º ano da Rede de Ensino do Município de Bragança, verificou-se que a SEMED necessita providenciar o planejamento e a execução dos serviços de reparos, ou até mesmo de obras de recuperação, e posteriormente as manutenções periódicas das instalações.

Dentre as impropriedades mais críticas encontrados nas escolas auditadas destacam-se: a necessidade de revisão nas instalações elétricas em virtude do sub dimensionamentos ou sobrecarga dos circuitos, fiações expostas / improvisadas; rachaduras; infiltrações; portas, janelas, forros, pinturas e pisos danificados; e, inexistência de acesso a PcD.

A falta de reparos e manutenção predial nas escolas representa risco para a saúde e segurança dos alunos, professores e demais frequentadores.

O custo da manutenção preventiva e reparos rotineiros fica aquém dos custos de uma obra de recuperação, além de evitar também, muitos transtornos e, por vezes, atrasos no período escolar. Um plano de manutenção é sinônimo de economia e é fundamental para manter o patrimônio público em bom estado e evitar o desperdício de recursos públicos.

Observou-se também, que a SEMED deve planejar melhor a ampliação da infraestrutura das escolas, visto que a equipe de auditores operacionais se deparou com o aumento do número de salas de aula e laboratórios, sem a verificação da capacidade de suporte das instalações elétrica e hidráulica, o que ocasiona problemas de funcionamento nos equipamentos elétricos, hidrossanitários e circuitos elétricos.

Observou-se, ainda, que a SEMED deve providenciar conforme as normas vigentes, as adaptações necessárias para possibilitar o livre acesso de PcD (s) aos ambientes das escolas, como exemplos citamos: a criação de rampas, aumento na largura de portas e adotar um plano de manutenção das escolas.

Destaca-se que outro ponto importante da manutenção predial são os reservatórios elevados (caixa d'água) e subterrâneos (cisterna) de água, nos quais se deve fazer a impermeabilização, geralmente, a cada cinco anos, dependendo do material impermeabilizante utilizado, bem como a higienização dos mesmos, preferencialmente, de seis em seis meses para evitar vazamentos e possíveis contaminações.

#### **5.4 Determinações e Recomendações**

À gestão cabe disponibilizar um ambiente escolar que melhor propiciem o ensino aprendizagem de modo a aprimorar as atividades desenvolvidas e elevar o grau de satisfação da comunidade escolar. Assim sendo, a equipe de auditoria considerando os critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior os achados, determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Realizar, por meio de profissionais habilitados e devidamente registrados no órgão competente:
  - a) levantamento / diagnóstico das atuais condições estruturais das escolas, especificamente quanto:
    - a.1) instalações elétricas, nesta inclusa a solicitação junto à CELPA de um laudo do nível de tensão (voltagem) de fornecimento de energia elétrica das Escolas;
    - a.2) instalações hidros sanitárias;
    - a.3) estrutura física;
    - a.4) segurança;
    - a.5) climatização.
  - b) adequação a rede elétrica das unidades escolares municipais as necessidades da infraestrutura de climatização e utilização de recursos de mídia;
  - c) manutenção preventiva/corretiva das instalações elétricas, levando-se em conta as cargas instaladas nas escolas observando o planejamento de futuras instalações, conforme preconizado nas normas de segurança (NBR-5410 da ABNT e normas complementares ABNT NBR 13534, ABNT NBR 13570 e ABNT NBR 5418);
  - d) planejamento visando a ampliação da infraestrutura das escolas, verificando-se a capacidade de suporte das instalações elétrica e hidráulica;
  - e) criação e a implementação de mecanismos de manutenção predial e de equipamentos, por meio da utilização de cronograma de realização de serviços com substituição de peças quando se fizer necessário;
  - f) Planejamento e a execução da manutenção preventiva e/ou corretiva, ou ainda, a substituição, nos casos em que se fizer necessário, dos ventiladores e dos aparelhos de ar condicionado das unidades escolares, levando-se em consideração o impacto da carga elétrica que se dará na atual instalação elétrica que poderá ser comprometida com a instalação de novos equipamentos.
2. Prover, periodicamente, as unidades escolares de mobiliários em todos os ambientes escolares, principalmente, de carteiras escolares, capazes de suprir a necessidade existente e garantir a reposição, sempre que necessária.
3. Realizar a manutenção das caixas d'água e/ou cisternas das unidades escolares, bem como de suas respectivas bombas d'água;

4. Providenciar, conforme as normas vigentes, as adaptações necessárias para possibilitar o livre acesso de PcD (s) aos ambientes das escolas.
5. Implantar laboratórios de informática em todas as unidades municipais de ensino, com equipamentos de informática dimensionados para o atendimento, inclusive, de todo o corpo discente e docente das turmas de 6º ao 9º ano, foco desta auditoria;
6. Garantir o acesso às tecnologias de informação e comunicação – TIC e à rede mundial de computadores – internet.
7. Melhorar as condições das estruturas de fechamento externo das escolas, como muros e portões adequados, providenciando a manutenção periódica dessas estruturas;
8. Viabilizar a conclusão da obra paralisada há aproximadamente 5 anos da EMEF José Maria;
9. Com relação aos sistemas de combate a incêndio:
  - a) reservar anualmente, nos diplomas legais pertinentes, recursos orçamentários para a implantação e/ou melhoria dos aspectos de segurança contra incêndio e pânico nas escolas da rede municipal de ensino, para aquisição, colocação, recarga e manutenção de extintores de incêndio, aquisição e implantação de sinalização básica e complementar de emergência, com as substituições que forem necessárias, custos de formação, treinamento, equipamentos de proteção individual e de fardamento de brigadistas de escolas, tudo a constar na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação;
  - b) realizar a aquisição de extintores de incêndio, em número e qualidade indicados para cada tipo de construção de unidade escolar da rede municipal, assim considerando área construída, número de pavimentos e grau de risco, de forma que toda unidade escolar da rede do Município de Bragança atenda às normas técnicas quanto aos equipamentos portáteis de combate ao fogo (extintores);
  - c) proceder à aquisição e colocação de sinalização básica e complementar de prevenção de incêndio e situação de pânico, em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino, em material que observe dimensões, cores e formas previstas na normativa técnica correspondente;
  - d) anualmente, providenciar as medidas de manutenção dos equipamentos e sinalização de emergência das unidades escolares da rede municipal, incluindo, obrigatoriamente, recarga dos extintores de incêndio com estrita observância da data de validade, substituição dos extintores reprovados e/ou da sinalização básica e complementar que se encontrem desgastadas, ultrapassadas ou faltantes, sempre com observância das normas técnicas;
  - e) formar e treinar, as equipes de brigadistas que atuarão em cada unidade escolar da rede municipal, providenciando o seu treinamento teórico e prático para combate a incêndios, primeiros socorros, prevenção de acidentes e plano de evacuação de prédios, observando, na constituição de cada brigada, as normas técnicas pertinentes, bem como fornecendo-lhes fardamentos, equipamentos de proteção individual e sinais identificadores da função que desempenham;

- f) realizar pelo menos um treinamento anual em cada unidade escolar da rede municipal, com abandono de prédio e envolvimento de todo corpo docente e discente, além dos brigadistas;
- g) providenciar plano de prevenção a incêndios e situações de pânico para cada unidade escolar da rede municipal, assinado por profissional habilitado e elaborado a partir de planta baixa, memorial descritivo e todos os demais elementos necessários para o pleno conhecimento da estrutura de cada unidade escolar, conforme exigências de legislação vigente;
- h) determinar que o Município de Bragança, em relação às unidades escolares de sua rede de ensino, providencie a realização de vistoria anual pelo Corpo de Bombeiros em cada unidade escolar e mantenha o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), controle de recarga dos extintores; controle de inspeção e regularização do circuito elétrico, relatório ou outro tipo de registro do treinamento anual em arquivos próprios em cada unidade escolar, para apresentação nas vistorias e fiscalizações que forem efetuadas.

Visa-se com as recomendações supracitadas contribuir com a melhoria das condições estruturais das escolas, e com isso, proporcionar melhores condições de ensino; bem como, melhorar a qualidade dos imóveis da rede municipal de ensino e preservação dos bens públicos.

## 6. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 prevê que é responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurar a alimentação escolar para os alunos da educação básica pública e de escolas filantrópicas e comunitárias, conveniadas com o poder público.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é uma política governamental, de âmbito nacional, que visa suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por meio do Processo nº 201802478 (fls. 244) informou que no município de Bragança o Setor Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, aquisição e distribuição de merenda escolar. O SEMAE, como setor responsável pela supervisão técnica do PNAE, é responsável pela elaboração dos cardápios da merenda escolar, bem como pela realização de visitas técnicas às unidades escolares municipais, para verificação da execução do cardápio, boas práticas de manipulação e higienização do local (cozinhas) e do manipulador.

Visando verificar o serviço de alimentação escolar das escolas públicas municipais de Bragança, o TCM/PA, avaliou os seguintes aspectos: recursos financeiros destinados ao Programa de Alimentação Escolar; a alimentação servida nas unidades escolares; recebimento e controle de estoque, equipamentos e utensílios necessários ao serviço da alimentação escolar, manipuladores de alimentos, controle integrado de vetores e pragas, higienização do reservatório de água e boas práticas do serviço de alimentação escolar.

### 6.1 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros transferidos para a Prefeitura Municipal de Bragança pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para o Programa de Alimentação Escolar nos exercícios de 2015 a 2017, de acordo com dados extraídos do seu sítio ([http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet\\_fnde.liberações\\_result\\_pc](http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberações_result_pc)), assim se apresentam:

#### Recursos Financeiros Transferidos pelo PNAE – Anos 2015 – 2017

PROGRAMA	2015	2016	2017
CRECHE	23.000,00	24.400,00	30.388,00
PRÉ-ESCOLA	347.400,00	332.000,00	353.404,00
ENSINO FUNDAMENTAL	1.542.140,00	1.377.640,00	1.621.942,00
EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS - EJA	352.320,00	401.480,00	375.936,00
QUILOMBOLA	0,00	0,00	10.624,00
AEE - EDUCAÇÃO ESPECIAL	27.200,00	31.800,00	33.708,00

<b>MAIS EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	1.077.792,00	793.920,00	887.556,80
<b>MAIS EDUCAÇÃO - QUILOMBOLA</b>	0,00	10.800,00	3.233,60
<b>ENSINO MÉDIO</b>	261.340,00	288.660,00	328.176,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.631.192,00</b>	<b>3.260.700,00</b>	<b>3.644.968,40</b>

Não foi possível demonstrar a totalidade das despesas realizadas com a merenda escolar nos exercícios de 2015 a 2017, uma vez que a SEMED não encaminhou esta informação ao TCM/PA como solicitado.

## 6.2 Alimentação Servida nas Unidades Escolares

### 6.2.1 Elaboração dos Cardápios da Alimentação Escolar

Segundo a Resolução CFN nº 465/2010 o cardápio é a ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais ou coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo per capita, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais.

A elaboração de cardápios para escolares é uma importante atribuição do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na medida em que é a ação na qual se concretizam os objetivos do programa, de acordo com os princípios e as diretrizes estabelecidas. Compete ao nutricionista, segundo a Resolução FNDE/CD nº 38/2009, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação.

Os cardápios, calculados a partir das Fichas Técnicas de Preparo, deverão conter as seguintes informações: nome da preparação, ingredientes, energia, macro e micronutrientes prioritários (vitaminas A e C, magnésio, ferro, zinco e cálcio) e fibras, consistência, tipo de refeição, identificação e assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração e a porção ofertada deverá ser diferenciada por faixa etária dos alunos, conforme necessidades nutricionais estabelecidas.

Os cardápios da rede pública municipal de ensino devem passar pela apreciação e aprovação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e deverão estar disponíveis em locais visíveis nas Secretarias de Educação e nas escolas municipais.

Foi solicitado a Secretaria Municipal de Educação do Bragança – SEMED, por meio do Ofício nº 003/2018/NAOP/TCM/PA, a remessa dos cardápios relativos ao ano letivo de 2018 elaborados pela equipe técnica de nutricionistas.

O Setor Municipal de Alimentação Escolar - SEMAE encaminhou as fls. 266 do Processo nº 201802478-00, uma relação com 28 preparações que seriam produzidas nas escolas e servidas aos alunos em 2018. Registre-se que, não há qualquer informação quanto aos ingredientes a serem utilizados, a diferenciação por faixa etária dos alunos a serem atendidos, a per capita definida conforme necessidades nutricionais estabelecidas e assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração, bem como a frequência em que cada preparação seria produzida nos 202 dias letivos de 2018.

<b>Nº</b>	<b>Preparação doces</b>	<b>Nº</b>	<b>Preparação salgados</b>
-----------	-------------------------	-----------	----------------------------

1	Mingau de arroz doce
2	Mingau de milho branco
3	Mingau de aveia
4	Mingau de tapioca
5	Mingau de aveia
6	Mingau de farinha de arroz
7	Suco de frutas com biscoito salgado
8	Suco de frutas com biscoito doce
9	Suco de frutas com pipoca
10	Suco de frutas com pão e margarina
11	Suco de frutas com bolo
12	Achocolatado com biscoito doce
13	Vitamina de frutas com biscoito salgado
14	Iorgute de frutas com biscoito
15	Café com leite e biscoito salgado
16	Salada de frutas

1	Carne moída com legumes e macarrão
2	Carne guisada com legumes e arroz
3	Macarrão parafuso com carne moída, verduras e legumes
4	Frango guisado com verduras e legumes
5	Peito de frango desfiado com verduras e legumes e arroz
6	Sopa de feijão com verduras e legumes
7	Sopa de carne com verduras e legumes e massa de letrinhas
8	Baião de três
9	Salsicha hot dog com macarrão
10	Peixe desfiado com arroz e farinha
11	Arroz com charque, verduras e legumes
12	Sardinha com macarrão

Nas atas do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do ano de 2017 enviadas a este TCM /PA, por meio do Processo nº 201802478-00, fls. 248 a 266, não foi mencionada a minuta do cardápio referente a 2018 para aprovação do Conselho.

A equipe de auditores, no momento da visita ao município, foi até o SEMAE e entrevistou o Coordenador e a nutricionista responsável pelo PNAE, que informaram que não são elaborados os cardápios específicos para cada etapa de ensino e nem para os 202 dias letivos do ano, os cardápios são elaborados mensalmente.

Nas guias de remessa de gêneros alimentícios dos meses de março e abril destinados a preparação da merenda escolar apresentadas a equipe de auditoria nas escolas auditadas, são apresentados os cardápios e as per captas dos produtos. Ressalte-se que no mês de março de 2018 foi programado um cardápio para 12 dias letivos e para o mês de abril um cardápio para 9 dias letivos, conforme demonstrado abaixo:

MARÇO 2018	FREQUÊNCIA	ABRIL 2018	FREQUÊNCIA
Suco com biscoito	4	Suco de frutas com biscoito doce	3
Achocolatado com biscoito	2	Frango desfiado com arroz e legumes	3
Frango desfiado com arroz e legumes	3	Salsicha com macarrão	3
Picadinho com macarrão	3	<b>TOTAL</b>	<b>9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>		

### 6.2.2 Forma e distribuição de Gêneros Alimentícios às Escolas Públicas Municipais

Foi solicitado que a SEMED informasse a forma e a frequência de distribuição dos gêneros alimentícios as escolas de Bragança, em resposta a SEMED, por meio do Processo nº 201802478-00, fls. 244, esclarece que a entrega de gêneros alimentícios nas escolas é realizada mensalmente pelo Setor Municipal de Alimentação Escolar – SEMAE. Todavia, nada foi informado sobre a forma de distribuição desses gêneros as escolas.

No dia 09/04/2018, momento da auditoria no município, o Coordenador do SEMAE e a nutricionista responsável pelo PNAE informaram que todos os gêneros

alimentícios, inclusive os oriundos da agricultura familiar, são entregues no depósito central do SEMAE, que faz a distribuição às escolas públicas municipais.

Os gêneros alimentícios adquiridos da agricultura familiar são: farinha d'água, farinha de tapioca, polpa de frutas, frango e hortifrúteis.

Informaram ainda, que até esse dia haviam sido realizadas 2 (duas) remessas de gêneros alimentícios referentes aos meses de março e abril, todavia em abril foi feito apenas uma complementação, pois o SEMAE estava sem recursos financeiros para adquirir gêneros alimentícios.

Cabe enfatizar que, segundo o art. 5º, II, da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/00/2013, a Entidade Executora (Município) é responsável pela execução do PNAE, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, pela prestação de contas do Programa, pela oferta de alimentação nas escolas, por no mínimo 800 horas/aula, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, e pelas ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados.

Na oportunidade, a equipe de auditoria visitou o depósito central de merenda escolar da SEMED e observou que havia uma pequena quantidade de gêneros alimentícios no estoque para atender cerca de 18.000 alunos das 133 escolas públicas municipais<sup>2</sup>. Observou-se, ainda, que os gêneros não estavam estocados adequadamente, bem como, constatou o descarte de uma caixa de cenouras que estavam estragadas. Abaixo, apresenta-se as fotos da situação encontrada:



<sup>2</sup> Processo nº 201802478-00, fls. 03 a 135.



### 6.2.3 Fornecimento Irregular de Alimentação Escolar aos Alunos nas Escolas Públicas Municipais.

Em 8 (oito) das 10 (dez) escolas auditadas foi informado pelas manipuladoras de alimentos que a merenda escolar não é fornecida aos alunos todos os dias letivos da semana. O fornecimento é irregular, vez que depende da existência de gêneros alimentícios no estoque das despensas escolares, apenas na Escola Casa dos Anjos e na Escola Agrícola Edgar de Sousa Cordeiro foi informado que fornecem merenda escolar todos os dias letivos da semana.

Questionados a respeito dos maiores problemas de sua Escola, os 226 alunos consultados por meio de questionário nas 10 (dez) escolas auditadas, apontaram a ocorrência de falta de merenda em 7 (sete) dessas escolas, conforme demonstrado abaixo. Nas Escolas Casa dos Anjos, Edgar de Sousa Cordeiro e Júlia Quadros Peinado esse problema não foi apontado pelos alunos.

Unidade escolar	Percentual
<b>Domingos de Sousa Melo</b>	100,00%
<b>Padre Paulo Corolli</b>	100,00%
<b>Regina Gonçalves Ferreira</b>	96,77%
<b>José Maria Machado Cardoso</b>	95,24%
<b>Jesuína do Rosário Melo</b>	91,30%
<b>Francisco Alves dos Reis</b>	91,30%
<b>Raimundo Martins Filho</b>	70,37%

Verificou-se, nas guias de remessa dos meses de março e abril de 2018, que foram entregues nas escolas gêneros alimentícios para atender 12 e 9 dias letivos, respectivamente. Considerando que, pelo calendário escolar de 2018 do município de Bragança, nos meses em questão tiveram 20 dias letivos, faltaria gêneros para atender 8 dias letivos do mês de março e 11 dias letivos do mês de abril.

Na auditoria, a Equipe avaliou as cozinhas e despensas escolares e observou a quantidade de gêneros alimentícios existentes no freezer, geladeira e despensas, e apresenta a seguir a situação encontrada em cada uma das 10 (dez) escolas auditadas.

**a) Casa dos Anjos – 182 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 09/04/2018. Segundo informações dos manipuladores de alimento não foi realizada a entrega dos gêneros alimentícios referente a remessa do mês de abril.

Registre-se que esta escola recebe ajuda financeira de uma comunidade católica italiana, que foi responsável pela sua construção.

Registre-se ainda, que na despensa de alimentos dessa escola alguns gêneros alimentícios são armazenados em baldes plásticos. No dia da visita do TCM/PA, havia poucos pacotes de leite, arroz, açúcar, farinha, pacotes de macarrão e poucas garrafas de óleo e de vinagre. No freezer havia frango, salsicha e 4 (quatro) pacotes de polpas de frutas na geladeira, havia também, algumas cebolas e batatas, conforme se vê nas fotos abaixo.



**b) Escola Domingos de Souza Melo – 456 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 10/04/2018. Momento em que se observou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referente a remessa do mês de abril foram entregues no dia 28/03/2018. Segundo a manipuladora de alimentos, os gêneros alimentícios entregues na escola seriam suficientes para oferecer alimentação aos alunos durante 1 (uma) semana, ou seja, 5 dias, e não são suficientes para atender 9 (nove) dias letivos, conforme especificado na guia de entrega, vez que a escola atende 456 alunos distribuídos em 3 turnos de funcionamento (manhã, tarde e noite).

Segundo a guia de remessa foram entregues na escola os seguintes gêneros:

Nº	GENEROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	30.000	1 FRD <i>OK</i>
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	30.000	6 FRD <i>OK</i>
03	AÇÚCAR COMUM	25g	30.000	1 FRD <i>OK</i>
04	SALSICHA HOT DOG	25g	33.000	11 PCT <i>OK</i>
05	BISCOITO DOCE	25g	28.000	7 CX <i>OK</i>
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	39.000	39 KG <i>OK</i>
07	POLPA DE FRUTA	35g	39.000	39 KG <i>OK</i>
08	ÓLEO	05	3.600	4 UNO <i>OK</i>
09	SACOLÃO	05	15.000	15 KG <i>OK</i>

Registre-se que na despensa de alimentos havia cerca de um fardo de arroz, ½ fardo de açúcar, alguns pacotes de macarrão e alguns quilos de farinha. No freezer da Escola não havia frango ou salsicha e na geladeira havia algumas cenouras e batatas, conforme se vê nas fotos abaixo:



**c) Escola Raimundo Martins Filho – 450 alunos:**

A auditoria do TCM/PA nessa Escola ocorreu em 10/04/2018. Momento em que se observou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes a remessa de abril de 2018 foram recebidos na Escola em 28/03/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

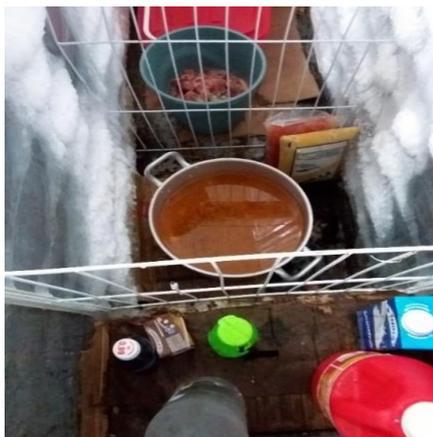
Escola: MEF Raimundo Martins Filho      Localidade: Bacuriteua ( 1ª Ajuruteua )      Nº de alunos: 450

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18

Nº	GENEROS ALIMENTICIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	30.000	1 FRD
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	30.000	6 FRD
03	AÇUCAR COMUM	25g	30.000	1 FRD
04	SALSICHA HOT DOG	25g	33.000	11 PCT
05	BISCOITO DOCE	25g	28.000	7 CX
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	39.000	39 KG
07	POLPA DE FRUTA	35g	39.000	39 KG
08	ÓLEO	05	3.600	4 UND
09	SACOLAD	05	15.000	15 KG

A merendeira informou que a merenda é feita enquanto durar o estoque, que, geralmente, a quantidade de gêneros entregues na Escola só supre o período de 1 semana no mês. Registre-se que na despensa de alimentos havia 4 garrafas de vinagre, aproximadamente um fardo de açúcar e de arroz, 9 pacotes de macarrão e alguns quilos de farinha e no freezer havia somente uma vasilha com frango desfiado, dois pacotes de polpa de frutas e outra vasilha com suco, além de garrafas de água e leite, conforme se vê nas fotos abaixo:





**d) Jesuína do Rosário Melo – 305 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 10/04/2018, momento em que foi observado, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes a remessa do mês de abril foram entregues no dia 28/03/2018. Ressalte-se que, segundo a manipuladora de alimentos, a escola fornece merenda enquanto existirem gêneros alimentícios no estoque.

Registre-se que nessa escola não possui despensa de alimentos, a escola utiliza um armário de madeira para armazenar os gêneros alimentícios, localizado dentro da cozinha escolar.

No dia da auditoria havia no armário alguns quilos de arroz, açúcar, farinha e alguns pacotes de macarrão. Em um dos freezers havia um pacote de salsicha, salsichas já preparadas para serem utilizadas e alguns pacotes de polpa de frutas e no outro garrafas pet com água e na geladeira algumas cebolas, conforme se vê nas fotos abaixo:





**e) Regina Gonçalves Ferreira – 166 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 11/04/2018, momento em que se verificou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes ao mês de abril foram entregues no dia 03/04/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

Escola: MEF Regina Gonçalves Ferreira Localidade: Benjamim Constant (2ª trema) Nº de alunos: 166

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18

Nº	GENÉROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	12.000	12 KG
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	12.000	2 FRD + 4 PCT
03	AÇÚCAR COMUM	25g	14.000	14 KG
04	SALSICHA HOT DOG	25g	15.000	5 PCT
05	BISCOITO DOCE	25g	12.000	3 CX
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	16.000	4 UNO
07	POLPA DE FRUTA	35g	18.000	18 KG
08	ÓLEO	DS	3.600	4 UNO
09	SACOLÃO	DS	10.000	10 KG

*Obs: Felton*

Registre-se que essa escola não possui despensa de alimentos e utiliza, dentro da cozinha, um armário de madeira, bem como baldes de plástico para armazenar os gêneros alimentícios. Ressalte-se que, segundo a manipuladora de alimentos, a escola fornece merenda enquanto existirem gêneros alimentícios no estoque. No dia da auditoria, havia no armário e nos baldes alguns quilos de arroz, açúcar, farinha e alguns pacotes de macarrão, algumas garrafas de óleo, pequena quantidade de cebola e alho. Em um dos freezers havia 4 (quatro) pacotes de polpa de frutas e um prato com salsicha e na geladeira não havia alimentos armazenados, conforme se vê nas fotos abaixo:





**f) José Maria Machado Cardoso – 368 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 11/04/2018, momento em que se verificou, na guia de entrega do mês de abril, que os gêneros alimentícios foram entregues no dia 02/04/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

Escola: MEF José Maria Machado Cardoso Localidade: Taquandéua (treme) Nº de alunos: 368

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18

Nº	GENÉROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	20.000	20 KG
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	20.000	4 FRD
03	AÇÚCAR COMUM	25g	25.000	25 KG
04	SALSICHA HOT DOG	25g	24.000	8 PCT
05	BISCOITO DOCE	25g	24.000	6 CXS
06	FRANGO BRANCO REGIONAL F3	40g	30.000	30 KG
07	POLPA DE FRUTA	35g	30.000	30 KG
08	ÓLEO	05	3.600	4 UND
09	SACOLÃO	05	10.000	10 KG

Registre-se que essa escola não possui despensa de alimentos e utiliza um armário de madeira, localizado na cozinha, para armazenar os gêneros alimentícios.

No dia da auditoria havia no armário alguns quilos de arroz, açúcar e pacotes de macarrão, algumas garrafas de óleo e vinagre, havia ainda, 2 (duas) caixas de biscoito. No freezer da Escola havia somente pacotes de polpa de frutas e na geladeira uma pequena quantidade de batatas, conforme se vê nas fotos abaixo:





**g) Edgar de Souza Melo – 50 alunos**

A auditoria nessa Escola ocorreu em 12/04/2018. Momento em que se observou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes a remessa de abril de 2018 foram recebidos no dia 2/04/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

Escola: MEF Drº Edgar de Souza Cordeiro Localidade: Km II ( UDB) (1ª Montenegro) Nº de alunos: 50

BRAGANÇA

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18

Nº	GENÉROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2			
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	6.000	6 KGS
03	AÇÚCAR COMUM	23g	6.000	1 FRO+2 PCTS
04	SALSICHA HOT DOG	25g	7.000	7 KGS
05	BISCOITO DOCE	25g	8.000	2 PCTS
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	25g	8.000	2 CXS
07	PULPA DE FRUTA	40g	9.000	3 UNID
08	ÓLEO	35g	9.000	9 KGS
09	SACOLÃO	05	1.800	2 UNID
			5.000	5 KG

Na Escola Edgar de Souza Cordeiro por ser uma escola que oferece educação integral que, normalmente, fornece 4 (quatro) refeições ao dia aos seus alunos, a direção informou que, para não deixar de fornecer merenda escolar aos alunos todos os dias, além da remessa mensal dos gêneros alimentícios, que não são suficientes para atender todos os dias letivos do mês, solicita semanalmente ao SEMAE, via Ofício, os gêneros alimentícios necessários para complementar a preparação da merenda, conforme se vê no documento abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
E. A. M. E. F. DR. EDGAR DE SOUSA CORDEIRO  
RODOVIA D. ELISEU-PA-112- KM 07

OFIC. Nº 01/2018 Bragança, 21 de Março de 2018.

DA: Gestão da E.A.M.F.E. Dr. Edgar de Sousa Cordeiro  
AO: Coordenador da AGRIFA  
Assunto: SOLICITAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR.

Honrado em cumprimentar Vossa Senhoria, solicito o pedido semanal da agricultura familiar, da Escola Agrícola Municipal de Ensino fundamental Dr. Edgar Souza Cordeiro, referente a 3ª semana do mês de março de 2018, conforme relação abaixo descrita:

PRODUTO	QUANTIDADE
TOMATE	3 KG
CEBOLA	3 KG
PIMENTÃO	1 KG
BATATA	5 KG
JERIMUM	5 KG
GENOURA	5 KG
REPOLHO	5 KG
CHEIRO VERDE	10 MAÇOS
PIMENTAO DE CHEIRO	1 KG
COUVE	10 MAÇOS
MACAXEIRA	10 KG
OVOS	80 UNIDADES
COCO	5 KG
FARINHA D'ÁGUA LAVADA	30KG
POLPAS DE FUTAS	30KG

Atenciosamente,  
Maria de Nazare P. de Moraes  
Gestora Escolar

*Recebi em 02/04/18, os seguintes itens:  
- 5 Kg de feijão  
- 05 melancia granada  
- 05 melancia claravelha*

*Ass: Paulo Cesar Sousa  
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Part. Nº 246/2017  
de 14/04/2018*

Observa-se no documento que a solicitação se refere a 3ª semana do mês de março, e os gêneros alimentícios foram entregues no dia 02/04/2018, junto com os demais gêneros da remessa mensal. Observa-se, ainda, que a maioria dos gêneros solicitados não foram entregues (jerimum, repolho, couve, macaxeira, ovos, coco e farinha lavada), todavia, a escola recebeu outros gêneros como feijão, melancia e maçãs.

Registre-se que na despensa de alimentos da escola havia latas de sardinha, pacotes e 4 (quatro) caixas de biscoitos, pacotes de macarrão, algumas garrafas de vinagre e óleo, aproximadamente um fardo de açúcar e de arroz, entre outros alimentos. No freezer da Escola muitos pacotes de polpa de frutas, alguns quilos de carne e frango e 2 (dois) pacotes de salsicha. Na geladeira havia pequena quantidade de tomate, cebola, jerimum e melancia, conforme se vê nas fotos abaixo:





**h) Francisco Alves dos Reis – 248 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 12/04/2018, momento em que se verificou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes ao mês de abril foram entregues no dia 02/04/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

Escola: MEF Francisca Alves dos Reis      Localidade: Km 8 (1ª Montenegro)      Nº de alunos: 248

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18  
17

Nº	GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	15.000	15 KGS
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	15.000	3 FRDS
03	AÇÚCAR COMUM	25g	18.000	18 KGS
04	SALSICHA HOT DOG	25g	18.000	6 PCTS
05	BISCOITO DOCE	25g	16.000	4 CXS
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	21.000	7 UNID
07	POLPA DE FRUTA	35g	21.000	21 KGS
08	ÓLEO	05	3.600	4 UNO
09	SACOLÃO	05	10.000	10 KG

Registre-se que essa escola não possui despensa de alimentos e utiliza, na cozinha, um armário de madeira, bem como bacias de plástico para armazenar os gêneros alimentícios.

No dia da auditoria havia no armário e nas bacias alguns quilos de arroz, açúcar, pacotes de macarrão e de biscoito, algumas batatas, cenouras, cebolas e cabeças de alho. No freezer da Escola pacotes de polpa de frutas e de salsicha e 3 (três) frangos descongelados em uma panela, conforme se vê nas ilustrações abaixo:



**i) Padre Paulo Corolli – 379 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 12/04/2018, momento em que se verificou, na guia de entrega, que os gêneros alimentícios referentes ao mês de abril foram entregues no dia 02/04/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

Escola: MEF Padre Paulo Corolli      Localidade: Engenho (treme)      Nº de alunos: 379

GUIA DE ENTREGA - ABRIL /18

Nº	GENEROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	20.000	20 KG
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	20.000	4 FRD
03	AÇUCAR COMUM	25g	25.000	25 KG
04	SALSICHA HOT DOG	25g	24.000	8 PCT
05	BISCOITO DOCE	25g	24.000	6 CXS
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	30.000	30 KG
07	POLPA DE FRUTA	35g	30.000	30 KG
08	ÓLEO	QS	3.600	4 LIND
09	SACOLÃO	QS	10.000	10 KG

No dia da auditoria havia na despensa de alimentos poucos gêneros alimentícios, nas prateleiras havia alguns quilos de arroz, açúcar, pacotes de macarrão e de biscoito e algumas garrafas de vinagre e óleo. No freezer da Escola havia apenas 2 (dois) pacotes de polpa de frutas, uma panela com suco e garrafas pet com água e na pia cerca de 5 (cinco) frangos descongelando em uma panela, conforme se vê nas fotos abaixo:



**j) Professora Júlia Quadros Peinado – 602 alunos:**

A auditoria nessa escola ocorreu no dia 13/04/2018, momento em que se verificou, na guia de remessa, que os gêneros alimentícios referentes ao mês de abril foram entregues no dia 27/03/2018, na quantidade especificada abaixo:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-SEMAE

PREFEITURA DE Bragança  
ESTRADA 1917 FAZDA O MELHOR

Escola: MEF. Profª Julia Quadros Peinado      Localidade: Av. Gov. M. Furtado ( taira)      Nº de alunos: 602

GUIA DE ENTREGA – ABRIL /18

8

Nº	GENEROS ALIMENTÍCIOS	PERCAPITA	QUANT. (KG)	EMBALAGEM
01	ARROZ TIPO 2	23g	30.000	1 FRD
02	MACARRÃO ESPAGUETE	23g	30.000	6 PCT
03	AÇÚCAR COMUM	25g	45.000	1 FRD + 15 KG
04	SALSICHA HOT DOG	25g	45.000	15 PCT
05	BISCOITO DOCE	25g	44.000	11 CX
06	FRANGO BRANCO REGIONAL	40g	60.000	60 KG
07	POLPA DE FRUTA	35g	60.000	60 KG
08	ÓLEO	05	6.300	7 UND
09	SACOLÃO	05	15.000	15 KG

Registre-se que a escola não possui despensa de alimentos e utiliza 2 (duas) prateleiras e um estrado de madeira para armazenar os gêneros alimentícios.

No dia da auditoria havia na escola poucos gêneros alimentícios, nas prateleiras havia alguns quilos de arroz, açúcar, pacotes de macarrão e de biscoito e algumas garrafas de vinagre e óleo. No freezer havia apenas 2 (dois) pacotes de polpa de frutas, uma panela com suco e garrafas pet com água e na pia cerca de 5 (cinco) frangos descongelando em uma panela, conforme se vê nas fotos abaixo:



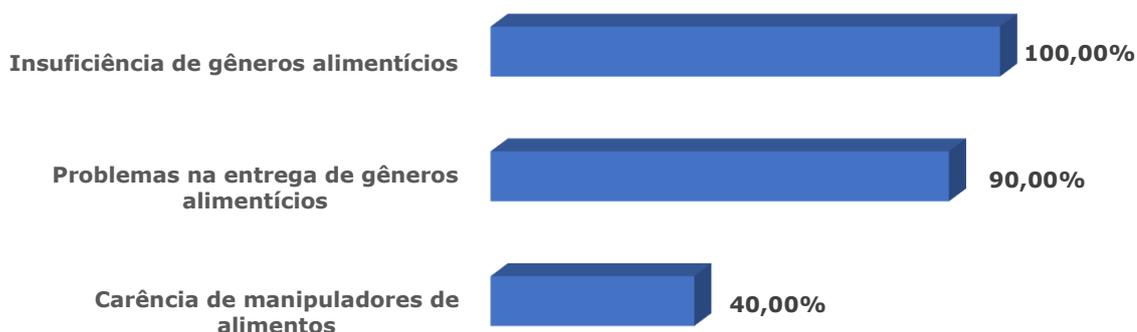


#### 6.2.4 Cumprimento dos Cardápios da Alimentação Escolar

Foi questionado se o cardápio elaborado pelo SEMAE é seguido pelas manipuladoras de alimentos das 10 (dez) escolas auditadas, 70,00% (Casa dos Anjos, Jesuína do Rosário Melo, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado) informaram que não, 30,00% (Raimundo Martins Filho, Domingos de Souza Melo e Regina Gonçalves Ferreira) informaram que o cardápio elaborado pelo SEMAE é seguido parcialmente, dependendo da disponibilidade momentânea de alimentos.

As principais impropriedades encontradas para o não cumprimento dos cardápios, relatados pelas manipuladoras de alimentos foram: insuficiência de gêneros alimentícios, problemas na entrega dos gêneros alimentícios e carência de manipuladores de alimentos, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

#### Principais impropriedades encontradas para cumprimento do cardápio nas 10 (dez) Escolas municipais auditadas na percepção dos manipuladores de alimentos, de 09 a 13/04/2018



Em 70% das escolas auditadas: Casa dos Anjos, Jesuína do Rosário Melo, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado, a equipe de auditores foi informada que o cardápio é definido pela direção, conforme a disponibilidade dos gêneros alimentícios nas despensas das Unidades Escolares. Nas demais: Raimundo Martins Filho, Domingos de Souza Melo e Regina Gonçalves Ferreira,

que corresponde a 30% delas, o cardápio elaborado pelo SEMAE é seguido parcialmente, dependendo da existência de gêneros nas despensas.

Foi informado pela direção da Escola Júlia Quadros Peinado que o gás de cozinha não é fornecido para as escolas de grande porte, que precisam adquirir com os recursos próprios angariados por meio da realização de eventos como bingos, festas juninas e vendas de cremosinho.

Assim, considerando os fatos acima expostos, é preciso garantir recursos financeiros suficientes para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para serem distribuídos as escolas, em quantidade suficiente para preparação de merenda escolar que atenda a totalidade dos alunos em todos os dias letivos do ano, conforme disposto no calendário escolar. É necessário, ainda, que o cardápio elaborado para todos os dias letivos do ano escolar, contenha informações quanto aos ingredientes a serem utilizados pela faixa etária dos alunos a serem atendidos, a per capita definida conforme necessidades nutricionais estabelecidas e a frequência em que cada preparação seria produzida nos dias letivos do ano escolar.

### 6.2.5 Tipos de Alimentação Escolar servidos nas Unidades Escolares

Em razão da ausência de registro sobre a merenda escolar servida em 08 (oito) das 10 (dez) escolas visitadas, somente foi possível verificar quais as preparações servidas aos alunos nos meses de março e abril nas escolas Jesuína do Rosário Melo e Júlia Quadros Peinado. Considerando que o foco do “TCM NAS ESCOLAS” são as escolas que ofertam os anos finais do ensino fundamental e a Escola Júlia Quadros Peinado, que oferece ensino fundamental do 1º ao 5º, anos iniciais, apresenta-se abaixo as informações apenas da Escola Jesuína do R. Melo.

Na Escola Jesuína do Rosário Melo, no mês de março de 2018, foi oferecida merenda escolar a 1.257 alunos em 15 dias letivos, num total de 23 preparações servidas nos turnos da manhã e tarde, conforme se vê abaixo:

<b>Data</b>	<b>Cardápio</b>	<b>Quantidade de alunos atendidos</b>
06/03/2018	Suco com bolachas	35
07/03/2018	Macarrão com picadinho	51
07/03/2018	Macarrão com picadinho	36
08/03/2018	Suco com bolachas	47
08/03/2018	Suco com bolachas	35
12/03/2018	Macarrão com picadinho	35
12/03/2018	Macarrão com picadinho	48
13/03/2018	Achocolatado	56
13/03/2018	Suco com bolachas	34
14/03/2018	Suco com bolachas	34
15/03/2018	Suco com bolachas	32
15/03/2018	Suco com bolachas	53
16/03/2018	Bolachas	40
19/03/2018	Bolachas	88
20/03/2018	Suco com bolachas	64
20/03/2018	Suco com bolachas	96
21/03/2018	Achocolatado com bolachas	64
21/03/2018	Achocolatado com bolachas	45
22/03/2018	Suco com bolachas	66
23/03/2018	Suco com bolachas	89

26/03/2018	Achocolatado com bolachas	60
26/03/2018	Achocolatado com bolachas	85
27/03/2018	Bolachas	64
<b>TOTAL</b>		<b>1.257</b>

Depreende-se do demonstrativo acima o que segue:

a) Não foi fornecida merenda escolar em 6 (seis) dias letivos do mês de março (dias 1, 2, 5, 9, 27, 28);

b) Em 6 (seis) dias letivos foi servida merenda escolar apenas para os alunos de um único turno (dias 6, 14, 16, 19, 22 e 23), muito embora a escola funcione em 2 turnos. Em 3 (três) dias foi servido apenas bolachas (dias 16,19 e 27) e em 1 (um) dia foi servido apenas achocolatado (dia 6).

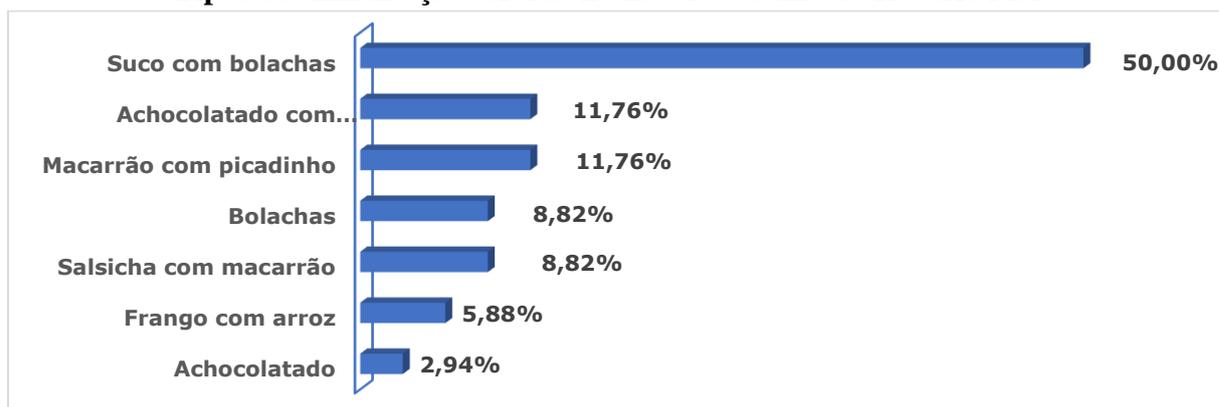
De 02 a 10 de abril de 2018, período da auditoria, foi fornecida merenda escolar 842 alunos em 6 (seis) dias letivos, conforme se demonstra na tabela abaixo:

Data	Cardápio	Quantidade de alunos atendidos
02/04/2018	Salsicha com macarrão	56
02/04/2018	Salsicha com macarrão	77
03/04/2018	Suco com bolachas	49
03/04/2018	Suco com bolachas	92
04/04/2018	Frango com arroz	65
04/04/2018	Suco com bolachas	87
05/04/2018	Frango com arroz	92
05/04/2018	Suco com bolachas	70
09/04/2018	Suco com bolachas	68
09/04/2018	Suco com bolachas	90
10/04/2018	Salsicha com macarrão	96
<b>TOTAL</b>		<b>842</b>

Depreende-se da tabela acima que não foi fornecida merenda escolar no dia 06 de abril, sexta-feira;

Os tipos de alimentação mais servido em março e no período de 02 a 10 de abril de 2018, conforme registrado pela escola foi suco com bolachas, servido 50,00%, seguido de achocolatado com bolachas e macarrão com picadinho com 11,76%, conforme se apresenta no gráfico abaixo:

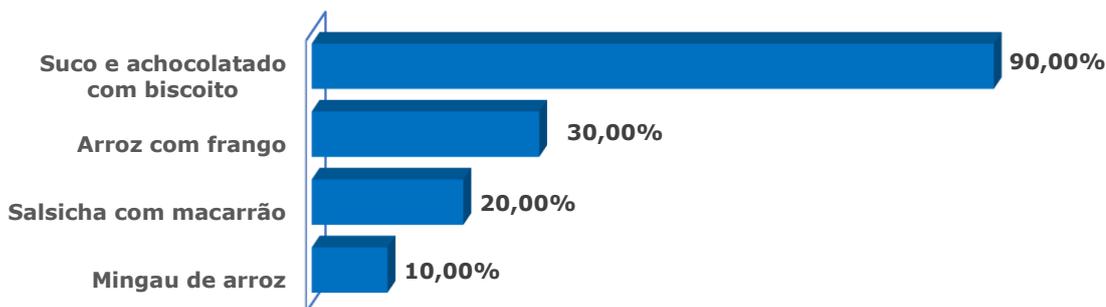
**Tipos de alimentação servida na Escola Jesuína do Rosário Melo**



Nas demais escolas, não foi apresentado o registro diário da alimentação servida aos alunos no ano de 2018, desta feita não foi possível constatar qual o tipo de alimentação mais servido nessas escolas.

Consultados a respeito, os manipuladores de alimentos informaram que o tipo de alimentação mais servido é o suco com biscoito (90,00%), seguido de Frango com arroz (30,00%) e salsicha com macarrão (20,00%).

**Tipo de Merenda Escolar mais servido nas 10 escolas públicas municipais auditadas pelo TCM/PA na percepção das merendeiras, de 09 a 13/04/2018**

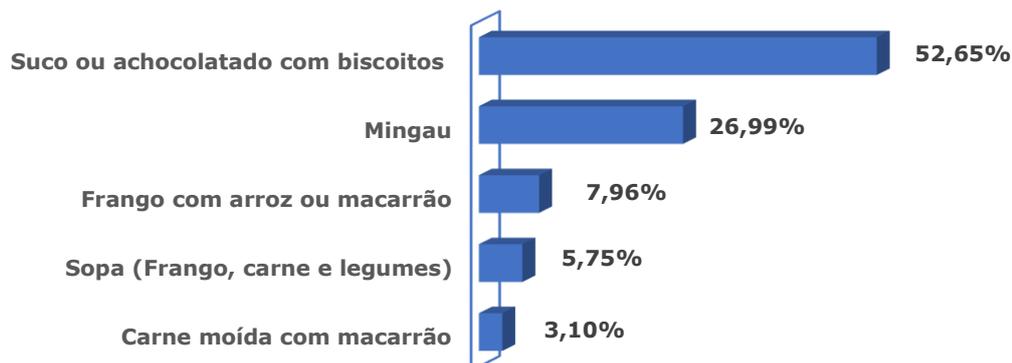


Eis o resultado por escola:

PREPARAÇÕES	UNIDADES ESCOLARES
<b>Suco ou achocolatado com biscoito</b>	Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Arroz com frango</b>	Edgar de Souza Cordeiro, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Salsicha com macarrão</b>	Domingos de Souza Melo e Francisco Alves dos Reis
<b>Mingau de arroz</b>	Raimundo Martins Filho

No Município de Bragança foram aplicados questionários a 226 alunos, sendo 210 alunos do 6º ao 9º ano e 16 alunos do 5º ano todos do ensino fundamental. Questionados acerca do tipo de alimentação mais servida na escola, 133 alunos, que costumam consumir a merenda escolar, informaram que é o suco ou achocolatado com biscoito com (52,65%), seguido do mingau (26,99%).

**Tipo de Merenda Escolar mais servido nas 10 (dez) escolas públicas municipais auditadas pelo TCM/PA na percepção dos alunos, de 09 a 13/04/2018**



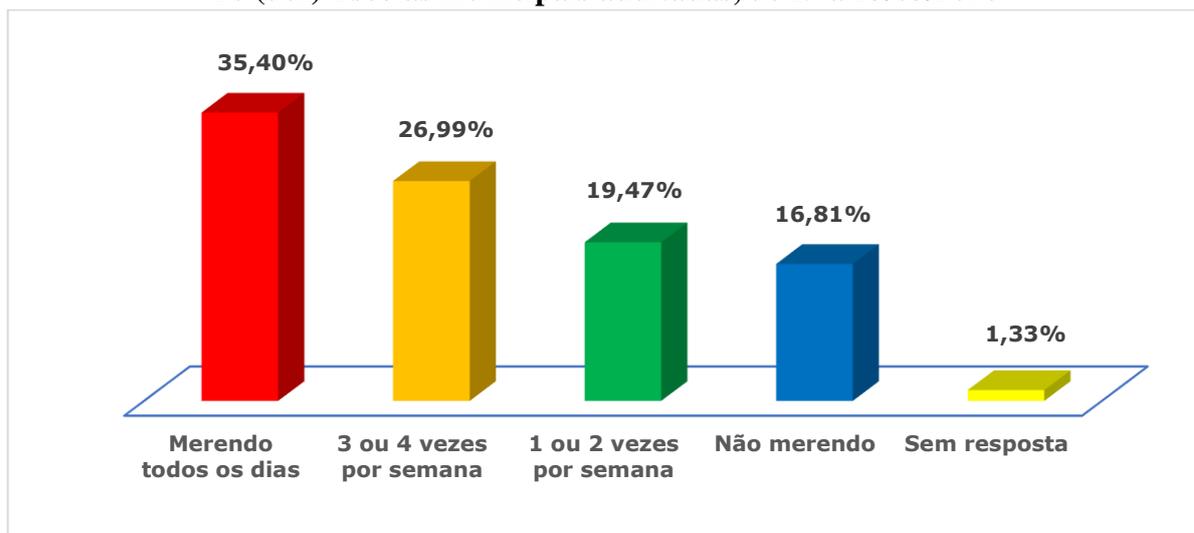
Demonstra-se, na tabela a seguir, a percepção dos alunos acerca do tipo de alimentação mais servida nas 10 (dez) escolas auditadas:

Unidade escolar	Suco ou achocolata do com biscoitos	Mingau	Frango (cozido, guisado, com macarrão, com arroz, desfiado, etc.)	Sopa (Frango, carne e legumes)	Carne (cozido, guisado, com macarrão, com arroz, desfiado, etc.)
Francisco Alves dos Reis	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Júlia Quadros Peinado	81,25%	6,25%	6,25%	0,00%	0,00%
Regina Gonçalves Ferreira	66,67%	7,41%	3,70%	0,00%	7,41%
Raimundo Martins Filho	57,15%	35,71%	0,00%	0,00%	0,00%
Domingos de Sousa Melo	47,37%	36,84%	5,26%	10,53%	0,00%
Edgar de Sousa Cordeiro	47,06%	0,00%	38,24%	0,00%	11,76%
Jesuína do Rosário Melo	43,38%	56,52%	0,00%	0,00%	0,00%
Casa dos Anjos	35,00%	5,00%	5,00%	55,00%	0,00%
José Maria Machado Cardoso	33,33%	57,15%	4,76%	0,00%	4,76%
Padre Paulo Corolli	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### 6.2.6 Frequência do Consumo de Alimentação Escolar nas Unidades Escolares

Foi solicitado que os alunos respondessem a frequência com que consumiam a alimentação escolar. As respostas dos estudantes possibilitaram a construção do gráfico a seguir:

#### Percentual da frequência do consumo de merenda escolar pelos alunos entrevistados nas 10 (dez) Escolas municipais auditadas, de 19 a 23/03/2018



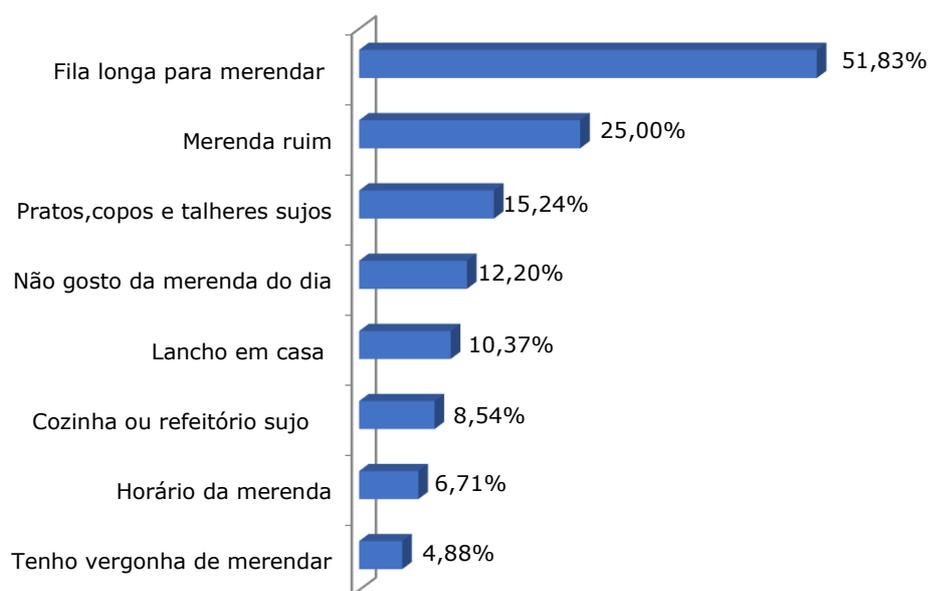
Verifica-se que 35,40% dos alunos informaram que merendam todos os dias e 26,99% merendam 3 ou 4 dias por semana. A seguir demonstra-se a frequência de consumo de merenda escolar por Escola auditada:

**Percentual da frequência do consumo de merenda escolar dos alunos consultados nas 10 (dez) Escolas municipais auditadas na percepção dos alunos, de 9 a 13/03/2018**

Unidades Escolares	Merendo todos os dias	3 ou 4 vezes por semana	1 ou 2 vezes por semana	Não merendo	Sem resposta
Edgar de Souza Cordeiro	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Julia Quadros Peinado	87,50%	0,00%	0,00%	12,50%	0,00%
Casa dos Anjos	70,00%	0,00%	10,00%	20,00%	0,00%
Francisco Alves dos Reis	30,43%	52,17%	13,04%	0,00%	4,35%
Jesuina do Rosario Melo	26,09%	30,43%	39,13%	4,35%	0,00%
José Maria Machado Cardoso	19,05%	47,62%	28,57%	4,76%	0,00%
Raimundo Martins Filho	11,11%	14,81%	14,81%	59,26%	0,00%
Domingos de Sousa Melo	5,00%	15,00%	55,00%	25,00%	0,00%
Regina Gonçalves Ferreira	3,23%	77,42%	9,68%	6,45%	3,23%
Pedro Paulo Corolli	0,00%	6,67%	40,00%	46,67%	6,67%

Foi solicitado aos alunos que não merendam todos os dias que estes indicassem os principais motivos para o não consumo da alimentação servida nas Escolas auditadas. Registre-se que os alunos poderiam apontar mais de uma razão para a questão em análise. Verificou-se que dos 226 alunos 65 alunos não se manifestaram quanto a este item, vez que merendam todas as vezes que é oferecida alimentação na escola. Cabe registrar que 15 dos 161 alunos, muito embora merendem todos os dias responderam a este quesito. A grande maioria dos alunos dispensa a refeição pelos seguintes motivos:

**Razões do não consumo ou do pouco consumo de merenda escolar pelos alunos consultados nas 10 (dez) Escolas municipais auditadas, de 09 a 13/03/2018**



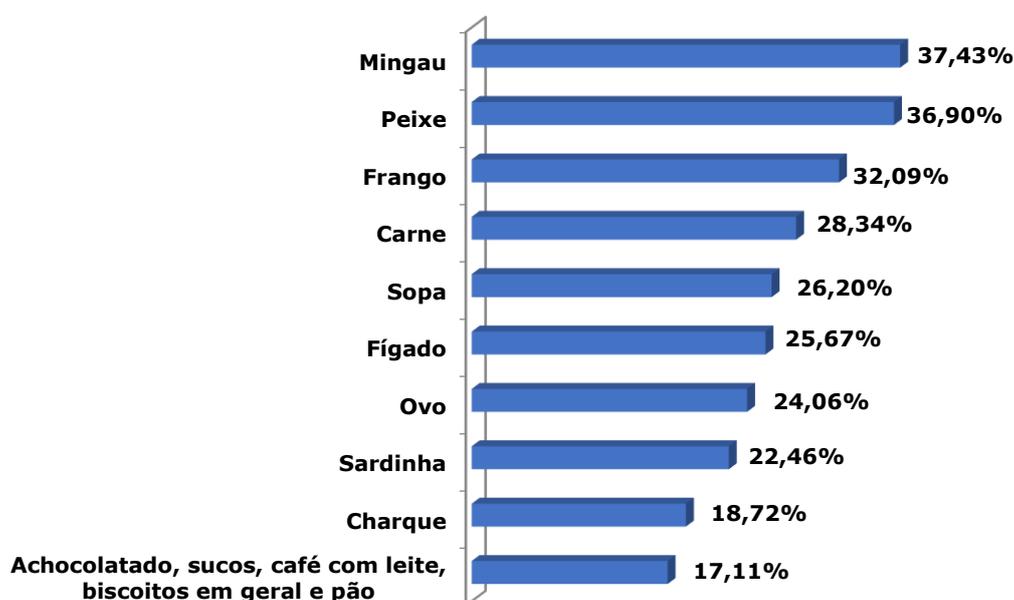
A seguir apresenta-se os resultados por escola auditada:

Unidades Escolares	Fila longa para merendar	Merenda ruim	Pratos, copos e talheres sujos	Não gosto da merenda do dia	Lancho em casa	Cozinha ou refeitório sujo	Horário da merenda	Tenho vergonha de merendar
Jesuína do Rosário Melo	91,30%	4,35%	0,00%	0,00%	4,35%	0,00%	0,00%	0,00%
Francisco Alves dos Reis	82,61%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Regina Gonçalves Ferreira	74,19%	3,23%	16,13%	12,90%	0,00%	6,45%	16,13%	6,45%
Pedro Paulo Corolli	66,67%	13,33%	0,00%	13,33%	6,67%	0,00%	0,00%	6,67%
Raimundo Martins Filho	22,22%	48,15%	11,11%	29,63%	14,81%	7,41%	7,41%	3,70%
José Maria Machado Cardoso	19,05%	38,10%	0,00%	4,76%	28,57%	0,00%	0,00%	19,05%
Julia Quadros Peinado	12,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Domingos de Sousa Melo	5,00%	70,00%	60,00%	20,00%	10,00%	50,00%	10,00%	5,00%
Casa dos Anjos	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	10,00%	10,00%

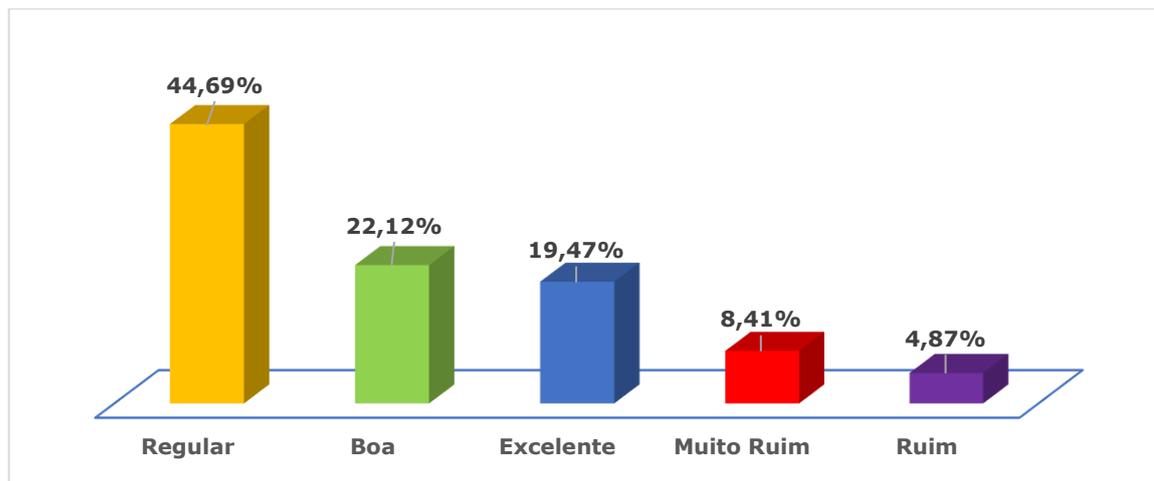
As Escolas em que a maioria dos respondentes considerou a merenda ruim foram: Domingos de Sousa Melo com 70% dos alunos e Raimundo Martins Filho com 48%.

Foi feito ainda o seguinte questionamento aos alunos: “*Não merendo/almoço na escola quando é servido (Pode marcar até 3 opções):*”. Dos 226 alunos consultados, 129 alunos se manifestaram. Dentre as opções apresentadas, os tipos de alimento que apresentam maior índice de rejeição pelos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, foram a mingau com 37,43%, peixe com 36,90% seguido de frango com 32,09% e carne 28,34%, conforme se verifica no gráfico abaixo:

#### Tipos de alimentação escolar rejeitada pelos alunos consultados nas dez escolas municipais auditadas, de 09 a 13/04/2018



Foi perguntado aos alunos como avaliavam a merenda escolar servida pela sua escola. Eis os resultados alcançados:



Individualizando-se por escola tem-se:

Unidades Escolares	Excelente	Boa	Regular	Ruim	Muito Ruim
<b>Edgar de Souza Cordeiro</b>	73,33%	23,33%	3,33%	0,00%	0,00%
<b>Jesuína do Rosário Melo</b>	60,87%	34,78%	4,35%	0,00%	0,00%
<b>Casa dos Anjos</b>	20,00%	35,00%	25,00%	20,00%	0,00%
<b>José Maria Machado Cardoso</b>	9,52%	0,00%	85,71%	0,00%	4,76%
<b>Julia Quadros Peinado</b>	6,25%	87,50%	6,25%	0,00%	0,00%
<b>Regina Gonçalves Ferreira</b>	3,23%	12,90%	58,06%	16,13%	6,45%
<b>Domingos de Sousa Melo</b>	0,00%	0,00%	55,00%	5,00%	40,00%
<b>Francisco Alves dos Reis</b>	0,00%	30,43%	60,87%	0,00%	8,70%
<b>Pedro Paulo Corolli</b>	0,00%	6,67%	93,33%	0,00%	0,00%
<b>Raimundo Martins Filho</b>	0,00%	7,41%	66,67%	3,70%	22,22%

Observa-se que, na percepção dos alunos, a escola auditada que apresentou os piores conceitos foi a Domingos de Souza Melo, em que 40% dos alunos consultados consideraram a merenda muito ruim e 5% ruim, perfazendo um total de 45%. Registre-se que a maioria das escolas recebeu conceito regular pelos alunos.

Embora a maioria dos alunos tenham conceituado a merenda das escolas auditadas como regular, há que se considerar, a inexistência, na alimentação servida, de frutas e hortaliças e a oferta dos seguintes alimentos: como salsicha, achocolatados e biscoitos. Cabe salientar que os cardápios deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), vez que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade do oferecimento de frutas “in natura”. Registre-se ainda, a pouca variedade de alimentos e quantitativo per capita reduzido na composição dos cardápios.

Cabe enfatizar que a insuficiência de recursos financeiros disponíveis para aquisição de merenda escolar influencia na composição dos cardápios e na alimentação dos alunos vez que a maioria dos alunos a tem como única refeição diária.

Assim, verifica-se que a alimentação servida nas escolas auditadas não supre os 20%, no mínimo nas escolas com ensino regular, das necessidades nutricionais dos alunos

durante a sua permanência na escola, fazendo com que o Programa de Alimentação Escolar executado pelo município de Bragança, não alcance o seu objetivo.

### 6.2.7 Divulgação dos Cardápios nas Unidades Escolares

Quanto à divulgação do cardápio aos alunos, observou-se que apenas na Escola Agrícola Edgar de Sousa Cordeiro e na Escola Raimundo Martins Filho o cardápio estava afixado na parede da cozinha. Nas demais escolas não foi constatado a divulgação do cardápio.

CARDÁPIO					
Café	Segun.	Terç.	Quart.	Quint.	Sext.
07:30	Chocolate e biscoito	Café e leite e biscoito	Chocolate e biscoito	Café e leite e biscoito	Café e leite e biscoito
Lanche 09:45	Suco e biscoito	Suco e biscoito	Suco e biscoito	Suco e biscoito	Suco e biscoito
Almoço 12:00					
1ª Semana	Carne moída e macarrão, feijão, arroz e farofa.	Carne e legumes, macarrão, feijão, farofa e arroz.	Frango com legumes, Feijão, farofa e arroz.	Peixe frito, feijão, arroz, farofa e salada.	Arroz e galinha
2ª Semana					
3ª Semana					
4ª Semana					
5ª Semana					
Sobremesa	Frutas: Melancia	Frutas: Banana	Frutas: Melancia	Frutas: Banana	Frutas: Melancia
Lanche 16:30	Mingau de milho verde	Mingau de Arroz	Suco e biscoito	Mingau de milho verde	Suco e biscoito

Escola Edgar de Souza Cordeiro

CARDÁPIO					
2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	
SECO COM BISCOITO	PICADINHO COM MACARRÃO	FRANGO DESFIADO COM ARROZ E LEGUMES	ACHOCOLADO COM BISCOITO	SECO COM BISCOITO	PICADINHO COM MACARRÃO
PICADINHO COM MACARRÃO	FRANGO DESFIADO COM ARROZ E LEGUMES	SECO COM BISCOITO			
FRANGO DESFIADO COM ARROZ E LEGUMES	SECO COM BISCOITO				

Escola Raimundo Martins Filho

A cerca da divulgação do cardápio, os 226 alunos consultados nas 10 (dez) escolas auditadas assim se posicionaram:

Unidades Escolares	Não	Sim, diariamente	Sem resposta	Total Geral
Edgar de Sousa Cordeiro	---	30	---	30
Casa dos Anjos	4	16		20
Domingos de Sousa Melo	20	---	---	20
Francisco Alves dos Reis	22		1	23
Jesuina do Rosário Melo	22	1		23
José Maria Machado Cardoso	17		4	21
Julia Quadros Peinado	5	10	1	16
Pedro Paulo Corolli	14		1	15
Raimundo Martins Filho	27	---	---	27
Regina Gonçalves Ferreira	28		3	31
<b>Total Geral</b>	<b>159</b>	<b>57</b>	<b>10</b>	<b>226</b>

Cotejando-se as ilustrações com o demonstrativo apresentados acima constata-se que a pesar da escola Raimundo Martins Filho, no ato da auditoria, ter em seu mural um documento contendo o cardápio o mesmo não é do conhecimento dos alunos, vez que estes foram unânimes em alegar o seu desconhecimento.

### 6.2.8 Quantidade de Alimentação Servida nas Escolas

Em 06 (seis) escola auditadas o cálculo da quantidade de refeições a serem preparadas é realizado com base na experiência das merendeiras, que já “sabem” qual a

quantidade da merenda a ser produzida e em 04 (quatro) escolas o cálculo é realizado com base na conferência dos alunos presentes nos turnos de funcionamento da escola. Registre-se que, mesmo nas escolas em que é realizada a conferência dos alunos presentes na escola, a quantidade de refeições a serem produzidas não se baseia no cálculo da per capita de cada produto a ser utilizado na preparação do cardápio pelo número de alunos presentes. Assim, a quantidade de refeições servidas não é medida pelas escolas, vez que não é feito a contagem e o conseqüente registro do número de alunos que consumem a merenda, quantos deixaram de se alimentar e quantos repetiram a alimentação. Eis a situação encontrada por escola auditada:

<b>Forma de cálculo quantidade refeições</b>	<b>Unidades Escolares</b>
<b>O cálculo é realizado com base na experiência das merendeiras</b>	Raimundo Martins Filho, Domingos de Souza Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Sousa Cordeiros e Paulo Corolli
<b>O cálculo é realizado com base na conferência dos alunos presentes por turno</b>	Casa dos Anjos, Jesuína do Rosário Melo, Francisco Alves dos Reis e Júlia Quadros Peinado

Frise-se que o SEMAE não apresentou aos auditores operacionais nenhum relatório gerencial referente a gestão do PNAE no Município de Bragança. Desta feita, a informação quanto ao total de refeições servidas nas escolas públicas aos alunos nos exercícios anteriores a 2018, bem como as despesas realizadas com aquisição dos gêneros alimentícios não foram repassadas.

### **6.2.9 Registro de Informações referentes a alimentação escolar servida nas Escolas**

É de suma importância fazer o registro do tipo alimentação servida pelas escolas, a quantidade de alunos atendidos e dos gêneros alimentícios utilizados na preparação, pois esse registro possibilita verificar se o cálculo do per capita de cada gênero estabelecido no cardápio está sendo obedecido, bem como, o custo do que está sendo servido e sua aceitação pelo aluno.

Esse registro nas Unidades Escolares pode ser feito por meio de um documento, que pode ser denominado Mapa de Consumo da Merenda Escola ou Controle Diário de Alimentação Escolar Servida. Este documento deve permitir o registro das seguintes informações: nome da escola, data, turno, número de alunos presentes na escola, merendeiro responsável, cardápio, gêneros alimentícios e quantidade utilizada, número de refeições servidas, número de repetições e peso/volume das sobras, se houver.

Em 8 (oito) das 10 (dez) escolas auditadas não foi apresentado a equipe de auditoria nenhum tipo registro diário da alimentação escolar servida aos alunos, apenas as Escolas Edgar de Souza Cordeiro e Jesuína do Rosário Melo apresentaram um caderno onde registram as informações referentes a alimentação escolar oferecida aos alunos. Cabe salientar que, muito embora a Escola Casa dos Anjos faça algum tipo de registro, ele é incompleto, vez que não contém o mínimo de informações que possam subsidiar qualquer tipo de análise quanto a alimentação servida na escola, já que demonstra apenas a quantidade de alunos presentes na escola por turno, conforme se observa nas fotos abaixo:

Data 17.03.18		Data 15.03.18	
1-17	Cardápio	1-19	Cardápio
2-18	Doce de leite	2-20	Frutacelido 11
3-18	Doce de leite	3-20	Doce de leite
4-21	Doce de leite	4-19	7 pr de natural
5-18	184	5-18	Doce
6-18	Doce de leite	6-24	Doce de leite
7-22	Doce de leite	7-23	Doce
8-21	Doce de leite	8-29	Doce
9-24	Doce de leite	9-28	Doce

Escola Júlia Quadros Peinado

Mantã		Mantã		Tarde	
28	1º Ano 9	28	1º Ano 7	28	1º Ano 7
28	2º Ano 15	28	2º Ano 7	28	2º Ano 14
28	3º Ano 18	28	3º Ano 20	28	3º Ano 21
28	4º Ano 15	28	4º Ano 19	28	4º Ano 19
28	5º Ano 23	28	5º Ano 19	28	5º Ano 19
28	6º Ano 23	28	6º Ano 19	28	6º Ano 19
28	7º Ano 23	28	7º Ano 19	28	7º Ano 19
28	8º Ano 23	28	8º Ano 19	28	8º Ano 19
28	9º Ano 23	28	9º Ano 19	28	9º Ano 19

Escola Casa dos Anjos

Data: 21/03/2018  
Quantidade de alunos: 45  
Merenda Servida: ACHOCOLATADO COM BOLACHAS

9 P. DE ACHOCOLATADO  
3 P. DE LEITE  
5 P. DE BOLACHAS

Assinatura: RSD

Data: 22/03/2018  
Quantidade de alunos = 66  
Merenda Servida = SUCO COM BOLACHA

5 POLPAS  
3 P. LEITE  
4 P. AÇUCAR  
4 P. BOLACHA

Assinatura: Cláudia Ramos

DATA 23/03/2018  
QUANTIDADE DE ALUNOS = 89  
MERENDA SERVIDA = SUCO COM BOLACHAS

3 POLPAS 6 P. BOLACHAS  
2 AÇUCAR  
1 P. LEITE

ASSINATURA: RSD

Escola Jesuína do Rosário Melo

Cabe salientar que apenas a direção da Escola Jesuína do Rosário Melo informou que verifica se está sendo realizado pelas merendeiras o registro das informações referentes a alimentação escolar oferecida aos alunos.

Pelo exposto é necessário que o SEMAE padronize um controle diário para registro do consumo de merenda escolar, a ser preenchido por todas as escolas públicas municipais, e este deve conter no mínimo: nome da escola, data, turno, número de alunos presentes na escola, merendeiro responsável, cardápio, gêneros alimentícios e quantidade utilizada, número de refeições servidas, número de repetições e peso/volume das sobras, se houver.

Esses controles devem ser encaminhados mensalmente ao SEMAE, pois possibilitam a verificação do cumprimento do cardápio e da per capita dos alimentos necessários a preparação do cardápio elaborado, bem como a quantidade de refeições produzidas por unidade escolar em todos os níveis de ensino e em todos os turnos de funcionamento das escolas. Essas informações permitirão a elaboração de relatórios anuais de gestão, demonstrando todos os aspectos na produção e distribuição da alimentação escolar

servida no Município do Bragança, que permitirá o aperfeiçoamento da gestão dos recursos pela SEMED.

### 6.2.10 Qualidade da alimentação servida nas escolas

A abordagem desse ponto de controle, deve-se a necessidade de identificar a qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos às Unidades Escolares para a produção da merenda servida aos alunos das escolas da rede pública municipal, sob a ótica dos manipuladores de alimentos.

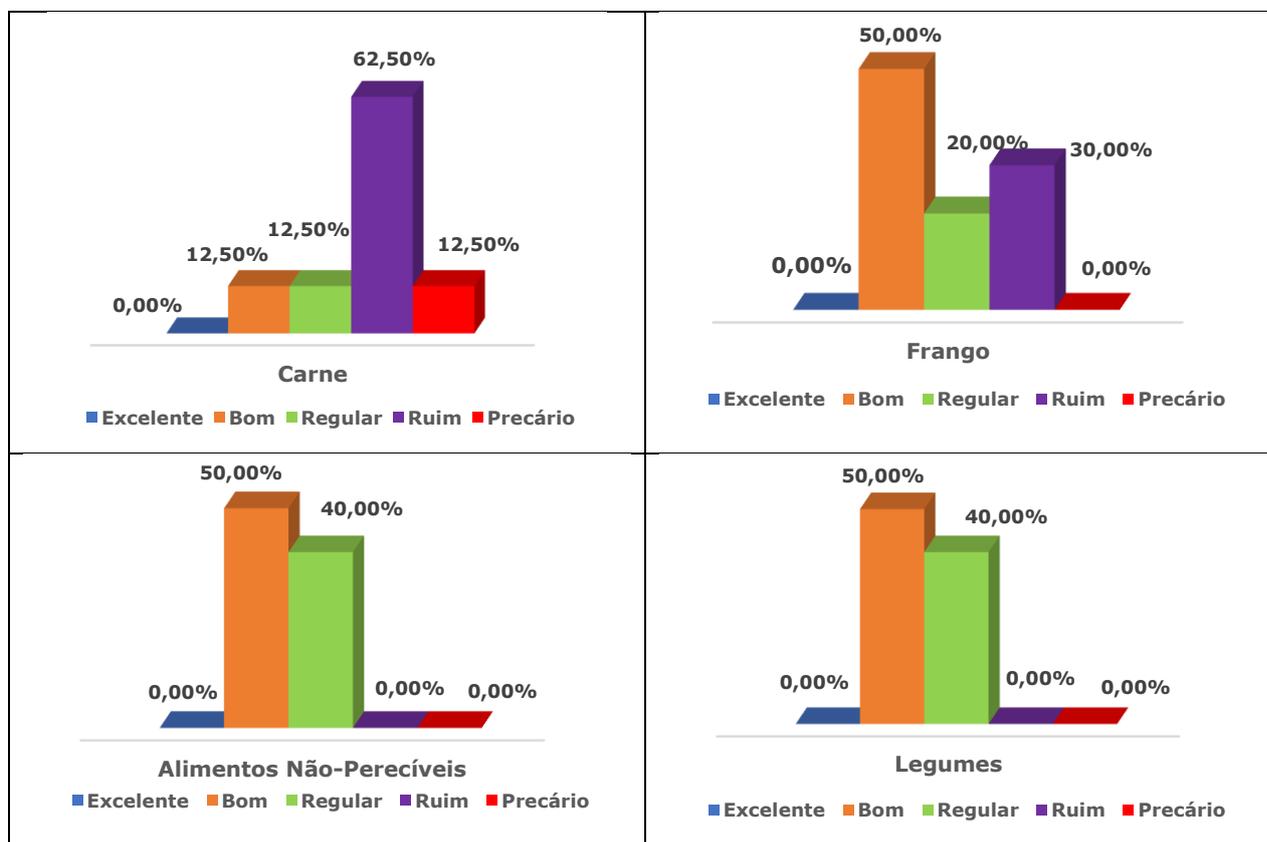
Nesse contexto, os auditores do TCM/PA, entrevistaram os manipuladores de alimentos/merendeiras e observaram os aspectos relacionados ao padrão de qualidade dos alimentos destinados à preparação da merenda escolar.

No Município de Bragança, segundo informações obtidas nas escolas auditadas, não está sendo fornecido as escolas frutas e hortaliças, os legumes fornecidos restringem-se a cebola, alho, cenoura e batata e a carne entregue é a moída.

Foi informado, ainda pelas manipuladoras, que as Escolas Casa dos Anjos e Regina Gonçalves Ferreira não receberam carne bovina no ano de 2018, muito embora conste, na guia de entrega, 12 kg de carne moída.

Na percepção dos manipuladores os resultados obtidos quanto à qualidade dos gêneros alimentícios, encontram-se demonstrados no gráfico a seguir:

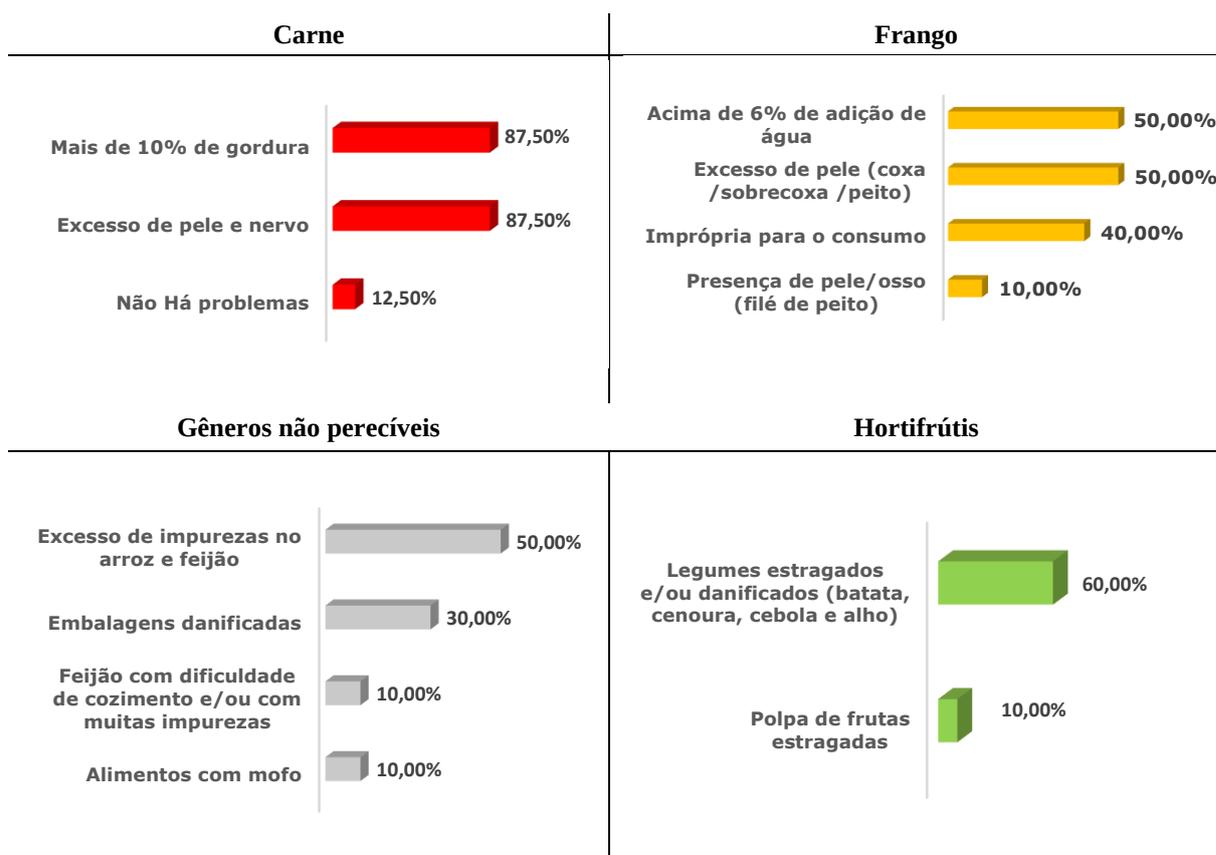
#### Qualidade dos Gêneros Alimentícios na Percepção das Merendeiras nas 10 (dez) Escolas Municipais auditadas, de 09 a 13/03/2018



Os resultados evidenciados acima, demonstram que para 50,00% das manipuladoras de alimentos: o frango, os alimentos não perecíveis e os legumes entregues nas escolas são de boa qualidade e a carne, recebida por 08 (oito) escolas, vez que 2 (duas) delas não recebem, foi considerada ruim para 62,50% delas.

Abaixo evidencia-se as principais impropriedades detectadas nos gêneros alimentícios utilizados na preparação da merenda escolar entregues nas unidades escolares, segundo a percepção das manipuladoras de alimentos consultadas:

**Impropriedades encontrados nos Gêneros Alimentícios entregue nas 10 (dez) Escolas Municipais auditadas, de 09 a 13/03/2018**



Para 87,50% dos manipuladores, as principais impropriedades apresentadas pela carne bovina foram o excesso de gordura, pele e nervo. Para 50,00% as maiores impropriedades observadas na carne de frango foram a adição de 6% de água nas embalagens e o excesso de pele com 50,00% e para 40,00% a entrega de carne de frango imprópria para consumo. Em relação aos hortifrútiis, para 60,00% das merendeiras os legumes entregues nas escolas apresentaram problemas.

As impropriedades apontadas pelos manipuladores assumiram os seguintes percentuais: 100,00% na carne bovina, 40,00% na carne de frango e 71,43% nos legumes.

**6.3 Recebimento e Controle de Estoque dos Gêneros Alimentícios**

O primeiro passo para a boa gestão dos serviços de alimentação nas escolas é indicação pelo gestor escolar do servidor responsável pela orientação, supervisão e controle do serviço, o qual deverá ser responsável por: receber, acompanhar e registrar a movimentação diária dos produtos; orientar ou adaptar o cardápio a ser seguido pelos manipuladores de

alimentos, verificar o número de refeições servidas, fiscalizar e orientar a organização do serviço, entre outras atribuições.

Constatou-se, segundo informação da direção, que nas escolas auditadas em Bragança não há um responsável específico designado para a gestão dos serviços de alimentação escolar. Informou também, que a supervisão e o controle desse serviço é realizado ora pelo gestor ou pelo coordenador pedagógico, ou ainda, pelo próprio merendeiro.

### **6.3.1 Recebimento dos Gêneros Alimentícios na Unidade Escolar**

Quanto ao recebimento dos alimentos na escola, é necessário que, além do servidor designado para fazer a gestão do serviço, o gestor da escola conheça todo o processo: os itens e as quantidades de alimentos que serão recebidos, bem como de que forma e em que periodicidade as entregas serão realizadas.

O responsável pela gestão da merenda escolar, responsável também pelo recebimento de alimentos, deve observar se o veículo de entrega dos gêneros alimentícios apresenta boas condições de higiene e conservação, inclusive quanto ao condicionamento adequado dos produtos que necessitam de refrigeração ou congelamento, precisa conferir, rigorosamente, os produtos e verificar se as quantidades e as validades, estão de acordo com as informações constantes na Guia de Remessa de Alimentos (comprovante de entrega), bem como observar a qualidade dos alimentos.

Em situações de desacordo com algum dos itens entregues, os alimentos precisam ser devolvidos ao entregador e deve ser feito o registro que houve devolução dos alimentos na Guia de Remessa que retorna com o entregador. Este registro é necessário para que o fornecedor providencie a reposição ou cancele o registro da entrega do item que foi devolvido.

Registre-se sobre a importância da conferência e da anotação na Guia de Remessa quanto as possíveis faltas ou itens danificados, pois, são os únicos documentos que comprovam o recebimento dos produtos. Isto evidencia a importância de seu correto preenchimento, uma vez que o responsável pelo recebimento poderá responder por qualquer irregularidade.

Segundo o SEMAE, a entrega de merenda escolar nas Unidades Escolares é realizada pelo próprio órgão uma vez por mês. Importante esclarecer que não foram enviados a este TCM/PA cópia do cronograma de entrega de gêneros alimentícios as escolas.

Quanto à conferência dos gêneros alimentícios entregue nas escolas, observou-se que as guias de entrega dos gêneros estão sendo assinadas por servidor da escola sem que haja a conferência adequada, tanto de quantidade como de qualidade, é feita apenas a verificação intuitiva da quantidade dos produtos, não sendo realizada a pesagem de gêneros como frango e legumes, em razão da inexistência de balança nas 10 (dez) escolas auditadas pelo TCM/PA. Frise-se que, muito embora os gêneros alimentícios sejam entregues pelo próprio SEMAE, é necessário que seja realizada a conferência dos produtos nas escolas no ato da entrega.

### **6.3.2 Controle de Estoque dos Gêneros Alimentícios na Unidade Escolar**

As unidades escolares devem realizar o controle do estoque da merenda escolar. É de suma importância registrar em formulário próprio, denominado Mapa de Controle de Estoque, as entradas, as saídas, o saldo e a validade dos gêneros alimentícios estocados nas

despesas escolares. Esse procedimento permite controlar o que está sendo usado, em razão dos cardápios oferecidos e do número de refeições servidas, assim como evita a perda de alimentos por questões de validade vencida.

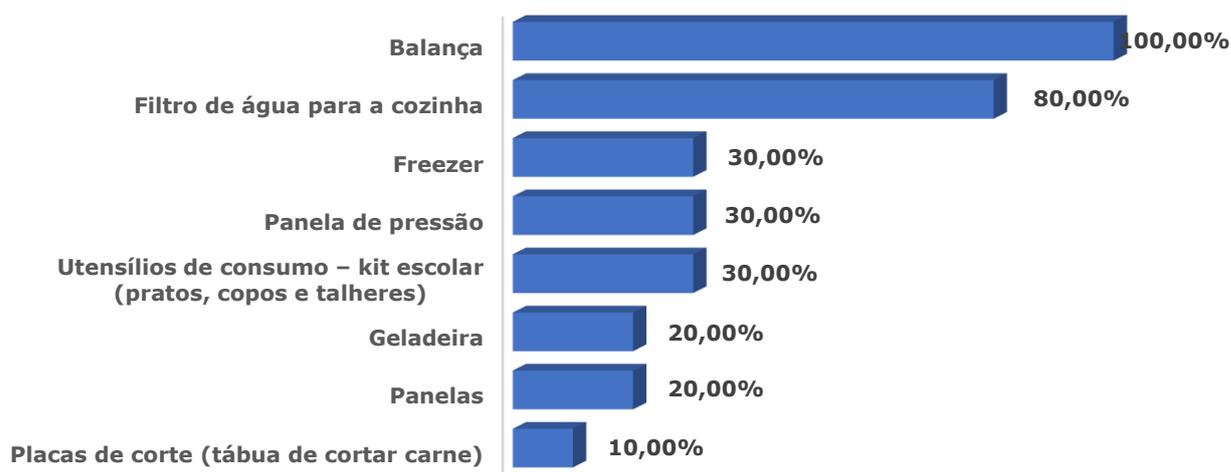
Foi informado pela direção das 10 (dez) escolas auditadas que o controle de estoque dos gêneros alimentícios não está sendo realizado, seja em Mapa de Controle de Estoque ou outro meio de controle realizado pela escola (planilha eletrônica ou sistema eletrônico de gestão de merenda escolar).

## 6.4 - Equipamentos e Utensílios necessários ao serviço de Alimentação Escolar

### 6.4.1 Inexistência de Equipamentos e Utensílios

Constatou-se nas 10 (dez) unidades escolares auditadas a quantidade insuficiente ou a inexistência de equipamentos e utensílios necessários à conservação, preparação e distribuição da alimentação escolar, acabam prejudicando o serviço nas escolas, conforme dados apresentados no gráfico abaixo:

#### Inexistência de Equipamentos e Utensílios nas Cozinhas nas 10 (dez) Escolas Municipais auditadas, de 09 a 13/04/2018



A seguir apresenta-se a ausência e/ou insuficiência dos equipamentos e utensílios por escola auditada:

Manutenção	Escolas
<b>Balança</b>	Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Filtro de água da cozinha</b>	Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Freezer (+ 1 freezer)</b>	Raimundo Martins Filho, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Panela de pressão</b>	Jesuína do Rosário Melo, Edgar de Souza Cordeiro e Júlia Quadros Peinado
<b>Utensílios de consumo – kit escolar (pratos, copos e talheres)</b>	Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, José Machado Cardoso
<b>Geladeira</b>	Raimundo Martins Filho e Francisco Alves dos Reis
<b>Panelas</b>	Jesuína do Rosário Melo e Júlia Quadros Peinado
<b>Placas de Corte</b>	Domingos de Souza Melo

## 6.4.2 Manutenção e Substituição de Equipamentos e Utensílios

Nas 10 (dez) escolas auditadas verificou-se a existência de equipamentos e utensílios que necessitam de manutenção ou de substituição, vez que a sua utilização em condições inadequadas prejudica o processo de preparação, conservação e distribuição da alimentação escolar nas escolas.

Os equipamentos e utensílios que necessitam de manutenção nas escolas auditadas são:

Equipamentos e Utensílios	Escolas
<b>Fogão</b>	Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Freezer</b>	Domingos de Sousa Melo, Raimundo Martins Filho e Jesuína do Rosário Melo
<b>Geladeira</b>	Jesuína do Rosário Melo e Júlia Quadros Peinado

Apresenta-se abaixo, a título ilustrativo, fotos de alguns equipamentos e utensílios que necessitam de manutenção:



Fogão – Escola Raimundo Martins Filho



Fogão – Escola Padre Paulo Corolli



Freezer – Escola Domingos de Sousa Melo



Freezer – Escola Jesuína do Rosário Melo



Geladeira - Escola Jesuína do Rosário Melo



Geladeira – Escola Júlia Quadros Peinado

Os equipamentos e utensílios que necessitam ser substituídos nas escolas auditadas são:

Equipamentos e Utensílios	Escolas
<b>Placas de corte, facas de corte, conchas, etc.</b>	Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Utensílios de consumo - kit escolar (pratos, copos e talheres)</b>	Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis
<b>Fogão</b>	Jesuína do Rosário Melo, Edgar de Souza Cordeiro e Francisco Alves dos Reis
<b>Liquidificador</b>	José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis
<b>Outros: Guardanapos, esponjas, etc.</b>	José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Francisco Alves dos Reis
<b>Freezer</b>	Edgar de Souza Cordeiro e Paulo Corolli
<b>Panelas</b>	Regina Gonçalves Ferreira e José Machado Cardoso
<b>Panelas de pressão</b>	Edgar de Souza Cordeiro

Apresenta-se abaixo, a título ilustrativo, fotos de equipamentos e utensílios que necessitam ser substituídos:



Tábua de cortar carne  
Escola Domingos de Sousa Melo



Placa de corte  
Escola Regina Gonçalves Ferreira



Kit Escolar - Escola Francisco Alves dos Reis



Kit Escolar - Escola José Maria Machado



Fogão - Edgar de Sousa Cordeiro



Fogão - Francisco Alves dos Reis



Liquidificador - Escola José Maria Machado Cardoso



Liquidificador - Escola Francisco Alves dos Reis



Freezer - Escola Paulo Corolli



Freezer - Escola Edgar de Sousa Cordeiro



Panelas – Escola José Maria Machado



Panela de pressão  
Escola Edgar de Sousa Cordeiro

### 6.4.3 Higiene e Conservação dos Equipamentos e Utensílios

É necessário à limpeza adequada dos equipamentos e utensílios das cozinhas escolares. Os alimentos podem ser contaminados por contato com superfícies e equipamentos que não estejam suficientemente limpos, para evitar a multiplicação de microrganismos patogênicos. A higienização completa deverá acontecer fora do horário de produção, ou seja, nos horários em que os profissionais não estiverem manipulando os alimentos e deverá estar disponível uma tabela da periodicidade para higienização dos equipamentos e utensílios.

Neste sentido, foi verificado nas escolas auditadas o estado de higiene dos equipamentos e utensílios e constatou-se que as placas de corte, os freezers, os fogões e os utensílios de consumos dos alunos foram os que mais apresentaram higienização inadequada. A seguir, apresenta-se a situação encontrada nas escolas:

Higiene e Conservação	Escolas
<b>Placas de corte, facas de corte, conchas, etc.</b>	Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Francisco Alves dos Reis, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Freezer</b>	Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário Melo, Raimundo Martins Filho, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado
<b>Fogão</b>	Jesuína do Rosário Melo, Raimundo Martins Filho, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro e Júlia Quadros Peinado
<b>Utensílios de consumo – kit escolar (pratos, copos e talheres)</b>	Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso e Francisco Alves dos Reis
<b>Liquidificador</b>	José Machado Cardoso, Edgar de Souza Cordeiro e Francisco Alves dos Reis
<b>Outros: Guardanapos, esponjas etc.</b>	Raimundo Martins Filho, Jesuína do Rosário Melo e José Machado Cardoso
<b>Geladeira</b>	Casa dos Anjos e Júlia Quadros Peinado

## 6.5 Manipuladores de Alimentos

### 6.5.1 Quantidade de Manipuladores de Alimentos

Conforme informado pela SEMED a quantidade de manipuladores de alimentos (merendeiros) estabelecidos para as escolas municipais de Bragança encontra-se disposto na Portaria de Lotação nº 18/2018 (Processo nº 201802478, fls. 163), que determina em seu art. 14, incisos I e II, que a lotação de servidores do cargo Auxiliar de Serviços Operacionais será de acordo com o número de alunos por turno, considerando as atividades do Programa Novo Mais Educação e obedecerá os seguintes critérios:

*“I – Escolas com 100 (cem) até 200 (duzentos) alunos (as) por turno será lotado 02 (dois) servidores por turno, sendo 01 (um) servente e 01 (um/a merendeiro/a), por turno;*

*II - Escolas que possuem de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) alunos (as) por turno será lotado 03 (três) servidores por turno, sendo 02 (um) serventes e 01 (um/a merendeiro/a), por turno;”*

Segundo informação fornecida pela direção das Escolas auditadas, a quantidade de Auxiliares de Serviços Operacionais que exercem a função de merendeiro soma 38 (trinta e oito) no total. Pelo parâmetro estabelecido na Portaria de Lotação, todas as escolas apresentaram número de merendeiras de acordo com a legislação, conforme se observa abaixo.

Unidade escolar	Número de merendeiras/alunos					
	Manhã		Tarde		Noite	
	Merendeiras	Alunos	Merendeiras	Alunos	Merendeiras	Alunos
Casa dos Anjos	2	111	2	98	---	---
Domingos de Souza Melo	1	179	1	186	1	74
Jesuína do Rosário Melo	1	120	1	170	---	21
Raimundo Martins Filho	2	240	2	264	---	---
Regina Gonçalves Ferreira	1	126	1	44	---	---
José Machado Cardoso	1	200	1	179	---	---
Edgar de Sousa Cordeiro*	2	50	2	50	---	---
Francisco Alves dos Reis	2	93	1	87	---	---
Padre Paulo Corolli	3	268	3	204	---	---
Júlia Quadros Peinado	3	237	3	255	2	67

Fonte: Número de merendeiros e de alunos fornecidos pela direção das Escolas Auditadas.

\*A Escola Edgar de Sousa Cordeiro tem 50 alunos que estudam em tempo integral e fazer 4 refeições diárias

De acordo com informação obtida nas Escolas auditadas, os auxiliares de serviços operacionais acumulam a função de servente e merendeiro e são responsáveis pela limpeza de todos os ambientes das escolas e pela preparação da alimentação escolar.

Questionados sobre a suficiência do número de merendeiras/manipuladores de alimentos existentes na Unidade Escolar para o desenvolvimento de todas as atribuições de sua competência, as merendeiras/serventes assim se posicionaram: a grande maioria, 80,00%, considerou insuficiente, e 20,00% considerou suficientes.

Assim, importante rever os parâmetros estabelecidos na Portaria, adequando a lotação de merendeiras ao porte das escolas (pequena, média e grande), definindo o número de alunos dentro do porte das escolas.

## 6.5.2 Capacitação do Manipulador de Alimentos

Segundo a Lei nº 11.947/2009, cabe aos Estados e Municípios capacitar os recursos humanos envolvidos na execução do PNAE e no controle social, podendo esta atividade ser realizada em parceria com o FNDE.

É de suma importância a capacitação e orientação continuada de todos os manipuladores envolvidos em todas as etapas e processos, da produção ao consumo da merenda escolar, para que conheçam e cumpram as medidas de higiene pessoal, de utensílios e das instalações, com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nas possíveis impropriedades sanitárias.

Este TCM/PA solicitou que a SEMED informasse as capacitações oferecidas aos manipuladores de alimentos nos exercícios de 2016 e 2017 e obteve a seguinte resposta: “Capacitação realizada em 18/04/2017” (Processo nº 201802478-00, fls. 245).

Quando questionadas se receberam capacitações nos anos de 2016 e 2017, as merendeiras assim se manifestaram: 30,00% responderam que sim e 70,00% que não. As merendeiras das Escolas Raimundo Martins Filho, Domingos de Sousa Melo e Padre Paulo Corolli informaram que receberam um curso teórico de manipulação de alimentos nesse período.

Verifica-se que o percentual de merendeiras que não receberam treinamento é muito maior do que as que receberam. Há que se ressaltar que durante a realização da auditoria, verificou-se, nas 10 (dez) escolas auditadas, a ocorrência de muitas práticas inadequadas relativamente ao recebimento, preparo, distribuição e armazenamento dos alimentos, demonstradas no decorrer deste Relatório, que mostram a falta de conhecimento por parte das mesmas sobre Boas Práticas de Fabricação de Alimentos e sobre o controle dos pontos críticos durante as operações. Tal fato aponta para a necessidade de realização de capacitações periódicas e que os assuntos abordados durante esses treinamentos enfatizem estes temas que são de extrema relevância para os manipuladores de alimentos, tendo implicação direta na qualidade higiênico-sanitária das refeições oferecidas, reforçando a necessidade da supervisão e capacitação periódica em higiene pessoal, em manipulação higiênica dos alimentos e em doenças transmitidas por alimentos, conforme dispõe a Resolução nº 216/2004 da ANVISA.

### **6.5.3 Saúde do Manipulador de Alimentos**

Os alimentos podem transmitir doenças conhecidas como Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Desta feita, o cuidado com a saúde do manipulador e seu efetivo controle são fatores que influenciam na qualidade final da alimentação escolar oferecida aos alunos.

A Carteira de Saúde emitida pela Prefeitura atesta as condições de saúde do manipulador de alimentos e uma cópia da carteira de cada merendeira deve ser arquivada na escola. A renovação da carteira deve ser feita anualmente ou em intervalo menor de tempo se houver necessidade. De acordo com o item 4.6.2 da Resolução 216/2004 da ANVISA os manipuladores que apresentarem lesões e ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos devem ser afastados da atividade de preparação de alimentos enquanto persistirem essas condições de saúde (BRASIL, 2004).

Constatou-se que em todas as 10 (dez) escolas auditadas as carteiras de saúde dos manipuladores não se encontram arquivadas.

### **6.5.4 Uniformes e EPI's**

Outro ponto importante a ser observado para diminuir a chance de contaminação dos alimentos utilizados no preparo da merenda escolar diz respeito aos merendeiros, vez que

eles são responsáveis pela sua manipulação. Alguns aspectos devem ser observados quanto ao uniforme do merendeiro: o tecido deve ser leve e de cor clara e deve estar sempre limpo, sem manchas ou rasgos, recomenda-se que sejam trocados todos os dias. Durante o preparo dos alimentos é necessário a utilização de máscara, para evitar o contato da saliva e da respiração, que podem contaminar o alimento; os sapatos também devem ser de cor clara, fechados e sem salto; os cabelos devem ficar presos por touca ou rede, evitando assim que caiam nos alimentos.

Na área do Serviço de Alimentação Escolar (cozinha, despensa, refeitório) é necessário usar o uniforme e EPI's, cuja função é a proteção tanto do usuário como do alimento a ser preparado. O uniforme geralmente é composto de calça, camiseta de manga curta, touca de algodão ou descartável, avental de algodão e sapato fechado. Todas as peças do uniforme devem ser preferencialmente de cor branca e em tecido de algodão, conservadas e limpas, as roupas devem ajustar-se ao corpo, para evitar que se prendam em algum equipamento ou que queimem. EPI's que devem ser utilizados pelos manipuladores de alimentos nas cozinhas escolares:

### Recomendações sobre os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)

Áreas do Serviço de Alimentação	EPI Recomendados	Função do EPI
<b>Pré-preparo</b>	Luvas de malha de aço	Proteção contra cortes
	Avental de PVC	Contra umidade
	Luvas vinil, látex ou polietileno	Preparo de saladas
<b>Cocção</b>	Luvas de malha de aço	Para cortes
	Luvas térmicas	Para forno e fogão
	Avental antichama	Para forno e fogão
<b>Distribuição</b>	Luvas vinil, látex ou polietileno	Para servir bolo, pão, bolacha
<b>Higienização e Retirada de Lixo</b>	Óculos de proteção	Para limpeza da coifa
	Luvas de PVC e luva de PVC cm	Para manipulação de produtos químicos
	Botas de borracha	Para atividades com grande quantidade de água.
	Avental de PVC	Proteção contra umidades e produto químico
	Luvas de malha de aço	Para cortar embalagens

Nas escolas auditadas pelo TCM, constatou-se que os manipuladores de alimentos não estavam usando uniforme e nem EPI's.



Escola Domingos de Sousa Melo



Escola Regina Gonçalves Ferreira



Escola Edgar de Sousa Cordeiro



Escola Padre Paulo Corolli

Registre-se que todos os manipuladores de alimentos entrevistados nas 10 (dez) escolas auditadas informaram que não recebem uniformes e EPI's. Na Escola Raimundo Martins Filho foi informado que as merendeiras compram a camisa da escola para utilizar como uniforme.

Verificou-se durante as visitas que as merendeiras não estavam usando luvas durante a distribuição da alimentação escolar aos alunos, a exemplo do que ocorreu nas escolas Júlia Quadros Peinado e Domingos de Sousa Melo.



Escola Júlia Quadros Peinado



Escola Domingos de Sousa Melo

Ressalte-se, que o uso de luvas descartáveis é necessário: a) na manipulação de alimentos prontos para o consumo, tais como: pães, biscoitos e bolos; b) na manipulação de alimentos que já foram cozidos como: cortar carnes prontas, cortar legumes e verduras para salada; c) na manipulação de frutas, legumes e verduras que já tenham sido higienizados; e d) e na ocorrência de ferimentos nas mãos.

A SEMED informou que não fornece uniforme e EPI's aos manipuladores de alimentos (Processo nº 201802478-00, fls. 245).

## 6.6 Controle Integrado de Vetores e Pragas

A RDC nº 216/2004 dispõe que o Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas é um sistema que incorpora ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a

atração, o abrigo, o acesso e/ou proliferação de vetores e pragas urbanas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.

As edificações, as instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios devem estar livres de vetores e pragas urbanas. A organização, a higiene e a estrutura adequada da cozinha, refeitório e despensa de alimentos, podem prevenir o aparecimento de vetores e pragas. As instalações desses ambientes devem ter aberturas fechadas ou teladas, portas e janelas ajustadas ao batente; ralos sifonados e com sistema de fechamento, livres de fendas e frestas e caixas de gordura vedadas.

A desinfestação deve ser realizada por empresa especializada sempre que necessário. A empresa contratada deve fornecer a escola o comprovante de execução de serviço contendo as seguintes informações: Nome do cliente (CDCE); endereço; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente.

É prática de boa gestão a direção/coordenação da unidade escolar fazer os registros do controle de vetores e pragas urbanas realizados, datados e rubricados e a sua eficácia deve ser monitorada pelos merendeiros e qualquer observação de pragas e/ou indicações de sua presença, como fezes, produtos danificados, entre outros deve ser registrado por meio de um formulário “Registro de Ocorrência de Pragas”.

Segundo a direção das 10 escolas auditadas, o controle de vetores e pragas não é realizado, justificando assim a presença de gorgulho no arroz na Escola Francisco Alves dos Reis, de cupins na Escola Jesuína do Rosário Melo e de animais domésticos como cachorros e galinhas nas Escolas Domingos de Sousa Melo e Edgar de Sousa Cordeiro, conforme se vê nas fotos abaixo. Foi relatado, ainda, pela direção da Escola Raimundo Martins a presença de pombos, obrigando a direção a colocar forro de pvc em toda a escola com o objetivo de afastar os pombos. Na Escola Jesuína do Rosário Melo foi também relatado a presença de morcego e pombo na escola.



Presença de gorgulho no arroz  
Escola Francisco Alves dos Reis



Presença de animais domésticos  
Escola Edgar de Sousa Cordeiro



Presença de cupins  
Escola Jesuína do Rosário Melo



Presença de animais domésticos  
Escola Domingos de Sousa Melo

Registre-se que as 10 (dez) escolas auditadas pelo TCM precisam realizar adequações nas instalações da cozinha, refeitório e despensa de alimentos para se adequarem a RDC nº 216/2004. Foi verificado que em todas as escolas as telas de proteção nas aberturas externas da cozinha estão danificadas ou ausentes; as prateleiras ou armários não são feitos de material adequado. Foi verificado também, que é necessário eliminar as frestas, ajustando as portas e janelas aos batentes. Assim sendo, a ausência de telas milimetradas, a existência de frestas em portas e janelas e o acondicionamento inadequado dos gêneros alimentícios possibilita o acesso de vetores e pragas nestes ambientes, que pode levar a contaminação dos alimentos utilizados no preparo da merenda escolar, através de suas fezes, urina, saliva e pêlos, além de representarem risco de morte e prejuízos econômicos, pois muitos deles são poderosos consumidores de grãos, farináceos e de outros alimentos.

### 6.7 Higienização do Reservatório de Água

O sistema de abastecimento de água deve ser ligado à rede pública. Quando utilizado poços artesianos ou semi-artesianos, a potabilidade da água deve ser atestada semestralmente através de laudos laboratoriais emitidos pelo serviço de abastecimento de água do município. O reservatório de água deve ser revestido de material que não comprometa à sua qualidade, sem rachaduras, vazamentos, infiltrações e descascamentos, devendo permanecer devidamente tampado. Registre-se que é proibido o uso de caixas d'água de material de amianto.

O reservatório deve ser lavado e higienizado no mínimo a cada 6 meses. O registro das operações, tanto da potabilidade da água, quanto da higienização do reservatório, deve ser arquivado na secretaria da escola como documento comprobatório desses processos descritos acima. A higienização do reservatório de água deve ser monitorada por meio do formulário “Registro de Higienização do Reservatório de Água”, a ser preenchido pelo responsável pela higienização, após a realização do procedimento.

Foi questionado a direção das unidades escolares, sobre a periodicidade da higienização da cisterna/caixa d'água, 06 (seis) escolas informaram que fazem a higienização semestralmente (Casa dos Anjos, Regina Gonçalves Ferreira, José Machado Cardoso, Francisco Alves dos Reis, Padre Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado), a Escola Domingos de Sousa Melo anualmente, a Escola Raimundo Martins Filho trimestralmente, a Escola Jesuína do Rosário Melo é realizada de 10 em 10 dias e na Escola Edgar de Sousa Cordeiro, depois de anos

sem realizar nenhuma limpeza, no início do ano de 2018, mandou limpar a caixa d'água. As higienizações são realizadas pelos vigias e algumas escolas recebem o auxílio da comunidade.

Muito embora haja o relato da direção das escolas de que ocorre a higienização das caixas d'água, não foi apresentado nenhum registro ou documento que comprovasse a realização do serviço. Registre-se, que não foi apresentado também nenhum cronograma de execução das higienizações.

Segundo informado pela direção, todas as escolas auditadas são abastecidas por poços artesianos, desta feita, necessário atestar a potabilidade da água semestralmente. Não foi apresentado laudos laboratoriais atestando a qualidade da água para consumo e seu padrão de potabilidade em 100 % das escolas auditadas

Considerando que a água é utilizada tanto no preparo das refeições quanto das bebidas (sucos, e.g.), as quais não passam por aquecimento, sua qualidade pode comprometer toda a refeição servida em seu aspecto microbiológico. Esse dado é importante visto que compromete a saúde de população escolar. Ressalta-se também, que através da água pode ocorrer contaminação cruzada, vez que os utensílios utilizados no preparo das refeições são higienizados com essa mesma água.

## **6.8 Boas Práticas para Serviços de Alimentação**

A qualidade da merenda escolar oferecida aos alunos das escolas públicas depende da segurança, limpeza e organização das cozinhas das escolas. Neste sentido, a Resolução RDC nº 216/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, estabeleceu que todos os serviços de alimentação coletiva, inclusive as escolas, devem cumprir uma série de determinações relacionadas aos processos e serviços, desde suas instalações, aquisição, armazenamento e manipulação dos alimentos até a definição de responsabilidades, documentação e registros, que deverão ser incorporados em um Manual de Boas Práticas (MBP) e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), elaborados de acordo com a realidade de cada escola, acessível a todos os manipuladores de alimentos e implementados e executados na prática diária da produção de alimentos nas escolas públicas municipais.

O MBP deve apresentar definições e procedimentos para garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, sendo, portanto, uma ferramenta que contribuirá para adoção de práticas corretas na manipulação dos alimentos garantindo a qualidade da alimentação escolar oferecida aos alunos das escolas municipais da rede pública de ensino.

Os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPS) devem ser organizados com instruções sequenciais e específicas, como por exemplo: rotinas e higienização pessoal dos manipuladores de alimentos, manipulação e higiene de alimentos e de equipamentos e utensílios, higienização ambiental, higienização do reservatório de água, controle de vetores e pragas, recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios, bem como, o registro diário da alimentação servida. A frequência desses procedimentos e dos materiais necessários para sua execução devem constar nos POPS.

A direção das escolas auditadas informou que as escolas públicas municipais auditadas não possuem o Manual de Boas Práticas e conseqüentemente nem Procedimentos Operacionais Padronizados.

Observou-se, nas escolas auditadas a ocorrência de impropriedades no processo de recebimento, fabricação, distribuição e armazenamento dos alimentos, uma vez que foram detectadas deficiências em vários itens avaliados, quanto ao cumprimento da Resolução RDC nº 216/2004, conforme demonstrado neste Relatório e ilustrado a seguir:



Desorganização no preparo dos alimentos  
Escola Domingos de Sousa Melo



Alimentos fora da embalagem  
Escola Jesuína do Rosário Melo



Alimentos armazenados em caixas de papelão  
Escola José Maria Machado



Alimentos armazenados em baldes de plástico  
localizados embaixo da pia  
Escola Regina Gonçalves Ferreira



Lixeira sem Tampa  
Escola Edgar de Sousa Cordeiro



Suco destampado ao lado de restos de  
alimentos crus no freezer  
Escola Raimundo Martins Filho



Lavar louça próximo da área  
de preparação do alimento  
Escola Júlia Quadros Peinado

A ocorrência de todas as impropriedades detectadas nas escolas representa um risco sanitário, pois possibilita a contaminação cruzada dos alimentos e não garante a segurança da alimentação fornecida.

Pelo exposto, verifica-se que as Unidades Escolares auditadas não vêm atendendo a todos os requisitos normativos, quanto aos aspectos que regem as Boas Práticas na Alimentação Escolar, sendo necessárias adequações nos serviços para garantir a segurança dos alimentos fornecidos. Na avaliação por itens, os aspectos que mais contribuíram para a não conformidade com a legislação vigente compreenderam aqueles referentes à estrutura e às instalações das Unidades, (conforme item 5 deste Relatório, que trata das condições estruturais das escolas), aos manipuladores de alimentos e à higienização do ambiente e dos alimentos, estando todos estes correlacionados.

## 6.9 Determinações e Recomendações

Com base nos resultados obtidos e nas análises realizadas, considerando as situações encontradas nas escolas auditadas, foram evidenciadas impropriedades que precisam ser solucionadas para que o serviço de alimentação das Unidades Escolares e a merenda escolar ofertada aos alunos possam ser conceituados como de boa qualidade. Assim sendo, a equipe de auditoria considerando os critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior os achados, determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Garantir recursos necessários para aquisição dos gêneros alimentícios e gás de cozinha em quantidades suficientes para fazer a merenda escolar para todos os alunos da rede municipal de ensino;
2. Garantir a entrega, nas unidades escolares, pelo SEMAE ou pelos fornecedores, em período que atenda o cronograma pré-estabelecido, as preparações constantes nos cardápios e conseqüentemente às necessidades dos alunos e das escolas, de gêneros alimentícios de boa qualidade e do gás de cozinha necessários a preparação da merenda escolar;

3. Providenciar a elaboração do cardápio para todos os dias letivos do ano e garantir que este contenha os nutrientes necessários a saúde dos alunos e atendam as diferentes faixas etárias, a fim de que tenham boa aceitação por todos os discentes do ensino fundamental;
4. Suprir a cozinha de equipamentos e utensílios necessários, adequados e suficientes para o processamento dos alimentos e distribuição da alimentação escolar aos alunos;
5. Disponibilizar mobiliário para as cozinhas e refeitórios das escolas em número suficiente e adequados para atender a faixa etária a ser atendida e o espaço disponível;
6. Determinar que o SEMAE elabore um formulário padrão para registro/controlar diário da alimentação escolar servida nas Escolas Municipais e determinar que as unidades escolares realizem o seu preenchimento adequado, seguindo a orientação da quantidade per capita dos alimentos e registrando a quantidade total e o tipo de gêneros utilizados por turno;
7. Determinar que as unidades escolares façam o controle adequado de estoque dos gêneros alimentícios disponíveis nas escolas, conforme planilha a ser elaborada e disponibilizada pelo SEMAE, com vistas a evitar o desabastecimento e consequente falta ou insuficiência de merenda para os alunos e o desperdício com alimentos fora da validade, bem como a possibilidade de desvios dos gêneros;
8. Prover, periodicamente, os manipuladores de alimentos de uniformes e equipamentos de proteção individual - EPI's adequados, suficientes e capazes de assegurar a proteção e segurança necessárias ao desenvolvimento das suas atividades e a segurança higiênico-sanitárias dos alimentos;
9. Providenciar o controle de vetores e pragas por empresa especializada nas escolas públicas municipais, nos prazos determinados pela legislação e determinar que a direção das Escolas faça o registro e a divulgação desse procedimento, bem como determine que as Unidades Escolares realizem ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a atração, o abrigo, acesso e/ou proliferação de vetores e pragas urbanas que possam comprometer a segurança do ambiente escolar;
10. Disponibilizar servidor para todas as escolas, que trabalhem *exclusivamente* no acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos serviços de alimentação escolar;
11. Determinar que as unidades escolares realizem a correta higienização do setor de alimentação;
12. Realizar a higienização das caixas d'água das escolas públicas municipais de acordo com e a legislação vigente, registrando e mantendo esses registros acessíveis a futuras auditorias;
13. Realizar periodicamente a supervisão e o controle dos serviços de alimentação escolar oferecido pelas escolas públicas municipais por meio de visitas técnicas periódicas das nutricionais do SEMAE as escolas e providenciar a solução das possíveis impropriedades detectadas;
14. Determinar que o SEMAE elabore o Manual de Boas Práticas (MBP) e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), individualizado por Escola;
15. Garantir que todos os profissionais envolvidos com a alimentação em cada uma das Escolas Públicas Municipais conheçam e determinar que os mesmos utilizem as orientações contidas no Manual de Boas Práticas (MBP) e nos Procedimentos Operacionais

Padronizados (POP), a fim de que as tarefas executadas no pré-preparo e preparo de alimentos e distribuição da merenda escolar, sigam as instruções contidas nesses normativos;

16. Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com a alimentação escolar quanto às boas práticas para serviços de alimentação escolar, mediante a realização de treinamentos regulares executados pelo responsável técnico especializado, o nutricionista, visando tanto sua capacitação profissional como a segurança dos alimentos fornecidos nas escolas;
17. Manter registro e controle adequado dos equipamentos, utensílios e mobiliários das cozinhas, refeitório e despensa de alimentos, observando o período da aquisição e o tempo de vida útil para fins de realização de manutenção preventiva e corretiva e troca quando necessário, bem como o planejamento de futuras aquisições;
18. Divulgar na rede mundial de computadores, nos sítios da SEMED o cardápio de merenda das escolas públicas municipais, possibilitando o acompanhamento do controle social através do CAEB, dos alunos e dos pais e responsáveis;
19. Realizar campanhas educativas junto aos alunos, pais e responsáveis, conscientizando-os sobre os benefícios da alimentação escolar, bem como desenvolver estratégias de informações às famílias dos alunos para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando a importância de sua participação e sua corresponsabilidade neste processo.

## 7. SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Os diversos espaços que formam uma escola, desde a sala de aula até pátios e quadras esportivas, todos tem em comum a **importância da limpeza no ambiente escolar**. Cada um desses espaços possui sua frequência particular de utilização e conseqüentemente de **limpeza, vez que esta última** está associada diretamente à prevenção de males que possam afetar a saúde da comunidade escolar, e para tanto, a manutenção destes ambientes deve oferecer condições adequadas de higienização e limpeza.

O TCM-PA, por reconhecer que a limpeza na escola deve ser um hábito arraigado na cultura dos colaboradores e gestores, além de incentivada constantemente na conduta dos alunos e visitantes, vem por meio do programa “TCM-PA nas Escolas” averiguar as condições de limpeza e higienização das escolas públicas municipais e sugerir, quando necessário, recomendações e/ou determinações com vistas a assegurar, de forma contínua, ambientes limpos que preservem a saúde da comunidade escolar, e ainda, que ofereçam condições necessárias à realização dos serviços por parte dos executores dos trabalhos, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços realizados e oferecidos pelas unidades escolares.

Para realizar a supracitada averiguação, a equipe de auditoria, baseada em critérios técnicos preestabelecidos, seleciona as escolas públicas municipais e avalia, principalmente, os seguintes ambientes: sala de aula, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, corredores / escadas, calçada / pátio / áreas externas, refeitório, sala da direção, secretaria, sala dos professores, coordenação pedagógica, além de utilizar-se de entrevistas junto aos diretores, professores, alunos e agentes de serviços gerais – ASG’s, e ainda, aplicando outras técnicas de auditoria, como a observação direta, com vistas a avaliar efetivamente as condições da limpeza e higienização desses ambientes.

Neste sentido, solicitou, através do Ofício nº 003/2018-NAOP/TCM-PA, à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, informações sobre o controle, supervisão, orientação e execução dos serviços de higienização e limpeza realizados nas unidades escolares, e ainda, sobre o provimento do material de limpeza, uniformes e EPI’s disponibilizados aos responsáveis pela execução dessas atividades nas escolas públicas municipais.

A SEMED às fls. 268 a 278 Processo 201802478-00, menciona a Portaria Municipal de lotação nº18/2018-SEMED/GS, onde, dentre outros aspectos, trata da atividade de apoio operacional, prevendo a lotação de 1 (um) servente e 1 (um) merendeiro(a), por turno, para escolas de 100 (cem) até 200 (duzentos) alunos, por turno. E para escolas que possuem de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) alunos, por turno, serão lotados 3 (três) servidores, sendo 2 (dois) serventes e 1 (um) merendeiro, por turno.

Informa ainda que a execução, supervisão e controle dos serviços diários de limpeza realizados nas escolas, é de responsabilidade da gestão escolar, sendo que, periodicamente, ou quando solicitado pela direção da unidade de ensino, a equipe de apoio logístico da SEMED realiza serviços gerais de limpeza nas escolas tais como: roçagem, limpeza de caixa d’água, limpeza de poço artesiano, bomba d’água, etc.

Com referência à aquisição e distribuição de materiais de limpeza foi informado que as unidades de ensino que possuem recursos próprios recebidos através de suas unidades executoras (Conselhos Escolares) diante de programas como PDDE, Mais Educação, entre outros, que garantem fundos financeiros para a manutenção da escola / do ensino, estas ficam

responsáveis pela aquisição de seus materiais de higiene e limpeza, podendo ser ajudadas ou complementadas quando solicitado à SEMED e comprovado a ausência de recursos próprios. Com relação às unidades que não possuem recursos próprios ou que os recursos são insuficientes para a sua manutenção, a aquisição destes materiais é de responsabilidade da SEMED, através de compras licitadas para este fim. Sendo, neste caso, distribuídos mensalmente às escolas considerando critérios como o tamanho e quantidade da clientela existente nas mesmas. E no que se refere ao fornecimento de uniformes e EPI's para a equipe de limpeza das escolas, informou ainda a SEMED que não há disponibiliza esses itens para os ASG's nas unidades de ensino.

Portanto, com vistas a propiciar a prevenção, bem como a evitar possíveis contaminações e males para a saúde, buscou-se avaliar as condições de limpeza e higienização de paredes, piso, forro, mobiliários, ventiladores / ares condicionados, instalações sanitárias, vidros/luminárias/interruptores e ausência de cesto de lixo, sabão e papel higiênico, entre outros aspectos, dos diversos ambientes escolares, e após a análise das reais condições, bem como da tabulação dos dados coletados a equipe de auditoria identificou que em 100,00% das escolas auditadas há a necessidade de aperfeiçoamento desses serviços e constatou ainda, que os ambientes que apresentam os maiores acúmulos de sujeira são os de uso coletivo, aqueles de maior concentração e de alta circulação, e que por serem ambientes de tamanha relevância no contexto educacional devem, portanto, ser alvo de melhorias urgentes.

Ressalte-se que ambientes conceituados como sujos indicam que as escolas se encontram em condições inadequadas de limpeza e higienização, funcionando, portanto, de maneira insalubre, sinalizando que medidas urgentes devam ser tomadas pela SEMED. Todavia, é imprescindível ressaltar que impropriedades detectadas nas instalações físicas, são, em parte, decorrentes da deterioração das construções prediais, conforme se constata no item 5 deste relatório que trata especificamente das estruturas físicas das Unidades Escolares, repercutindo, de certa forma, numa melhor efetividade da atuação dos Agentes de Serviços Gerais – ASG's.

## 7.1 Avaliação individualizada dos ambientes escolares

Visando evidenciar as condições de limpeza e higienização das unidades escolares do Município de Bragança, apresenta-se a seguir, por ambiente, as impropriedades detectadas por ocasião da realização da auditoria:

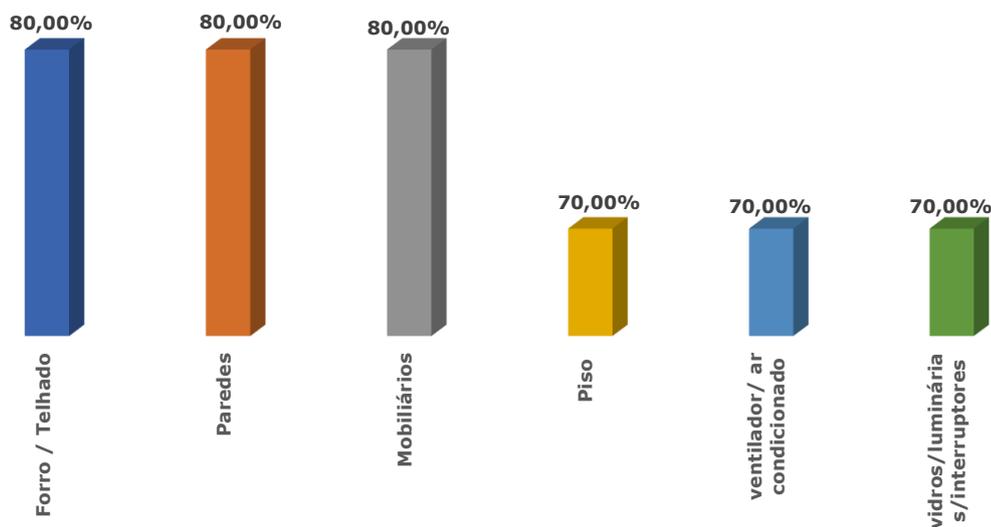
### 7.1.1 Salas de aula

Nas salas de aula, por serem dependências de maior uso e aglomeração, a **limpeza** deve ser intensificada e ocorrer a cada turno, de modo a garantir a higiene do ambiente e a segurança dos alunos, por isso deve-se eliminar pó, papéis e migalhas de cima das mesas, cadeiras e chão, além de não esquecer de cuidar de prateleiras, armários e lousas, para que sejam preservados.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização das Salas de aula, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 8 itens: parede, piso, forro, mobiliários (nestes inclusos: quadros, carteiras e mesas), equipamentos, ventiladores/ares-condicionados, vidros/ luminárias/interruptores e ausência de cesto de lixo.

Nas salas de aulas a equipe de auditoria observou “in loco”, no ato da auditoria, que forro / telhado, paredes e mobiliários foram itens que apresentaram considerável nível de sujeidade na maioria das escolas auditadas (80% cada item), seguidos por piso, ventiladores / ar condicionado e vidros / luminárias / interruptores (70% cada item), graficamente temos:

**Percentual de Avaliação dos Serviços de Limpeza das Salas de Aula, por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



A título ilustrativo temos:



Telhado sujo – José Maria Machado



Telhado / Presença de cupim – Paulo Corolli



Presença de cupim – Jesuína do Rosário Melo



Parede e Piso sujos – Regina Gonçalves Ferreira



Mobiliário sujo e danificado- Domingos de Souza Melo



Mobiliário sujo e danificado- Raimundo Martins Filho



Piso sujo – Domingos de Souza Melo



Piso Alagado / sujo – Paulo Corolli



Mobiliário e Piso sujos – Edgar de Souza Cordeiro



Interruptores sujos- José Maria Machado



Ventilador danificado / sujo – José Maria Machado



Piso alagado – Domingos de Souza Melo

Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 226 alunos nas 10 (dez) escolas auditadas, e de um universo de 10 (dez) ambientes existentes nas escolas, 32% avaliaram a sala de aula como o segundo mais sujo. Por outro lado, os professores, em sua totalidade, não incluíram este ambiente entre os considerados sujos.

Registre-se que escola suja foi apontada pelos alunos, em uma escala de 13 variáveis, como a terceira maior impropriedade encontrada nas unidades de ensino auditadas, atingindo um percentual de 62,53%, perdendo tão somente para as variáveis falta de segurança e falta de merenda, que atingiram uma monta de 75,67% e 64,50%, respectivamente.

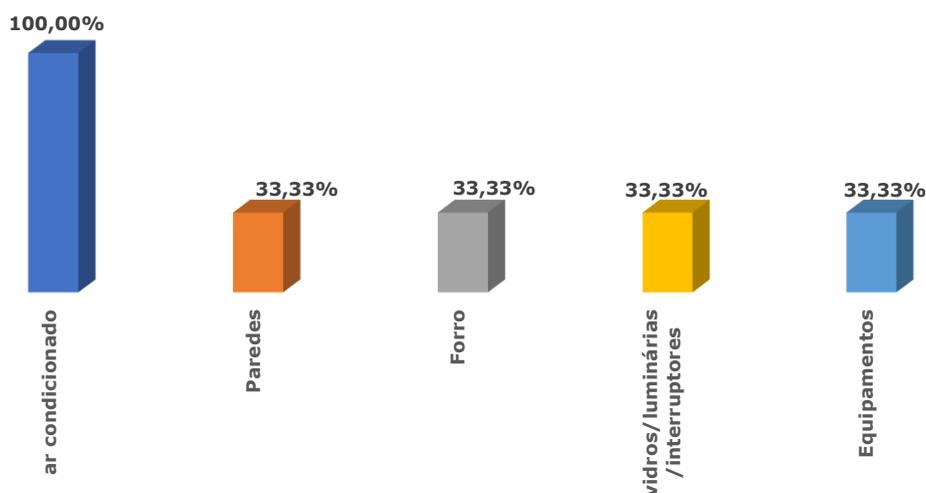
### 7.1.2 Laboratório / Sala de Informática

Para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 8 itens: equipamentos, piso, mobiliários (nestes inclusos: quadros, carteiras e mesas), parede, forro, ventiladores/ares-condicionados, vidros/luminárias/interruptores e ausência de cesto de lixo.

Na visita “in loco” constatou-se que as Unidades Escolares Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, Francisco Alves dos Reis e Padre Paulo Corolli não possuem este ambiente. As escolas Domingos de Souza Melo, José Maria Machado Cardoso e Edgar de Souza Cordeiro, apesar de contarem com este espaço, não mais o disponibilizam para a comunidade escolar, devido à precariedade dos equipamentos de informática existentes.

Portanto, das 10 (dez) escolas auditadas, apenas 3 (três) contam com este ambiente sendo utilizado: Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho e Profª Júlia Quadros Peinado. Das quais temos a demonstrar os percentuais de impropriedades constatados, considerando os diversos itens avaliados.

#### Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza dos Laboratórios/Salas de Informática, por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM



A equipe de auditoria encontrou nestes ambientes a necessidade de serem intensificadas ações de manutenção e limpeza em aparelhos de ar condicionado como item preponderante (100%), seguida pela necessidade de limpeza em paredes, forros, vidros luminárias/interruptores e equipamentos, alcançando 33,33% cada.

Ressaltamos que os percentuais acima referem-se apenas às escolas anteriormente mencionadas, que encontram-se utilizando estes ambientes, abaixo ilustradas:



Ar condicionado  
Casa dos Anjos



Paredes / Forros / Vidros, Luminárias,  
Interruptores / Ar condicionado  
Raimundo Martins Filho



Ar condicionado / Equipamentos  
Júlia Quadros Peinado

Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 63 alunos nas 3 (três) escolas auditadas que se encontram com o laboratório de informática em atividade, e deste universo, apenas 7,94% indicaram este ambiente como sujo na escola. E com relação ao corpo docente, do total de 8 professores, não houve nenhuma manifestação considerando este ambiente como sujo.

### 7.1.3 Biblioteca / Sala de leitura

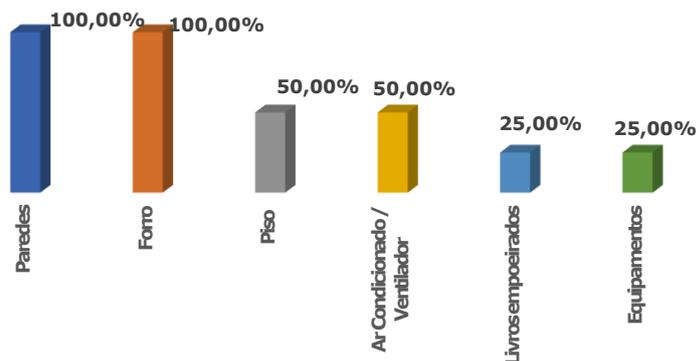
É, também, uma extensão da sala de aula, servindo como fonte de pesquisas e estudos, daí a necessidade de ser um ambiente limpo, acolhedor, confortável, convidativo ao leitor e possuir um acervo bem estruturado. No que tange a higienização e limpeza a biblioteca precisa manter prateleiras e exemplares limpos e sem pó, livre de mofo, traças e cupins, esses devem ser um cuidado constante, bem como manter o ambiente higienizado de forma geral.

Manter dispensers de álcool gel é uma forma rápida de incentivar a desinfecção das mãos antes e após o manuseio do material, evitando contaminação.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 8 itens: equipamentos, piso, mobiliários (nestes inclusos: quadros, carteiras e mesas), parede, forro, ventiladores/ares-condicionados, vidros/luminárias/interruptores e ausência de cesto de lixo.

Há de se considerar que nas escolas Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Maria Machado Cardoso e Francisco Alves dos Reis não existe tal espaço disponibilizado à comunidade escolar. Restaram, portanto, as avaliações nas escolas Casa dos Anjos, Edgar de Souza Cordeiro, Paulo Corolli e Júlia Quadros Peinado. Conforme se constata a seguir:

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza das Bibliotecas,  
por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



A equipe de auditoria encontrou nestes ambientes a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza, especialmente nas paredes e forros destes ambientes (em 100% cada) das escolas, seguidas por ações nos pisos e ar condicionado / ventiladores (em 50% cada), e em Livros empoeirados e equipamentos (em 25% cada).

A título ilustrativo temos:



**Parede e Forro** sujos- Casa dos Anjos



**Ar condicionado / Paredes / Forro** sujos - Edgar de Souza Cordeiro



**Paredes / Forro / Piso / Livros** sujos Paulo Corolli



**Parede / Forro / Piso / Equipamentos** sujos Júlia Quadros Peinado

Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 81 alunos nas 4 (quatro) escolas auditadas que se encontram com a Biblioteca / Sala de Leitura em atividade, e deste universo, apenas 7,40% dos alunos indicaram este ambiente como sujo na escola. E com relação ao corpo docente, do total de 12 professores, não houve nenhuma manifestação considerando este ambiente como sujo.

### 7.1.4 Banheiros

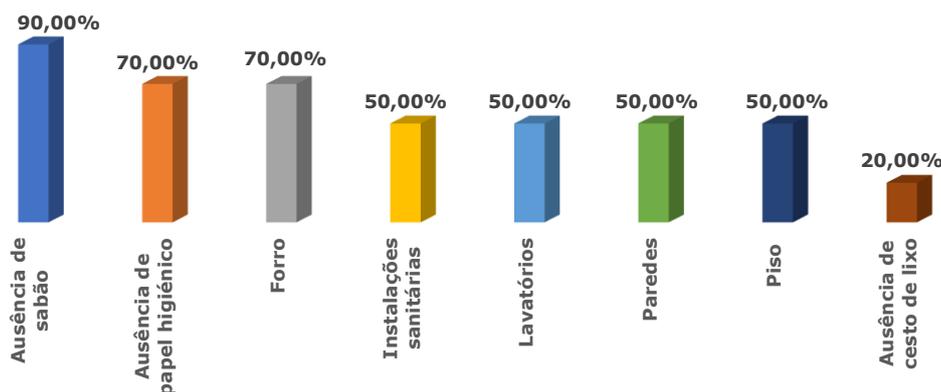
Nas unidades escolares consiste numa área de uso coletivo, ainda que privado, são normalmente, separados por gêneros sexuais, ou seja, um banheiro para o sexo masculino e outro para o sexo feminino, principalmente por questões de higiene, uma vez que homens urinam de pé e as mulheres sentadas, por isso no banheiro masculino, em geral, há vasos sanitários, e também há mictórios. Nos femininos, por sua vez, encontra-se apenas cabines com vaso sanitário.

Atualmente, em observância a legislação vigente, as escolas devem oferecer uma terceira modalidade de banheiro, destinado às pessoas com dificuldades de locomoção ou deficientes físicos (PcD). O lavatório destes ambientes deve estar provido de material para limpeza (sabão), enxugo ou secagem das mãos, sendo proibido o uso de toalhas coletivas (NR 24 do MTE).

Independentemente do tipo, se feminino, masculino ou PcD, é uma área de uso coletivo e de grande circulação que necessita de uma maior higienização e limpeza, pois se assim não for tratada deixa vulnerável toda a comunidade escolar. Ressalte-se, que para garantir a saúde dos executores dos serviços faz-se imprescindível que as pessoas responsáveis pela realização desses trabalhos utilizem, obrigatoriamente, equipamentos de proteção individual (EPIs), com vistas a proteger sua própria saúde, e desta forma eliminar com segurança os agentes nocivos aos usuários deste ambiente.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização dos banheiros, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou, “in loco”, 9 itens: parede, piso, forro, instalações sanitárias, lavatórios, presença de teia de aranha, ausência de papel higiênico, sabão e cesto de lixo, e constatou que 100% das Unidades Escolares auditadas apresentaram impropriedades nesse ambiente, porém nem sempre nos mesmos itens avaliados, conforme se constata a seguir:

#### **Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza nos Banheiros Femininos das alunas, por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Neste ambiente, a equipe de auditoria encontrou a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza, especialmente no que se refere à disponibilização de sabão e papel higiênico (em 90 % e 70%, respectivamente), além de providências quanto à limpeza de forros, Instalações sanitárias, lavatórios, paredes e pisos (70% nos forros e 50% nos demais itens), além da disponibilização de cestos de lixo (em 20%).

A título ilustrativo temos:



**Forro / Telhado** sujo – Jesuína do Rosário Melo



**Paredes** sujas – Domingos de Souza Melo



**Parede / Forro** sujos – Júlia Quadros Peinado



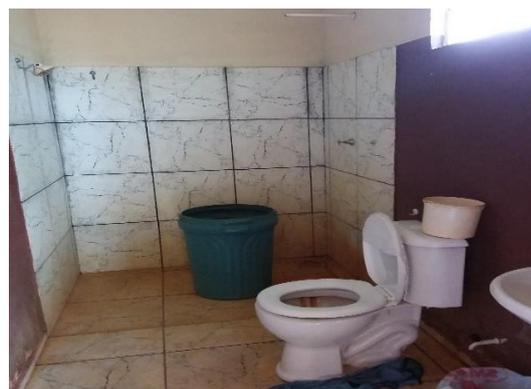
**Instalações sanitárias / Piso** sujos  
Paulo Corolli



**Lavatórios sujos** – Domingos de Souza Melo



**Ausencia de Torneira** – Paulo Corolli



**Instalações Sanitárias / Piso** sujos – Domingos  
de Souza Melo



**Instalações Sanitárias "inadequadas"** –  
Raimundo Martins Filho

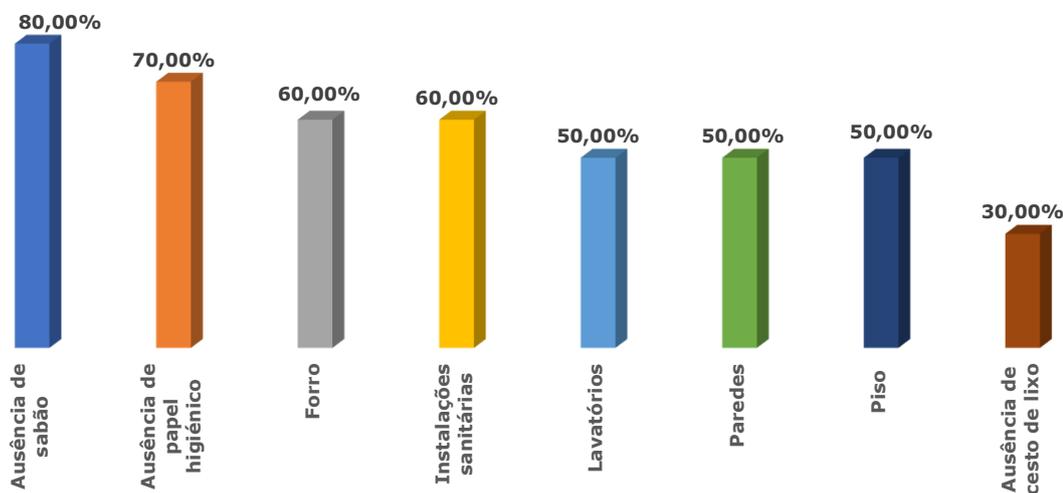


**Ausência de sabão / Papel higiênico –**  
Francisco Alves dos Reis



**Ausência de sabão / Papel higiênico /**  
**Cesto / "Porta" –** Raimundo Martins Filho

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza nos Banheiros Masculinos dos alunos por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Neste ambiente, a equipe de auditoria encontrou a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza, especialmente no que se refere à disponibilização de sabão e papel higiênico (em 80 % e 70%, respectivamente), além de providências quanto à limpeza de forros e Instalações sanitárias (60% cada), lavatórios, paredes e pisos (50% cada), além da disponibilização de cestos de lixo (em 30%).

A título ilustrativo temos:



**Parede / Forro sujos**  
Regina Gonçalves Ferreira



**Forro / Telhado sujo**  
Jesuína do Rosário Melo



**Paredes / Piso sujos / Ausência de sabão**  
Domingos de Souza Melo



**Piso / Instalações sanitárias sujos**  
Raimundo Martins Filho



**Instalações sanitárias sujas**  
Regina Gonçalves



**Ausência de papel higiênico / Cesto**  
Domingos de Souza Melo



**Piso / Parede sujos**  
Paulo Corolli



**Piso sujo / Instalações "Inadequadas"**  
Raimundo Martins Filho

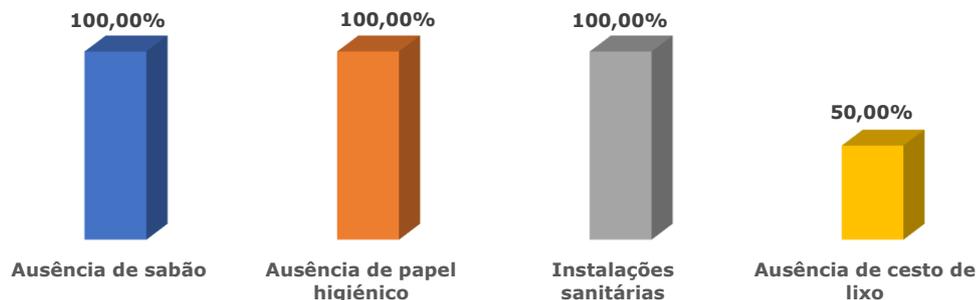


**Instalações sanitárias sujas**  
Domingos de Souza Melo



**Ausência de Papel higiênico / Cesto**  
Domingos de Souza Melo

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza nos Banheiros PcD, por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Neste ambiente, a equipe de auditoria encontrou a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza, especialmente no que se refere à disponibilização de sabão, papel higiênico e asseio nas instalações sanitárias (em 100 % de cada item), além da disponibilização de cestos de lixo (em 50%).

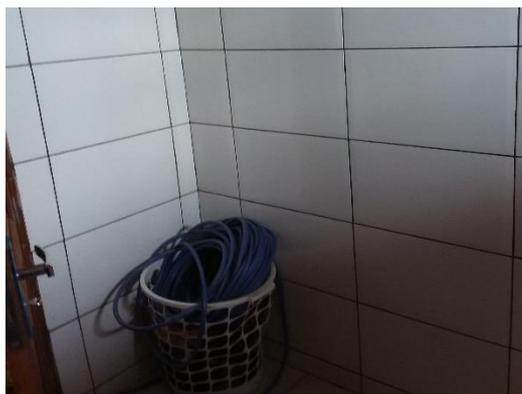
A título ilustrativo temos:



**Aspecto Geral sujo – Casa dos Anjos**



**Aspecto Geral sujo – Casa dos Anjos**



**Aspecto Geral sujo – Paulo Corolli**



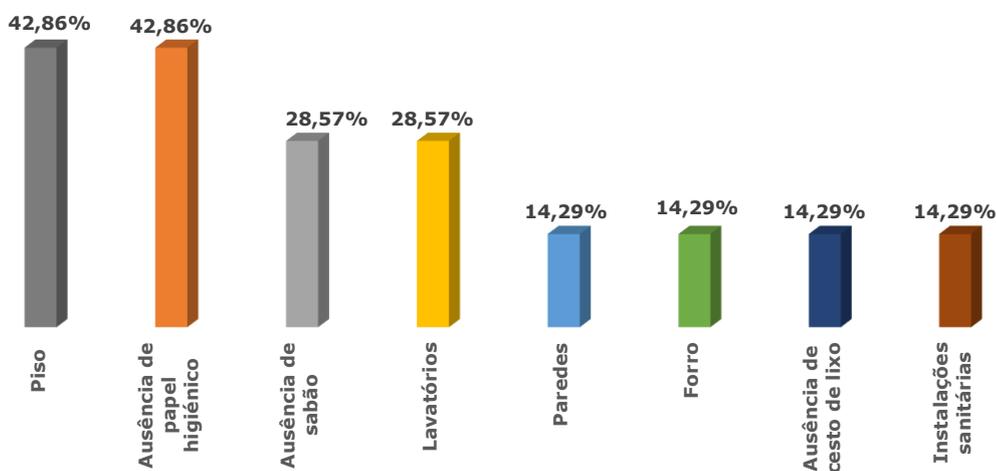
**Parede / Forro sujos – Paulo Corolli**

Ainda com relação aos banheiros PcD's ressaltamos:

- ✓ A Escola Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Maria Machado Cardoso, Francisco Alves dos Reis e Edgar de Souza Cordeiro, não possuem banheiro exclusivo para PcD.
- ✓ A Escola Júlia Quadros está utilizando este espaço como depósito de materiais. A Escola Casa dos Anjos possui ambiente compartilhando instalações sanitárias

normais e para deficientes, no banheiro masculino e no feminino. Na escola Paulo Corolli o uso é normal.

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza nos Banheiros dos Servidores /Professores, por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Neste ambiente, a equipe de auditoria encontrou a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza, especialmente no que se refere à higienização dos pisos e disponibilização de papel higiênico (42,86% cada), seguida pela necessidade de suprir a ausência de sabão e limpeza dos lavatórios (28,57% cada), além de providências quanto ao asseio de paredes, forros e Instalações sanitárias, e disponibilização de cestos de lixo (14,29% cada item).

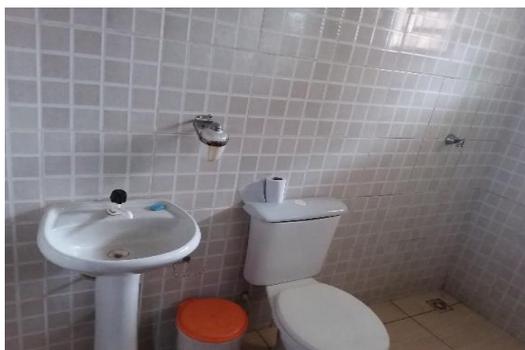
A título ilustrativo temos:



**Piso sujo** - Edgar de Souza Cordeiro



**Diretoria** - Casas dos Anjos



**Servidores** - Raimundo Martins Filho



**Piso / Parede** sujos - José Maria Machado

Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 226 alunos nas 10 (dez) escolas auditadas, e deste universo, 173 (76,55%) contribuíram para colocar o banheiro (alunos, servidores e PcD) como o ambiente mais sujo de toda a escola. Igualmente, com relação ao corpo docente onde, do total de 27 professores, 6 (22,22%) contribuíram para colocar este ambiente como o mais sujo da escola.

### 7.1.5 Refeitório

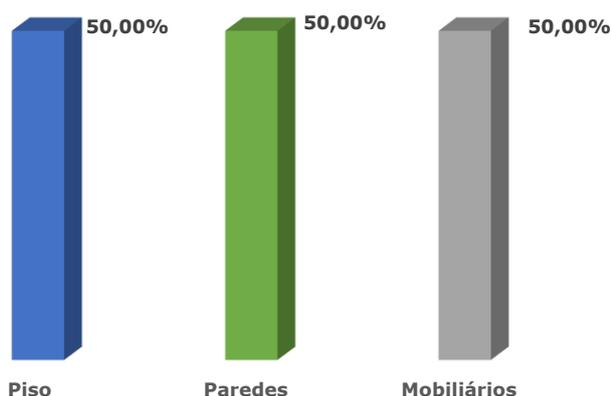
É o local onde estudantes, funcionários e visitantes realizam suas refeições, um dos pontos chave da limpeza na escola. Por ser ambiente de uso alimentar e coletivo são encontrados resíduos diversos, de migalhas de alimentos a material descartável. Cada superfície com seu nível de sujidade. A limpeza após os intervalos e os períodos de aula deve ser ágil e rápida, capaz de trazer eficiência aliada à velocidade e bem-estar comum, para isso é necessário que seja realizada uma rápida triagem, atacando as áreas de maior impacto inicialmente.

Manter dispensers de álcool gel é uma forma rápida de incentivar a desinfecção das mãos antes e após o ato de se alimentar, evitando prováveis contaminações.

Na visita “in loco” constatou-se que apenas duas Unidades Escolares contam com este ambiente disponível à comunidade escolar, são elas as escolas Casa dos Anjos e Júlia Quadros.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente nestas unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 8 itens: paredes, pisos, forros, mobiliários (nestes inclusos: mesas e cadeiras), equipamentos, ventiladores/ares-condicionados, vidros/luminárias /interruptores e ausência de cesto de lixo. Conforme se constata a seguir:

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza dos Refeitórios por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Neste ambiente, a equipe de auditoria encontrou a necessidade de serem intensificadas ações de limpeza e higienização nos pisos, paredes e mobiliários (50% em cada item). A título ilustrativo temos:



Mobiliário inadequado – Casa dos Anjos



Piso, Parede sujos – Júlia Quadros

Outro aspecto relevante refere-se a não disponibilidade de água filtrada através de bebedouros em adequado estado de conservação e operacionalidade para o uso coletivo (que possuam torneira com esguicho de água), evitando inclusive a utilização e compartilhamento de copos por parte da comunidade escolar. A Norma Regulamentadora 24 do MTE prevê o fornecimento de água em bebedouros que possuam esguicho (jato) de água, sendo proibido o uso de copos coletivos.

Importante ressaltar que parte das escolas auditadas possuem apenas bebedouros comuns, de uso doméstico, ou bebedouros industriais, com maior capacidade de refrigeração, porém sem possuir torneiras adequadas para propiciar o esguicho (jato) de água. conforme ilustrado abaixo:



Bebedouro – Domingos de Souza Melo



Bebedouro – Regina Gonçalves Ferreira



Bebedouro –Raimundo Martins Filho



Bebedouro – Regina Gonçalves



Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 36 alunos e 5 (cinco) professores nas 2 (duas) escolas auditadas que possuem este ambiente em funcionamento, e deste universo, nenhum deles indicou o refeitório como ambiente sujo na escola.

### 7.1.6 Cozinha

É o sítio no qual se confecciona o alimento dos estudantes, motivo pelo qual há a necessidade de ser um ambiente limpo, livre de fungos, fumaça e com conforto térmico capaz contribuir para a qualidade do alimento e do trabalho de quem o elabora, o manipulador de alimentos, daí o ideal é que haja na cozinha um equipamento para ajudar a movimentar o ar do ambiente, um exaustor.

Faz-se imprescindível também que a cozinha seja um ambiente organizado, pois se assim o for o tempo que se passa caminhando dentro dela para pegar um utensílio ou outro é diminuído, reduzindo as chances de ocorrer acidentes e o risco de contaminação cruzada<sup>3</sup> melhorando consequentemente, a qualidade dos alimentos.

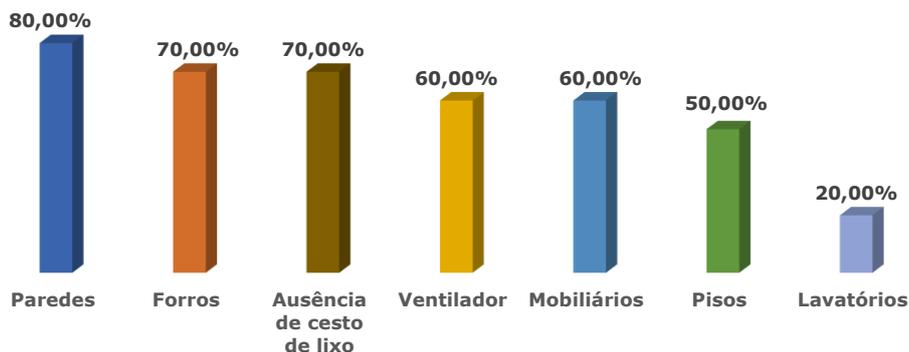
Por ser, a cozinha, ambiente de preparo de alimentos que implicam diretamente na saúde dos estudantes e demais integrantes da escola, requer atenção e cuidados especiais, principalmente no que se refere aos serviços de limpeza e higienização, vez que a limpeza do ambiente e dos alimentos protegem contra contaminações ocasionadas por microrganismos e substâncias químicas, tóxicas ou venenosas.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 8 itens: paredes, pisos, forros, lavatórios (pias), mobiliários, equipamentos, ventiladores, ares-condicionados e ausência de cesto de lixo com tampa e constatou impropriedades nos seguintes itens avaliados: paredes 80,00%, forros 70,00%, Ausência de cesto de lixo 70,00%, ventilador 60,00%, pisos 50,00% e lavatórios (pias) 20,00%, conforme se constata a seguir:

---

<sup>3</sup> Contaminação cruzada pode ocorrer através dos equipamentos e utensílios, usados durante a manipulação dos alimentos, mas também, através dos manipuladores (mãos e vestuário de proteção). Por isso, o cuidado com os alimentos começa a partir da recepção, prolongando-se a todas as etapas posteriores.

### Percentual de Impropropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza das Cozinhas por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM



Na visita “in loco” constatou-se que 100% das Unidades Escolares auditadas apresentaram impropriedades nesse ambiente, porém nem sempre nos mesmos itens avaliados, conforme apresentado acima. Vale ressaltar que a ausência de exaustor para o fogão (depurador e coifa), bem como os de parede, ocasionam o acúmulo de gordura e sujeira no teto e paredes.

A inexistência de filtros de água nas torneiras é outro fator de risco na manutenção das boas práticas de higiene e segurança alimentar.

A título ilustrativo temos:



**Parede suja** - Jesuína do Rosário



**Parede e forro sujos** - Domingos de Sousa Melo



Inexistência de **filtros de água** - Domingos de Sousa Melo



Sujeira abaixo da Pia (Lavatório) - Domingos de Sousa Melo



Forro inexistente -Francisco Alves dos Reis



Piso com Buraco exposto - Raimundo Martins Filho



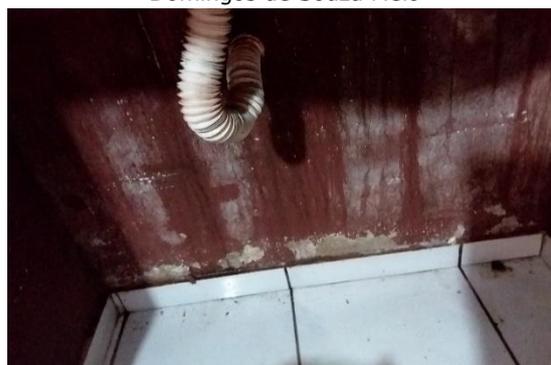
Piso sujo / Parede com buraco no sifão  
José Maria Machado Cardoso



Mobiliários sujos / Enferrujados  
Domingos de Souza Melo



Ventilador sujo – Edgar de Souza Cordeiro



Sujeira abaixo do lavatório (Pia) – Paulo Corolli



Mobiliário necessitando de limpeza  
Casa dos Anjos



Mobiliário necessitando de limpeza  
Regina Gonçalves Ferreira



Mobiliário necessitando de limpeza  
Francisco Alves dos Reis

### 7.1.7 Depósito de Gêneros Alimentícios

É o local destinado à estocagem dos alimentos, por isso deve estar rigorosamente limpo, sem resíduos de alimentos, sem sujeira ou materiais fora de uso e com validade vencida.

Para estocar corretamente os gêneros alimentícios nesse ambiente é necessário que estes sejam retirados das embalagens secundária, como caixas de papelão, sacos de papel ou caixotes. E, sejam agrupados por tipo (cereais, leguminosas, farinhas, enlatados...), em prateleiras ou pallets, afastados pelo menos a 10cm da parede e 25cm do piso.

O empilhamento dos produtos deve ser alinhado e em altura que não prejudique as suas características. Os gêneros alimentícios que necessitam de refrigeração devem ser armazenados respeitando a informação do fornecedor contida na rotulagem quanto à temperatura, observando-se o espaçamento mínimo necessário para a circulação de ar. Os gêneros que tiverem a data de validade mais próxima deverão ser posicionados na frente ou por cima dos demais. As frutas mais maduras e os folhosos deverão ser armazenados sob refrigeração. Os ovos deverão ser armazenados preferencialmente sob refrigeração. Quando não houver disponibilidade de espaço em refrigerador, armazenar em temperatura ambiente por no máximo 7 dias. Após este prazo, guardar obrigatoriamente na refrigeração.

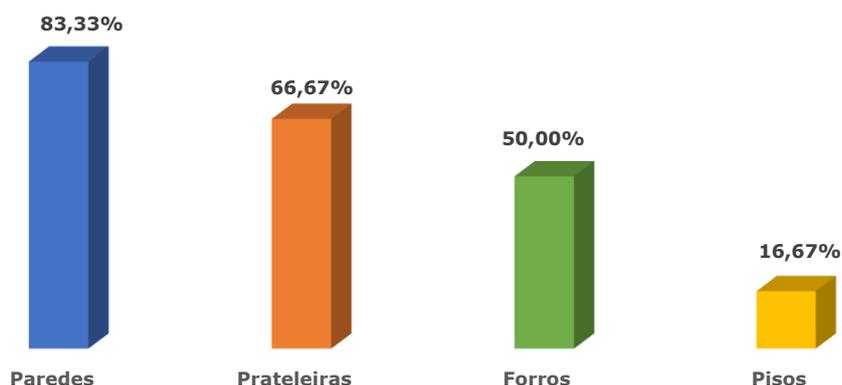
Ressalte-se que os alimentos não devem ficar armazenados junto a produtos de limpeza, químicos ou descartáveis, para que não haja contaminação química dos alimentos.

Na visita “in loco” constatou-se que as Unidades Escolares Jesuína do Rosário Melo, Regina Gonçalves Ferreira, José Maria Machado Cardoso e Francisco Alves dos Reis não oferecem a disponibilidade deste ambiente, utilizam armários na cozinha para guarda dos gêneros alimentícios.

Portanto, das 10 (dez) escolas auditadas, 6 (seis) contam com este ambiente sendo utilizado pela comunidade escolar: Casa dos Anjos, Domingos de Souza Melo, Raimundo Martins Filho, Edgar de Souza Cordeiro, Paulo Corolli e Júlia Quadros.

Na avaliação das condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria constatou impropriedades nos seguintes itens: paredes 83,33%, prateleiras 66,67%, forro 50,00%, pisos 16,67%, conforme se constata a seguir:

**Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza do Depósito de Gêneros Alimentícios por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM**



Ressalte-se que discentes e docentes não se manifestaram sobre esse ambiente haja vista que eles, por questões normativas, não têm acesso ao local.

A título ilustrativo temos:



Ausência de depósito  
Jesuína do Rosário Melo



Ausência de depósito  
Regina Gonçalves Ferreira



Ausência de depósito - José Maria Machado  
Cardoso



Ausência de depósito - Francisco Alves dos  
Reis



Depósito - Casa dos Anjos



Depósito - Domingos de Souza Melo



Depósito - Raimundo Martins Filho



Depósito - Edgar de Souza Cordeiro

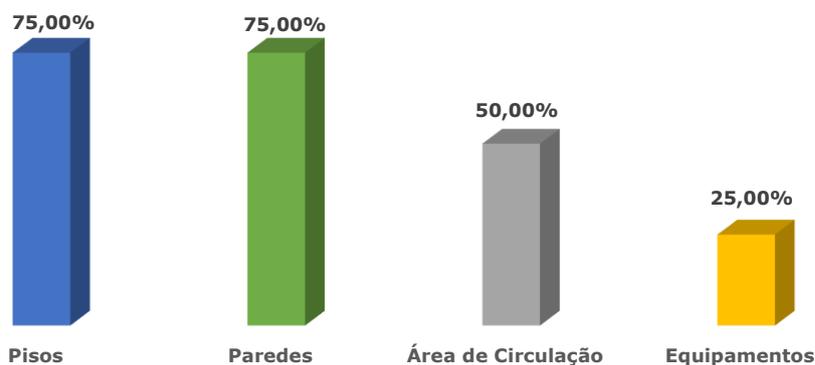
### 7.1.8 Quadra de Esportes

Consiste em uma área geralmente, retangular destinada a realização de determinadas práticas esportivas e por ser um ambiente de uso coletivo é passível de um maior nível de sujeira, exigindo, portanto, limpeza ágil e rápida nos intervalos após cada período de aula.

As escolas Casa dos Anjos, Raimundo Martins Filho e Júlia Quadros Peinado possuem quadra coberta, enquanto que a escola Paulo Corolli possui quadra descoberta e, por outro lado, as escolas Domingos de Souza Melo, Jesuína do Rosário, Regina Gonçalves Ferreira, José Maria Machado, Francisco Alves dos Reis e Edgar de Souza Cordeiro não possuem este espaço de atividades.

Para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou 4 itens: paredes, pisos e equipamentos e área de arquibancada / circulação, onde constatou impropriedades nos seguintes itens avaliados: pisos 75,00%, paredes 75%, área de arquibancada / circulação 50,00% e equipamentos 25,00%, conforme se constata a seguir:

#### Percentual de Impropriedades constatadas nos Serviços de Limpeza da Quadra de Esportes por itens avaliados, segundo a ótica da equipe de auditoria do TCM



A título ilustrativo temos:



Parede e Piso sujos – Casa dos Anjos



Parede suja – Raimundo Martins Filho



Área de circulação suja – Paulo Corolli



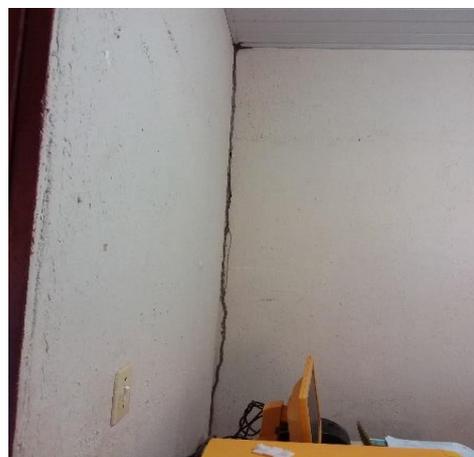
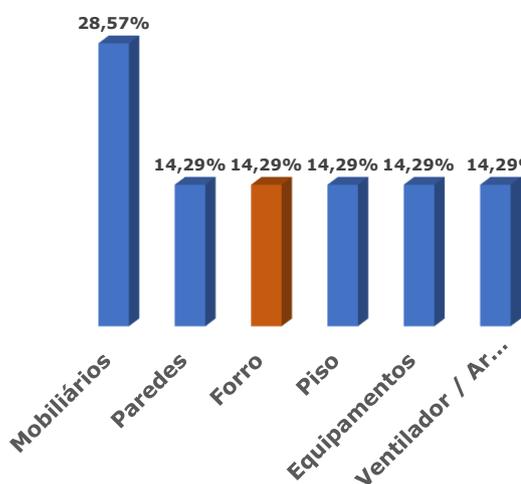
Área de circulação suja – Júlia Quadros

Quanto à percepção do corpo docente e discente, foram entrevistados 78 alunos nas 4 (quatro) escolas auditadas que possuem este ambiente, e deste universo, 35 (44,87%) indicaram a quadra esportiva como ambiente sujo na escola. E com relação ao corpo docente, do total de 12, não houve nenhuma manifestação considerando este ambiente como sujo.

### 7.1.9 Área interna

Para efeito de aplicação do Programa “TCM-PA nas Escolas” foi considerado como área interna as edificações internas, como: salas da direção, dos professores, da secretaria, escadas e corredores, entre outras. E, para avaliar as condições de limpeza e higienização destes ambientes, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou, “in loco”, 6 itens: paredes, pisos, forros, mobiliário, equipamentos e ventiladores/ares condicionados e constatou que 100% das escolas auditadas apresentaram impropriedades nesses ambientes, porém nem sempre nos mesmos itens avaliados, conforme se constata a seguir:

#### Salas da direção



Parede e forro sujos – Paulo Corolli



Parede suja – Júlia Quadros Peinado

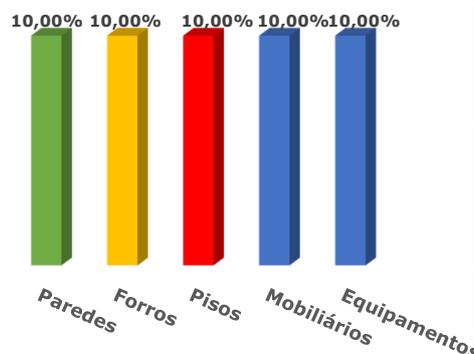


Mobiliário sujo – Raimundo Martins Filho



Parede / Forro sujos – Jesuína do Rosário Melo

### Salas dos Professores

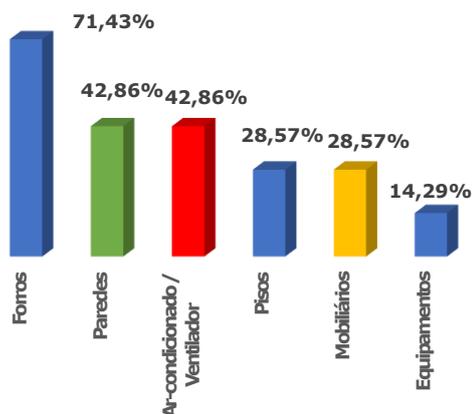


Parede suja – Júlia Quadros Peinado



Mobiliários sujos – Paulo Corolli

### Salas da Secretaria



Parede e forro – Érica Strasser



Parede e piso – Domingos de Souza Melo



Ar Condicionado sujo – Paulo Corolli



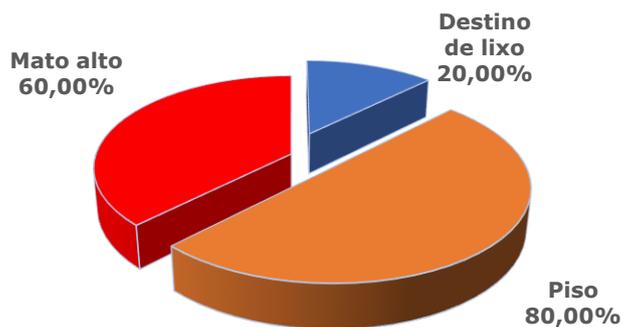
Piso e Parede sujos – José Maria Machado



Ar Condicionado sujo – Paulo Corolli

#### 7.1.10 Área Externa

Neste quesito, para efeito de aplicação do Programa “TCM-PA nas Escolas” foi considerado como área externa as áreas não edificadas, como: calçada, pátio externo, entre outras. E, para avaliar as condições de limpeza e higienização deste ambiente, nas diferentes unidades escolares, a equipe de auditoria analisou, “in loco”, pelo menos 4 itens: piso, capinação, equipamentos/mobiliários e destino do lixo, entre outras e constatou nas escolas auditadas as seguintes impropriedades:



Por ocasião da realização dos trabalhos “in loco” constatou-se que 80,00% das unidades escolares auditadas apresentaram impropriedades no piso. Mato alto 60% e destino de lixo 20%. A título ilustrativo temos:



Áreas externas alagadas  
Domingos de Sousa Melo



Ausência de pavimentação no acesso  
Domingos de Sousa Melo



Mato Alto – Raimundo Martins Filho



Mato Alto – Edgar de Souza Cordeiro



Mato Alto – Regina Gonçalves



Sujeira / Água represada – Paulo Corolli



**Lixo e entulhos** acumulados  
José Maria Machado Cardoso



**Áreas Externas sujas**  
José Maria Machado Cardoso



**Mato alto**  
Francisco Alves dos Reis



**Corredor externo sujo**  
Edgar de Souza Cordeiro



**Abastecimento de água**  
Domingos de Sousa Melo



**Muro sujo** – Paulo Corolli

Foram entrevistados 226 alunos e 27 professores nas 10 (dez) escolas auditadas, e deste universo, 30,35% do corpo discente e 50,00% do corpo docente consideraram as áreas externas das escolas como sujas.

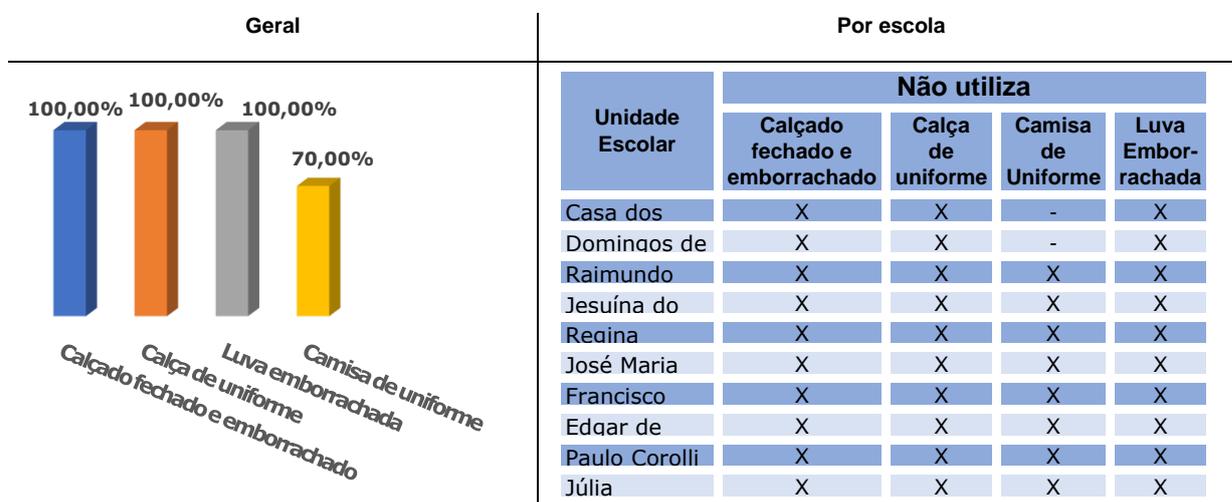
## 7.2 Limpeza e higienização das escolas sob a ótica dos executores dos serviços

A execução diária dos serviços de limpeza e higienização das unidades municipais de ensino de Bragança fica a cargo dos Agentes de Serviços Gerais – ASG's lotados em cada unidade e quando ouvidos sobre os serviços, materiais e equipamentos de proteção individual relataram:

### 7.2.1 Uniformes e EPI's

Questionou-se os ASG's quanto a utilização de uniformes e EPI's e 100% deles informaram que não fazem uso do uniforme completo, conforme se verifica no gráfico abaixo:

**Percentual de ASG's quanto a não utilização de uniformes e EPI's**



Depreende-se do demonstrativo acima a utilização tão somente de camisas de uniforme, logo, se não há utilização de uniformes e EPI's, conseqüentemente, não há que se falar em substituição.

Ao serem indagados sobre a aquisição de uniformes e EPI's, os diretores das escolas confirmam a informação de que não ocorre a aquisição ou repasse por parte da SEMED dos outros itens acima mencionados.

A equipe de auditores corrobora com o alegado pelos diretores e ASG's e apresenta a seguir, a título ilustrativo, as constatações:



**ASG – Jesuína do Rosário**



**ASG – Raimundo Martins Filho**

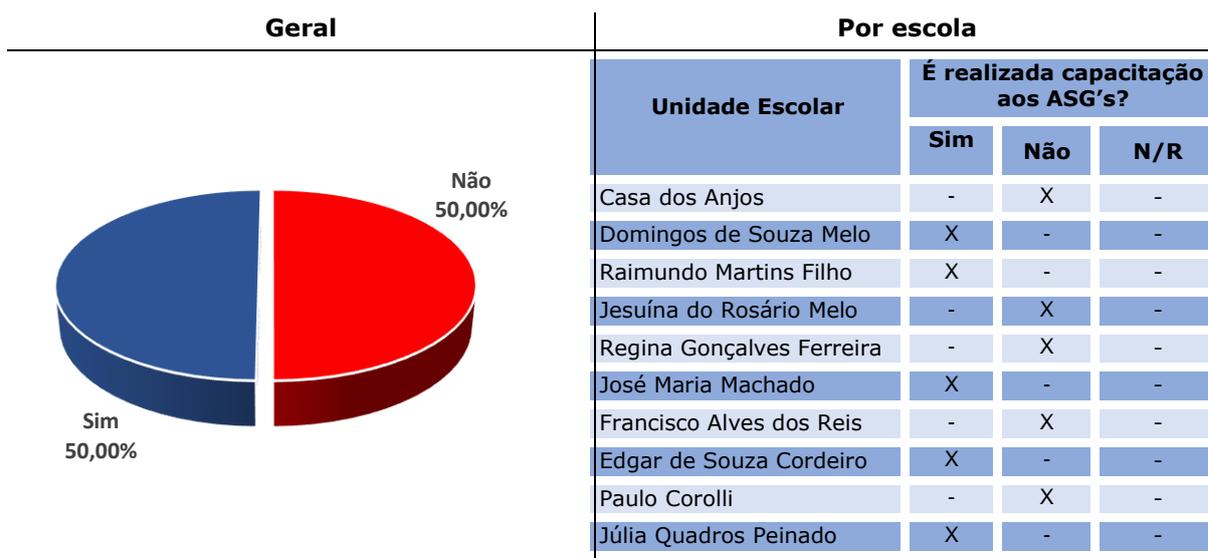
### 7.2.2 Capacitações para os Agentes de Serviços Gerais – ASG's

No que se refere a realização de capacitações destinadas aos ASG's para a realização de suas atividades laborais evidenciou-se:

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a suas capacitações**



**Percentual dos Diretores entrevistados, quanto a capacitação dos ASG's**

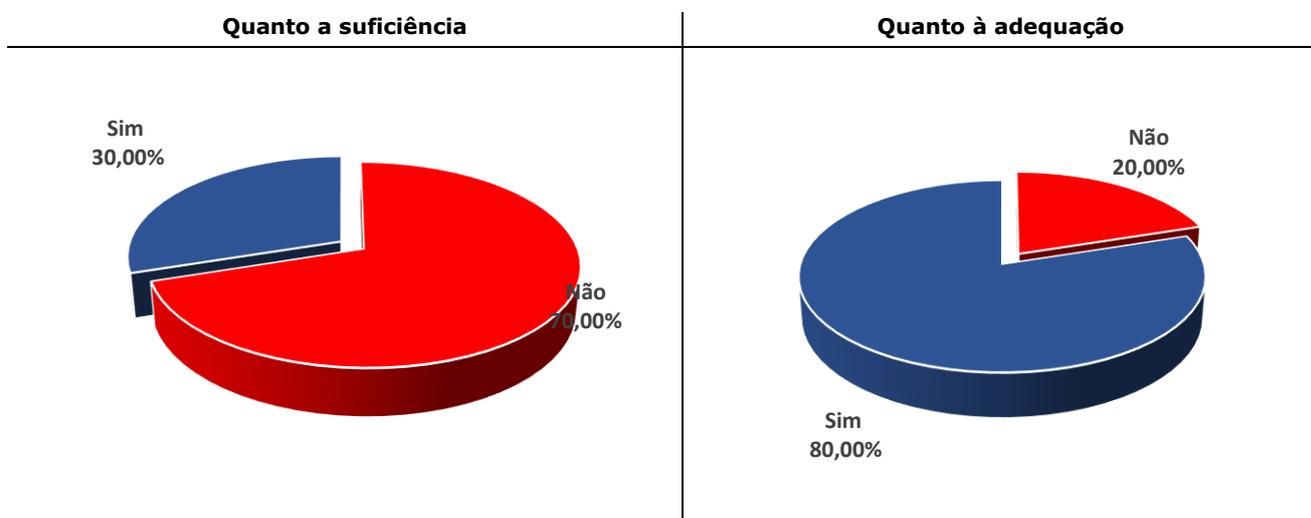


Com base nas constatações efetuadas “in loco” e nos dois demonstrativos acima apresentados, que são divergentes, quanto aos percentuais e quanto as unidades escolares, a equipe técnica conclui que inexistem capacitações com vistas a habilitar os ASG's para o desempenho de suas atividades na área específica de serviços gerais, o que ocorre são palestras destinadas a todos os agentes de serviços gerais, portanto, não especificamente voltadas ao trabalho de limpeza e higienização nas escolas. Ressalte-se que a própria SEMED às fls. 245 do Processo nº 201802478-00, vol. 01, corrobora com essa informação ao destacar a realização de capacitações oferecidas apenas aos manipuladores de alimentos.

**7.2.3 Quanto a suficiência e adequação dos produtos utilizados na limpeza**

Ao questionar os ASG's quanto a suficiência e adequação dos produtos utilizados nos serviços de limpeza e higiene obteve-se o seguinte resultado:

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a suficiência e adequação dos materiais de limpeza**

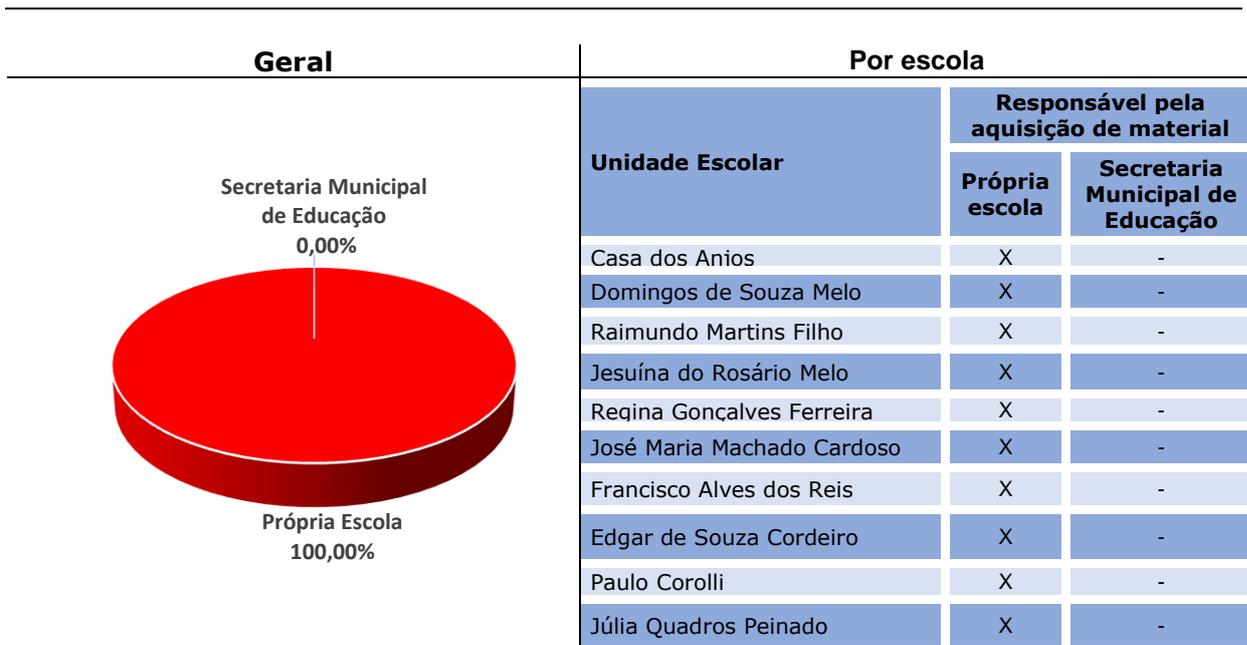


Nas tabelas abaixo apresenta-se a suficiência e adequação dos materiais de limpeza, por escola auditadas:

**Suficiência e adequação dos materiais de limpeza por Escola auditada**

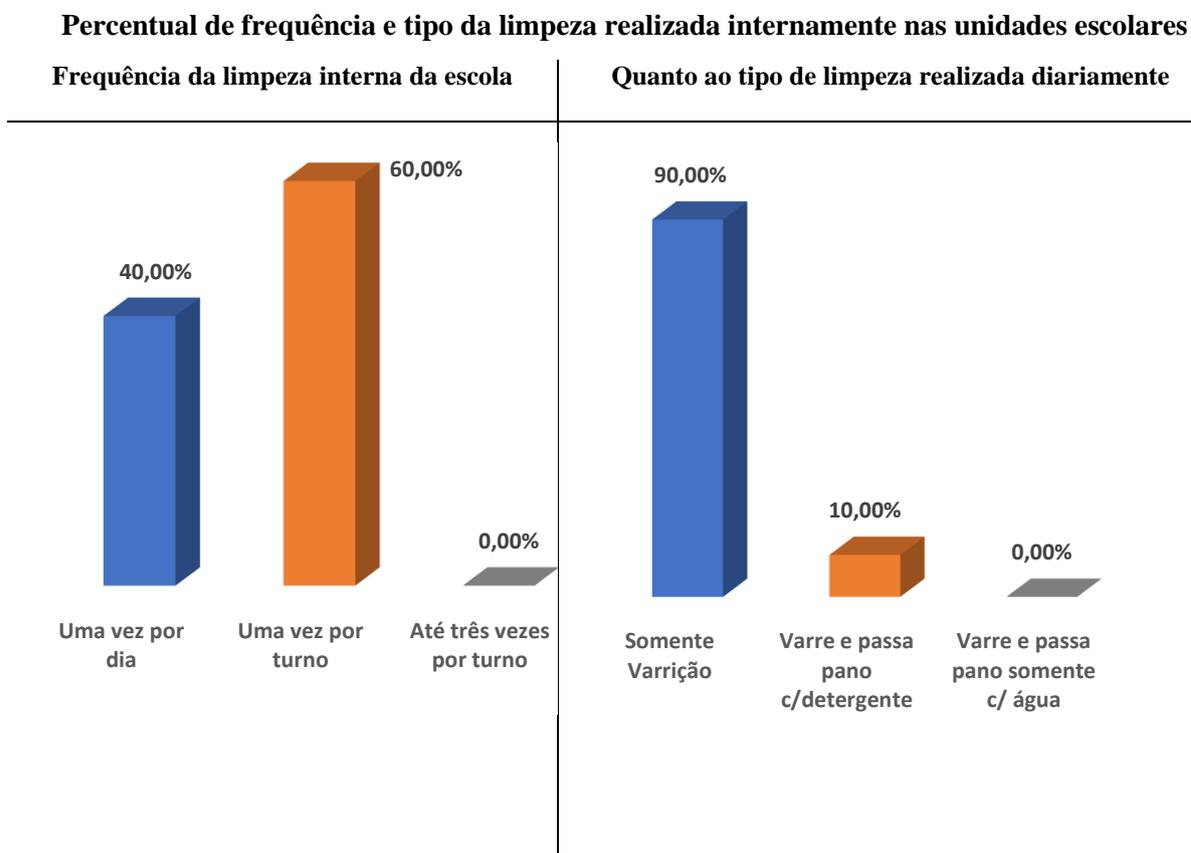
Quanto a suficiência			Quanto à adequação		
Unidade Escolar	Suficiência de Material		Unidade Escolar	Adequação de Material	
	Sim	Não		Sim	Não
Casa dos Anjos	X	-	Casa dos Anjos	X	-
Domingos de Souza Melo	-	X	Domingos de Souza Melo	X	-
Raimundo Martins Filho	X	-	Raimundo Martins Filho	X	-
Jesuína do Rosário Melo	-	X	Jesuína do Rosário Melo	-	X
Regina Gonçalves	-	X	Regina Gonçalves	X	-
José Maria Machado	-	X	José Maria Machado	-	X
Francisco Alves dos Reis	-	X	Francisco Alves dos Reis	X	-
Edgar de Souza Cordeiro	-	X	Edgar de Souza Cordeiro	X	-
Paulo Corolli	-	X	Paulo Corolli	X	-
Júlia Quadros Peinado	X	-	Júlia Quadros Peinado	X	-

Foi levantado junto a direção das unidades escolares a quem cabe a responsabilidade pela aquisição dos materiais de limpeza e higienização, e os gestores manifestaram-se da seguinte maneira: a própria unidade de ensino é a responsável pela aquisição destes itens, conforme a disponibilidade financeira advinda de recursos do PDDE, Mais Educação, entre outros. Restando à SEMED apenas complementar algum item, em casos excepcionais.

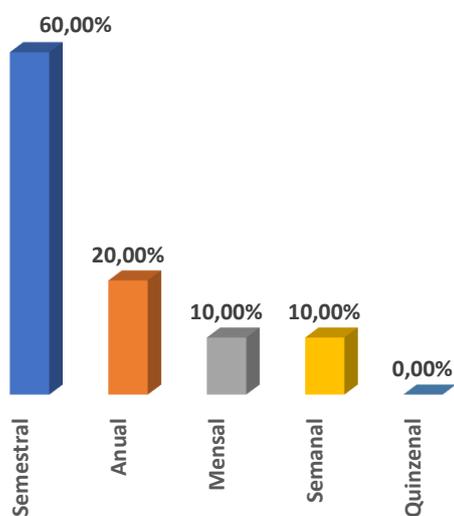


#### 7.2.4 Quanto a frequência e o tipo de limpeza realizada internamente nas escolas:

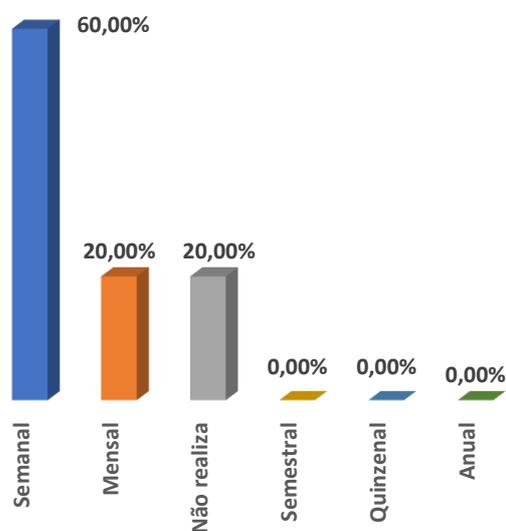
Considerando as informações fornecidas pelos ASG's, o percentual de frequência de limpeza e higienização nas escolas é a seguinte:



**Frequência da limpeza geral realizada internamente na escola**



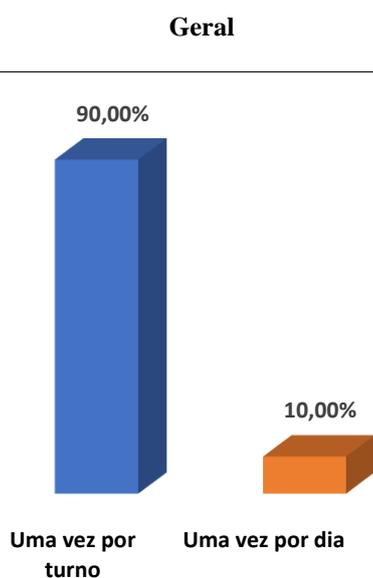
**Frequência da limpeza dos vidros/ventiladores/luminárias/interruptores**



**7.2.5 Quanto a frequência e o tipo de limpeza realizada nos banheiros escolares:**

Ao serem questionados sobre a limpeza e higienização dos banheiros os ASG's responderam:

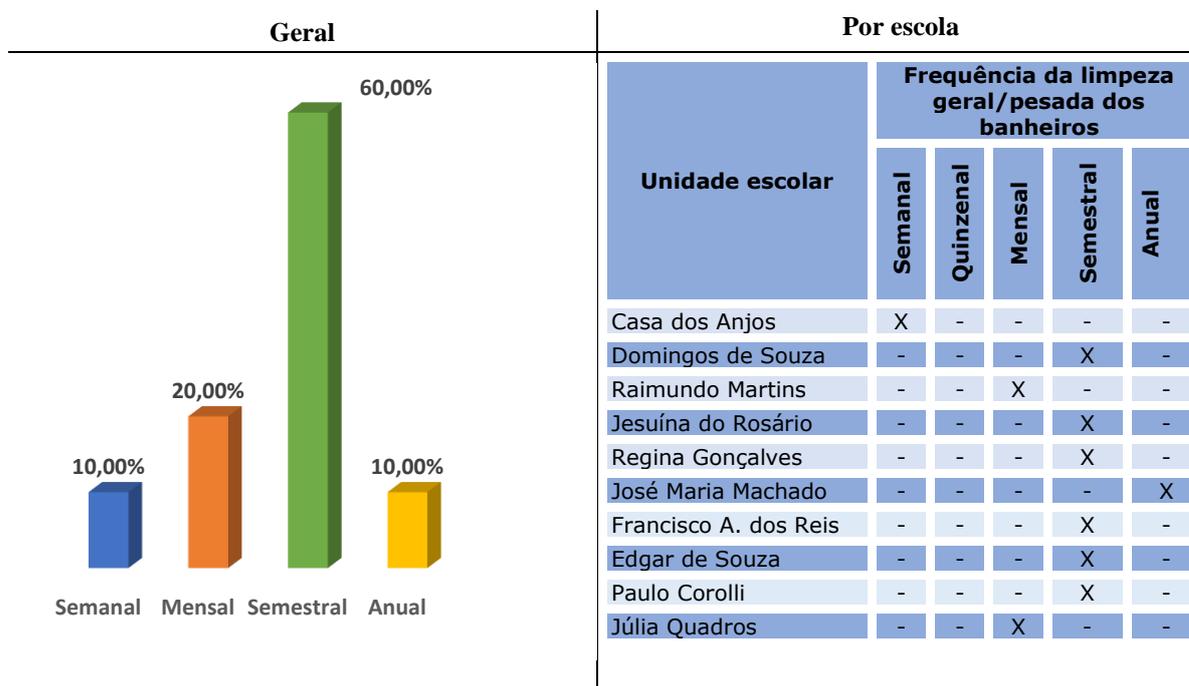
**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a frequência diária de limpeza dos banheiros (passar pano úmido, varrer e desinfetar vasos)**



**Por escola**

Unidade escolar	Frequência da limpeza dos banheiros		
	Uma vez por turno	Uma vez por dia	Outras
Casa dos Anjos	X	-	-
Domingos de Souza	X	-	-
Raimundo Martins	X	-	-
Jesuína do Rosário	X	-	-
Regina Gonçalves	X	-	-
José Maria Machado	X	-	-
Francisco A. dos Reis	X	-	-
Edgar de Souza	-	X	-
Paulo Corolli	X	-	-
Júlia Quadros Peinado	X	-	-

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a frequência de limpeza geral/pesada dos banheiros (lavagem do piso, divisórias, paredes e portas)**



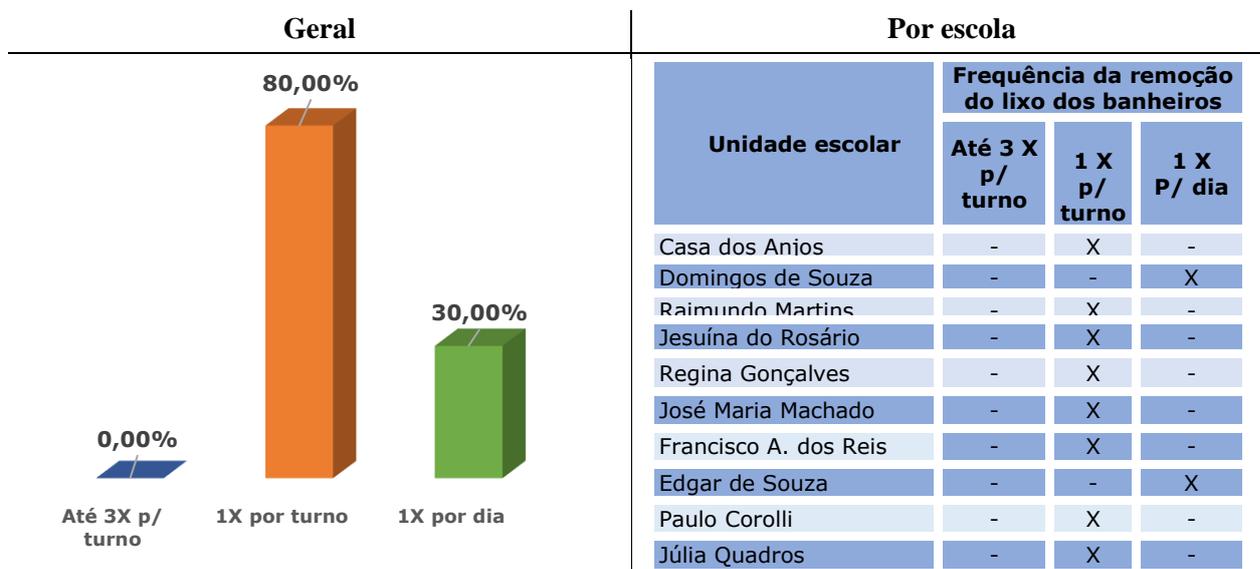
Quando questionados sobre abastecimento e reabastecimento de papel higiênico e sabão nos banheiros, 70,00% dos ASG's responderam que não é realizado abastecimento de papel higiênico no próprio banheiro, e quanto ao sabão este item não é disponibilizado em 70% das unidades de ensino.

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto ao abastecimento de papel higiênico e sabão nos banheiros**



No que se refere à remoção do lixo dos banheiros os ASG's responderam, conforme gráfico a seguir:

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a remoção do lixo dos banheiros**

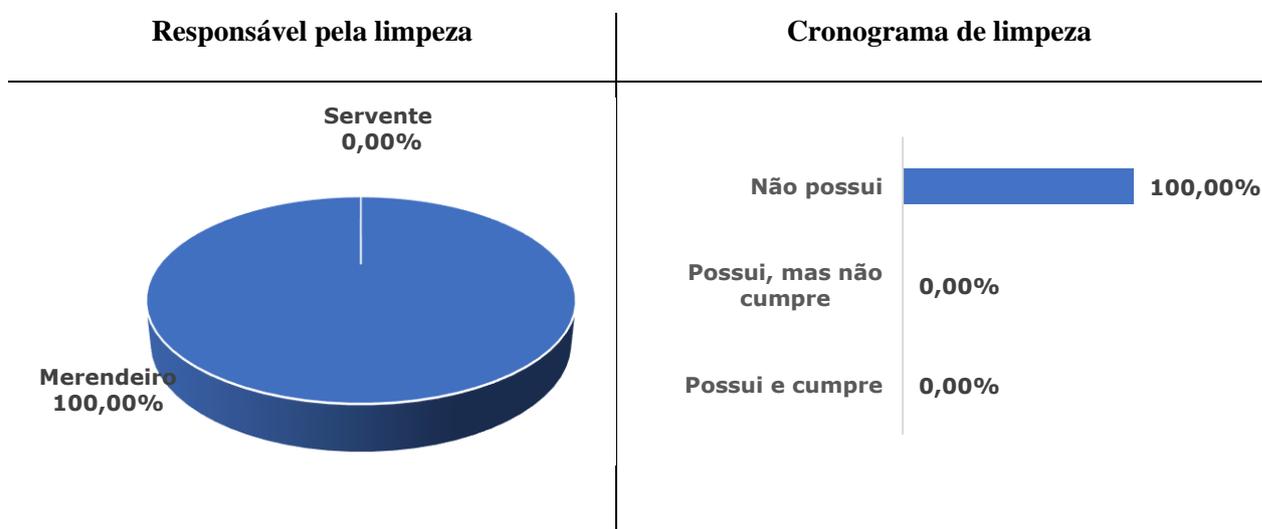


A equipe de auditores alerta que o desabastecimento de papel higiênico e a indisponibilidade de sabão nos banheiros das escolas, associado a deficiente limpeza realizada nesse ambiente, indicam alta probabilidade de contaminação do ambiente e consequentemente do usuário, comprometendo, portanto, a higiene e asseio destes.

**7.2.6 Quanto ao responsável pela limpeza realizada nas cozinhas e despensas de alimentos**

Os ASG's quando inquiridos sobre o responsável pela limpeza realizada nas cozinhas e despensas de alimentos responderam em percentual de 100,00% que é realizada pelos próprios merendeiros e não pelos serventes. E no que pertine à existência de cronograma de limpeza da cozinha e despensa de alimentos, informamos em sequência:

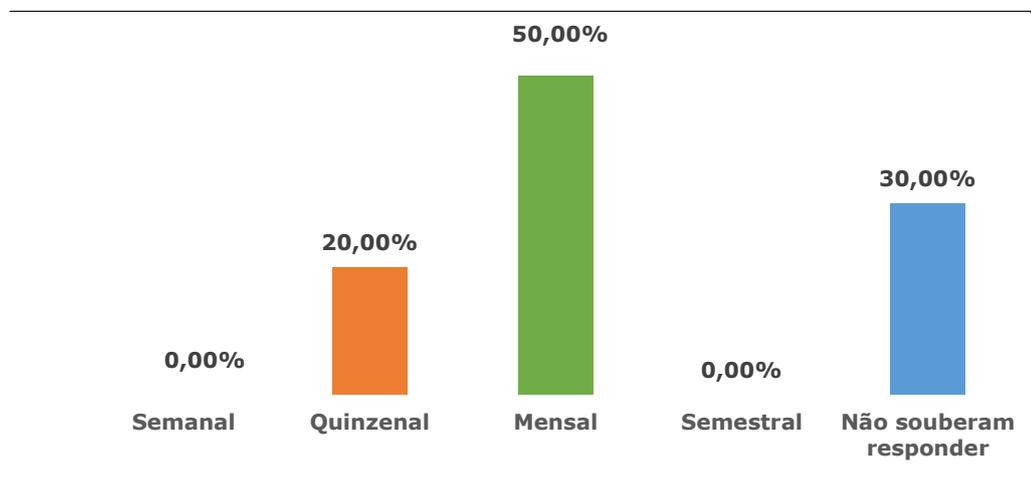
**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a limpeza da cozinha e despensas de alimentos e quanto a existência de cronograma de Limpeza**



### 7.2.7 Quanto a frequência da limpeza realizada na área externa das escolas

Para efeito deste programa foi considerado como área externa as áreas não edificadas, como: calçada, pátio externo, etc. Quanto à frequência dessa área foi informada o que segue:

**Frequência da limpeza realizada na área externa**

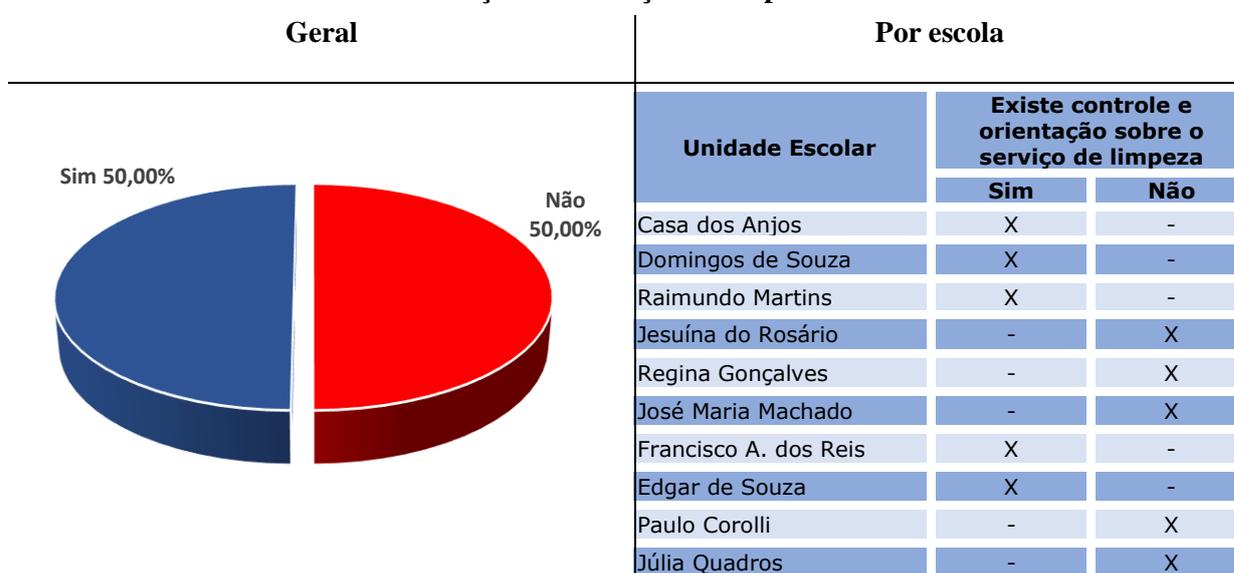


Quando arguidos sobre as condições de limpeza e higienização, envolvendo: piso, capinação, equipamentos/mobiliários e destino do lixo, da área externa das unidades escolares auditadas, isto é, das áreas não edificadas, os ASG's informaram que ela ocorre em 50,00% das unidades mensalmente, quinzenalmente em 20% das escolas.

### 7.2.8 Controle e Orientação dos Serviços de Limpeza e Higienização

Foi perguntado aos ASG's se existe controle e orientação por parte dos gestores escolares sob os serviços por eles executados, obteve-se o que:

**Percentual dos Agentes de Serviços Gerais entrevistados, quanto a existência de controle e orientação dos serviços de limpeza**



### 7.3 Limpeza e higienização das escolas sob a ótica da direção

#### 7.3.1 Cronograma, execução e fiscalização dos serviços de limpeza e higienização das escolas.

Foi informado pela maioria dos diretores (66,67%) a inexistência de um cronograma de realização dos serviços de limpeza e higienização das escolas. E quando indagados sobre a execução diária destes serviços informaram que a mesma fica a cargo dos Agentes de Serviços Gerais – ASG's lotados em cada unidade. E por fim, ao serem questionados sobre a responsabilidade pela fiscalização desses serviços 88,89% dos diretores informaram que servidor da própria escola realiza esta função, conforme demonstrado a seguir:

#### Responsável pela fiscalização dos serviços de limpeza e higienização nas Escolas Auditadas

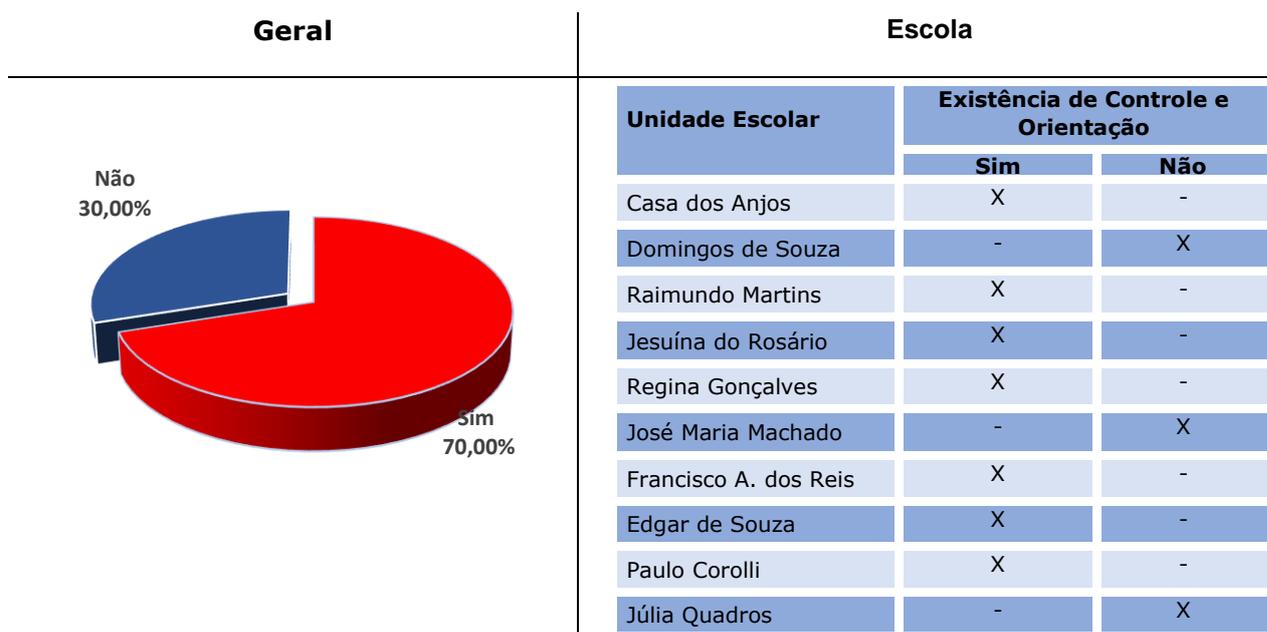


A equipe de auditores evidenciou a carência de normativos indicando o que e como esses serviços devem ser executados e, observou, ainda, a necessidade de serem intensificadas as ações de supervisão e controle por parte dos gestores (escolar e da SEMED) quanto às condições de limpeza e higienização das escolas municipais.

#### 7.3.2 Controle e Orientação dos Serviços de Limpeza e Higienização

Outro ponto levantado junto aos diretores foi quanto a existência de **controle e orientação** dos serviços de limpeza e higienização nas unidades escolares e obteve-se o que segue:

**Existência de controle e orientação dos serviços de limpeza e higienização escolar**

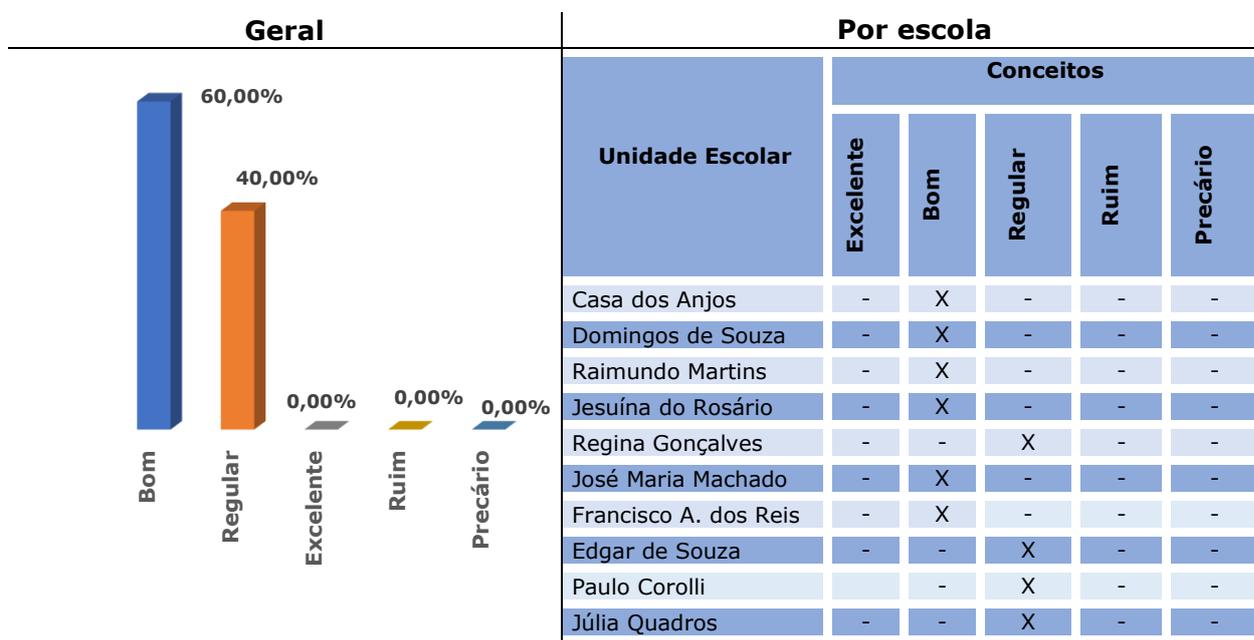


Registre-se que a equipe de auditoria observou durante as visitas realizadas, que, de fato, inexistiu controle de qualidade dos serviços de higiene e limpeza realizados na área interna e externa das U.E's, e que essa ausência decorre da inexistência de instrumentos de avaliação por parte da gestão escolar ou mesmo, da SEMED.

**7.3.3 Avaliação da direção sobre os serviços de limpeza e higienização realizado nas escolas**

Quando solicitado aos gestores escolares uma avaliação sobre os serviços de limpeza e higienização realizados nas escolas em que gerenciam obteve-se:

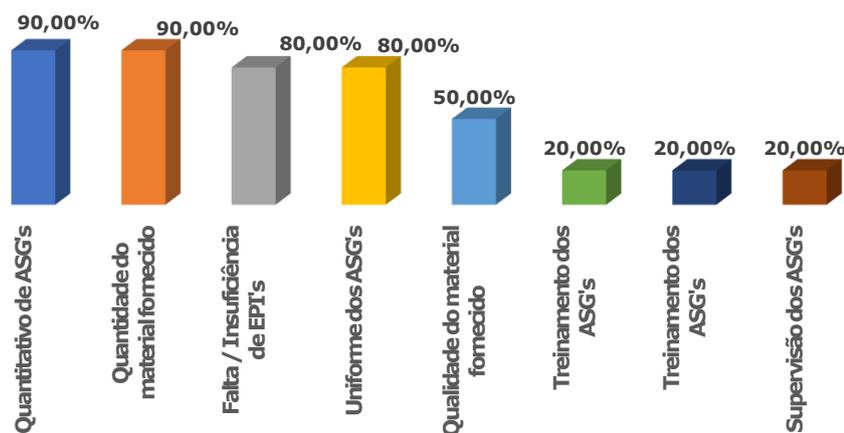
**Percentual de avaliação da direção sobre os serviços de limpeza e higienização realizado nas unidades escolares**



### 7.3.4 Aspectos de satisfação quanto aos serviços de limpeza e higienização das escolas

Visando levantar aspectos quanto a satisfação em relação aos serviços limpeza e higienização realizados nas unidades escolares, a equipe de auditoria por meio de 10 itens: quantitativo de ASG's, quantidade do material fornecido, qualidade do material fornecido, uniforme dos ASG's, reposição de ASG's/Serventes, falta de EPI's, insuficiência de EPI's, treinamento dos ASG's, supervisão dos ASG's e sem problema, analisou os fatores mais preponderantes que contribuem para a satisfação dos serviços limpeza e higienização realizados nas escolas e sob a ótica do diretor constatou-se, conforme gráfico abaixo:

**Percentual de insatisfação quanto aos serviços de limpeza e higienização das escolas**



### 7.4 Determinações e Recomendações:

Manter a escola limpa é fruto da colaboração de todos, e os dados apresentados neste relatório, revelaram que o trabalho desenvolvido requer a incorporação de práticas voltadas ao controle da qualidade do serviço, por meio da utilização de instrumentos que possibilitem à gestão o acompanhamento e supervisão adequados da limpeza do ambiente escolar, contribuindo assim, para o aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas e elevação do grau de satisfação da comunidade escolar. Assim sendo, a equipe de auditoria considerando os critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior as determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Avaliar o cumprimento da Portaria Municipal de Lotação nº 18/2018 – SEMED/GS, que prevê a lotação de 1 (um) servente e 1 (um) merendeiro(a), por turno, para escolas de 100 (cem) até 200 (duzentos) alunos, por turno; e para escolas que possuem de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) alunos, por turno, devendo ser lotados 3 (três) servidores, sendo 2 (dois) serventes e 1 (um) merendeiro, por turno. Considerando a manifestação dos gestores escolares pelo aumento de número de serventes, de forma a garantir que os estabelecimentos de ensino tenham sempre um quantitativo suficiente destes profissionais, para o desempenho eficiente dos serviços;
2. Prover, periodicamente, os ASG's de uniformes, utensílios e equipamentos de proteção individual – EPI's adequados e capazes de assegurar a proteção e segurança necessárias ao desenvolvimento das suas atividades;
3. Assegurar o fornecimento de materiais e produtos de limpeza em quantidade e qualidade adequados à higienização dos ambientes das Unidades Escolares, considerando as

características, tipologia, extensão e número de dependências das escolas, seja em caráter complementar aos adquiridos com recursos da própria unidade escolar, ou, fornecido exclusivamente pela SEMED;

4. Garantir que a direção das Unidades Escolares realize o abastecimento e a reposição, sempre que necessária, de produtos de higiene (sabonete líquido, papel higiênico, papel toalha interfolhado) nos banheiros, de modo a contribuir para o asseio dos alunos.
5. Criar Procedimentos Operacionais Padrões – POP's para as escolas, tais como: cronograma da limpeza dos ambientes escolares, escala de serviço dos ASGs, detalhamento das ações necessárias para a execução do trabalho, periodicidade, frequência e peculiaridade de cada serviço, sendo imprescindível ainda, a utilização de uniformes e EPI's;
6. Estabelecer mecanismos de supervisão, controle e avaliação das condições de higienização e limpeza existentes nas Unidades Escolares, incluindo instalações físicas, equipamentos, utensílios e móveis, visando alcançar o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais aplicados;
7. Determinar que a direção das Unidades Escolares supervisione, acompanhe e avalie periodicamente as atividades dos ASG's nos trabalhos de higienização e limpeza dos ambientes escolares, tanto dos ambientes internos como dos externos, e a adequada utilização de uniformes, EPI's e de todo o material de limpeza destinado à realização dos serviços;
8. Promover, periodicamente, cursos de capacitação aos ASG's, voltados ao aperfeiçoamento e melhoramento das suas habilidades e desenvolvimento profissional, assegurando a efetiva participação dos mesmos nestes eventos;
9. Garantir a execução de serviços preventivos e corretivos de manutenções em instalações físicas, equipamentos, utensílios e móveis, especialmente no que se refere a aparelhos condicionadores de ar, de forma adequada à necessidade demandada pelos estabelecimentos de ensino, seja em caráter suplementar ao efetuado com recursos próprios da escola, ou, de forma exclusiva, pela SEMED.
10. Priorizar a instalação e manutenção de bebedouros que possuam saídas a base de jatos de água inclinados, bem como a manutenção periódica de seus filtros, deixando-os sempre operacionais para o fornecimento de água potável em todas as escolas, eliminando desta forma, o uso de copos de maneira compartilhada (Conforme prevê a NR 24 MTE);
11. Manter as áreas externas das U.Es livres de focos de insalubridade, removendo lixo, objetos em desuso, animais, insetos e roedores, e ainda, onde houver grama, mantê-las aparadas e o mato capinado;
12. Assegurar, diariamente, a coleta e seleção dos resíduos de acordo com a sua classificação, bem como a remoção de inservíveis do ambiente escolar, proporcionando ambientes limpos e agradáveis;
13. Realizar, periodicamente, o controle de pragas e vetores nas escolas;
14. Proporcionar, através de ações de conscientização, o envolvimento de toda a Comunidade acadêmica na busca por ambientes limpos e saudáveis, disseminando o hábito de bem cuidar da própria escola.

## 8. RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELAS UNIDADES ESCOLARES:

Neste quesito, a equipe de auditoria buscou verificar a situação de financiamento das despesas necessárias à garantia das condições mínimas de funcionamento das escolas, ou melhor, a origem dos recursos financeiros colocados à disposição das Unidades Escolares do Município de Bragança e constatou que não houve repasses de recursos próprios a título de suprimento de fundos, entretanto constatou-se a existência de recursos captados pelas escolas através de exploração de atividades assemelhadas a comércio (Cantinas, Reprografia, Festas Juninas e Doação de Servidores), tendo constatado também, por meio de consulta realizada junto ao site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) liberações provenientes de recursos federais oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e suas ações agregadas: PDDE-QUALIDADE (CAMPO), PDDE-MAIS EDUCAÇÃO, PDDE-QUALIDADE (ESCOLA SUSTENTÁVEL), PDEE-QUALIDADE (ESCOLA ACESSÍVEL), PDDEE/PDE repassados diretamente às Unidades Executoras (Conselhos Escolares<sup>4</sup>) das respectivas escolas, além dos recursos liberados 1(uma) Entidade Executora (Eex), a Prefeitura, responsável pelo recebimento dos recursos das escolas que não possuem CNPJ, mas que recebem recursos do PDDE via Prefeitura, conforme se constata no sítio do FNDE.

Os recursos federais oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e suas ações agregadas são repassados às Unidades Executoras (Conselhos Escolares) das respectivas escolas e destinam-se, em caráter suplementar, ao pagamento de despesas de custeio (aquisição de material de consumo e prestação de serviços que envolvem pequenos reparos na unidade escolar e ações na área pedagógica) e despesa de capital (aquisição de materiais permanentes de toda ordem), conforme dispõe a legislação vigente, motivo pelo qual deve haver por parte da Secretaria Municipal de Educação uma preocupação constante com o acompanhamento da execução e prestação de contas dos recursos recebidos, seja de responsabilidade do diretor(a) ou seja de responsabilidade do Conselho Escolar, considerando que a ausência ou pendência na prestação de contas de qualquer recurso destinado à escola, resulta em bloqueio dos repasses no exercício seguinte com reflexo nas condições de funcionamento da unidade escolar.

Consulta realizada junto ao site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período de realização das visitas, não nos permitiu evidenciar o nível de inadimplência das unidades executoras. No entanto, a demonstração de liberação de recursos evidencia que muitas unidades executoras, embora cadastradas para receber recursos em diversas ações agregadas do PDDE, não receberam, dando indício de haver pendências de prestação de contas numa escala acentuada.

Em entrevistas com os membros dos conselhos escolares e gestores escolares, foi possível observar que existe, por parte dos responsáveis pela diretoria dos conselhos escolares, uma série de dúvidas quanto a execução e prestação de contas dos recursos do PDDE que culmina com a inadimplência dos mesmos. Citada inadimplência exige por parte de todos

---

<sup>4</sup> Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa e cabe aos conselhos escolares: a) deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola; b) participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; c) analisar e aprovar o Calendário Escolar no início de cada ano letivo; d) analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; e) acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e; f) mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

esforços substanciais para redução desse cenário, em busca de resultados positivos das ações de regularização de pendências.

A Secretaria Municipal de Educação de Bragança – SEMED, por meio do Ofício nº 180/2018 (Processo TCM/PA nº201802478-00, fls. 175-187) encaminha demonstrativos dos recursos recebidos pelas unidades escolares do município, no exercício 2017, que evidencia a existência de repasses relativos ao PDDE e suas ações agregadas.

### 8.1 Recursos Federais

Em consulta no sítio do FNDE: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>, foram evidenciados, pelo regime de competência, a previsão e liberação dos recursos federais do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e demais ações agregadas para as unidades executoras vinculadas às escolares auditadas no Município de Bragança, série histórica 2015, 2016 e 2017, conforme segue:

#### RESUMO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS PDDE-ESTRUTURA(ACESSIBILIDADE):

UNIDADE EXECUTORA	CNPJ	2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$
CEEM FRANCISCO A. DOS REI	01.931.938/0001-98	0,00	0,00	0,00
CEEM RAIMUNDO M. FILHO	01.913.048/0001-53	0,00	0,00	0,00
CEEM JOSÉ M. M. CARDOSO	18.559.753/0001-05	0,00	0,00	10.000,00
CEEM CASA DOS ANJOS	01.859.364/0001-94	0,00	0,00	0,00
CEEM DOMINGOS DE SOUZA MELO	01.927.796/0001-95	0,00	0,00	0,00
CEEM PADRE P. CAROLLI	01.936.371/0001-42	0,00	0,00	0,00

#### RESUMO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS PDDE:

UNIDADE EXECUTORA	CNPJ	2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$
CEEM CASA DOS ANJOS	01.859.364/0001-94	6.400,00	5.540,00	0,00
CEEM DOMINGOS DE SOUZA MELO	01.927.796/0001-95	11.000,00	5.650,00	11.460,00
CEEM RAIMUNDO M. FILHO	01.913.048/0001-53	11.720,00	5.390,00	13.320,00
CEEM JESUINA DO R. MELO	11.404.377/0001-22	4.660,00	2.770,00	6.060,00
CEEM JÚLIA SOUZA FERREIRA	04.549.791/0001-64	5.220,00	2.660,00	0,00
CEEM JOSÉ M. M. CARDOSO	18.559.753/0001-05	8.700,00	4.360,00	8.960,00
CEEM FRANCISCO A. DOS REIS	01.931.938/0001-98	5.620,00	5.820,00	9.220,00
CEEM EDGAR DE S. CORDEIRO	01.918.356/0001-71	0,00	2.600,00	3.420,00
CEEM PADRE P. CAROLLI	01.936.371/0001-42	8.840,00	8.840,00	10.080,00
CEEM JÚLIA QUADROS	01.914.531/0001-52	20.340,00	18.020,00	17.120,00

#### RESUMO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS PDDE- MAIS EDUCAÇÃO:

UNIDADE EXECUTORA	CNPJ	2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$
CEEM CASA DOS ANJOS	01.859.364/0001-94	15.487,76	29.043,00	19.362,00
CEEM DOMINGOS DE SOUZA MELO	01.927.796/0001-95	0,00	0,00	0,00
CEEM RAIMUNDO M. FILHO	01.913.048/0001-53	38.555,85	0,00	5.406,00
CEEM JESUINA DO R. MELO	11.404.377/0001-22	22.441,31	0,00	0,00
CEEM JÚLIA SOUZA FERREIRA	02.159.823/0001-90	0,00	0,00	0,00
CEEM JOSÉ M. M. CARDOSO	04.549.752/0001-67	23.606,85	0,00	0,00
CEEM FRANCISCO A. DOS REIS	01.931.938/0001-98	18.790,00	31.338,00	20.892,00
CEEM EDGAR DE S. CORDEIRO	01.918.356/0001-71	0,00	0,00	11.760,00

CEEM PADRE P. CAROLLI	01.936.371/0001-42	0,00	48.186,00	32.124,00
CEEM JÚLIA QUADROS	01.914.531/0001-52	0,00	74.367,00	25.518,00

**RESUMO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS PDEE–QUALIDADE (MAIS CULTURA):**

UNIDADE EXECUTORA	CNPJ	2015 R\$	2016 R\$	2017 R\$
CEEM CASA DOS ANJOS	01.859.364/0001-94	0,00	0,00	0,00
CEEM DOMINGOS DE SOUZA MELO	01.927.796/0001-95	0,00	0,00	0,00

Observação: A EMEF REGINA GONÇALVES recebeu os recursos por meio do CEEM JÚLIA SOUZA FERREIRA.

Os demonstrativos abaixo expõem o volume de recursos por Programa e Ações Agregadas do PDDE, que, em função de inadimplência, deixaram de ingressar nos cofres das unidades executoras, caracterizando assim, ainda que de forma involuntária a Renúncia de Receita na série histórica (2015 a 2017), conforme expomos a seguir.

**RESUMO DOS RECURSOS NÃO LIBERADOS, QUE CARACTERIZAM, AINDA QUE DE FORMA INVOLUNTÁRIA, RENÚNCIA DE RECEITA NA SÉRIE HISTÓRICA 2015/2017**

**1. PDDE**

EXERCÍCIO	VLR. PREVISTO em R\$	VLR. RECEBIDO em R\$	DIFERENÇA em R\$
<b>2015</b>	544.820,00	482.640,00	62.180,00
<b>2016</b>	545.480,00	479.140,00	66.340,00
<b>2017</b>	573.720,00	573.720,00	0,00

**2. PDDE – QUALIDADE**

EXERCÍCIO	VLR. PREVISTO em R\$	VLR. RECEBIDO em R\$	DIFERENÇA em R\$
<b>2015</b>	111.000,00	0,00	111.000,00
<b>2016</b>	0,00	0,00	0,00
<b>2017</b>	0,00	0,00	0,00

**3. PDDE – ESTRUTURA**

EXERCÍCIO	VLR. PREVISTO em R\$	VLR. RECEBIDO em R\$	DIFERENÇA em R\$
<b>2015</b>	266.750,00	0,00	266.750,00
<b>2016</b>	69.100,00	69.100,00	0,00
<b>2017</b>	34.900,00	34.900,00	0,00

**4. PDDE – MAIS EDUCAÇÃO**

EXERCÍCIO	VLR. PREVISTO em R\$	VLR. RECEBIDO em R\$	DIFERENÇA em R\$
<b>2015</b>	1.121.977,81	789.457,66	332.520,15
<b>2016</b>	1.301.427,00	1.081.854,00	209.637,00
<b>2017</b>	765.939,00	965.939,00	0,00

Observações: os demonstrativos acima de liberação de recursos foram elaborados com base em dados levantados em consulta formulada no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)) no dia 16.10.2018.

Pelas informações constantes acima é possível concluir que as escolas públicas municipais de Bragança tiveram recursos do PDDE retidos, na série histórica 2015 a 2017, na ordem de R\$ 911.175,79 (novecentos e onze mil, cento e setenta e cinco reais, setenta e nove centavos).

É imperioso esclarecer às UEX's que a situação de inadimplência das prestações de contas deve-se principalmente, as impropriedades apresentadas quanto a execução financeira dos recursos, devendo ser obedecidos os procedimentos exigidos pelo FNDE no que tange à: obrigatoriedade de realização de pesquisas de preços em no mínimo, 03(três) fontes, para contratação de serviços e para aquisição de material de consumo e material permanente; pagamento por meio de emissão de cheques nominais, transferências eletrônicas e/ou cartão magnético específico do programa - Cartão PDDE<sup>5</sup>, além da restrita observância quanto a documentação comprobatória da despesa.

Outro fator que ocasiona impedimento no recebimento e utilização de recursos do PDDE, tem a ver com as obrigações assessorias junto aos órgãos de fiscalização e controle (Receita Federal), em função da ausência de elaboração de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e elaboração de Relação Anual de Informações Anuais (RAIS), visto que, a ausência ou intempestividade na apresentação dessas declarações gera altos valores de multas, e se perpetuada por vários exercícios, terá como consequência a inatividade do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Conselho Escolar, inviabilizando a possibilidade de utilização dos recursos, mesmo aqueles que já estão nas contas-correntes dos Conselhos.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito a necessidade de constante atualização dos membros da diretoria dos Conselhos Escolares. Considerando que o mandato dos membros dos conselhos escolares é de 02 (dois) anos, faz-se necessário a renovação da diretoria no mesmo tempo. Esse procedimento requer alteração da ata de eleição dos membros do Conselho Escolar e por consequência dispêndio de recursos financeiros para as despesas cartorárias.

No que se refere a despesas cartorárias traz-se à baila o dispõe a Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013, que em seu artigo 4º, § 2º estabelece: *“Os recursos do PDDE, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados, também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias (UEx) definidas na forma do inciso II, do art. 5º, bem como as relativas a recomposições de seus membros, devendo tais desembolsos ser registrados nas correspondentes prestações de contas.”*

A situação de inadimplência quanto a prestação de contas dos recursos do PDDE, exige por parte de todos um esforço substancial para redução considerável desse cenário, em busca de resultados positivos das ações de regularização de pendências e deve haver, por parte da Secretaria Municipal de Educação, uma preocupação constante com o acompanhamento da

---

<sup>5</sup> Resolução CD/FNDE nº 10 de 18 de abril de 2013, alterada e acrescida pela Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, admite-se um novo mecanismo de movimentação de recursos do programa, qual seja: pagamento por meio do Cartão PDDE.

execução e prestação de contas dos recursos recebidos, seja de responsabilidade do diretor(a) ou seja de responsabilidade do Conselho Escolar, considerando que a ausência de prestação de contas de qualquer recurso destinado à escola, resulta em bloqueio dos repasses no exercício seguinte com reflexo nas condições de funcionamento da unidade escolar.

## **8.2 Determinações e Recomendações:**

Por todo o exposto, a equipe de auditoria considerando os critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior as determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Viabilizar a mudança da diretoria dos Conselhos Escolares com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias para evitar quebra de continuidade das atividades dos Conselhos;
2. Promover encontros técnicos dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do PDDE e ações agregadas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Bragança com membros dos conselhos escolares, no sentido de alinhar informações e ações sobre as providências para o cumprimento da legislação em vigor, bem como buscar a regularização das pendências de prestação de contas, caso existam;
3. Capacitar os membros dos conselhos escolares das escolas da rede pública municipal de Bragança quanto a Execução e Prestação de Contas dos Recursos do PDDE e Ações Agregadas;
4. Orientar e acompanhar “in loco” a execução e prestação de contas dos recursos por parte dos membros das unidades executoras (Conselhos Escolares), monitorando a apresentação e verificando se foram incluídos todos os documentos e formulários de acordo com as legislações emanadas pelo FNDE que norteiam a execução e prestação de contas dos recursos repassados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e demais ações agregadas.

## 9. CARÊNCIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

Inicialmente, vale registrar que o público-alvo do programa nominado “TCM-PA nas Escolas” se limita aos anos finais do ensino fundamental, que equivale aos alunos do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, foco desta auditoria, mas considerando que, no caso específico do Município de Bragança, todas as escolas desse nível de ensino localizavam-se na zona rural, fez-se necessário auditar uma escola da zona urbana, embora esta atenda, exclusivamente, alunos do 1º ao 5º ano (anos iniciais do ensino fundamental), a unidade escolar Prof.<sup>a</sup> Júlia Quadros Peinado, que também compõem a Rede Municipal de Ensino desse município e foi auditada pelo programa TCM-PA nas escolas.

### 9.1 Carência de Professores

Para construir a educação pública almejada é necessário investimento no quadro de pessoal dos docentes, seja quanto a quantidade, bem como quanto as condições de trabalho, remunerações, entre outros, que juntos contribuem como atrativos para a fixação desses trabalhadores nas salas de aula, repercutindo positivamente em todo processo de ensino-aprendizagem.

É de conhecimento geral que a quantidade de docentes não depende diretamente do número de salas, mas sim dos turnos de funcionamento, do número de turmas e da jornada de trabalho dos professores.

Buscando avaliar a suficiência de docentes, bem como outras informações correlatas, esta Corte de Contas oficializou (Ofício nº 003/2018/NAOP/TCM-PA) a Jurisdicionada, que por meio do Processo nº 201802478-00, fls. 01 a 135, encaminha fichas individuais das 133 escolas Municipais de Bragança, e destas 27 oferecem os anos finais do ensino fundamental. 10 (dez) destas que equivale a 37,04%, foram auditadas pelo programa TCM-PA nas escolas.

Há que se ressaltar, que as fichas supracitadas não informam a quantidades de professores existentes, e, nas 10 escolas auditadas foram entrevistados 27 professores em efetivo serviço das mais diferentes disciplinas e devido à ausência de manifestação da secretaria quanto ao quantitativo de docentes, ficamos impossibilitados de avaliar, oficialmente, a suficiência desses profissionais e aferir a existência de carência nas diferentes disciplinas curriculares do ensino fundamental adotado pela prefeitura municipal de Bragança, inclusive, não foi possível quantificar os tempos sem aula de cada disciplina por turma e por escola.

Entretanto, o Secretário Municipal de Educação, Sr. Luíz Augusto Santa Brígida Soares, por meio do Processo nº 201802478-00, fl. 159, informa “A *lotação funcional dos profissionais da educação do Município de Bragança encontra-se em processo, faltando lotar apenas 2% dos professores em disciplinas do Ensino Fundamental*”.

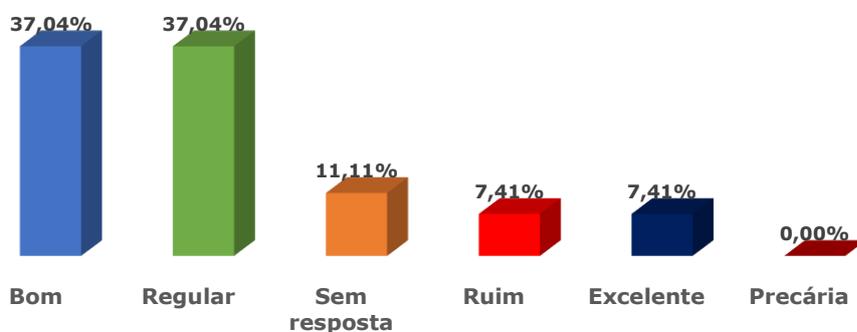
Ante ao exposto, a equipe de auditores aplica entrevista aos diretores e questionários aos alunos e professores, e apresenta o que segue:

Os diretores, por meio de entrevistas, quando questionados sobre a existência de disciplinas com tempo sem aula, relataram a inexistência de carência, exceto nas escolas EMEF Casas Dos Anjos e EMEF Dr. Edgar Cordeiro que alegaram, respectivamente, carência de professores na sala de Informática e de técnico agrícola para as aulas práticas de agricultura.

## 9.2 Condições de Trabalho Sob a Ótica dos Docentes

Foi solicitado aos 27 professores entrevistados que avaliassem suas condições de trabalho e como resposta obteve-se o seguinte resultado:

### Avaliação dos docentes quanto suas condições de trabalho



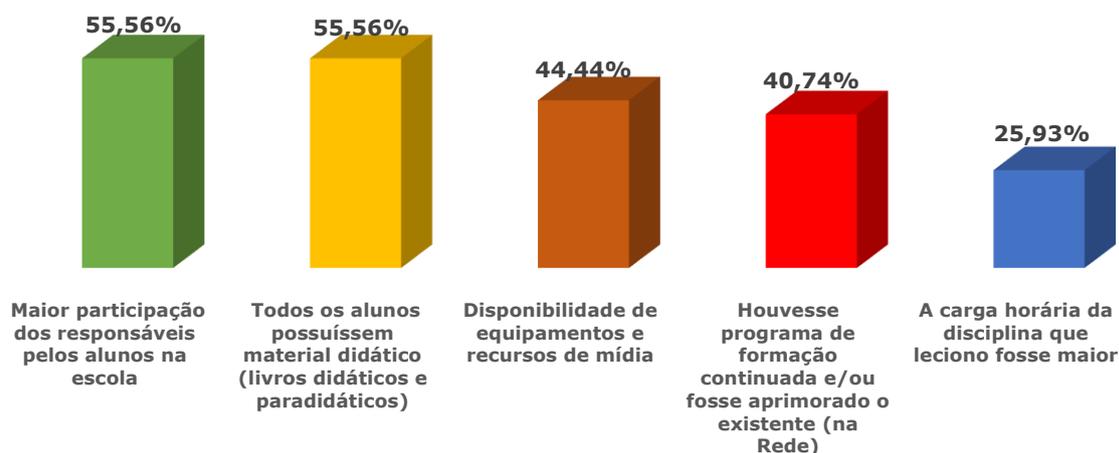
O gráfico acima demonstra que a maioria dos professores entrevistados consideraram as condições de trabalho nas unidades escolares boa ou regular, entretanto ressalta-se que a maioria deles tem vinculação trabalhista com a Prefeitura de Bragança por meio de contrato temporário.

## 9.3 Possibilidades de melhoria nas condições de Trabalho dos Docentes

Considerando a conceituação dos professores quanto as condições de trabalho nas escolas em que desenvolvem suas atividades docentes, destaca-se que 55,56% dos entrevistados relatou que a baixa participação dos responsáveis pelos alunos nas escolas, associado a insuficiência do material didático, incompatível com o número de alunos, são os dois fatores preponderantes, nas suas avaliações. Entretanto 44,44% apontaram a indisponibilidade de equipamentos e recursos de mídia, 40,74% informaram a baixa oferta de cursos no programa de formação continuada e a falta de aprimoramento nos programas existentes na rede, enquanto que 25,93% manifestaram que a carga horária das disciplinas lecionadas, é pequena.

Abaixo demonstra-se os principais fatores que impactam nas condições de trabalho dos professores das escolas auditadas:

### Percentual dos Docentes entrevistados, por melhoria nas condições de trabalho

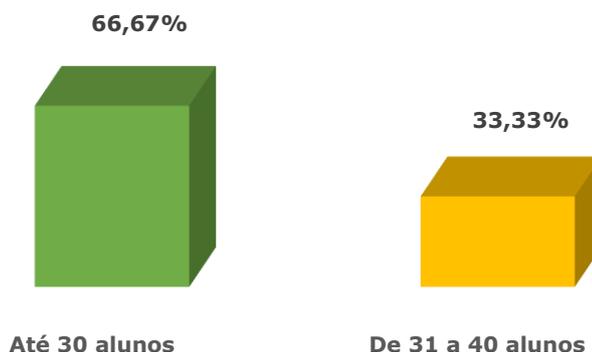


Vale registrar que nessa questão os professores entrevistados poderiam destacar várias impropriedades por ordem de prioridade, motivo pelo qual, o somatório dos percentuais revelados supera 100%.

#### 9.4 Relação de professor-aluno

Com vista a verificar a existência de excesso de alunos por turma, foi perguntado aos professores qual a média do número de alunos nas turmas em que lecionam, os resultados seguem graficamente representados:

##### Percentual dos docentes entrevistados, por média de alunos em sala de aula



Em acolhimento do disposto no artigo 25 da Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/1996, O governo do Estado do Pará, por meio do Conselho Estadual De Educação promulga a Resolução nº 001, de 05 de janeiro de 2010, que em seu Art. 8º dispõe requisitos qualitativos mínimos para o atendimento à demanda nas

#### <sup>6</sup> Resolução nº 001, de 05 de janeiro de 2010 do Conselho Estadual De Educação do Estado do Pará.

Art. 8º. Com vistas ao acolhimento do disposto no artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394/1996, o atendimento à demanda escolar nas unidades escolares do Sistema Estadual de Ensino do Pará se dará de acordo com os seguintes requisitos qualitativos mínimos:

I. no tocante à relação professor-aluno:

- até 08 alunos por professor em classes que abriguem crianças de 0 a 1 ano;
- até 15 alunos por professor em classes que abriguem crianças de 1 a 3 anos;
- até 25 alunos por professor em classes de pré-escola e nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
- até 35 alunos por professor em classes dos demais anos iniciais do Ensino Fundamental;
- até 40 alunos por professor em classes dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos.

II. no atendimento às demais demandas:

- matrícula em turno compatível com a idade cronológica, respeitando, inclusive, o turno de trabalho do aluno;
- atendimento, preferencialmente, em escola pública próxima à residência do aluno;
- oferta de transporte para os alunos residentes na zona rural do mesmo município; para os alunos residentes em áreas urbanas de difícil acesso ou para melhor acomodação da demanda escolar e para os alunos com deficiência, quando necessário;
- inclusão do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, sempre que possível, nas unidades escolares que tenham condições adequadas de acessibilidade;
- oferta de vagas àqueles com defasagem de idade/série na modalidade de ensino adequada;
- estabelecimento do número de alunos por sala de aula observando o índice de metragem de 1,20 m<sup>2</sup> por aluno em carteira individual, correspondendo, no mínimo, a 1,00 m<sup>2</sup> por aluno, exceção

unidades escolares do Sistema Estadual de Ensino e estabelece, no tocante à relação professor-aluno, em até 40 alunos por professor em classes dos anos finais do Ensino Fundamental, do

Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos; e, no atendimento às demais demandas, o número de alunos por sala de aula observando o índice de metragem de 1,20 m<sup>2</sup> por aluno em carteira individual, correspondendo, no mínimo, a 1,00 m<sup>2</sup> por aluno em salas de atividades em área coberta.

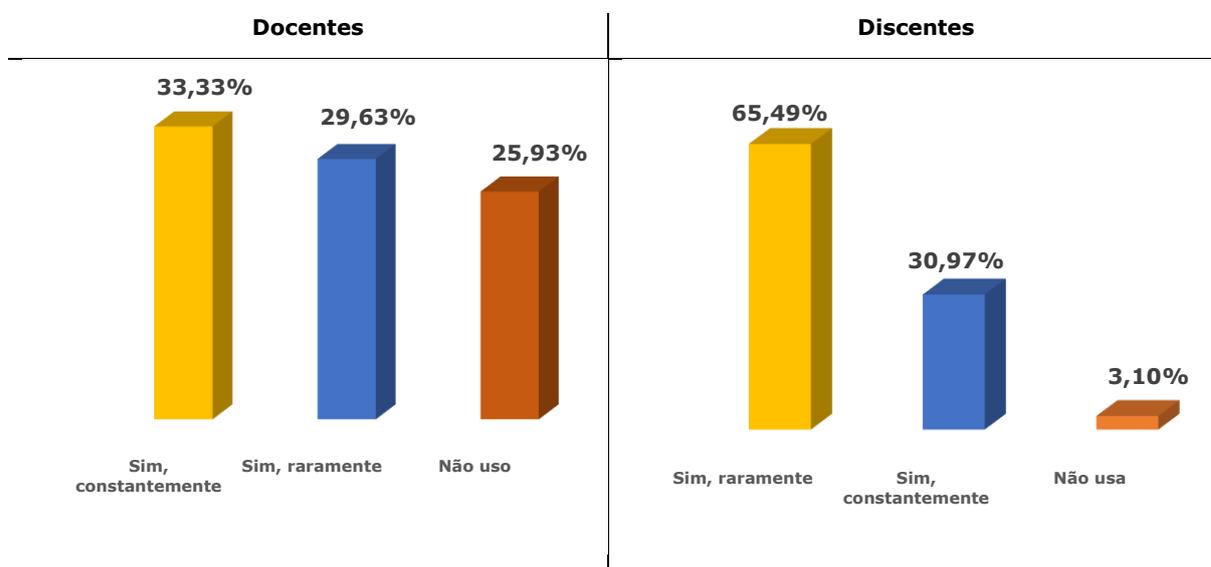
Vê-se, portanto, no demonstrativo acima que 66,67% dos professores lecionam em turmas com até 30 alunos, e, 33,33% dos professores lecionam em turmas com até 40 alunos, atendendo o limite estabelecido na legislação supracitada.

Registre-se que o sistema educacional do município de Bragança para os anos finais do Ensino Fundamental, é modular e multiseriado, portanto os professores cumprem suas cargas horárias em várias escolas municipais, todas localizadas na área rural.

### 9.5 Utilização de projetor de mídia em sala de aula

No que se refere aos recursos de mídia foi perguntado aos docentes e discentes se o professor utiliza projetor de mídia em sala de aula como recurso pedagógico.

#### Percentual dos docentes e discentes entrevistados, por utilização dos recursos de mídia em sala de aula



Verificou-se que para apenas 33,33% dos professores e 30,97% dos alunos o projetor de mídia é utilizado constantemente em sala de aula, devido a insuficiência, indisponibilidade e impropriedades dos equipamentos, conforme se verifica no próximo item.

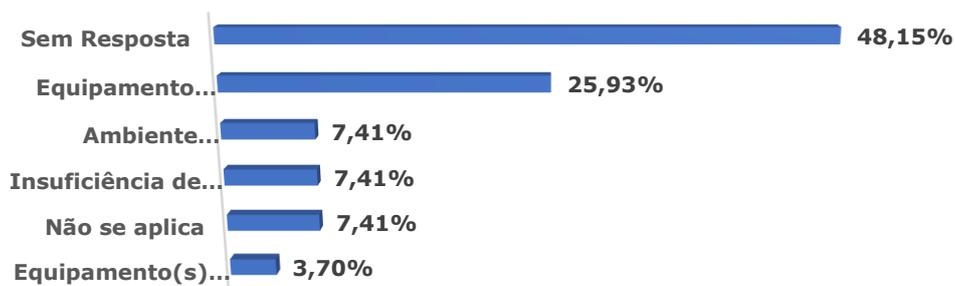
feita à Educação Infantil, para a qual recomenda-se a utilização de 1,5 m<sup>2</sup> por criança atendida em salas de atividades em área coberta;

g) oferta de salas de aula que atendam a padrões de qualidade de iluminação e ventilação estabelecidos pelos órgãos nacionais de controle e vigilância sanitária;

## 9.6 Razões que levam a não utilização de projetor de mídia em sala de aula

Considerando o percentual 29,63% que usam raramente os recursos de mídia e os 25,93% dos professores que não utiliza, e os 65,49% dos alunos que alegaram usar raramente, o projetor de mídia em sala de aula, a equipe de auditores evidenciou os fatores que contribuem para a dificuldade de uso desse recurso, conforme segue abaixo:

### Percentual dos docentes entrevistados, quanto a não utilização do projetor multimídia



Vale registrar que nesta questão os profissionais poderiam destacar várias impropriedades por ordem de prioridade, justificando assim a superação de 100% no somatório dos percentuais revelados acima.

Depreende-se do gráfico acima que a indisponibilidade do equipamento/projetor de multimídia pelos professores, decorre ambiente inadequado e de equipamento em número insuficiente para atender a demanda.

## 9.7 Determinações e Recomendações:

A gestão cabe disponibilizar no ambiente escolar os recursos que melhor propiciem o ensino aprendizagem de modo a aprimorar as atividades desenvolvidas e elevar o grau de satisfação da comunidade escolar. Assim sendo, a equipe de auditoria em observância aos critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior as determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Garantir a distribuição adequada e em quantidade suficiente de material didático aos alunos do 6º ao 9º ano E. Fundamental;
2. Adequação da carga horária das disciplinas que fazem parte da Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental;
3. Promover meios e estratégias de promoção à participação dos pais dos alunos nas escolas;
4. Disponibilizar às escolas públicas municipais projetores de multimídia em quantidade suficiente para utilização pelos professores em sala de aula e adequar o ambiente para sua utilização. Além de adotar providências no sentido de capacitar os professores que não se sentem aptos a utilizar esse instrumento de trabalho.

## 10. SEGURANÇA E POSSÍVEIS ATOS DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Muitas são as notícias sobre o frequente avanço da violência nas escolas, tanto pública como privada, contra os alunos, professores, diretores e demais servidores que atuam nas unidades escolares. Assim como é de conhecimento geral, que as questões de violência e segurança estão diretamente relacionadas a existência de uma pluralidade de situações como: porte da escola, turnos de funcionamento, fluxo de alunos, localização se urbana ou rural, vulnerabilidades físicas e estruturais de cada edificação.

Todavia, essas situações não podem e nem devem servir de complicador, mas sim de ponto de partida para um estudo mais detalhado e racional de cada estabelecimento escolar, a fim de conhecê-las e tratá-las sob os mais variados pontos e abordagens, respeitando suas respectivas especificidades.

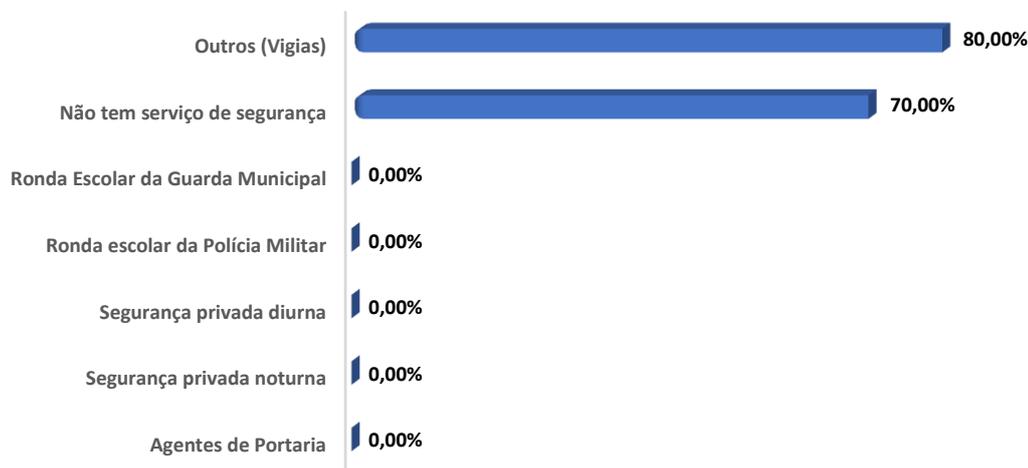
Baseado nesta linha de raciocínio, o programa “TCM-PA nas Escolas” visando a obtenção de padrões mínimos de segurança, indispensáveis ao bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, mesmo tendo conhecimento dos vários pontos e abordagens que os estudiosos do assunto tratam o tema, se limita, neste caso concreto, a verificar, sob a ótica da direção, professor e aluno tão somente o que segue:

### 10.1 Forma de atendimento da unidade escolar quanto a segurança

Para conhecer as formas de atendimento das unidades públicas municipais de ensino, no que se refere a segurança nas escolas públicas municipais, a equipe de auditores operacionais entrevistou e aplicou questionários às seguintes categorias: direção, professor e aluno.

Os diretores das unidades escolares auditadas, ao serem indagados sobre a forma de atendimento nas unidades municipais que dirigem, por meio de 1 questão com 6 alternativas de múltipla marcação: ronda escolar da guarda municipal, ronda escolar da polícia militar, segurança privada diurna, segurança privada noturna, não tem serviço de segurança e outros, informaram que as mesmas são atendidas conforme gráfico abaixo:

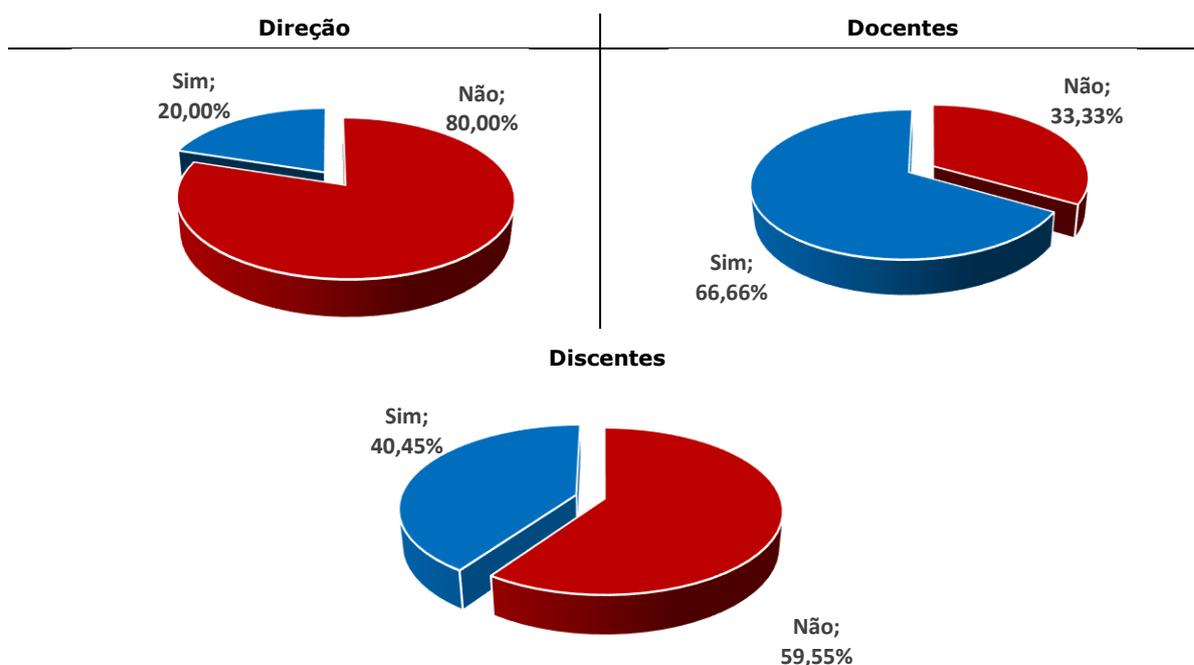
#### Percentual dos diretores entrevistados quanto a forma de atendimento da segurança escolar



## 10.2 Sentimento de segurança no âmbito do ambiente escolar

Foi perguntado ao corpo diretor, docente e discente qual era o sentimento de segurança por meio do questionamento: você se sente seguro no âmbito da unidade escolar? Eles se manifestaram conforme segue:

### Percentual dos diretores, docentes e discentes entrevistados quanto ao sentimento de segurança no âmbito do ambiente escolar



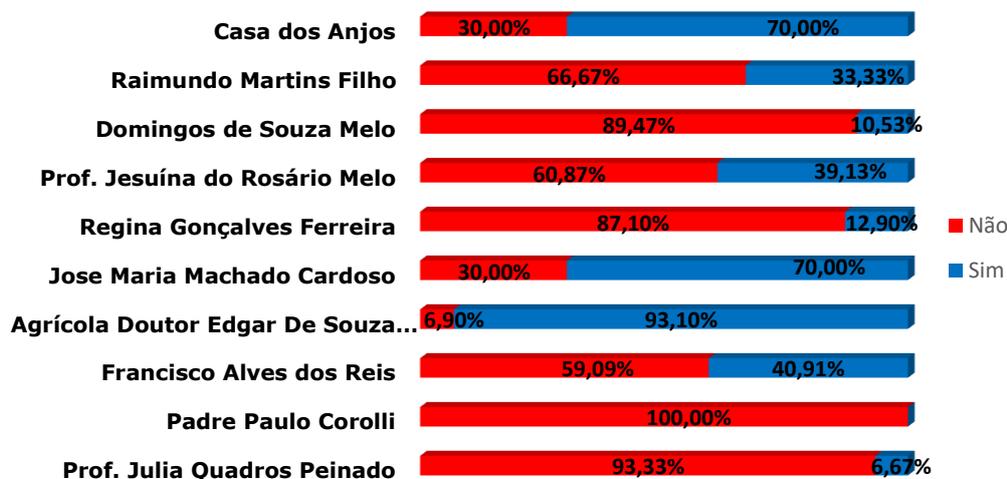
Os percentuais levantados demonstram que a maioria dos diretores (80%), bem como dos alunos (59,55%) não se sentem seguros no ambiente escolar, por outro lado, a maioria dos professores (66,66%) sentem-se seguros.

No intuito de dar mais transparência a esses percentuais, apresentaremos a seguir o sentimento de segurança, por escola, sob a ótica do diretor, professor e aluno.

### Percentual dos diretores, docentes e discentes entrevistados quanto ao sentimento de segurança no âmbito do ambiente escolar, por unidade escolar.

Diretor			Docente	
Unidade escolar/ Escola segura	Não	Sim	Não	Sim
Casa dos Anjos		X	100,00%	
Raimundo Martins Filho	X		33,33%	66,67%
Domingos de Souza Melo	X		100,00%	
Prof. Jesuína do Rosário Melo	X		100,00%	
Regina Gonçalves Ferreira	X		25,00%	75,00%
Jose Maria Machado Cardoso	X		33,33%	
Agrícola Doutor Edgar De Souza Cordeiro	X		50,00%	50,00%
Francisco Alves dos Reis	X		100,00%	
Padre Paulo Corolli		X	25,00%	75,00%
Prof. Julia Quadros Peinado	X		100,00%	

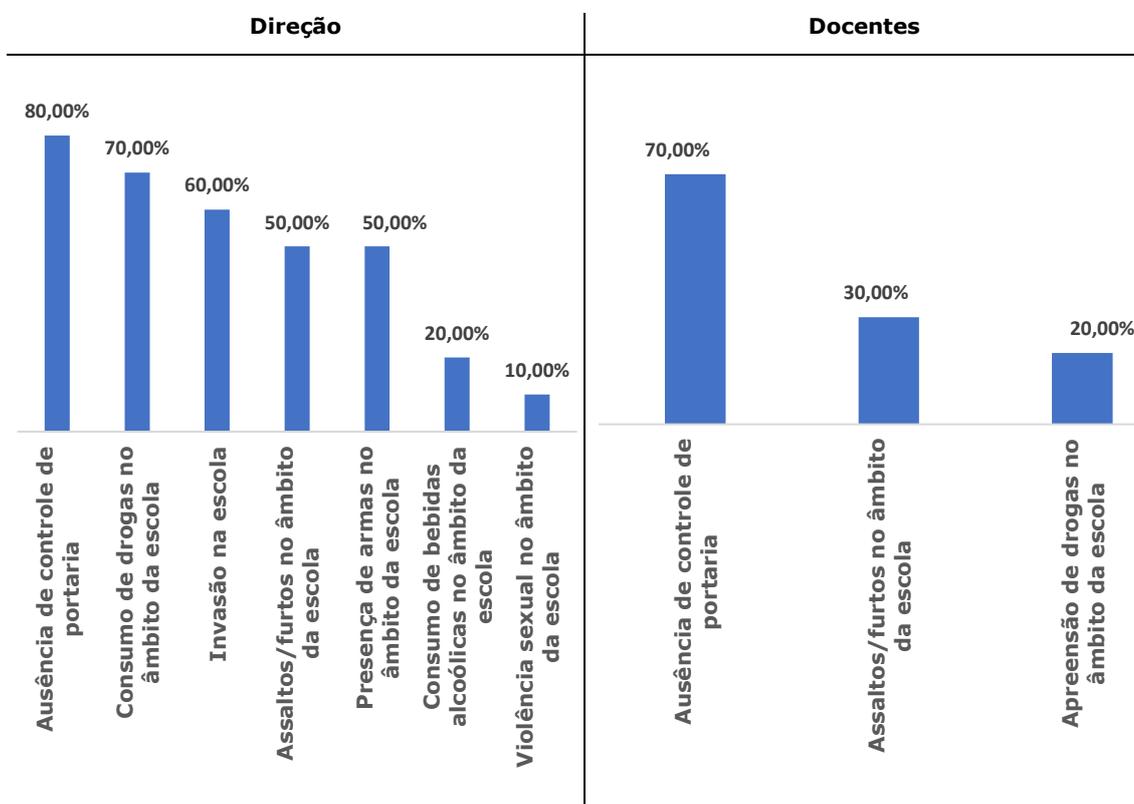
**Discentes**



Vale registrar que nesta questão os entrevistados poderiam marcar mais de uma alternativa, justificando assim a superação de 100% no somatório dos percentuais revelados acima.

Considerando os altos percentuais de insegurança, buscou-se identificar os motivos que reforçam esses sentimentos e obteve-se:

**Percentual dos discentes, docentes e diretores entrevistados, quanto aos motivos de insegurança no âmbito escolar.**



### Discentes



Vale registrar que nesta questão os entrevistados poderiam marcar mais de uma alternativa, justificando assim a superação de 100% no somatório dos percentuais revelados acima.

Dos gráficos acima apresentados, a equipe de auditores operacionais depreende três percepções distintas, onde as gestões das unidades, diferentemente, dos professores e alunos, expressam maior índice de insegurança por ausência de controle de portaria.

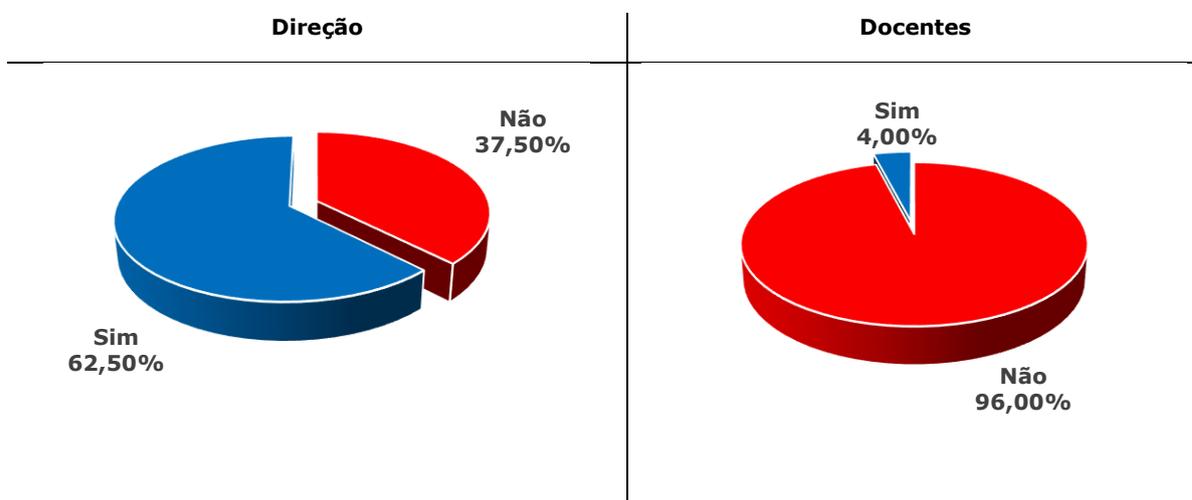
Analisando-se a percepção dos docentes, conclui-se que o índice de insegurança se justifica sobretudo pela ausência de portaria, assaltos/furtos no âmbito escolar e apreensão de drogas no âmbito escolar, enquanto que na percepção dos alunos, constatou-se que o sentimento de insegurança existente, é baseado principalmente, na ausência de controle da portaria, presença de armas no âmbito da escola, consumo de drogas e invasão na escola.

Ante ao exposto, vê-se a necessidade urgente da gestão, em seus diferentes níveis, adotarem medidas eficazes no combate a violência.

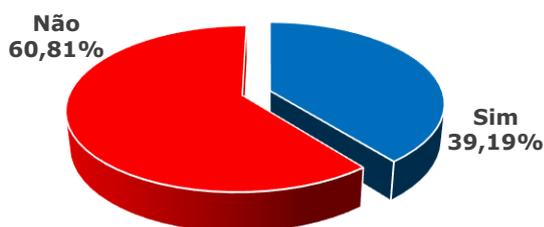
### 10.3 Violência no âmbito das Unidades Escolares

Em relação a possíveis atos de violência, foi primeiramente efetuada a pergunta “*você já sofreu algum tipo de violência no âmbito da escola*” e obteve-se:

#### Percentual dos discentes, docentes e diretores entrevistados, por se já sofreu violência no âmbito escolar



### Discentes



O percentual de diretores que manifestaram ter sofrido algum tipo de violência foi de 62,50%, enquanto que para os docentes este valor diminui para 4%, e em relação aos alunos sobe para 39,19%. Em relação aos diretores, 20% deles não se manifestaram.

E considerando estes percentuais de violência sofrida no âmbito da escola, procurou-se identificar quais os tipos de violência estavam ocorrendo, e constatou-se:

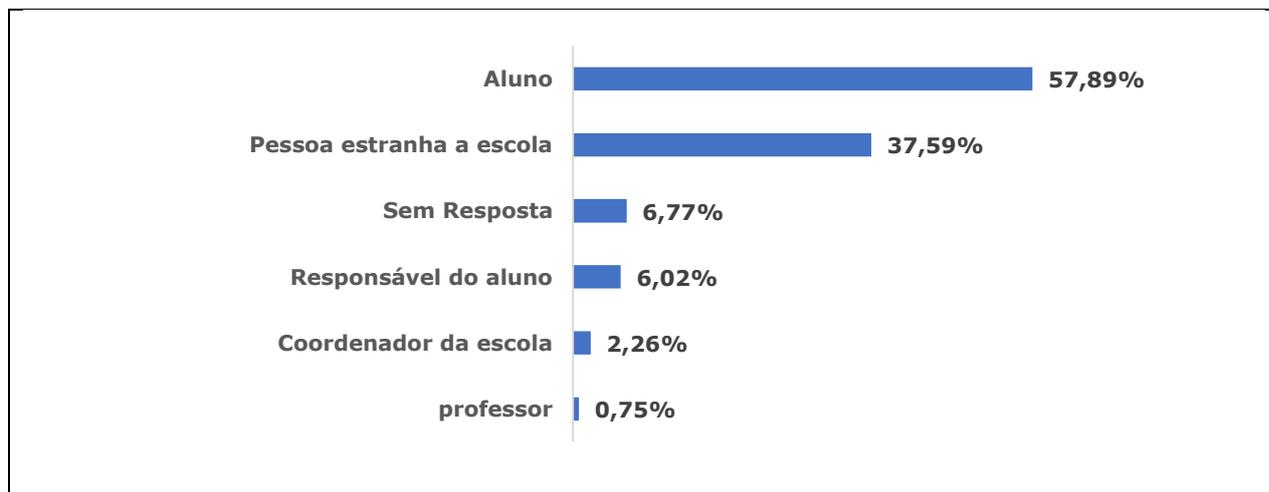
#### Percentual dos discentes entrevistados, por tipo de violência sofrida no âmbito escolar



Evidenciou-se que na visão dos discentes, agressão psicológica e verbal, ameaça e intimidação, obtiveram destaque, agressão psicológica seguida de agressão verbal e ameaça/intimidação no âmbito escolar.

Procurou-se identificar também, quem seria o autor da agressão, por meio do questionamento: “Identifique quem o agrediu” e obteve-se:

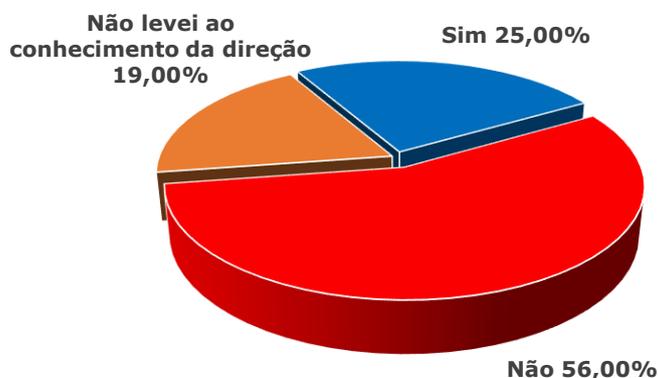
#### Percentual dos discentes entrevistados, para identificar o autor da agressão.



No que pertine a possíveis atos de violência ocorrido no âmbito das unidades escolares evidenciou-se que na visão dos discentes que os dois maiores registros, embora em percentuais distintos, são ocasionados pelos alunos e por pessoas estranhas a escola enquanto apenas um docente na escola Regina Gonçalves Ferreira constatou que sofreu agressão verbal por parte de um aluno.

Visando identificar se gestão havia tomado conhecimento e providências necessárias para evitar que tal situação se repetisse, questionou-se os diretores, professores e alunos, por meio da pergunta: “ Nos casos de agressão e violência ocorrida no âmbito da unidade escolar, a Secretaria Municipal de Educação, no caso da direção e a Gestão no caso dos professores e alunos, tomou as providências necessárias para evitar que tal situação se repetisse?” e como resposta obteve-se:

#### Percentual dos discentes entrevistados, por identificação de providências



Os alunos, em percentual de 25% manifestaram que a direção tomou as providências necessárias para evitar que tal situação se repetisse. Quanto ao professor, o mesmo declarou que a direção tomou as providências necessárias para evitar que tal situação se repetisse

#### 10.4 Determinações e Recomendações:

À gestão cabe disponibilizar um ambiente escolar seguro que melhor propiciem o ensino aprendizagem de modo a elevar o grau de satisfação da comunidade escolar. Assim sendo, a equipe de auditoria em observância aos critérios de materialidade, relevância e risco submete a consideração superior as determinações e recomendações a seguir apresentadas:

1. Criar ou realizar um melhor controle de portaria, de modo a intensificar o controle de acesso das pessoas nas escolas municipais, no intuito de prevenir e/ou inibir o uso de drogas, entorpecentes, consumo de bebidas alcoólicas, prática de Bullying, furtos, sequestros, assaltos e vandalismos, inclusive realizando parcerias com a comunidade escolar, Polícia Militar e/ou Guarda Municipal;
2. Capacitar os agentes de portaria para o desempenho de suas funções;
3. Criar projetos pedagógicos, com atividades esportivas, lúdicas e recreativas, com vistas a tornar o tempo de permanência dos alunos na escola mais atrativo e minimizar as possibilidades do uso de entorpecentes, drogas e álcool.

## 11. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto no bojo do presente Relatório, a unidade técnica, no intuito de contribuir para a melhoria das condições de funcionamento das escolas públicas municipais, submete, o presente relatório de auditoria, à consideração superior, para que seja encaminhado aos responsáveis pela ação governamental, a fim de obter, no prazo de 30 dias, a manifestação dos gestores acerca dos achados, determinações e recomendações contidos, detalhadamente, nos itens específicos, bem como a elaboração e apresentação do Plano de Ação com as medidas necessárias para sanar as impropriedades a seguir evidenciadas por área auditada:

### ➤ CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DAS UNIDADES ESCOLARES

1. Realizar, por meio de profissionais habilitados e devidamente registrados no órgão competente:
  - a) levantamento / diagnóstico das atuais condições estruturais das escolas, especificamente quanto:
    - a.1) instalações elétricas, nesta inclusa a solicitação junto à CELPA de um laudo do nível de tensão (voltagem) de fornecimento de energia elétrica das Escolas;
    - a.2) instalações hidros sanitárias;
    - a.3) estrutura física;
    - a.4) segurança;
    - a.5) climatização.
  - b) adequação a rede elétrica das unidades escolares municipais as necessidades da infraestrutura de climatização e utilização de recursos de mídia;
  - c) manutenção preventiva/corretiva das instalações elétricas, levando-se em conta as cargas instaladas nas escolas observando o planejamento de futuras instalações, conforme preconizado nas normas de segurança (NBR-5410 da ABNT e normas complementares ABNT NBR 13534, ABNT NBR 13570 e ABNT NBR 5418);
  - d) planejamento visando a ampliação da infraestrutura das escolas, verificando-se a capacidade de suporte das instalações elétrica e hidráulica;
  - e) criação e a implementação de mecanismos de manutenção predial e de equipamentos, por meio da utilização de cronograma de realização de serviços com substituição de peças quando se fizer necessário;
  - f) Planejamento e a execução da manutenção preventiva e/ou corretiva, ou ainda, a substituição, nos casos em que se fizer necessário, dos ventiladores e dos aparelhos de ar condicionado das unidades escolares, levando-se em consideração o impacto da carga elétrica que se dará na atual instalação elétrica que poderá ser comprometida com a instalação de novos equipamentos.
2. Prover, periodicamente, as unidades escolares de mobiliários em todos os ambientes escolares, principalmente, de carteiras escolares, capazes de suprir a necessidade existente e garantir a reposição, sempre que necessária.
3. Realizar a manutenção das caixas d'água e/ou cisternas das unidades escolares, bem como de suas respectivas bombas d'água;
4. Providenciar, conforme as normas vigentes, as adaptações necessárias para possibilitar o livre acesso de PcD (s) aos ambientes das escolas.

5. Implantar laboratórios de informática em todas as unidades municipais de ensino, com equipamentos de informática dimensionados para o atendimento, inclusive, de todo o corpo discente e docente das turmas de 6º ao 9º ano, foco desta auditoria;
6. Garantir o acesso às tecnologias de informação e comunicação – TIC e à rede mundial de computadores – internet.
7. Melhorar as condições das estruturas de fechamento externo das escolas, como muros e portões adequados, providenciando a manutenção periódica dessas estruturas;
8. Viabilizar a conclusão da obra paralisada há aproximadamente 5 anos da EMEF José Maria;
9. Com relação aos sistemas de combate a incêndio:
  - a) reservar anualmente, nos diplomas legais pertinentes, recursos orçamentários para a implantação e/ou melhoria dos aspectos de segurança contra incêndio e pânico nas escolas da rede municipal de ensino, para aquisição, colocação, recarga e manutenção de extintores de incêndio, aquisição e implantação de sinalização básica e complementar de emergência, com as substituições que forem necessárias, custos de formação, treinamento, equipamentos de proteção individual e de fardamento de brigadistas de escolas, tudo a constar na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação;
  - b) realizar a aquisição de extintores de incêndio, em número e qualidade indicados para cada tipo de construção de unidade escolar da rede municipal, assim considerando área construída, número de pavimentos e grau de risco, de forma que toda unidade escolar da rede do Município de Bragança atenda às normas técnicas quanto aos equipamentos portáteis de combate ao fogo (extintores);
  - c) proceder à aquisição e colocação de sinalização básica e complementar de prevenção de incêndio e situação de pânico, em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino, em material que observe dimensões, cores e formas previstas na normativa técnica correspondente;
  - d) anualmente, providenciar as medidas de manutenção dos equipamentos e sinalização de emergência das unidades escolares da rede municipal, incluindo, obrigatoriamente, recarga dos extintores de incêndio com estrita observância da data de validade, substituição dos extintores reprovados e/ou da sinalização básica e complementar que se encontrem desgastadas, ultrapassadas ou faltantes, sempre com observância das normas técnicas;
  - e) formar e treinar, as equipes de brigadistas que atuarão em cada unidade escolar da rede municipal, providenciando o seu treinamento teórico e prático para combate a incêndios, primeiros socorros, prevenção de acidentes e plano de evacuação de prédios, observando, na constituição de cada brigada, as normas técnicas pertinentes, bem como fornecendo-lhes fardamentos, equipamentos de proteção individual e sinais identificadores da função que desempenham;
  - f) realizar pelo menos um treinamento anual em cada unidade escolar da rede municipal, com abandono de prédio e envolvimento de todo corpo docente e discente, além dos brigadistas;
  - g) providenciar plano de prevenção a incêndios e situações de pânico para cada unidade escolar da rede municipal, assinado por profissional habilitado e elaborado a partir de planta baixa, memorial descritivo e todos os demais elementos necessários para o pleno

conhecimento da estrutura de cada unidade escolar, conforme exigências de legislação vigente;

- h) determinar que o Município de Bragança, em relação às unidades escolares de sua rede de ensino, providencie a realização de vistoria anual pelo Corpo de Bombeiros em cada unidade escolar e mantenha o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), controle de recarga dos extintores; controle de inspeção e regularização do circuito elétrico, relatório ou outro tipo de registro do treinamento anual em arquivos próprios em cada unidade escolar, para apresentação nas vistorias e fiscalizações que forem efetuadas.

## ➤ **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

1. Garantir recursos necessários para aquisição dos gêneros alimentícios e gás de cozinha em quantidades suficientes para fazer a merenda escolar para todos os alunos da rede municipal de ensino;
2. Garantir a entrega, nas unidades escolares, pelo SEMAE ou pelos fornecedores, em período que atenda o cronograma pré-estabelecido, as preparações constantes nos cardápios e conseqüentemente às necessidades dos alunos e das escolas, de gêneros alimentícios de boa qualidade e do gás de cozinha necessários a preparação da merenda escolar;
3. Providenciar a elaboração do cardápio para todos os dias letivos do ano e garantir que este contenha os nutrientes necessários a saúde dos alunos e atendam as diferentes faixas etárias, a fim de que tenham boa aceitação por todos os discentes do ensino fundamental;
4. Suprir a cozinha de equipamentos e utensílios necessários, adequados e suficientes para o processamento dos alimentos e distribuição da alimentação escolar aos alunos;
5. Disponibilizar mobiliário para as cozinhas e refeitórios das escolas em número suficiente e adequados para atender a faixa etária a ser atendida e o espaço disponível;
6. Determinar que o SEMAE elabore um formulário padrão para registro/controle diário da alimentação escolar servida nas Escolas Municipais e determinar que as unidades escolares realizem o seu preenchimento adequado, seguindo a orientação da quantidade per capita dos alimentos e registrando a quantidade total e o tipo de gêneros utilizados por turno;
7. Determinar que as unidades escolares façam o controle adequado de estoque dos gêneros alimentícios disponíveis nas escolas, conforme planilha a ser elaborada e disponibilizada pelo SEMAE, com vistas a evitar o desabastecimento e conseqüente falta ou insuficiência de merenda para os alunos e o desperdício com alimentos fora da validade, bem como a possibilidade de desvios dos gêneros;
8. Prover, periodicamente, os manipuladores de alimentos de uniformes e equipamentos de proteção individual - EPI's adequados, suficientes e capazes de assegurar a proteção e segurança necessárias ao desenvolvimento das suas atividades e a segurança higiênico-sanitárias dos alimentos;
9. Providenciar o controle de vetores e pragas por empresa especializada nas escolas públicas municipais, nos prazos determinados pela legislação e determinar que a direção das Escolas faça o registro e a divulgação desse procedimento, bem como determine que as Unidades Escolares realizem ações preventivas e corretivas destinadas a impedir a

- atração, o abrigo, acesso e/ou proliferação de vetores e pragas urbanas que possam comprometer a segurança do ambiente escolar;
10. Disponibilizar servidor para todas as escolas, que trabalhem *exclusivamente* no acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos serviços de alimentação escolar;
  11. Determinar que as unidades escolares realizem a correta higienização do setor de alimentação;
  12. Realizar a higienização das caixas d'água das escolas públicas municipais de acordo com e a legislação vigente, registrando e mantendo esses registros acessíveis a futuras auditorias;
  13. Realizar periodicamente a supervisão e o controle dos serviços de alimentação escolar oferecido pelas escolas públicas municipais por meio de visitas técnicas periódicas das nutricionais do SEMAE as escolas e providenciar a solução das possíveis impropriedades detectadas;
  14. Determinar que o SEMAE elabore o Manual de Boas Práticas (MBP) e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), individualizado por Escola;
  15. Garantir que todos os profissionais envolvidos com a alimentação em cada uma das Escolas Públicas Municipais conheçam e determinar que os mesmos utilizem as orientações contidas no Manual de Boas Práticas (MBP) e nos Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), a fim de que as tarefas executadas no pré-preparo e preparo de alimentos e distribuição da merenda escolar, sigam as instruções contidas nesses normativos;
  16. Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com a alimentação escolar quanto às boas práticas para serviços de alimentação escolar, mediante a realização de treinamentos regulares executados pelo responsável técnico especializado, o nutricionista, visando tanto sua capacitação profissional como a segurança dos alimentos fornecidos nas escolas;
  17. Manter registro e controle adequado dos equipamentos, utensílios e mobiliários das cozinhas, refeitório e despensa de alimentos, observando o período da aquisição e o tempo de vida útil para fins de realização de manutenção preventiva e corretiva e troca quando necessário, bem como o planejamento de futuras aquisições;
  18. Divulgar na rede mundial de computadores, nos sítios da SEMED o cardápio de merenda das escolas públicas municipais, possibilitando o acompanhamento do controle social através do CAEB, dos alunos e dos pais e responsáveis;
  19. Realizar campanhas educativas junto aos alunos, pais e responsáveis, conscientizando-os sobre os benefícios da alimentação escolar, bem como desenvolver estratégias de informações às famílias dos alunos para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando a importância de sua participação e sua corresponsabilidade neste processo.

#### ➤ **SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES**

1. Avaliar o cumprimento da Portaria Municipal de Lotação nº 18/2018 – SEMED/GS, que prevê a lotação de 1 (um) servente e 1 (um) merendeiro(a), por turno, para escolas de 100 (cem) até 200 (duzentos) alunos, por turno; e para escolas que possuem de 201

- (duzentos e um) a 300 (trezentos) alunos, por turno, devendo ser lotados 3 (três) servidores, sendo 2 (dois) serventes e 1 (um) merendeiro, por turno. Considerando a manifestação dos gestores escolares pelo aumento de número de serventes, de forma a garantir que os estabelecimentos de ensino tenham sempre um quantitativo suficiente destes profissionais, para o desempenho eficiente dos serviços;
2. Prover, periodicamente, os ASG's de uniformes, utensílios e equipamentos de proteção individual – EPI's adequados e capazes de assegurar a proteção e segurança necessárias ao desenvolvimento das suas atividades;
  3. Assegurar o fornecimento de materiais e produtos de limpeza em quantidade e qualidade adequados à higienização dos ambientes das Unidades Escolares, considerando as características, tipologia, extensão e número de dependências das escolas, seja em caráter complementar aos adquiridos com recursos da própria unidade escolar, ou, fornecido exclusivamente pela SEMED;
  4. Garantir que a direção das Unidades Escolares realize o abastecimento e a reposição, sempre que necessária, de produtos de higiene (sabonete líquido, papel higiênico, papel toalha interfolhado) nos banheiros, de modo a contribuir para o asseio dos alunos.
  5. Criar Procedimentos Operacionais Padrões – POP's para as escolas, tais como: cronograma da limpeza dos ambientes escolares, escala de serviço dos ASGs, detalhamento das ações necessárias para a execução do trabalho, periodicidade, frequência e peculiaridade de cada serviço, sendo imprescindível ainda, a utilização de uniformes e EPI's;
  6. Estabelecer mecanismos de supervisão, controle e avaliação das condições de higienização e limpeza existentes nas Unidades Escolares, incluindo instalações físicas, equipamentos, utensílios e móveis, visando alcançar o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais aplicados;
  7. Determinar que a direção das Unidades Escolares supervisione, acompanhe e avalie periodicamente as atividades dos ASG's nos trabalhos de higienização e limpeza dos ambientes escolares, tanto dos ambientes internos como dos externos, e a adequada utilização de uniformes, EPI's e de todo o material de limpeza destinado à realização dos serviços;
  8. Promover, periodicamente, cursos de capacitação aos ASG's, voltados ao aperfeiçoamento e melhoramento das suas habilidades e desenvolvimento profissional, assegurando a efetiva participação dos mesmos nestes eventos;
  9. Garantir a execução de serviços preventivos e corretivos de manutenções em instalações físicas, equipamentos, utensílios e móveis, especialmente no que se refere a aparelhos condicionadores de ar, de forma adequada à necessidade demandada pelos estabelecimentos de ensino, seja em caráter suplementar ao efetuado com recursos próprios da escola, ou, de forma exclusiva, pela SEMED.
  10. Priorizar a instalação e manutenção de bebedouros que possuam saídas a base de jatos de água inclinados, bem como a manutenção periódica de seus filtros, deixando-os sempre operacionais para o fornecimento de água potável em todas as escolas, eliminando desta forma, o uso de copos de maneira compartilhada (Conforme prevê a NR 24 MTE);

11. Manter as áreas externas das U.Es livres de focos de insalubridade, removendo lixos, objetos em desuso, animais, insetos e roedores, e ainda, onde houver grama, mantê-las aparadas e o mato capinado;
12. Assegurar, diariamente, a coleta e seleção dos resíduos de acordo com a sua classificação, bem como a remoção de inservíveis do ambiente escolar, proporcionando ambientes limpos e agradáveis;
13. Realizar, periodicamente, o controle de pragas e vetores nas escolas;
14. Proporcionar, através de ações de conscientização, o envolvimento de toda a Comunidade acadêmica na busca por ambientes limpos e saudáveis, disseminando o hábito de bem cuidar da própria escola.

➤ **RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELAS UNIDADES ESCOLARES**

1. Viabilizar a mudança da diretoria dos Conselhos Escolares com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias para evitar quebra de continuidade das atividades dos Conselhos;
2. Promover encontros técnicos dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do PDDE e ações agregadas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Bragança com membros dos conselhos escolares, no sentido de alinhar informações e ações sobre as providências para o cumprimento da legislação em vigor, bem como buscar a regularização das pendências de prestação de contas, caso existam;
3. Capacitar os membros dos conselhos escolares das escolas da rede pública municipal de Bragança quanto a Execução e Prestação de Contas dos Recursos do PDDE e Ações Agregadas;
4. Orientar e acompanhar “in loco” a execução e prestação de contas dos recursos por parte dos membros das unidades executoras (Conselhos Escolares), monitorando a apresentação e verificando se foram incluídos todos os documentos e formulários de acordo com as legislações emanadas pelo FNDE que norteiam a execução e prestação de contas dos recursos repassados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e demais ações agregadas.

➤ **CARÊNCIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES**

1. Garantir a distribuição adequada e em quantidade suficiente de material didático aos alunos do 6º ao 9º ano E. Fundamental;
2. Adequação da carga horária das disciplinas que fazem parte da Matriz Curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental;
3. Promover meios e estratégias de promoção à participação dos pais dos alunos nas escolas;
4. Disponibilizar às escolas públicas municipais projetores de multimídia em quantidade suficiente para utilização pelos professores em sala de aula e adequar o ambiente para sua utilização. Além de adotar providências no sentido de capacitar os professores que não se sentem aptos a utilizar esse instrumento de trabalho.

➤ **SEGURANÇA E POSSÍVEIS ATOS DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

1. Criar ou realizar um melhor controle de portaria, de modo a intensificar o controle de acesso das pessoas nas escolas municipais, no intuito de prevenir e/ou inibir o uso de drogas, entorpecentes, consumo de bebidas alcoólicas, prática de Bullying, furtos, sequestros, assaltos e vandalismos, inclusive realizando parcerias com a comunidade escolar, Polícia Militar e/ou Guarda Municipal;
2. Capacitar os agentes de portaria para o desempenho de suas funções;
3. Criar projetos pedagógicos, com atividades esportivas, lúdicas e recreativas, com vistas a tornar o tempo de permanência dos alunos na escola mais atrativo e minimizar as possibilidades do uso de entorpecentes, drogas e álcool.

O prazo sugerido de 30 (trinta) dias para a manifestação dos gestores acerca dos achados, determinações e recomendações se justifica pelo risco iminente a vida, a saúde e a integridade física da comunidade escolar.

Por fim, a determinação de elaboração e apresentação do Plano de Ação com as medidas necessárias para sanar as impropriedades detectadas advém, no mesmo sentido, da relevância dos achados de auditoria, observados por ocasião da realização da auditoria, vez que sua existência propicia ao Tribunal juntamente com a Administração a formalização de Termo de Ajuste de Gestão – TAG para o equacionamento mais célere e proativo das impropriedades constatadas por ocasião da realização da auditoria, ou, alternativamente, a fixação de medidas cautelares, a critério do Conselheiro-Relator e do Tribunal Pleno, ambos com o escopo de minimizar os riscos relativos ao grau de exposição da comunidade escolar.

## **12. ANEXOS**

**12. 1 Escola Municipal Casa dos Anjos**

**12. 2 Escola Municipal Domingos de Souza Melo**

**12. 3 Escola Municipal Dr. Edgar de Souza Cordeiro**

**12. 4 Escola Municipal Francisco Alves dos Reis**

**12. 5 Escola Municipal José Maria Machado Cardoso**

**12. 6 Escola Municipal Pe. Paulo Corolli**

**12. 7 Escola Municipal Jesuína do Rosário Melo**

**12. 8 Escola Municipal Raimundo Martins Filho**

**12. 9 Escola Municipal Júlia Quadros Peinado**

**12. 10 Escola Municipal Regina Gonçalves Ferreira**

### **É o Relatório**

Belém (PA), 19 de outubro de 2018.

**ANSELMO SOVENEI MORAES**

*Assessor Especial II*

*Mat:500000885*

**ELISA DO SOCORRO MELO RESQUE**

*Analista de Controle Externo*

*Mat. 500000363*

**ELEN PANTOJA DE MORAES**

*Analista de Controle Externo*

*Mat. 500000747*

**ROSEMARY BALDUINA DE SOUZA LOPES**

*Assessor de Gabinete*

*Mat. 500000656*

**LUÍS OTÁVIO GADELHA BARBOSA**

*Coordenador da Equipe de Auditoria*

*Analista de Controle Externo*

*Mat. 500000806*

**MÁRIO AUGUSTO MEDINA VIANA**

*Coordenador do NAOP*

*Mat. 500000310*

# TCMPA NAS ESCOLAS

POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

## RELATÓRIO 2018

TRABALHO REALIZADO EM 10 ESCOLAS DE BRAGANÇA

## ANEXOS



## **ANEXO 1**

**Unidade Escolar: EMEF CASA DOS ANJOS.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 09/04/2018.**

### **CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE**

#### **1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR**

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### **2 – SALAS DE AULA**



Rachadura



Mobiliário danificado



Ventilador danificado



Lâmpada queimada

#### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**



Fiação exposta e Mobiliário danificado

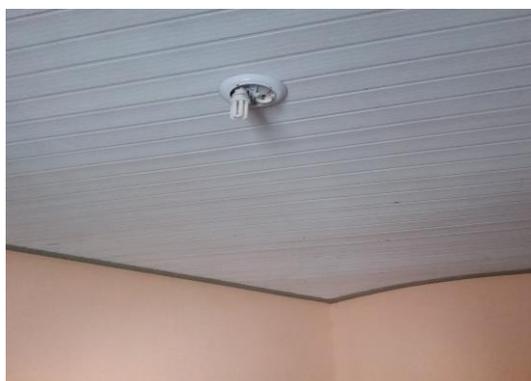
Obs.: 05 CPUs, 07 Monitores, 04 Mouses e 04 Estabilizadores com defeitos.

#### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**



Infiltrações e Iluminação insuficiente

#### **5 – BANHEIROS**



Lâmpada Queimada

#### **6 – REFEITÓRIO**



Mobiliário inadequado

### **7 – COZINHA**



Lâmpada queimada



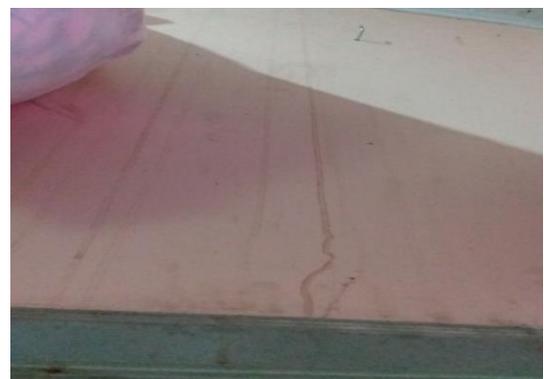
Tela de proteção inexistente

Obs.: Extintores de incêndio e exautores inexistentes.

### **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**



Tela de proteção inexistente



Infiltrações



Mobiliário inexistente

Obs.: Exaustor inexistente.

## 9 – QUADRA ESPORTIVA



Tabela de basquete inexistente



Fiações expostas



Infiltrações

Obs.: Ausência de vestiários.

**10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**



Lâmpadas queimadas



Infiltrações



Fiações expostas



Ventilador danificado

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)**



Lâmpadas ausentes

## 12 – SEGURANCA



Concertina e Cerca Elétrica inexistentes e não possui controle de portaria

Obs.: Não possui sistema de CFTV e sistema de combate a incêndio.

## ANEXO 2

**Unidade Escolar: EMEF DOMINGOS DE SOUSA MELO.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 10/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

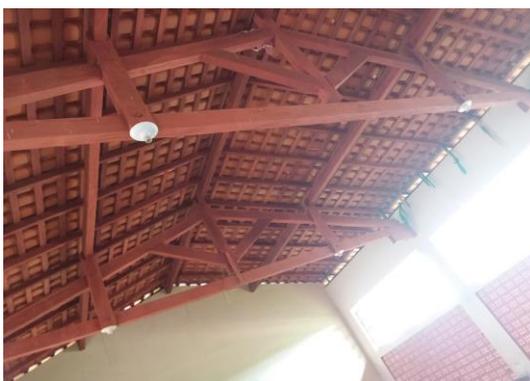
#### 2 – SALAS DE AULA



Pintura danificada



Janelas danificadas



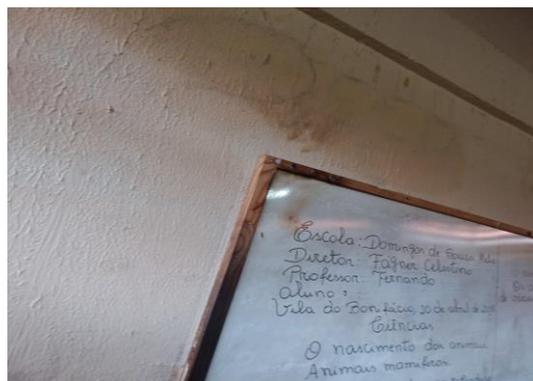
Lâmpadas ausentes



Iluminação insuficiente (pouca iluminação)



Cobertura danificada/goteiras



Infiltrações



Mobiliário danificado



Ar-condicionado danificado

### 3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA



Ar-condicionado danificado

Obs.: Sala de informática usada como depósito.

## 4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA

Obs.: Não há sala de leitura.

## 5 – BANHEIROS



Pintura danificada



Portas danificadas



Rachaduras



Problemas com vaso sanitário



Lâmpadas queimadas / ausentes



Problemas com torneiras/lavatório



Problemas com mictório(s)

## **6 – REFEITÓRIO**

Obs.: Não há refeitório.

## **7 – COZINHA**



Pintura desgastada



Fiações expostas/improvisadas



Mobiliário danificado



Botijão de gás no ambiente interno



Tela de proteção ausente



Vazamentos



Existência de ventiladores

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

## **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**



Mobiliário inadequado

Obs.: Exaustor inexistente.

## 9 – QUADRA ESPORTIVA

Obs.: Não há quadra de esporte e vestiário.

### 10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)



Lâmpada ausente

### 11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Pintura danificada



Fiações expostas



Caixa d'água com vazamentos e mal atracada



Lâmpadas queimadas

## 12 – SEGURANÇA



Cerca danificada



Não possui controle de portaria



Estrutura de fechamento externo incompleto



Muro baixo e Cerca elétrica ausente

Obs.: Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## **ANEXO 8**

**Unidade Escolar: EMEF DR. EDGAR DE SOUZA CORDEIRO.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 12/04/2018.**

### **CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE**

#### **1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR**

A escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### **2 – SALAS DE AULA**



Fiações expostas / improvisadas



Portas ausente



Lâmpadas queimadas / ausentes



Mobiliário danificado



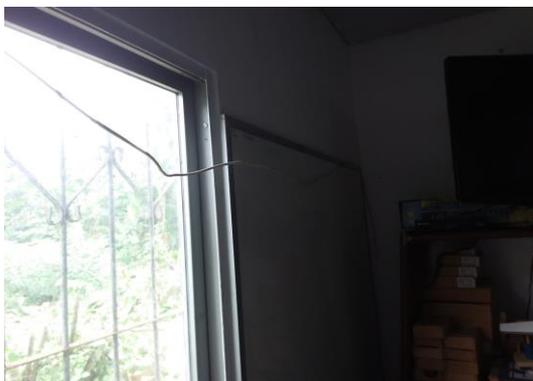
Ar-condicionado danificado

Obs.: O acesso ao depósito é por dentro de uma sala de aula de forma inadequada.

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Todos os equipamentos com defeito (exceto 01 CPU). Sala sem uso.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**



Fiações expostas/improvisadas



Mobiliário danificado/inadequado



Lâmpadas queimadas

## 5 – BANHEIROS



Revestimentos danificados

Obs.: Só existe 01 banheiro para alunos do sexo masculino e feminino e 01 para funcionários.

## 6 – REFEITÓRIO

Obs.: Não há refeitório.

## 7 – COZINHA



Existência de ventiladores



Botijão de gás em ambiente interno



Tela de proteção ausente



Vazamentos

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

## **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**



Espaço reduzido



Tela de proteção ausente



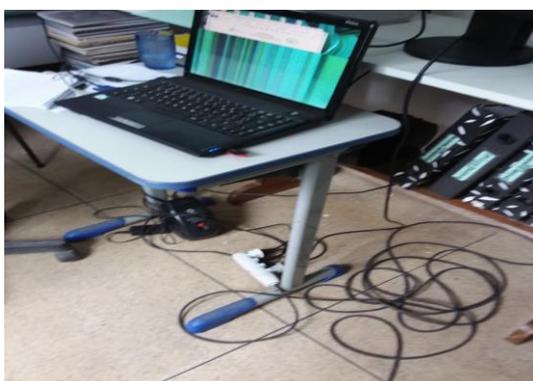
Fiações expostas improvisadas

Obs.: Exaustor inexistente.

## **9 – QUADRA ESPORTIVA**

Obs.: Não há quadra de esporte e vestiário.

## **10 – ÁREA ADMINISTRATIVA** (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)



Fiações expostas/improvisadas



Ar-condicionado danificado

Obs.: Sala da diretoria, coordenação, secretaria e sala dos professores em um só ambiente.

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES** (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Piso danificado



Caixa d'água com vazamentos/infiltrações/fiação exposta



Lâmpadas queimadas / ausentes

**12 – SEGURANÇA**



Não há estrutura de fechamento externo

Obs.: Não possui Sistema de Combate a Incêndio e de CFTV.

## ANEXO 7

**Unidade Escolar: EMEF FRANCISCO ALVES DOS REIS.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 12/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### 2 – SALAS DE AULA



Queda de reboco



Janelas danificadas



Fiações expostas / improvisadas



Cobertura danificada (goteiras)



Mobiliário danificado



Ventilador danificado



Restrição/limitação de acesso para PcD

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Não há laboratório de informática.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Não há sala de leitura.

### **5 – BANHEIROS**



Problemas com chuveiro



Janelas danificadas



Forro ausente e fiação exposta

## **6 – REFEITÓRIO**

Obs.: Não há refeitório.

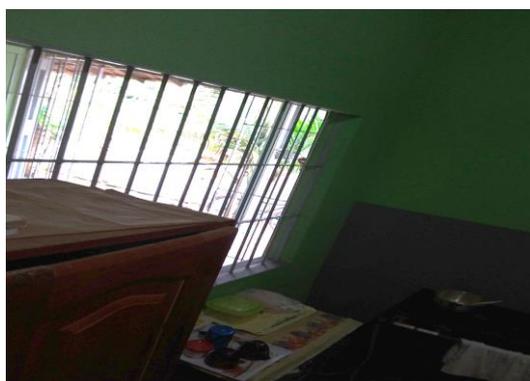
## **7 – COZINHA**



Forro ausente



Botijão de gás em ambiente interno



Tela de proteção ausente e espaço reduzido

Obs.: Extintores e Exaustores inexistentes.

## **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Obs.: Não há despensa.

## **9 – QUADRA ESPORTIVA**

Obs.: Não há quadra esportiva e vestiários.

## **10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**

Obs.: Não há ambiente administrativo.

## **11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)**



Restrição/limitação de acesso para PcD



Necessidade de capinação



Lâmpadas queimadas

## 12 – SEGURANCA



Muro danificado



Não há estrutura de fechamento externo

Obs.: Não há sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## ANEXO 6

**Unidade Escolar: EMEF JOSÉ MARIA MACHADO CARDOSO.**

**Código do INEP: 15535770.**

**Endereço: Taquandeuá - KM 6.**

**Distrito/Bairro: Taquandeuá.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 11/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### 2 – SALAS DE AULA



Forro danificado



Fiações expostas / improvisadas



Ventilador danificado



Salas sem fechamento lateral

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Não há laboratório de informática.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Não há sala de leitura.

### **5 – BANHEIROS**



Lâmpadas queimadas e Forro ausente



Restrição/limitação de acesso para PcD

## 6 – REFEITÓRIO

Obs.: Não há refeitório.

## 7 – COZINHA



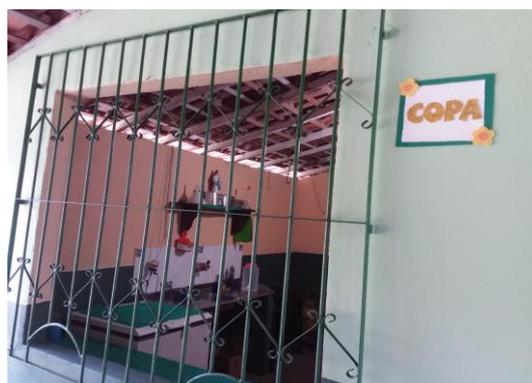
Piso danificado



Fiações expostas/improvisadas



Botijão de gás no ambiente interno



Tela de proteção ausente



Forro inexistente e Cobertura danificada/goteiras

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

## **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Obs.: Não há depósito de alimentos.

## **9 – QUADRA ESPORTIVA**

Obs.: Não há quadra de esporte e vestiários.

## **10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**



Fiações expostas/improvisadas



Ventilador / Suporte danificado e forro inexistente



Obs.: Na sala da secretaria, fica um depósito de livros.

## **11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)**



Piso desgastado e  
Restrição/limitação de acesso para PcD



Infiltrações



Necessidade de capinação



Lâmpadas queimadas



Caixa d'água com rachaduras/vazamentos/infiltrações/fiações expostas

Obs.: Sala multifuncional com obras paralisadas.



Lixo acumulado

## 12 – SEGURANCA



Cerca elétrica ausente



Não possui controle de portaria

Obs.: Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## ANEXO 9

**Unidade Escolar: EMEF Pe. PAULO COROLLI.**

**Código do INEP: 15058301.**

**Endereço: Engenho.**

**Distrito/Bairro: Engenho.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 12/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### 2 – SALAS DE AULA



Pintura danificada



Portas danificadas



Lâmpadas ausentes



Forro inexistente; Cobertura danificada (goteiras)



Infiltrações



Fiações expostas / improvisadas



Mobiliário danificado



Ar-condicionado danificado

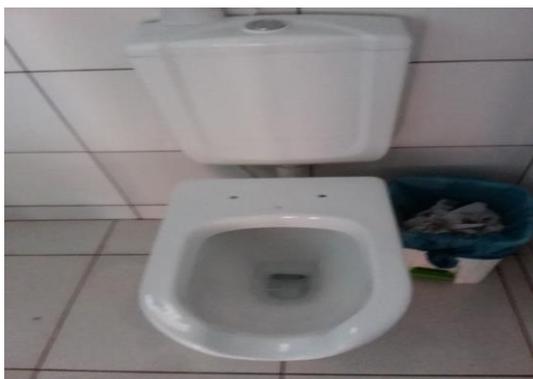
### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Não há laboratório de informática.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Não há sala de leitura.

### **5 – BANHEIROS**



Problemas com vaso(s) sanitário(s)



Lâmpadas ausentes



Problemas com torneiras/lavatorio(s)

## **6 – REFEITÓRIO**

Obs.: Não há refeitório.

## **7 – COZINHA**



Pintura danificada



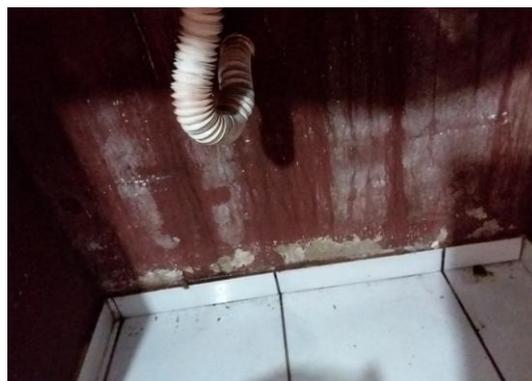
Fiações expostas/improvisadas



Botijão de gás em ambiente interno



Tela de proteção ausente



Vazamentos

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

### **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**



Mobiliário inadequado

Obs.: Exaustor inexistente; ventilação insuficiente e espaço reduzido.

### **9 – QUADRA ESPORTIVA**



Quadra descoberta; Tabela de basquete, Poste de vôlei e Traves de futsal inexistentes



Piso e Drenagem inadequados; Lâmpadas, Alambrados e Marcação de linha, inexistentes



Piso danificado/inadequado

Obs.: Não há vestiários.

**10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**



Janelas danificadas



Infiltrações e Cobertura danificada



Lâmpada ausente



Forro danificado



Fiações expostas/improvisadas



Ar-condicionado danificado

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES** (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Pintura danificada



Fiações expostas



Infiltrações e pintura desgastada



Lâmpadas ausentes

Obs.: A falta de pavimentação da BR 308 que passa na frente da escola, faz com que os ambientes fiquem empoeirados.

## **12 – SEGURANCA**



Muro danificado

Obs.: Muro baixo. Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## ANEXO 10

**Unidade Escolar: EMEF Prof.<sup>a</sup> JÚLIA QUADROS PEINADO.**

**Código do INEP: 15058093.**

**Endereço: Rodovia Bragança Capanema.**

**Distrito/Bairro: Vila Celpa.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 13/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### 2 – SALAS DE AULA



Pintura danificada



Piso danificado



Lâmpadas queimadas



Forro danificado



Mobiliário danificado



Ventilador danificado

Obs.: Ventiladores danificados nas salas 1,2,3,6 e 7; Lâmpadas queimadas, salas 1,2 e 5.

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**



Fiações expostas/improvisadas

Obs.: Laboratório com 01 CPU com defeito.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**



Piso danificado



Pintura danificada

## 5 – BANHEIROS



Revestimentos danificados



Problemas com chuveiro



Banheiro para PcD usado como depósito

## 6 – REFEITÓRIO



Mobiliário inadequado

## 7 – COZINHA



Botijão de gás no ambiente interno



Tela de proteção ausente



Vazamentos



Existência de ventiladores

Obs.: Extintores de incêndio e Exaustores inexistentes.

## 8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS



Tela de proteção ausente

Obs.: Exaustor inexistente.

## **9 – QUADRA ESPORTIVA**



Lâmpadas queimadas

## **10 – VESTIÁRIO DA QUADRA ESPORTIVA**



Problemas com torneiras/lavatório(s)



Obs.: Vestiário sendo usado como depósito de livros e sem água.

**11 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**



Ventilador danificado

Obs.: A sala da coordenação é usada como depósito.

**12 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)**



Piso danificado



Pintura danificada



Caixa d'água com pintura desgastada



Rachaduras



Infiltrações



Lâmpadas queimadas



Fiações expostas/improvisadas

### **13 – SEGURANCA**



Muro danificado



Cerca elétrica danificada / Ausente

Obs.: Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## ANEXO 4

**Unidade Escolar: EMEF Prof.<sup>a</sup> JESUINA DO ROSÁRIO MELO.**

**Código do INEP: 15058360.**

**Endereço: Macarico.**

**Distrito/Bairro: Macarico.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 10/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola encontra-se com as instalações elétricas funcionando normalmente.

#### 2 – SALAS DE AULA



Fiações expostas



Porta danificada



Mobiliário danificado



Ventilador danificado



Infiltrações

Obs.: Em todas as salas de aulas, a pintura encontra-se danificada e as portas necessitam ser reparadas.



Caminho de cupins

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Não há laboratório de informática.

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Não há sala de leitura/biblioteca.

### **5 – BANHEIROS**



Problemas com descarga



Forro inexistente



Porta danificada



Porta danificada

Obs.: Ausência de lavatórios.

## **6 – REFEITÓRIO**

Obs.: Não há refeitório.

## **7 – COZINHA**



Fiação exposta



Botijão de gás em ambiente interno



Tela de proteção de abertura externa ausente

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

## **8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

Obs.: Não há depósito de alimentos.

## **9 – QUADRA ESPORTIVA**

Obs.: Não há quadra esportiva.

## **10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)**



Mobiliário danificado



Ventilador inexistente

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES** (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Restrição de acesso a PcD



Iluminação insuficiente

**12 – SEGURANÇA**



Não há estrutura de fechamento externo



Não possui controle de portaria

Obs.: Não possui sistema de combate a incêndio e CFTV.

## ANEXO 3

**Unidade Escolar: EMEF RAIMUNDO MARTINS FILHO.**

**Código do INEP: 15120139.**

**Endereço: Rod Braganca Ajuruteua.**

**Distrito/Bairro: Vila de Bacuriteua.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 10/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

#### 2 – SALAS DE AULA



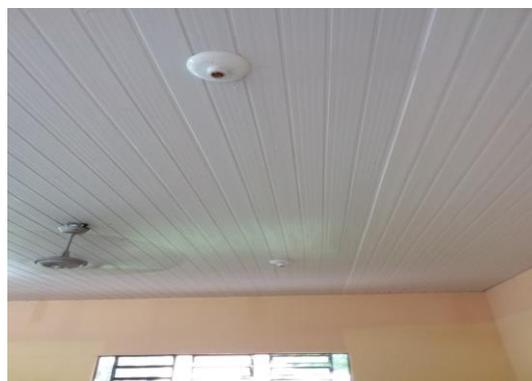
Revestimentos danificados



Pintura danificada



Janelas danificadas



Lâmpadas ausentes



Infiltrações



Fiações expostas



Mobiliário danificado



Ar-condicionado danificado

Obs.: Cupins nas salas de aula.

### 3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA



Fiações expostas



Ar-condicionado danificado

Obs.: Há 06 CPUs com defeito.

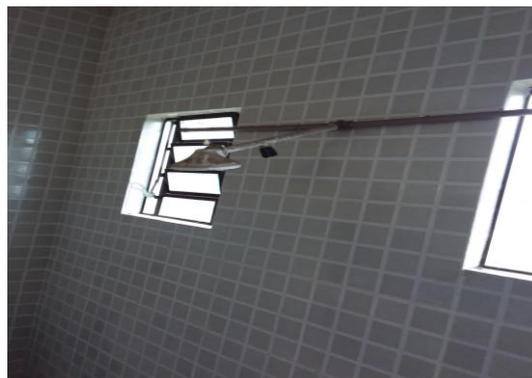
#### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Sala de leitura utilizada como depósito de livros.

#### **5 – BANHEIROS**



Portas danificadas



Problemas com chuveiro(s)



Problemas com torneiras

#### **6 – REFEITÓRIO**

Obs.: Não há refeitório.

## 7 – COZINHA



Fiações expostas / improvisadas  
Existência de ventiladores



Botijão de gás no ambiente interno



Tela de proteção ausente

Obs.: Extintores de incêndio e Exaustores inexistentes.

## 8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS



Tela de proteção ausente

Obs.: Acesso comum inapropriado a despensa e banheiro dos servidores

## 9 – QUADRA ESPORTIVA



Tabelas de basquete inexistente



Traves do futsal/handebol danificada



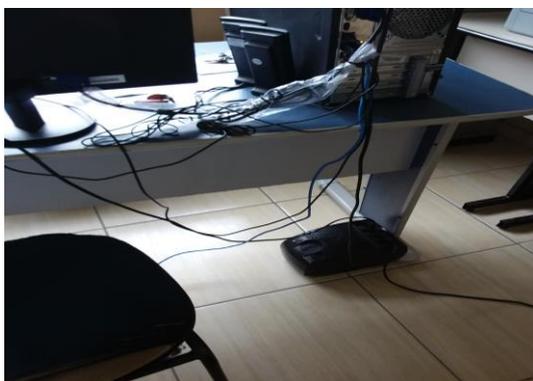
Lâmpadas queimadas



Alambrado danificado

Obs.: O acesso a quadra de esporte é descoberto. Vestiários sendo utilizados para depósito de livros.

## 10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)



Fiações expostas/improvisadas



Infiltrações

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES** (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Necessidade de capinação



Piso danificado



Fiações expostas



Caixa d'água com vazamentos e infiltrações



Necessita de poda de árvores



Cobertura danificada/goteiras



Lâmpadas queimadas / ausentes

## 12 – SEGURANÇA



Fiações expostas

Obs.: Cerca elétrica e concertina inexistentes. Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.

## ANEXO 5

**Unidade Escolar: EMEF REGINA GONÇALVES FERREIRA.**

**Código do INEP: 15058107.**

**Endereço: Vila Tijoca Benjamim Constant.**

**Distrito/Bairro: Zona Rural.**

**Município: Bragança-PA.**

**Data da Visita: 11/04/2018.**

### CONDIÇÃO ESTRUTURAL DA UNIDADE ESCOLAR POR AMBIENTE

#### 1 – INFORMAÇÕES INICIAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Pelas informações da administração, a escola necessita de revisão e ampliação de carga elétrica, inclusive quanto a iluminação e uso de ventiladores.

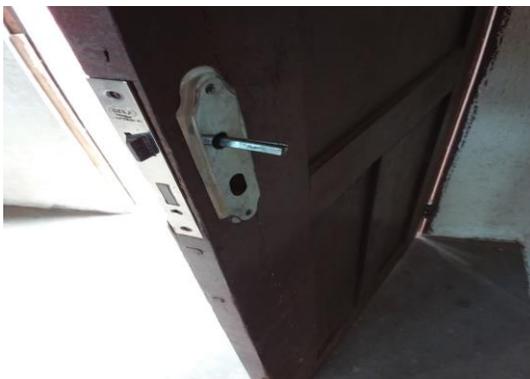
#### 2 – SALAS DE AULA



Piso danificado



Pintura danificada



Portas/fechaduras danificadas



Lâmpadas ausentes



Forro inexistente



Mobiliário danificado



Ar-condicionado/ventilador inexistentes

### **3 – LABORATÓRIO/SALA DE INFORMÁTICA**

Obs.: Não há laboratório de informática

### **4 – BIBLIOTECA / SALA DE LEITURA**

Obs.: Não há sala de leitura

## 5 – BANHEIROS



Pintura danificada



Portas danificadas



Problemas com vaso(s) sanitário(s)



Presença de cupins



Problemas com torneiras/lavatório(s)

## 6 – REFEITÓRIO

Obs.: Não há refeitório

## 7 – COZINHA



Tela de proteção ausente e espaço reduzido



Botijão de gás no ambiente interno

Obs.: Extintores de incêndio e exaustores inexistentes.

## 8 – DEPÓSITO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Obs.: Não há depósito de alimentos.

## 9 – QUADRA ESPORTIVA

Obs.: Não há quadra de esporte e vestiários.

## 10 – ÁREA ADMINISTRATIVA (diretoria, secretaria, sala dos professores e outros)



Infiltrações



Ventilação insuficiente

Obs.: Em sala única ficam a diretoria, secretaria, coordenação e professores.

**11 – ÁREA EXTERNA / CIRCULAÇÕES** (calçada, pátio externo, corredores e áreas não edificadas)



Piso danificado



Pintura danificada



Necessidade de capinação



Lâmpadas ausentes



Restrição/limitação de acesso para PcD

**12 – SEGURANÇA**



Não possui controle de portaria



Não há estrutura de fechamento externo

Obs.: Não possui sistema de combate a incêndio e de CFTV.